

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**SIMONE RODRIGUES PEREIRA CORRÊA**

**IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS RESULTANTES DA  
IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ALDEIA LIMÃO VERDE EM  
AQUIDAUANA-MS**

Aquidauana - MS

Agosto, 2007

**SIMONE RODRIGUES PEREIRA CORRÊA**

**IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS RESULTANTES DA  
IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ALDEIA LIMÃO VERDE EM  
AQUIDAUANA-MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível de Mestrado, área de concentração em Produção do Espaço Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins.

Aquidauana - MS

Agosto, 2007

xxx-xx Corrêa, Simone Rodrigues Pereira

Identificação dos impactos sócio-econômicos resultantes da implantação de políticas públicas na aldeia Limão Verde em Aquidauana-MS / Simone Rodrigues Pereira Corrêa. – Aquidauana, 2007.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, Programa de Mestrado em Geografia, 2007.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins

1. Terena. 2. Políticas Públicas. 3. Desenvolvimento local.  
I. Título.

CDU – xxx:xxx

**IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS RESULTANTES DA  
IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ALDEIA LIMÃO VERDE EM  
AQUIDAUANA-MS**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professor Dr. Gilson Rodolfo Martins (Presidente da Banca)

---

Professor Dr. Antônio Jacó Brand (Membro Titular)

---

Professor Dr. Paulo Roberto Jóia (Membro Titular)

---

Professor Dr. Ricardo Henrique Gentil Pereira (Membro Suplente)

*Dedico ao meu amado marido Edson Luiz Artigas Corrêa pelo amor e paciência.*

*Aos meus adorados pais Terezinha Rodrigues Pereira e Benedito Cecílio Pereira da Costa pelo amor e dedicação. Aos meus queridos irmãos Daniele e Bruno Rodrigues Pereira pelo carinho e amizade.*

*Às minhas queridas, avó Benedita (in memoriam) e tia Lunilva (in memoriam) pelos exemplos de vida. A toda família pelo incentivo.*

*À minha amiga Carol pela força de sempre.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus pela vida.

A todas as pessoas que direta e indiretamente tornou possível e real esse projeto.

Aos colegas Noemia, Tatiana, Tércio e Custódio pelas palavras de incentivo para início do mestrado.

A ex-Coordenadora Regional da AGRAER, Jane Cléia K. S. da Silveira, por conceder alguns dias de minhas atividades profissionais para acompanhamento do curso.

A todos os colegas da turma do Mestrado de 2005, em especial aos queridos e grandes amigos Rita, Patrícia, Eliana, Priscila, Lilian e Marcos, pelo grande incentivo. À Elizângela pela dedicação, amizade e pelos mapas que constam nesse trabalho. Ao Ricardo pela paciência, amizade e colaboração.

Aos professores do Mestrado e da Banca de Qualificação pela contribuição e sugestões necessárias ao enriquecimento do trabalho, em especial ao meu estimado orientador Gilson Rodolfo Martins pelas horas de dedicação, pelas valiosas informações, pela motivação constante e grande paciência.

A Dani da Secretaria do Mestrado pela paciência e colaboração.

Aos amigos Lucas, Jovelina, Damarci, Trannin e Rosanir pelas valiosas palavras.

E aos moradores entrevistados da aldeia Limão Verde, pela acolhida e colaboração, em especial a liderança pelo apoio. Aos indígenas Nivaldo e Joilson, pela aplicação do questionário que possibilitaram a coleta de dados preciosos e fundamentais para a pesquisa.

## RESUMO

A população Terena de Mato Grosso do Sul é constituída por mais de 18 mil indígenas, sendo que o município de Aquidauana (MS) possui mais de 1300 famílias dessa etnia, vivendo em nove aldeias. A problemática fundiária e ambiental tem feito emergir uma grande preocupação quanto à questão indígena. Nesse contexto, é desencadeado um dos maiores desafios do Estado, o de pensar políticas públicas de “inclusão social” para grupos sociais distintos. Na presente pesquisa, faz-se uma análise do cotidiano sócio-econômico indígena da aldeia Limão Verde (Aquidauana) e dos impactos causados por meio da implantação de políticas públicas de fomento agropecuário, geração de renda e desenvolvimento local com “sustentabilidade”. Analisa-se também, de que forma indígenas e agentes governamentais têm tratado essa questão dentro de um contexto em que apesar do estilo próprio de vida dos indígenas, o entorno capitalista influencia as relações econômicas, sociais, ambientais e culturais dos mesmos. Os dados foram obtidos por meio de consultas bibliográficas e documentais, além da realização de diagnóstico através de entrevistas e questionários semi-estruturados. Desta forma, a pesquisa demonstra a importância do Estado para os indígenas e até que ponto os programas tem caráter benéfico e aportam contribuições para ações de desenvolvimento. O estudo demonstrou a capacidade de gestão e a não dependência em relação aos programas, além de questões como o aumento de resíduos não orgânicos, a não mudança de hábitos alimentares, a não diminuição da produção agrícola e a necessidade de uma atuação efetiva de agentes governamentais, concluindo que o “etnodesenvolvimento” pretendido depende do comprometimento do poder público com essa sociedade.

**Palavras-chave:** Terena. Políticas públicas. Desenvolvimento local.

## ABSTRACT

The Terena population of Mato Grosso do Sul is constituted for more than 18 thousand aboriginals, being that the city of Aquidauana (MS), more than possess 1300 families of this race and living in nine villages. Problematic agrarian and the ambient one has made to emerge a great concern how much to the aboriginal question. In this context, one of the biggest challenges of the State is unchained, to think public politics of "social inclusion" for distinct social groups. In the present research, an analysis of the social and economic daily to the aboriginals of the Limão Verde village in Aquidauana and of the impacts caused by means of the implantation of public politics for farming promotion, generation of income and local development with "sustainable" becomes. He also analyzes how the aboriginals and governmental agents have treated this question, inside of a context where although the proper style of life of the aboriginals, about capitalist influences in the economic, social, ambient and cultural relations ones. The data had been gotten by means of bibliographical consultations and register, beyond the accomplishment of diagnosis through half-structuralized interviews and questionnaires. In this way, the research demonstrates the importance of the State for the aboriginals and until point the programs has beneficial character and contributions for action of development arrive in port. The study demonstrated to the capacity of management and not the dependence in relation of the programs, beyond questions as the increase of no-organic residues, no change of alimentary habits, no reduction of the agricultural production and the necessity of an performance accomplishes of governmental agents, concluding that the "intended *ethno*-development" depends on the involvement of the public power with this society.

**Keywords:** Terena. Public politics. Local development.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Localização da Terra Indígena Limão Verde.....	92
FIGURA 2. Imagem aérea da aldeia Limão Verde de Aquidauana/ MS.....	92
FIGURA 3. Morro presente na aldeia.....	93
FIGURA 4. Evolução do uso e ocupação do solo da Terra Indígena Limão Verde.....	96
FIGURA 5. Residência da aldeia.....	112
FIGURA 6. Rede elétrica da aldeia.....	112
FIGURA 7. Posto de Saúde Lutuma Dias.....	113
FIGURA 8. Escola Lutuma Dias.....	114
FIGURA 9. Lixo em cova.....	115
FIGURA 10. Lixo no quintal.....	115
FIGURA 11. Dança do Bate Pau.....	118
FIGURA 12. Dança do Bate Pau.....	118
FIGURA 13. Igreja Santo Afonso.....	119
FIGURA 14. Igreja Assembléia de Deus.....	119
FIGURA 15. Engenho de cana elétrico.....	121
FIGURA 16. Produção de rapadura.....	121
FIGURA 17. Caminhão da aldeia.....	122
FIGURA 18. Centro de Ref. Indígena.....	126
FIGURA 19. Índia na feira.....	126
FIGURA 20. Córrego perto da nascente.....	137
FIGURA 21. Córrego perto de casas.....	137
FIGURA 22. Solo gradeado.....	138
FIGURA 23. Plantio de feijão.....	138

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1. População Terena de Mato Grosso do Sul.....	84
TABELA 2. Dados comparativos de aldeias Terena de MS em 1985 e 1993.....	85
TABELA 3. Terras Indígenas (MS) Decretadas e Demarcadas em 2001.....	85
TABELA 4. Terras Indígenas (MS) em processo de ampliação.....	86
TABELA 5. População das Aldeias de Aquidauana (MS).....	86
TABELA 6. Uso do solo na bacia do córrego João Dias nos anos de 1964 e 1993.....	94
TABELA 7. Número de pacientes do Programa de Acompanhamento de hipertensos e diabéticos da FUNASA de 2002 a 2006.....	175

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Destinação do lixo.....	215
GRÁFICO 2 – Dificuldades na área da saúde.....	216
GRÁFICO 3 – Extensão das unidades de produção.....	217
GRÁFICO 4 – Condição do solo para os indígenas.....	217
GRÁFICO 5 – Principais dificuldades com a produção indígena.....	220
GRÁFICO 6 – Origem das sementes.....	221
GRÁFICO 7 – Famílias beneficiadas por programas governamentais.....	222
GRÁFICO 8 – Renda mensal das famílias indígenas.....	222
GRÁFICO 9 – Opinião indígena sobre investimentos governamentais.....	224
GRÁFICO 10 – Opinião indígena sobre os agentes governamentais.....	225
GRÁFICO 11 – Programas que beneficiaram a qualidade de vida indígena.....	226

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	14
<b>1. O ETNODESENVOLVIMENTO COMO BASE CONCEITUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INDÍGENAS: DILEMAS E VERDADES.....</b>	16
1.1. O cenário geral das Políticas Públicas em comunidades indígenas: um breve histórico.....	26
1.2. Políticas Públicas e a questão indígena: sucessos e insucessos na implementação dos projetos.....	39
1.3. A atuação dos agentes de Políticas Públicas em terras indígenas: o discurso e o real.....	43
1.4. Principais aspirações indígenas como estratégia para elaboração de Políticas Públicas.....	49
<b>2. ETNOHISTÓRIA E MEMÓRIA TERENA: CONTATO E CONFLITOS.....</b>	57
2.1. A organização social na aldeia Terena.....	64
2.1.1. Atividades produtivas e relação entre gêneros na sociedade Terena.....	71
2.1.2. Contato interétnico: transformações culturais e religiosas.....	77
2.2. As aldeias Terena de Mato Grosso do Sul.....	82
2.2.1. As aldeias de Aquidauana (MS).....	86
2.2.1.1. Terra Indígena Taunay.....	86
2.2.1.2. Terra Indígena Ipegue.....	88
<b>3. A ALDEIA LIMÃO VERDE: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO LOCAL.....</b>	90
3.1. A trajetória histórica da Limão Verde: memórias de um povo.....	97
3.2. A organização social e a situação atual na aldeia Limão Verde: a influência do não índio.....	106
3.3. Atividades econômicas e mercado: a produção agropecuária e artesanal.....	119
3.4. Transferência de tecnologia X resgate de conhecimento técnico indígena.....	127
<b>4. PRINCIPAIS PROGRAMAS IMPLANTADOS NA ALDEIA LIMÃO VERDE.....</b>	140
4.1. A Pesquisa.....	141
4.1.1. Considerações sobre os Aspectos Metodológicos.....	143
4.2. Programa Pantanal: Componente Especial em MS.....	149

4.2.1. A trajetória do Programa: da idéia à implantação.....	152
4.2.2. Por que comunidades indígenas?.....	155
4.2.3. Avaliação dos resultados para os agentes governamentais.....	159
4.3. Programa Segurança Alimentar e Nutricional de MS.....	164
4.3.1. Até onde padronizar um programa?.....	171
4.3.2. Mudanças de hábitos alimentares: desnutrição e patologias.....	172
4.3.3. A questão da coleta de lixo e do meio ambiente.....	176
4.3.4. A queda de produção: Por que plantar?.....	178
4.3.5. Avaliação do Programa do ponto de vista dos agentes governamentais.....	179
4.4. Programa Tupã I.....	183
4.4.1. A política do “feijão com arroz”: combustível e semente.....	186
4.4.2. As dificuldades de uma assistência técnica efetiva: qualidade e quantidade.....	189
4.4.3. A importância do acompanhamento e da avaliação dos projetos.....	190
4.4.4. Como os agentes governamentais avaliam o Programa.....	195
4.5. Avaliação dos programas sob a ótica indígena: resultados da pesquisa.....	199
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>228</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>236</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>244</b>
A: Questões Orientadoras .....	244
B: Questionário Socioeconômico e de Produção.....	246
C: Autorização	249

## INTRODUÇÃO

O etnodesenvolvimento, proposto em discursos técnicos e políticos, vem atingindo crescentes dimensões, presumindo uma política de superação dos problemas sociais, econômicos e ambientais e a satisfação das necessidades básicas das comunidades indígenas, respeitando características próprias desses povos.

A motivação que desencadeou a pesquisa remonta ao ano de 2002, quando a então pesquisadora, no papel de agente governamental, participou da execução de programas voltados ao desenvolvimento das sociedades indígenas baseados nas questões de etnodesenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Com o desenrolar dos trabalhos nas aldeias, a pesquisadora se deparou com experiências que proporcionaram uma análise da realidade indígena, ampliando a percepção em relação às lacunas e aos exaustivos insucessos ocasionados durante o desenvolvimento das ações dos programas implantados. Gerando diversos questionamentos quanto ao papel do Estado no desenvolvimento desses povos, a necessidade de identificar contribuições e/ou danos impactantes ocorridos, e de que forma indígenas e agentes governamentais avaliavam tais ações.

O primeiro capítulo se propõe a enfatizar, à luz das discussões remetidas ao termo **etnodesenvolvimento**, o papel e as iniciativas do Estado por meio das instituições que buscam viabilizar como política pública, projetos de fomento à produção, geração de renda e segurança alimentar dos povos indígenas, tendo como premissa assegurar a qualidade de vida e a dignidade dos mesmos. Para compreender um pouco da trajetória das políticas públicas e seus impactos nas terras indígenas, especialmente, na aldeia Limão Verde<sup>1</sup>, este capítulo apresenta um breve histórico sobre o assunto. Baseado, principalmente, na visão de Lima e Hoffmann (2002), enfatizando os principais problemas que ocasionam muitos fracassos na implantação de projetos e programas de iniciativa pública, além de tecer reflexões acerca do planejamento governamental do Estado e da atuação dos agentes públicos no intuito de satisfazer as aspirações indígenas.

Para melhor entender essa ligação do índio com os recursos naturais e compreender as constantes reivindicações por maiores extensões territoriais<sup>2</sup>, no segundo capítulo, buscou-se relatar como os Terena viviam, ou seja, o seu processo

---

<sup>1</sup> De etnia Terena, situada no município de Aquidauana em Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Reivindicações estas que remontam os tempos passados até os dias de hoje.

histórico-social desde as terras de origem e como se deu a chegada em Mato Grosso do Sul, sem, no entanto, ter a premissa de ser caracterizado como uma etnografia. O capítulo também apresenta a organização social desses povos e as transformações sócio-econômicas, política, cultural, religiosa e ambiental ocasionadas pelo contato com os “não índios” e com as primeiras políticas públicas através do SPI. Além de uma breve caracterização das Terras Indígenas Terena de Mato Grosso do Sul, focando, principalmente, as de Aquidauana.

O terceiro capítulo apresenta a situação atual da aldeia Limão Verde, considerando a necessidade de se demonstrar a realidade local, para compreensão futura dos resultados da pesquisa. Para tanto, será dado enfoque ao processo histórico, à organização social, à mudança do modo de vida indígena em função da proximidade do centro urbano e a apresentação de novos problemas e aspirações. Além disso, serão apresentadas as relações políticas, sociais e comerciais entre indígenas e não indígenas, configurando como base econômica, tanto a produção agrícola quanto a artesanal, mesmo que em menor escala. Sem deixar de mencionar temas como: a reafirmação da cultura, o uso de tecnologia convencional e as práticas tradicionais.

No quarto capítulo, realizado a partir de entrevistas, questionários, consultas bibliográficas e documentais, busca-se retratar três programas resultantes de políticas públicas em Terras Indígenas. Realizou-se a análise do contexto em que foram idealizados e implantados, bem como seus objetivos, metas e resultados alcançados na visão dos agentes públicos e dos indígenas beneficiados. Para tanto, os programas estudados foram: o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa Pantanal e o Programa Tupã I. Esses foram implantados no início desta década e buscaram concretizar os ideais do etnodesenvolvimento. As avaliações foram apresentadas por meio da ótica dos atores participantes, ou seja, indígenas e agentes.

No último capítulo, as considerações finais apontam os principais fatos tanto positivos quanto negativos resultantes da percepção, principalmente, indígena, mas também a ótica dos agentes e da pesquisadora sobre os programas analisados. Buscando, com isso, proporcionar uma maior e melhor compreensão da realidade Terena, sugerindo a possibilidade de servir como base para futuras ações governamentais.

## 1. O ETNODESENVOLVIMENTO COMO BASE CONCEITUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INDÍGENAS: DILEMAS E VERDADES

Nos últimos anos, principalmente no início deste século, para contextualizar os discursos, tanto governamentais quanto não governamentais<sup>3</sup>, utilizam-se com maior frequência os termos **etnodesenvolvimento**, **desenvolvimento participativo**, **desenvolvimento local**, além do, ainda, muito usual **desenvolvimento sustentável** e que segundo Verdum (2005, p. 09), “têm servido como senha de articulação e convergência das ações de inúmeras pessoas e instituições”.

Pessoas e instituições essas, com diferentes formas de pensar, agir e de diferentes origens, porém, com o objetivo comum de tornar a vida de diferentes etnias mais digna, resgatando-as de situações de “miséria e exclusão”, por qualquer que tenha sido o motivo<sup>4</sup>. Buscando, nesse contexto, o etnodesenvolvimento, que de acordo com Stavenhagen (1984, p. 57 *apud* AZANHA, 2002, p. 31):

(...) significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses.

Na década de 1990, o conceito etnodesenvolvimento se viu fortalecido pelo chamado desenvolvimento sustentável, que se popularizou a partir da Conferência Rio 92<sup>5</sup> das Nações Unidas, a ponto de muitas vezes ser confundido com ele. Mas, como trabalhar o conceito de etnodesenvolvimento? Percebe-se que o desenvolvimento buscado não tem mais o mesmo sentido, o mundo já assistiu a busca pelo desenvolvimento baseado no aspecto econômico, no industrial, no mercado, no urbano sem se preocupar com o social. Já assistiu, também, uma outra fase em que o desenvolvimento se dizia preocupado com o social, muitas vezes apenas estrategicamente e ideologicamente, pois ainda era o econômico, seja o industrial, seja caracterizado por avanço e progresso, o responsável pela mudança

---

<sup>3</sup> Paulatinamente propostos em todos os níveis da sociedade.

<sup>4</sup> Afinal, existe um cenário bastante diversificado da problemática indígena.

<sup>5</sup> A Rio 92 foi um dos nomes dados à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, com o objetivo de buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com o equilíbrio ambiental, introduzindo a idéia de “desenvolvimento sustentável”.

e/ou melhoria social, sem questionar as reais demandas da população e pior ainda, tratando-a como um todo sem distinção.

Porém, na última década do século XX e início deste século, observa-se uma mudança importante do poder político em relação à construção de um desenvolvimento participativo e local. Passa-se a interessar pelas diversidades e especificidades, mesmo que ainda se tenha muito discurso, muita ideologia e pouca ação. É um começo e um passo importante quando se refere à realidade e uma nova forma de gestão e administração pública do Estado.

No contexto de desenvolvimento voltado para o social, o Programa Brasil em Ação<sup>6</sup> - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - teve como orientação de planejamento, a interiorização, tendo como base das ações governamentais, os municípios, prevalecendo o social ao tratar de assuntos como à exclusão. No entanto, de acordo com Pomar (2000, p. 26):

Essa roupagem 'social' some na operacionalidade do projeto, voltada para *commodities* agrícola (...). Desenvolvimento e integração ficam reduzidos à expressão mínima. E a exclusão social torna-se a regra geral de sua aplicabilidade.

Ainda nesse aspecto Mercadante (2001, p.10) afirma:

Da modernidade conservadora impulsada pelo regime militar à destruição não criadora do neoliberalismo periférico contemporâneo, os modelos de política econômica aplicados no país sempre relegaram o social a um plano secundário e residual. Isso se reflete na permanência de índices inaceitáveis de pobreza e de desigualdade na distribuição da renda e da riqueza, que têm tendido a agravar-se nos anos recentes com a internacionalização, associada ao processo de globalização, de novo vetores de exclusão social.

Segundo Azanha (2002, p. 29), durante anos o conceito de desenvolvimento foi reduzido à noção do grau de industrialização, de avanço tecnológico e/ou de progresso, alcançado por certas sociedades, qualificando com isso o termo. Ao tempo que industrialização definia-se como a transformação do ambiente natural em riquezas materiais, impondo os mesmos à sociedade como novas necessidades.

(...) é a partir deste conjunto ideológico de "conceitos" que se estabelecem os parâmetros do bem estar social: crescimento populacional, aumento da renda per capita, padrão alimentar medido pelo consumo de proteínas, nível de escolarização e, sobretudo, elevado padrão de consumo.

Nesse contexto, um exemplo claro do desenvolvimento pretendido na época (meados do século passado) é colocado por Netto (1966), em que o ideal desejado

---

<sup>6</sup> Programa do Governo Federal lançado em agosto de 1996.

era a maximização da taxa de desenvolvimento econômico do País e que os cidadãos eram livres para escolher entre a miséria e o bem-estar material. Apesar de levar em consideração apenas o aspecto econômico, o autor fala sobre a necessidade do planejamento na administração federal, estadual e municipal, e afirma que o desenvolvimento é um fenômeno global da sociedade que atinge profundamente toda a sua estrutura social, política e econômica.

Contrariando as idéias de Netto, Castoriades (1987), afirma que o século XIX celebrou o “progresso” e no mundo do pós-guerra, a chave de todos os problemas humanos era o crescimento econômico, mas que tão logo essa ideologia passou a sofrer ataques, pois promovia um crescimento de tipo determinado, com conteúdo específico que acarretava conseqüências humanas e sociais. O autor *supracitado* (1987, p. 140-1), notou que mesmo em países em via de desenvolvimento, as pessoas não se encontravam em similar estado e alega que o termo:

(...) começou a ser empregado quando se tornou evidente que o ‘progresso’, a ‘expansão’, o ‘crescimento’ não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas – dotadas de um ‘valor positivo’ – das sociedades ocidentais.

Sendo assim, ainda segundo Castoriades (1987, p. 146), “o desenvolvimento chegou a significar um crescimento indefinido, e a maturidade, a capacidade de crescer sem fim”. Nesse contexto, Rattner (1979, p. 157), considera falacioso o raciocínio em que se tenta reduzir a vida social a um modelo sistêmico mecanicista em que as variáveis são controláveis e afirma ainda que o desenvolvimento não é um ponto a ser alcançado de forma isolada considerando que:

(...) não pode ser concebido como um problema puramente econômico ou social, cultural ou político. Ele possui uma conotação macro-sociológica que abrange toda a organização da economia, da interação social, da política e da cultura, numa configuração que é derivada do conjunto dos fatores e processos societários.

Para Buarque (1993, p. 60), também, o desenvolvimento vai além dos aspectos econômicos:

O primeiro passo do desenvolvimento deve ser a definição, sem dependência, de um conceito de desenvolvimento baseado em um progresso que assuma a essencialidade do processo econômico submetido a valores e objetivos que vão além das metas econômicas. Para isso, devem ser superados os mitos criados pela primazia de uma visão economicista, prisioneira de premissas arcaicas.

Na opinião de Gallois (2001, p. 175):

O desenvolvimento funda-se numa perspectiva de temporalidade histórica própria ao Ocidente, concebida como um processo linear, cumulativo, irreversível e finalizado. Progresso e desenvolvimento são mitos ocidentais que não representam parâmetros trans-culturais.

Infelizmente, é necessário ter um grau de obviedade quanto a este tema, tantas vezes descrito, mas entendido como essencial para a compreensão do assunto. Desenvolveu-se até aqui alguns dilemas sobre o conceito de desenvolvimento, pontos de vista diversos, e agora, toma-se o Centro Oeste brasileiro como exemplo concreto de aplicação de políticas públicas para seu desenvolvimento<sup>7</sup>. Ao se referir ao Estado como responsável por promover e administrar as condições necessárias da reprodução do capital e da sociedade, Abreu (2003, p. 288), afirma que:

A ocupação e intervenção na região Centro-Oeste fez parte de uma política nacional de racionalização da economia, no sentido de responder às necessidades do padrão de acumulação e valorização do capital tanto em âmbito externo como interno.

De acordo com Abreu (2003, p. 264), “a atividade de mineração iniciaria o povoamento regular do Mato Grosso, assim como do Oeste brasileiro (...)”, porém, entrou em declínio no século XVIII. Ainda segundo a autora, em 1920 o sul de Mato Grosso, já comportava mais da metade da população do antigo Estado, formando alguns povoados e fortalecendo outros que se transformaram em municípios na década de 1930.

Segundo Affonso (1995), no início do século XX, a expansão cafeeira de São Paulo e a implantação do transporte ferroviário colaboraram para o desenvolvimento do Centro-Oeste. Ainda segundo o autor, na década de 1930, com a “Marcha para o Oeste”, as colônias agrícolas expandiram a agricultura da região, além de ocorrer também um desenvolvimento industrial através de indústrias de bens de consumo e de bens de produção.

Para Leme (1999), o Centro-Oeste passa a “existir economicamente” a partir da década de 1930, quando há o início de sua inserção na economia nacional. Isso devido a ações políticas do governo federal de integração do mercado nacional e ocupação das fronteiras agrícolas - Marcha para o Oeste - no período de Getúlio

---

<sup>7</sup> Uma região que chegou a ser considerada como “vazio demográfico” por muito tempo e que nas duas décadas anteriores se firmou como uma economia agropecuária extensiva, de agricultura intensiva de grãos e em menor escala de extração de minerais.

Vargas. Nesse período, o país ingressa em um novo padrão, com interesse na expansão do mercado interno e do desenvolvimento industrial.

Na década de 1950, ainda segundo Leme (1999), com o Plano de Metas, ocorre um aumento do movimento migratório para o Centro-Oeste, devido a interiorização da capital federal e o “rodoviarismo” do governo de Juscelino Kubitschek. O apoio público em 1950 e 1960 foi vital para a ocupação e para a transformação produtiva da região, redefinindo o espaço, possibilitando o surgimento de alguns núcleos urbanos, beneficiado pela infra-estrutura, acúmulo de capital e diversidade produtiva. O crescimento econômico se intensificou em 1970 e 1980, com a instalação de importantes empresas agroindustriais nacionais e internacionais.

De acordo com o comentário anterior, sobre desenvolvimento e seus significados, é visível, segundo o autor, a preocupação apenas com o sentido econômico da palavra. Para tanto, destaca que do ponto de vista social, o processo ocasionou a destruição das economias naturais, a especulação fundiária e a concentração da propriedade, expulsando camponeses e pequenos produtores para áreas de fronteira. E, do ponto de vista ambiental, a contaminação química das águas e a erosão foram alguns dos resultados do desenvolvimento que buscou o aumento da produtividade e competitividade por meio do investimento em insumos químicos e em mecanização.

Essa máxima está presente na fala de Ianni (1989, p. 98-9), que afirma que a industrialização de tipo capitalista produziu-se com o desenvolvimentismo, que é seu ingrediente ideológico fundamental, portanto, desenvolvimento significa industrialização e continua:

Isto é, afirma-se que é geral (desenvolvimento econômico, social, cultural, etc) o que é, em primeiro lugar, particular (a supremacia da produção industrial). É a ideologia da nova classe dirigente, na fase de ascensão ao poder. Esse fenômeno ideológico teve seu florescimento máximo na época do Programa de Metas (1956-1960), que foi o clímax do processo de industrialização deliberada, iniciado em décadas anteriores. Na ocasião em que foi posto em prática esse programa, desencadeou-se uma ampla campanha de formação e orientação da opinião pública, de modo a criarem-se as “expectativas e disposições” coletivas para a realização do esforço nacional destinado a implantar a indústria de base. Associa-se o progresso material com o bem-estar coletivo, poupança, investimentos produtivos e elevação geral do nível de vida. Identificam-se desenvolvimento com industrialização, modernização e maquinização. Nessa corrente de acontecimentos e interpretações do presente e do futuro da sociedade nacional, o aparelho estatal é posto a serviço da industrialização, para que se realize em cinco uma tarefa de cinquenta anos.

Ainda sobre a década de 1970, segundo Affonso (1995), o aumento populacional e a transformação de cidades, antes agrícola em núcleos urbanos, se devem, principalmente, pela transferência da capital federal para Brasília, o que atraiu milhares de trabalhadores para o Planalto Central, pelas políticas de incentivo fiscal para atrair empresas, por programas de colonização do Mato Grosso, intensificado ainda pela ampliação e melhoria de infra-estrutura<sup>8</sup> e estímulo tecnológico ao setor agropecuário. Destarte, o impulso observado na expansão e modernização agropecuária do Centro-Oeste (1970 e 1980), faz com que a agricultura adquira importância na diversificação das exportações e como fornecedora de matéria-prima para a indústria.

Foi implementado, segundo Affonso, diversos programas que contribuíram para expansão das frentes comerciais. A saber:

- PIN - Programa de Integração - iniciado em 1970, objetivando a construção de estradas, incentivos fiscais, distribuição de terras públicas e os projetos de colonização e de re-assentamento populacional;
- PROTERRA - Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial - com fornecimento de recursos aos projetos de colonização para o assentamento de milhares de famílias;
- PROÁLCOOL, de 1975, que objetivou resolver o problema energético do país, atendendo às necessidades de combustíveis automotivos;
- PÓLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - e PROCEDER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados -, nas décadas de 1970 e 1980, que visavam desenvolver e modernizar a agropecuária do Centro-Oeste para médios e grandes produtores através de facilidades nas linhas de crédito e financiamentos;
- Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação, em 1982, que incentivou a implantação da moderna irrigação em algumas regiões do cerrado;
- PRODEPAN - Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal;

---

<sup>8</sup> Por infra-estrutura compreende-se: transporte, energia, armazenagem.

- PRODEGRAN - Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados;
- GEOECONÔMICO - Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília;
- POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil.

Na década de 1990, assiste-se à integração nacional ser substituída pela integração competitiva. Segundo Leme (1999, p. 16), no afã de atrair investimentos para seus territórios, as administrações estaduais começam a competir entre si, parecendo “leiloar” os próprios territórios, agravando ainda mais as desigualdades regionais, em que áreas com maior infra-estrutura atraíram maiores investimentos e que conseqüentemente se desenvolveram, no sentido econômico, mais rapidamente e afirma:

É urgente, portanto uma política de desenvolvimento que resgate o planejamento regional com dimensão nacional e que busque equacionar suas potencialidades e as heterogeneidades, articulando áreas dinâmicas e promovendo o soerguimento das áreas deprimidas.

Ainda sobre o assunto Becker (1991, p. 55), fala sobre a gestão do território:

O macrozoneamento sintetiza assim, a nova forma de gestão do território, que busca tirar partido das diferenças espaciais, liberalizando a competição dos Estados, ao mesmo tempo em que tenta mantê-los sob o controle governamental, configurando a política de integração competitiva do território.

Na concepção de Dantas e Souza (2003), a década de 1990, foi marcada pela quase ausência de política regional, porém, nos anos recentes o Estado volta a tratar da questão regional baseada em projetos estruturadores e diferenciados no território, com base nas potencialidades locais e centrados na logística e infra-estrutura básica.

Dessa maneira, após o debate acerca do termo desenvolvimento, para a sociedade ocidental, no seu mais puro sentido econômico e industrial, tentará se traçar alguns aspectos de como as políticas públicas vêm se encaixando nesse contexto de desenvolvimento dos povos indígenas ou do “etnodesenvolvimento”.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> É imprescindível falar sobre o surgir de um novo conceito, considerando a mudança de visão de mundo em que se deve levar em conta a dimensão histórica dos fatos, caso contrário, continua-se o equívoco de sustentar as suposições de que a realidade, assim como as necessidades atuais, serão exatamente as mesmas das gerações futuras.

Na concepção de Gallois (2001, p. 177), o etnodesenvolvimento não pode existir, pois mesmo colocando “o foco na identidade étnica, os pressupostos relativos à noção ocidental de bem-estar, social, político e econômico nunca desaparecem”.

Por muito tempo, tem sido projetada nacionalmente a hipotética relação entre Estado e povos indígenas. Em um contexto discursivo, no qual, reivindicações por direito de controle de suas terras, demanda de igualdade de acesso às práticas e produtos de desenvolvimento, direito à soberania e autonomia desses povos para compensar os abusos cometidos historicamente pelo Estado, tem evidenciado a “ambigüidade da noção de etnodesenvolvimento” na fala de Gallois (2001, p.167), que reforça:

Sua apropriação ambígua em programas de fomento – sejam eles oficiais ou não – tende a negar a capacidade dos índios de se posicionar frente às sucessivas mudanças que alteraram profundamente suas condições de vida e suas expectativas de futuro.

Um outro ponto colocado por este autor, é sobre a importância do conceito de desenvolvimento sustentável<sup>10</sup>, “que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Portanto, considera que as metas da política desenvolvimentista e a proteção do meio ambiente devem visar igualmente o bem-estar da sociedade.

Contudo, em concordância com a opinião do autor *supracitado* (2001), questiona-se sobre de quem seria este propagado bem-estar? Uma vez que o desenvolvimento econômico, nem de longe beneficia a grande maioria, o que dirá comunidades diferenciadas como as indígenas. E como então promover a preservação do meio ambiente, em comunidades que sobrevivem da exploração dos recursos naturais de seus territórios? “Confinamentos” onde a população tem aumentado e os recursos estão em seu limite. A realidade é que os relatórios e acordos internacionais em sua grande maioria, não incluem realmente esses povos no planejamento do desenvolvimento mundial, pois, o “índio” nem sempre participa ou é consultado quanto as suas aspirações de desenvolvimento.

---

<sup>10</sup> Conceito elaborado em 1987, na Noruega, por meio do documento “Nosso Futuro Comum”, conhecido como “Relatório Brundtland”, sobrenome da primeira-ministra Gro Harlem Brundtland, que presidiu a Comissão Mundial de Meio ambiente e Desenvolvimento, formada pela ONU em 1983, documento esse onde os países se comprometiam a promover o desenvolvimento sócio-econômico, preservando o meio ambiente, e que previu também a realização da Rio 92, além de fazer parte de uma série de iniciativas anteriores à Agenda 21.

É importante salientar como o discurso protecionista do Estado, por um longo período, impôs limites à participação real do indígena na gestão de seu próprio desenvolvimento, seja da vertente convencional seja do ponto de vista sustentável. Nesse contexto, na visão de Gallois (2001), as reivindicações dos representantes indígenas de soberania e autonomia continuam não sendo devidamente atendidas conforme a demanda dos mesmos, que ainda convivem com a sombra da “tutela”.

Essa contradição, de todos conhecida, entre autonomia e tutela, é, portanto fundamental para introduzir qualquer discussão a respeito da relação entre povos indígenas e o desenvolvimento, no Brasil, especialmente no que toca aos condicionantes e à viabilidade de alternativas adequadas aos interesses desses povos, quando limitadas aos elementos definidos pela vertente comumente chamada sustentável. (GALLOIS, 2001, p. 169)

Conseqüentemente, o que diferencia o desenvolvimento convencional do desenvolvimento considerando a perspectiva do etnodesenvolvimento, é que o último, além de garantir a autonomia indígena e a especificidade perante o “mundo dos brancos” de acordo com Lima e Hoffmann (2002, p.19), os trabalhos supõem:

(...) certos padrões étnico-morais sobre os modos como o “mundo dos brancos” se posicionará em relação à vida desses grupos diferenciados, levantando, entre outras questões, as de quais valores serão acionados, que tipos de aliança esses valores embasarão e com que setores, sob que formatos jurídicos e a partir de que graus de flexibilização por parte do Estado brasileiro em face da ordem econômica globalizada essas alianças serão mais viáveis.

Contudo, desde a entrada de recursos do exterior para esses povos, o Estado tem realizado intervenções na questão indígena de acordo com a lógica das instituições multilaterais internacionais de financiamento que determinam e padronizam a forma de elaboração e execução dos projetos de políticas públicas.

Segundo Verdum (2002), a discussão latino-americana sobre etnodesenvolvimento surgiu a partir de 1981, com uma reunião de especialistas em etnodesenvolvimento e etnocídio na América Latina, em que o conceito se formou como uma crítica às teorias desenvolvimentistas, que viam as sociedades indígenas como obstáculo ao desenvolvimento, modernização e progresso.

O importante, porém, é que diferentemente das perspectivas de desenvolvimento no formato convencional, o etnodesenvolvimento<sup>11</sup> assegura a relação entre “índios” e “brancos”, tanto classes dominantes quanto instituições indígenas, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e servindo, sobretudo,

---

<sup>11</sup> Mesmo que ainda mais nos discursos que em ações e mesmo que mais na concepção tecnocrática do marco conceitual do que na aspiração indígena.

para se pensar as formas e vantagens do relacionamento entre ambos. Neste contexto, Lima e Hoffmann (2002, p. 24) acreditam que:

Embora pretenda apoiar “estratégias de desenvolvimento estabelecidas a partir da visão dos povos indígenas sobre sua história, seus valores, seus interesses e seus objetivos de futuro”, essa preocupação ainda estabelece como meta a preparação dos “povos indígenas para atuar no sistema de relações de mercado globalizadas”, o que por si só demarca os limites da proposta em questão.

No entanto, não se pode deixar de se considerar que existe uma significativa diferença de visão de mundo, entre indígenas e não indígenas, mesmo que os primeiros seja uma sociedade crescentemente envolvida por um mundo globalizado. E por ser uma relação tão complexa entre indígenas e os demais seguimentos da sociedade, uma única instituição pública, como a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, por exemplo, não contempla todas as aspirações de um etnodesenvolvimento indígena. A gestão e os cálculos administrativos devem ser realizados segundo a ótica local ou regional, não deixando de fora dispositivos em escala nacional. Para completar a questão segundo ainda estes autores (2002, p. 27):

Sem diálogo intercultural com base no respeito à diferença de projetos de futuro, não há o que planejar: arriscamo-nos apenas, sob as novas vestes da década - sustentabilidade, parceria, participação etc. - a repetir o pior da tutela e do clientelismo de Estado.

Como visto anteriormente, o desenvolvimento convencional apresenta diversos indicadores econômicos, no entanto, levando em consideração o contexto do etnodesenvolvimento, como base conceitual das políticas públicas do Estado em relação às sociedades indígenas nacionais, Azanha (2002, p. 32) fornece outros indicadores ou metas como:

(...) a) aumento populacional, com segurança alimentar plenamente atingida; b) aumento do nível de escolaridade, na “língua” ou no português, dos jovens aldeados; c) procura pelos bens dos “brancos” plenamente satisfeita por meio de recursos próprios gerados internamente de forma não predatória, com relativa independência das determinações externas de mercado na captação de recursos financeiros; e d) pleno domínio das relações com o Estado e agências de governo, a ponto de a sociedade indígena definir essas relações, impondo o modo como deverão ser estabelecidas.

Porém, para atingir essas metas necessárias na execução de projetos que visam o etnodesenvolvimento, tal autor ainda (2002, p. 32) ressalta alguns pressupostos:

a) segurança territorial, satisfazendo plenamente as necessidades de expansão da sociedade indígena; b) usufruto exclusivo dos recursos naturais; c) demanda por produtos manufaturados e meios para consegui-los; d) tempo empregado na geração de recursos financeiros internos para a aquisição de produtos manufaturados; e) escala ou nível das necessidades impostas pelo contato e identificação de como cada sociedade indígena específica fixa ou fixou esse nível; e f) internacionalização dos recursos financeiros gerados pelos canais tradicionais de distribuição e circulação.

### **1.1. O Cenário geral das Políticas Públicas em comunidades indígenas: um breve histórico**

Para compreender um pouco a trajetória das políticas públicas e seus impactos nas terras indígenas, especialmente na aldeia Limão Verde, de etnia Terena, situada no município de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, este trabalho apresenta um breve histórico sobre o assunto, enfatizando os principais problemas que ocasionam muitos insucessos na implantação de projetos e programas de iniciativa pública.

O conceito de “índio” ou “indígena” foi construído socialmente dentro de um contexto histórico, de lógicas e relações interculturais diferentes, de acordo com regime político de cada época, evidenciando o Estado como interventor e mediador dos assuntos de questão indígena. Nas últimas décadas do século passado, com o crescimento de entidades de representação indígena, o índio tem se apresentado não mais como sujeito passivo e sim como ator participativo e integrante da política nacional.

Baseado em Peres (2003), faz-se aqui um resumo histórico no contexto de desenvolvimento. Considerando primeiramente o período de colonização, em que os indígenas ou eram tratados como aliados por interesse dos colonos, na exploração da mão-de-obra e na propagação da fé - período de catequização - por meio das missões, ou eram considerados inimigos, os que na aldeia viviam e não se submetiam aos colonizadores e permaneciam com seus costumes e sua organização sócio-política. Por isso, eram capturados, escravizados, levados para aldeias de missionários entre outras barbáries.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Até o século XIX, os indígenas libertos foram submetidos à tutela não coletiva do Estado e somente no século XX, foram considerados relativamente incapazes perante a lei e tutelados, de forma coletiva, pelo Estado republicano.

Na década de 1950, segundo o autor, instaurou-se uma nova concepção de terras indígenas, com a delimitação dos territórios, onde fora proibida a fixação do branco, com objetivo de preservação de sua cultura. Isso se deu, após a criação do Parque Nacional do Xingu<sup>13</sup>, obviamente, que não estavam descartados os motivos estratégicos de controle fundiário e integração nacional do Estado. Não havia ainda a preocupação com a quantificação de terras reservadas às comunidades indígenas, pois essa política fundiária possuía apenas o caráter “civilizador”. Esta ocorreu, principalmente, devido à propaganda durante o Estado Novo, da “Marcha para o Oeste”, quando ocorreu a ocupação do nordeste do Mato Grosso, expondo muitos grupos indígenas ao contato com a sociedade ocidental.

Pode-se dizer que, um dos primeiros contatos dos povos indígenas com tais iniciativas políticas, foi promovido a partir de 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio - SPI - na gestão, do então, Presidente da República Nilo Peçanha. Surgiu com o objetivo de proteger os indígenas do total extermínio, causado por diversos conflitos que marcaram sua história desde os tempos coloniais, deixando claramente, apesar de diversos problemas de cunho administrativo, uma política “integracionista” de assistencialismo e uma fundamentação ideológica baseada no positivismo (PERES, 2003) que se encontra, com uma nova roupagem, até os dias atuais.

Nesse período, ainda de acordo com o autor *supracitado*, o indigenismo no Brasil baseava-se em princípios evolucionistas e integracionistas, conduzindo os indígenas a assimilação à nacionalidade promovida pelo Estado, para proteger estes povos do extermínio. O órgão estatal desenvolvia a política indigenista do governo, por meio da gestão e da distribuição de recursos para fomento agropecuário, além da responsabilidade de mediar conflitos dentro das aldeias, pautados sempre, na prática da tutela como elemento estrutural da política governamental, por isso:

(...) até então não havia preocupação com a preservação e respeito pela cultura indígena enquanto direito coletivo e base para uma política pública específica a ser implementada pelo Estado, logo enquanto uma condição para o exercício de uma cidadania diferenciada. Os índios eram pensados como um empecilho segundo os interesses geopolíticos do Estado Colonial Português, dos Estados Imperial ou Republicano brasileiros. A solução para tal problema era o extermínio ou a assimilação à cultura ocidental; o genocídio ou o etnocídio. (PERES, 2003, p. 5):

---

<sup>13</sup> Denominado atualmente de Parque Indígena do Xingu, criado pelo Governo Brasileiro (Jânio Quadros) em 1961, no Estado de Mato Grosso, através do Decreto 50.455 de 14 de abril de 1961, somando um total de cerca de 28.000 Km<sup>2</sup>.

Em 1967, o Serviço de Proteção aos Índios foi substituído<sup>14</sup> pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI - criada da necessidade de uma nova forma institucional de protecionismo e vinculada ao Ministério do Interior, que durante a ditadura teve participação em projetos de desenvolvimento do país. Levava em consideração a proposta patriótica de integração nacional, promovendo uso indiscriminado de terras indígenas em nome do desenvolvimentismo nacional, com a abertura de estradas, a entrada e os primeiros contatos na região Amazônica, além, de viabilizar projetos financiados por capital internacional.

Ocorreram diversas mudanças em consequência dessa substituição, principalmente, em cumprimento às exigências internacionais de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, devido a denúncias que se projetaram mundialmente através da imprensa brasileira, tornando possível a “proteção real” e “efetiva” das populações indígenas existentes no país. A pressão norte-americana e européia, inclusive com ameaças de corte de recursos financeiros internacionais ao país, principalmente, vinda do Banco Mundial, promoveu uma mudança de postura das lideranças militares<sup>15</sup>, dando oportunidade à realização de trabalhos e projetos por profissionais de outras áreas, principalmente, antropólogos e pesquisadores em geral. Assim, iniciaram projetos de políticas públicas junto às populações indígenas, distinguindo-se das antigas ações no que diz respeito à participação desses atores.

Após esses acontecimentos, o Estado se viu obrigado a incluir nos projetos de políticas públicas de desenvolvimento, as reivindicações de cunho indígena e ambiental, para obter financiamentos internacionais. A partir desses fatos, as organizações indígenas, inserem em seus discursos de autonomia e de problemática fundiária, o discurso da preservação ambiental legitimando suas aspirações.

Todavia, faz-se mister um apêndice, pois, neste início de século XXI, é inaceitável que por conta de recursos financeiros internacionais, coloque-se em risco o etnodesenvolvimento originado da demanda das bases interessadas. Evitando que os países financiadores tracem metas de como o planejamento para a sociedade indígena do país deva ser realizado. Esse planejamento, portanto, deve ser local e/ou regional, de acordo com cada sociedade e organização etnicamente diferenciada.

---

<sup>14</sup> Momento marcado por denúncias de corrupção e genocídio de indígenas.

<sup>15</sup> O Estatuto do Índio - Lei 6.001/73 - de 1973, surge como estratégia do regime militar para melhorar sua imagem frente ao exterior, quanto às cobranças internacionais de efetiva proteção aos povos indígenas.

Talvez, atualmente, a sociedade dominante esteja refletindo um pouco mais sobre a importância da participação desses e de outros segmentos etnicamente ou de alguma forma diferenciados, para que se possa pensar no país como um todo, tanto na valorização, quanto na garantia da existência das diferenças. Assegurando, dessa forma, a reciprocidade, através de trocas de informações e conhecimentos, sendo necessária a implementação de políticas públicas específicas e diferenciadas.

Deste modo, surgiram alguns eventos<sup>16</sup> voltados às propostas de políticas de desenvolvimento “alternativo” ou “etnodesenvolvimento” e para elaboração de projetos futuros, fazendo emergir, também, uma nova visão sobre o “índio” como “vítima”, onde o etnocídio se torna um crime contra a humanidade. A Declaração de Barbados que resultou do Simpósio sobre Contato Interétnico na América do Sul, criticou a atuação do Estado, dos missionários e dos antropólogos e promoveu o pensar sobre como se empenhar na luta dos povos indígenas em busca da autodeterminação, devolvendo o direito dos mesmos de serem autores e beneficiários dos projetos de desenvolvimento. É nesse contexto, que muitas ONG's - Organizações não governamentais - começam a apropriar-se do termo etnodesenvolvimento, apoiando comunidades que tenham a iniciativa e a capacidade de se libertar do processo de dependência e “se tornem sujeitos de seu próprio desenvolvimento”, segundo Gallois (2001, p. 170).

Em 1972, surge o Conselho Indigenista Missionário - CIMI - uma entidade não governamental criada pela pastoral da Igreja Católica e adeptos da Teologia da Libertação, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Atuou através de seus missionários em diversas áreas, promovendo movimentos e assembléias nas terras indígenas, em que o índio deveria se libertar e objetivar sua autonomia e soberania negada pelo Estado. Essa forma de ação do CIMI contribuiu para se estabelecer e fortalecer os discursos de “indianidade” no Brasil, nas últimas décadas do século XX. Na década de 1980, continuaram a surgir associações civis e organizações não governamentais diferenciadas, muitas financiadas por igrejas e fundações de origem nacional e internacional, com intuito de promover a “indianidade”, refletindo sobre os modelos sustentáveis de desenvolvimento, permitindo o resgate cultural e a preservação dos recursos naturais dos ecossistemas locais.

---

<sup>16</sup> Reunião de Barbados, em 1971, e Reunião de Peritos sobre Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina, em 1981.

Aos poucos, percebeu-se a crescente ineficácia da FUNAI em diversas questões indígenas no país. Gerando margem para o desenvolvimento de ações realizadas por pesquisadores e estudiosos, em programas, em associações, em conselhos e em organizações governamentais e não governamentais de forma geral, para iniciar um trabalho voltado ao levantamento de dados, isto é, para o mapeamento dessas populações, principalmente, para auxiliar em projetos futuros de desenvolvimento das comunidades tradicionais.

A partir de 1985, com o primeiro governo civil após vinte anos de governo militar, o então Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD - começa a debater sobre propostas relacionadas à demarcação de terras indígenas e retira da FUNAI parte da responsabilidade dos processos fundiários, criando, também, nesse ano, a Coordenadoria de Conflitos Agrários e a Coordenadoria de Terras Indígenas, formadas, principalmente, por antropólogos. A Procuradoria Geral da República, também, teve sua participação nesse momento, relacionada à Constituição de 1988, além da participação da Secretaria do Meio Ambiente - SEMAM - nas questões indígenas. Com o crescimento da participação das questões indígenas no Estado, alguns projetos e ações estratégicas de desenvolvimento poderiam se ampliar. Mas também, faz-se necessário salientar que essa participação impossibilitou algumas realizações que visavam os interesses econômicos das classes dominantes, principalmente, na região Norte, que teria a intenção de desapropriar algumas comunidades indígenas locais.

Com a Constituição de 1988, no que se refere ao fim da tutela, houve uma expansão das organizações dentro das aldeias, com o surgimento de inúmeras associações, federações, conselhos entre outros, com capacidade processual civil. Promoveu um aumento da visibilidade no cenário nacional e internacional, pois agora poderiam se fazer representar judicialmente, quando violados seus direitos pelo Estado ou do não cumprimento pelo mesmo de garantir os direitos constitucionais indígenas.

Aos poucos, como era de interesse internacional, as causas indígenas foram assimiladas com as causas ecológicas e de preservação dos recursos naturais, se apresentando crescentemente como parte integrante dos discursos ambientalistas nacionais e do exterior. Com isso, grande parte dos problemas de cunho fundiário e desenvolvimentista foi transformada em um único propósito, o polêmico “desenvolvimento sustentável”. Como ressaltam Lima e Hoffmann (2002, p.17):

(...) reconhecer sem dificuldade que o modelo tutelar que constituiu a FUNAI encontrou seu fim legal com a Constituição de 1988 e seus desdobramentos, e, por outro, que sem avaliações claras e objetivas da complexidade da situação indígena no Brasil, sem novos projetos de futuro decorrentes de um padrão de diálogo intercultural e inter-social e sem um novo instrumento de regulação das relações com os povos indígenas no Brasil, alguns dos piores aspectos da tutela podem aflorar.

Na década de 1990, as ONG's indigenistas assumem o papel de interlocutores essenciais aos programas governamentais de desenvolvimento sustentável<sup>17</sup>. O indígena então, passa de entrave para a civilização, para modelo de experiências pós-modernas de geração de riqueza sem degradação ambiental.

Verifica-se nesta década, que houve uma substituição do modelo de definição e implementação de políticas públicas em que o Estado definia tudo, promovendo uma gestão centralizada. Passando, então, a um modelo em que várias instituições governamentais dividem a responsabilidade da questão indígena, cada qual em sua área: saúde, educação, agropecuária, meio ambiente, dentre outras, planejando e executando ações setoriais. No entanto, observa-se que essa mudança gerencial, não conseguiu superar a desarticulação dos órgãos na implementação de ações, gerada por conflitos ocorridos no interior do Estado.

Não cabe trabalhar aqui, detalhadamente, sobre os problemas enfrentados pela FUNAI, porém, é interessante ressaltar que grande parte dos governos anteriores, desde Fernando C. de Mello, Itamar Franco e Fernando H. Cardoso até o governo atual de Luiz Inácio Lula da Silva, deixaram de tomar medidas necessárias à reestruturação da FUNAI, que se encontra sem condições de um atendimento efetivo de qualidade, segundo grande parte dos funcionários e indígenas. Segundo Lima e Hoffmann (2002, p. 17) "inexiste hoje, no plano de administração pública, uma política indigenista federal, isto é um planejamento de governo transformado em diretrizes para ação (...)".

Contudo, apesar da limitação de atuação da FUNAI nas comunidades indígenas, os Postos Indígenas - PIN - e suas atividades no campo de administração e organização continuam a existir dentro das aldeias, com significativa importância, fazendo essa conexão entre as comunidades indígenas e a sociedade não indígena. O que se observa com a entrada e saída de governos é a implementação de projetos e programas, com um formato diferenciado, porém, o não rompimento do clientelismo ou paternalismo que ainda se faz comum a todos.

---

<sup>17</sup> Base dos temas paradigmáticos das ONG's, desde a década de 1970, segundo Peres (2003).

As propostas de projetos nas terras indígenas se resumem, principalmente, em projetos de fomento para o etnodesenvolvimento, porém, para tanto é necessário que o suporte técnico e político leve em consideração a diversidade desses povos, de maneira que os mesmos possam sobreviver com a mínima autonomia diante do posicionamento que a sociedade não indígena apresenta em relação aos mesmos.

Fica bastante claro que os últimos governos, tanto no final do século passado quanto no início desse, evoluíram bastante quanto à necessidade de implantar a construção e gestão participativa dos projetos e programas. Porém, ainda verificam-se muitas limitações quanto a esse conceito, que deveria ser revisto e que poderia significar, talvez, a solução encontrada para algumas causas do não sucesso de muitas iniciativas governamentais e não governamentais. Ainda em relação à garantia de direitos e valorização desses povos, como parte integrante da promoção de políticas públicas, é cogente a revisão da legislação brasileira quanto a questões fundiárias e de patente ou de reconhecimento dos direitos pelos saberes tradicionais intelectuais coletivos, pertencentes a esses povos.

No Estado de Mato Grosso do Sul, é bastante comum verificar um cenário característico e generalizado de insuficiência de terras, pertencentes aos povos indígenas para que os mesmos possam sobreviver com dignidade e qualidade de vida. Os Terena (MS) conseguiram preservar uma pequena parte de seus territórios, e o fizeram através de processos de luta<sup>18</sup>, com o auxílio do extinto Serviço de Proteção aos Índios e posteriormente Fundação Nacional do Índio. A partir de 1970, organizações não governamentais missionárias, de proteção aos direitos humanos, ambientalistas e indigenistas auxiliaram também essas populações a defenderem o pouco de terras e de recursos naturais que lhes restaram. Muitas comunidades indígenas vivem hoje em terras por estes segmentos demarcados. Esse cenário se deve principalmente a história dessas comunidades, marcada por sucessivas lutas e perdas de seus territórios, tradições e costumes com o processo de colonização. De acordo com Altivater (1995, p. 30):

Como os ecossistemas globais são limitados, outras espécies de natureza viva são reprimidas e por fim eliminadas. A sociedade industrial reduz a

---

<sup>18</sup> Após a guerra entre o Paraguai e o Brasil, na segunda metade do século XIX, onde os Terena lutaram ao lado das tropas brasileiras, os mesmos voltaram a instalar-se nos antigos locais e tiveram que competir com pecuaristas, que naquele período, começaram a invadir a região. Fato notável é que ainda hoje perdura na memória do povo a imagem de ter lutado contra os colorados (é como os índios denominam os paraguaios), usando apenas "*varas de pau*" enquanto aqueles usavam armas de fogo. Esta imagem é reproduzida por todos os anos através da dança do "*Bate Pau*" (EMPAER, 1997).

multiplicidade natural. Não é somente na disputa concorrencial num plano do sistema econômico que ela apresenta tendências monopolistas. Concorrentes são eliminados (de maneira simples e comovente) na medida em que lhes são retiradas as bases vitais: concorrentes que não conseguem se defender, povos indígenas (...).

Antes da inclusão das formas de economia capitalista e/ou externa adentrar as aldeias, os indígenas conseguiam sobreviver e suprir suas necessidades básicas. Hoje, no entanto, assiste-se a uma crescente demanda por programas sociais<sup>19</sup>, principalmente, pela dimensão de seus territórios que na maioria dos casos são insuficientes para segurança alimentar e geração de renda. Além de solos com baixa produtividade, ocasionando a busca incessante por trabalho assalariado, que na maior parte das vezes torna-se mão-de-obra barata na cidade, fazendas ou em usinas de álcool. De acordo com Brand (2001, p. 67) “são, porém, relevantes os processos de mudança cultural em curso, as transformações resultantes do impacto com o entorno e a visão de mundo que norteia estes povos no limiar do novo milênio”.

Apesar de tantas ações e intervenções públicas, pode-se dizer que as populações indígenas ainda necessitam de grandes esforços e iniciativas para conquistar seus direitos, valorizando as diferenças culturais, o patrimônio e seus saberes, mostrando que ainda há muito que se realizar quando se aborda a relação “interétnica” e “intercultural”. Fazendo uma avaliação clara e objetiva, é cômodo atribuir os insucessos à FUNAI e a muitos órgãos públicos que atuam na questão indígena, difícil é encontrar instrumentos, por meio das políticas públicas, através de projetos e/ou diálogos, que tornem efetivamente realidade, o chamado “etnodesenvolvimento” dos povos indígenas no Brasil.

A territorialidade na questão indígena é um assunto complexo e de extrema importância, já que é visível o desrespeito quanto aos direitos de posse e uso de territórios por esses povos. Afinal, a mais de quinhentos anos, apesar do reconhecimento da existência de milhares de indígenas, os territórios foram divididos, apropriados e negociados, conforme a vontade dos colonizadores, como “terras de ninguém”.

Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que em Mato Grosso do Sul, a questão territorial tem sido uma das grandes vilãs da história desses povos. De acordo com Santos (2002, p. 10):

---

<sup>19</sup> Bolsa escola, segurança alimentar, fomento a agricultura, geração de renda entre outros.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Com o discurso do “paganismo” e da necessidade de civilizar essas populações “selvagens” e “primitivas” “em nome de Deus”. Os colonizadores e/ou civilizações ocidentais, o fizeram por meio de genocídios - etnocídios - definindo como os territórios deveriam ser divididos, a quem seriam de direito e como os “aborígenes” deveriam se portar, para que pudessem viver e fazer parte da sociedade civilizada, ocasionando uma dissolução da diversidade cultural. Segundo Lima e Hoffmann (2002, p. 134):

Décadas (às vezes séculos, como foi o caso dos Guaranis e muitos outros) de proselitismo religioso e outras pressões de cunho material e ideológico deixaram suas marcas, mas não chegaram a anular a especificidade histórica e sociocultural de povos tidos como “deculturados”, vítimas irreversíveis de um etnocídio que se pensava absoluto.

Apesar das iniciativas do Estado, pós-Constituição de 1988, na demarcação de terras indígenas, os interesses são questionáveis, já que demonstravam ter mais interesse em envolver e/ou integrar essas populações no sistema capitalista ocidental, através das políticas públicas de inclusão social, do que reconhecer concretamente a demanda, os interesses e os direitos indígenas.

Os indígenas, em sua maioria, não vivem mais em suas áreas de origem e sim, naquelas em que ocuparam que foram demarcadas ou em terras em que o Governo Federal e a sociedade acharam mais conveniente política e economicamente, para a sua sobrevivência, sua reprodução física e cultural. Esses processos são bastante lentos, burocráticos e duram anos para que ocorra a regularização desses territórios e mesmo assim, em alguns casos, ocorrem novas alterações de seus limites, normalmente tendendo a diminuição, devido a renegociações e/ou invasões da sociedade não indígena.

No Brasil, nesse início de século, são encontrados “mais de 300.000 índios, distribuídos em cerca de 590 terras descontínuas (...) essas terras não correspondem aos territórios historicamente ocupados por esses grupos (...)” de acordo com Gallois (2000, p. 01). São conhecidas mais de 200 etnias no país, que falam aproximadamente 170 línguas diferentes e classificadas em 19 famílias lingüísticas. O Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do

Brasil, cerca de 60.000 pessoas, perdendo apenas para o estado do Amazonas. A Fundação Nacional de Saúde - FUNASA - reconhece apenas 45 mil índios aldeados, os que vivem nas periferias das cidades, mais de 15 mil índios<sup>20</sup>, residem em 22 municípios de norte a sul do Estado, morando e trabalhando em condições precárias.

Pode-se afirmar que o Mato Grosso do Sul é constituído hoje, por cinco etnias principais, em se tratando de contingente populacional, com línguas e organizações diferenciadas, a saber: Terena a maior com cerca de dezoito mil pessoas; Guarani-Kaiowá; Kadiwéu; Ofaiet e Guató, afóra remanescentes de outros grupos, dentre eles: os Camba, os Kinikinao e os Atikun.

Os antropólogos, no processo de regularização fundiária, possuem a função de delimitar essas terras indígenas, através de informações cedidas pelos próprios povos e também por meio de trabalho e observações práticas de campo nessas áreas. Esse trabalho se torna muito difícil à medida que o conceito de território para o indígena é diferente do conceito para a sociedade ocidental. E, para auxiliar no trabalho de delimitação de território junto aos antropólogos, os indígenas são “orientados” a assimilar tal conceito, imposto por nossa sociedade, partindo de princípios técnicos e matemáticos, sem muitas vezes ter a possibilidade de reivindicar a extensão real de terra que é sua por direito<sup>21</sup>.

Quanto ao conceito de território indígena Lima e Hoffmann (2002, p. 144) afirmam:

Território não é algo externo a ser possuído: é expressão de sua localização relacional na teia geral das formas de vida. Poderíamos dizer que, de modo geral, as sociedades indígenas não concebem a posse da terra, mas se reconhecem como uma das expressões das formas de vida que a compõem, cujo conjunto, em contraposição, nossa sociedade chama de natureza, opondo-o a um outro gênero - humanidade - que dele se destaca, objetivando-o.

Os indígenas, após o acesso ao mundo capitalista com seus conceitos e significados, sofriam com um dilema. No qual deveriam optar: manterem-se originais, na condição de “aborígenes”, “selvagens” - entre outros adjetivos - para continuarem recebendo diversos benefícios por meio de programas compensatórios e

---

<sup>20</sup> Esse contingente populacional que vive nas periferias das cidades é resultado do abandono de suas terras a procura de melhores condições, portanto, o que se verifica é um aumento de indígenas em fazendas e nas cidades.

<sup>21</sup> É interessante a forma com que os indígenas se comportam, se inserem, se relacionam, dentro de um território, juntamente com a natureza, caracterizando o local e criando sua identidade. Portanto, assim como o território, a natureza também não é externa aos indígenas.

“assistencialistas”<sup>22</sup>, ou então, perderem parte de sua identidade e legitimidade, do ponto de vista do não índio, “assimilando” e incorporando, cada vez mais, conceitos de modernidade e visões de mundo da civilização ocidental. Podendo com isso, terem seus direitos questionados e até contestados. Porém, observa-se que já se decidiram, convivendo e se adaptando à modernidade, sem perder sua identidade indígena, ocorrendo, porém, inevitavelmente, a substituição de alguns costumes e técnicas tradicionais.

As comunidades indígenas possuem uma relação histórica com suas terras, assim como, as demais comunidades tradicionais, e durante décadas desenvolveram técnicas para trabalhar suas terras e um conhecimento científico tradicional holístico sobre as mesmas durante muitas gerações. E é por isso que essas comunidades são consideradas, pela sociedade ocidental, como capazes de desenvolver práticas racionais em suas terras. Do mesmo modo, as políticas públicas implementadas de cunho ambiental e sustentável devem fortalecer e incentivar o papel dessas comunidades nesse processo. Estas ações, porém, são dispersas e insuficientes e a problemática ambiental nas áreas indígenas, de acordo com o Programa Pantanal (2002, p. 05):

(...) está a merecer um tratamento de maior profundidade, no que diz respeito à suspensão do desmatamento, da erosão dos solos e da poluição dos recursos hídricos, sob pena de evoluir para processos irreversíveis de degradação destes recursos a curto e médio prazo.

Segundo Verdum (2005), na década de 1990, foi implementado o Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas - PDPI - do Ministério do Meio Ambiente, desfazendo antigos padrões assistencialistas de atendimento. E, em 1999, o Governo Federal elaborou um Plano Plurianual - PPA 2000/2003 - no qual foram incluídas ações, até então dispersas, que foram agrupadas em dois grandes programas: Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas e Território e Culturas Indígenas.

Essas iniciativas significaram uma relativa abertura para a participação indígena, reforçando o que já havia ocorrido quando da reforma administrativa na década de 1990, em que vários setores ficaram responsáveis pela implementação de políticas indígenas, possibilitando o surgimento de conselhos consultivos e deliberativos, em que as comunidades indígenas começaram a ter “voz e vez”.

---

<sup>22</sup> Comumente transferidos a comunidades tradicionais pelos Governos Federal, Estadual e/ou Municipal.

Posteriormente, em maio de 2001, foi realizada a III Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, em Goiás, que constatou a necessidade da elaboração e implementação de uma política de “desenvolvimento sustentável” e recuperação do meio ambiente em terras indígenas, por meio de processos interinstitucionais, tais como entre: FUNAI, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, dentre outros, visto que os problemas de saúde estão relacionados com diversos outros fatores. Um outro assunto debatido no evento foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - no qual embora os indígenas fossem considerados beneficiários do Programa, desde o Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, os critérios e procedimentos considerados rígidos, dificultavam, e ainda dificultam, o acesso dos indígenas às linhas de crédito, sendo então propostas, algumas sugestões para facilitar o alcance a esse tipo de programa governamental. Esse assunto foi novamente discutido no encontro promovido pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB - e a FUNASA, em Manaus, em dezembro de 2001.

Em uma reunião da Comissão Internacional de Saúde do Índio - CISI -<sup>23</sup> definiu-se a realização do seminário Proposta de Política Pública de Auto-Sustentação Alimentar e Etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas, realizado em novembro de 2002, em que foi aprovada a proposta de realização das oficinas regionais, que seriam executadas por técnicos governamentais e representantes indígenas, com o objetivo de consultar as sociedades indígenas e coletar informações como: principais problemas, demandas e potenciais, e fundamentando-se na resposta, elaborar uma proposta de política nacional de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas do país.

Nas oficinas, conforme descrevem Verdum e Moreira (2005, p. 10):

(...) foram identificadas e debatidas as principais necessidades e propostas das comunidades e organizações indígenas sobre os seguintes pontos: o reconhecimento e a garantia de seus territórios; a proteção, a recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais; as atividades produtivas (auto-sustentação e renda); o papel da assessoria técnica no fortalecimento da capacitação local; a situação alimentar e nutricional nas terras indígenas, bem como alternativas culturalmente adequadas a essa situação; a saúde indígena e os serviços de atenção a ela; a política de educação escolar indígena e sua implementação nos diferentes níveis de formação; e a necessidade de uma maior participação e controle social indígena sobre as políticas públicas que os afetam.

---

<sup>23</sup> Órgão de assessoria do Conselho Nacional de Saúde - CNS - responsável pelo acompanhamento da implementação de políticas voltadas à saúde indígena no país.

O documento final foi elaborado no Fórum Nacional para Elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Brasil, no Distrito Federal, em dezembro de 2003. Sendo entregue, posteriormente, ao Congresso Nacional, em audiência pública realizada na Comissão de Agricultura de Política Rural da Câmara e entregue, também, ao então secretário geral da Presidência da República, em audiência no Palácio do Planalto. Porém, segundo Verdum e Moreira (2005), passados dois anos, as ações do Estado ainda não atingiram as expectativas levantadas. Foram realizados, ainda, promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - dois seminários e uma oficina de caráter interétnico e interinstitucional que, segundo os autores, por meio de intercâmbio de experiências e idéias, sugeriram propostas e insumos técnicos para políticas de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável em âmbito governamental.

De acordo com Fialho (2005), sobre os mecanismos públicos que trabalham sob a ótica da segurança alimentar e da auto-sustentação indígena, realizou-se o seminário Povos Indígenas e Desenvolvimento Sustentável, em maio de 2004. Sintetizando as iniciativas governamentais que se preocupam com mecanismos capazes de promover a segurança alimentar e territorial, a autonomia, o controle de recursos e processos decisórios, o fortalecimento das organizações e saberes locais. Nesse contexto, de acordo com Fialho (2005, p. 63), o evento propiciou a apresentação de iniciativas como:

- a) do Termo de Cooperação Técnica entre cinco ministérios para articulação de iniciativas na área de atividades produtivas voltadas para os povos indígenas; b) do PRONAF e os desafios que vêm sendo encontrados em seu direcionamento aos indígenas; c) da política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e suas especificações para a população indígena; d) da carteira de projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável; e e) do Programa Nacional de Merenda Escolar Tradicional.

Para Baniwa (2005, p. 94), nos últimos anos as tentativas diferenciadas de políticas tradicionais se resumiram em “experiências-piloto”, promovendo projetos participativos e inovadores, porém, insuficientes para modificar as práticas assistencialistas como o PDPI - Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas - e o PPTAL - Projeto Integrado de Proteção de Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal - para citar alguns.

Portanto, para o desenvolvimento de uma comunidade tradicional, deve-se levar em conta a demanda e as necessidades da mesma. Relacionando as

melhorias na escala econômica, política, territorial, relações sociais e culturais, buscando a qualidade de vida, a valorização dos recursos e atividades locais, a inclusão social, sem esquecer das necessidades de saúde, lazer, educação e geração de alternativas de renda dentro das comunidades.

Apesar da questão indígena, neste início de século, fazer parte da agenda do Estado Nacional em relação a projetos de desenvolvimento, o mesmo precisa rever, mesmo que gradualmente, o seu ponto de vista e sua forma de se relacionar frente às reivindicações desses povos, principalmente, através da criação de novas modalidades e instrumentos de fomento aos programas indígenas. Considerando isso, percebe-se o aumento considerável de criação de associações na modalidade de Organizações da Sociedade Civil - OSC - desde a década de 1980, e a articulação desenfreada com o “mercado de projetos”, a fundo perdido, da cooperação internacional privada, multi e bilateral, produzindo “hibridismos institucionais”, além de acessar fundos públicos setoriais e fragmentados, de acordo com Ricardo (2004, p. 124). Ainda, segundo o autor, mesmo aquelas sociedades indígenas que conseguem acessar esses projetos, sempre insuficientes e temporários, mantêm relações desfavoráveis com os mercados locais e regionais.

Para Lima e Hoffmann (2002, p. 148):

Os povos indígenas, à medida que aprofundam as relações com a sociedade nacional, têm passado a interferir mais ativamente na dinâmica sociopolítica da intermediação. Em um movimento que se expande e adensa, alguns povos indígenas vêm fundando entidades e associações, elaborando projetos (econômicos, educacionais, políticos), participando do mercado como produtores e consumidores, tornando-se eleitores e políticos, ocupando cargos públicos e participando da máquina estatal.

## **1.2. Políticas Públicas e a questão indígena: sucessos e insucessos na implementação dos projetos**

Antes de tecer qualquer comentário sobre o tema, deve-se deixar claro que o texto, em sua maior parte, refere-se à apenas alguns aspectos e por vezes mostra uma visão unilateral. Porém, cabe uma reflexão, afinal quais foram os projetos que alcançaram seja sucesso seja fracasso nos campos: social, econômico ou político? Estes chegaram a atingir o sucesso ou fracasso na visão de quem? Do índio ou do agente, seja governamental ou não. Enfim, acredita-se que os projetos sob ótica indígena e sócio-economicamente se tratando, dificilmente atinjam seus objetivos. Mas, que por outro lado, na visão do agente, alcancem com sucesso suas metas. Podendo ocorrer, também, que esses projetos atinjam resultados importantes,

relevantes e satisfatórios na ótica indígena, entretanto imperceptíveis ao formato traçado pelos agentes governamentais.

Durante décadas, principalmente, de 1950 a 1970, desenvolvimento foi sinônimo de industrialização e progresso alcançado por uma determinada sociedade. Com o progresso<sup>24</sup>, a industrialização e os avanços tecnológicos, fizeram-se necessária, a transformação dos recursos naturais em produtos e riquezas, além da imposição desses valores, como novas necessidades, principalmente, de consumo para a sociedade, proporcionando assim, a sua satisfação e o bem estar.

Esse “desenvolvimento” das sociedades periféricas foi alcançado por meio da dependência do capital externo internacional e conseqüente endividamento, o que tornava essa dependência um fator limitante para a continuidade do processo de industrialização. O progresso e a modernidade, portanto, eram considerados verdadeiros agentes de mudança social. Porque, esses processos de modernização influenciaram na visão de mundo e no comportamento da sociedade não indígena, principalmente urbana, e atingiram também a área rural e conseqüentemente as sociedades tradicionais indígenas.

O conceito de desenvolvimento nesse início de século, não se resume apenas em saber qual patamar uma nação alcançou de desenvolvimento tecnológico, econômico, progresso ou industrialização. Mas sim, sendo necessário para tanto, produzir riqueza e bens materiais, através do sacrifício e exploração desenfreada dos recursos naturais, resultando na atual “crise ambiental”.

O desenvolvimento, como discutido anteriormente, vai além desses conceitos, mesmo que ainda timidamente, já incorpora a satisfação das necessidades mais básicas do indivíduo para a sobrevivência e/ou o alcance da qualidade de vida das comunidades em geral. Talvez, hoje se consiga perceber, que a desconsideração do diferencial dessas populações e a necessidade de um tratamento próprio, representem uma das causas de inúmeros insucessos de iniciativas públicas e privadas em busca do desenvolvimento local.

Para o desenvolvimento de uma comunidade tradicional deve-se levar em conta a demanda e as necessidades da mesma, relacionadas, principalmente, a

---

<sup>24</sup> O progresso, que era o inverso de atraso, traria a modernidade e conseqüentemente a noção de riqueza e bem estar social, juntamente com o aumento do padrão de vida econômico, da renda *per capita*, do nível de escolaridade entre outros.

melhorias na escala econômica, política, territorial, relações sociais e culturais. Buscando a qualidade de vida, a valorização dos recursos e atividades locais, a inclusão social sem esquecer das necessidades de saúde, lazer, educação e geração de alternativas de renda dentro das comunidades. Quando não se leva em conta a demanda e não se discute todas as fases de um programa ou projeto a ser implementado, corre-se o risco de se transformar em mais uma oportunidade de captação de verbas pelas elites políticas para uso próprio em detrimento da real demanda do coletivo indígena.

Devem-se considerar, também, na concepção de projetos e alternativas sócio-econômicas, as situações próprias de cada etnia ou comunidade local, para não cometer o erro de formular “pacotes prontos”, por exemplo. Quanto à territorialidade, deve-se ponderar a existência de grande diversidade, já que, existem: povos com extensos territórios e outros em verdadeiros confinamentos, povos com terras contínuas e outros não, alguns com formas mais tradicionais de produção e outros que possuem acesso à tecnologia de ponta da sociedade ocidental e exploram de forma intensiva seus recursos, além de solos férteis em alguns casos e outros com problemas de erosão e improdutividade.

Para tanto, é necessário o empenho das instituições indigenistas, na capacitação de seus agentes e na pesquisa de campo, para assim após estudo e mapeamento de cada realidade, produzir recomendações válidas e formular alternativas sócio-econômicas úteis. É necessário compreender, que o desenvolvimento dos povos indígenas vai além dos problemas fundiários, pois de acordo com Verdum e Moreira (2005, p. 19-0):

As experiências dos últimos anos, no Brasil e em outras regiões da América Latina, revelam que a demarcação das terras indígenas representa apenas o primeiro, embora decisivo, passo para a auto-sustentação e o desenvolvimento dos povos. Indígenas. A demarcação física e sua regularização não impedem, de maneira automática, a presença ilegal de não-indígenas. Como se pode verificar no estudo coordenado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) em 1994 e 1995 sobre a segurança alimentar nas terras indígenas, de 198 terras com problemas de sustentação alimentar e fome 102 estava regularizado, 15 homologadas, trinta delimitadas e 25 identificadas.

Ao tecer reflexões sobre políticas públicas, se crê que as mesmas são idealizadas, construídas e concebidas com objetivo de promover o desenvolvimento sócio-econômico, respeitando e valorizando as características próprias, a “sustentabilidade” e a autonomia de cada cultura, principalmente ao se referir as

comunidades indígenas. Acredita-se, também, que a construção e execução sejam participativas, democráticas e que respeitem demandas, anseios e necessidades dessas comunidades, sejam elas de curto, médio ou longo prazo. Imagina-se, também, que dentro das propostas, estejam previstos os impactos, ora positivos ora negativos, e fatores de risco da implantação dessas políticas, através de monitoramento e avaliação. Porém, esse ideário ainda não é completamente real.

De acordo com as metas do governo federal, no triênio 2003-2006, de implementação de políticas de segurança alimentar, de geração de renda, de regularização fundiária, entre outros, surge a problemática indígena, bastante polêmica, de mortalidade infantil, causada por subnutrição e desnutrição, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul, que fez com que a opinião pública nacional perceba-se com maior intensidade a presença dos povos indígenas no Brasil e particularmente na região.

De acordo com a FUNASA<sup>25</sup>, em 2001, já estava previsto o quadro de desnutrição e de subnutrição que assolavam as famílias indígenas, revelando que entre os Terena, 5% a 10% delas estavam ameaçadas pela fome. Quanto às etnias, Guarani e Kaiowá, os relatórios da FUNASA diziam que entre 40% e 60% das famílias sofriam com a falta de alimentos. Em 2004 e 2005 foram dezenas de crianças mortas por desnutrição e centenas em estado de risco, para tanto, foram tomadas medidas emergenciais de entrega de cestas básicas pelos governos estadual e federal.

Segundo Maluf (2001, p. 166), nesse contexto de programas emergenciais de segurança alimentar:

Retirar o objetivo da segurança alimentar do campo das políticas compensatórias e das exclusivamente setoriais implica ir além da visão convencional que a transfigura em um problema de alimentação associado à fome e à desnutrição, para o qual recomenda-se políticas chamadas sociais ou compensatórias. Embora sejam necessárias e quase sempre tenham caráter emergencial, essas políticas são notoriamente insuficientes. Assim, ganham destaques as condições políticas e econômicas necessárias a recuperação do nível do emprego, a criação de oportunidade de trabalho e à elevação dos salários reais.

Os Governos Municipal, Estadual e Federal e as organizações não governamentais, investem recursos em projetos e programas de segurança alimentar e geração de renda dessas etnias, no entanto, até então não havia o

---

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br>>.

interesse significativo da sociedade em questionar ou até mesmo avaliar as ações desses programas e projetos implantados através das políticas públicas e seus resultados concretos. Hoje, porém, a situação está se revertendo, parte devido à problemática nas aldeias de Dourados (MS). E o que se verifica, é a escassez de documentos sobre acompanhamentos, sobre avaliações e sobre resultados relacionados a essas políticas que estejam disponíveis à sociedade.

É notório o início de ações de substituição da fase de projetos governamentais “a fundo perdidos”, e de caráter demonstrativo, visando a promoção política, para uma fase de projetos locais e participativos. Porém, para sacramentar essa “nova era”, o Estado Nacional deve implementar políticas públicas, buscando superar o regime tutelar, protecionista e assistencialista, fixando uma política em que o indígena é o sujeito do processo, permitindo uma autonomia na íntegra em relação ao controle de seu território e da exploração dos recursos nele contido, compensando o desequilíbrio estrutural das comunidades indígenas nas relações de poder e permitindo a ampliação de oportunidades financeiras com a sociedade do entorno.

### **1.3. A atuação dos agentes de Políticas Públicas em terras indígenas: o discurso e o real**

É necessário rever certos conceitos como a valorização cultural<sup>26</sup>, que não é o único fator relevante para a sobrevivência da sociedade indígena, uma vez que, as técnicas de produção ocidental já foram apropriadas ao seu modo de produção. Um exemplo disso é a tentativa, quase sempre frustrada, de substituir a utilização de patrulhas agrícolas e espécies vegetais altamente produtivas, pela tração animal ou sementes nativas crioulas de menor produção.

De acordo com os discursos dos agentes, o objetivo de projetos das iniciativas públicas é proporcionar qualidade de vida e geração de renda para que os indígenas possam tirar o sustento de suas reservas, sem ter a necessidade de se assalariarem em fazendas, usinas de álcool ou, no caso das mulheres, trabalharem como empregadas domésticas residindo nas periferias da cidade. Tal resultado, porém, nem sempre é atingido na visão dos agentes e indígenas. Apesar disso, observa-se ainda, mesmo que menos evidente, um discurso desenvolvimentista,

---

<sup>26</sup> Também denominado, erroneamente, de resgate cultural nos discursos pelos agentes governamentais. Porém, aqui com o significado de manutenção dos saberes tradicionais.

propagado pelos agentes governamentais e não governamentais que se fundamentam na perspectiva econômica voltada ao mercado externo. E, infelizmente, os projetos de desenvolvimento operam em favor de preceitos próprios ao sistema econômico de acumulação e conseguem seduzir e quebrar toda forma de resistência possível.

Segundo Baniwa (2005, p. 82):

(...) esse sistema é legitimado e patrocinado pelo Estado, na condição de espaço de poder institucionalizado que opera para garantir sua viabilidade como modelo político, econômico e social. Sendo assim, pode-se dizer que a economia global apresenta estrutura pesada e opera, sob um ritmo lento, com projetos preestabelecidos e ações homogeneizadoras, não havendo espaço para os conhecimentos e valores locais.

É óbvio, que todo esse processo de construção de projetos, deve ter a participação da comunidade, da busca conjunta (participativa), do diálogo, sem subestimar, mas, valorizando o conhecimento tradicional indígena para o sucesso de qualquer iniciativa em busca do desenvolvimento dessas populações. Isso pode ser alcançado reunindo o público protagonista do projeto e os agentes externos desde o diagnóstico e levantamento da demanda, até a conclusão e avaliação dos resultados.

Voltando ao ponto, considerado o gargalo e a principal causa de sucessivos insucessos, os agentes governamentais e não governamentais que pretendem trabalhar com populações indígenas, muitas vezes, dificultam os trabalhos, principalmente, ao considerar que as comunidades indígenas possuam os mesmos problemas, a mesma demanda e que as soluções para tanto, são aquelas que se utilizam para as demais comunidades inseridas no processo capitalista ou não.

Esta visão ocorre, sobretudo, porque os agentes tendem a considerar que em um sistema globalizado, os anseios são exatamente os mesmos, todos tendem ao “consumismo” e ao acúmulo de bens. Por mais que essas comunidades utilizem tecnologia na produção, que o consumo de bens e serviços venha aumentando, principalmente com a proximidade das aldeias em relação à da cidade, continuam tendo uma organização diferenciada e específica. Existe ainda uma diferença da visão convencional de uma sociedade capitalista para a visão de uma comunidade indígena, em relação à acumulação desenfreada de bens.

Entretanto, sua demanda não se resume nem se limita somente à reconquista territorial e/ou cultural, apesar da luta e constantes manifestações.

Abrangem, também, interesses e aspirações semelhantes às demais pessoas da sociedade capitalista, não tendo essas, portanto, o direito de contestar ou privar os indígenas de tais anseios. A sociedade necessita refletir e talvez compreender as comunidades que possuem características próprias, principalmente, porque igualmente envolvidas por uma economia capitalista, almejam com grande dificuldade conquistar qualidade de vida e aquisição de bens para necessidades básicas e não básicas.

Cada indivíduo possui características próprias como: princípios, valores, costumes e preconceitos de acordo com a base familiar e social de origem, que consideram como padrão a ser seguido, dificultando muitas vezes a percepção das diferentes formas de organização e julgando-se superior a outras formas de relações da sociedade. Apesar do município de Aquidauana/MS, possuir nove aldeias e mais de 1300 famílias de indígenas, de etnia Terena, ainda se observam a existência do preconceito em relação a essas comunidades.

Algumas pessoas ainda possuem dificuldades e não conseguem perceber que a forma dessa população se organizar é própria e diferenciada. Costumam usar muitos estereótipos como “bugre”, “preguiçoso”, “selvagem” e “não civilizado”. Mas, esses povos se desenvolveram, principalmente, no que diz respeito a atividades econômicas como cultivo de plantas, criação de animais, artesanato entre outros.

Talvez, devido a esses preconceitos, alguns agentes responsáveis pela implantação de projetos de desenvolvimento local, costumam atribuir e responsabilizar a falta de sucesso de seus programas aos indígenas que, segundo os mesmos, são incapazes de alcançar as metas e de desempenhar as tarefas. O que ocorre na maior parte das vezes, é que o entendimento desses povos quanto ao objetivo do projeto é outro, e acabam por encaminhar o mesmo, por conta própria, da forma que acham mais correta, conforme interesse da comunidade, adaptando o contexto do projeto para realidade sócio-econômica, cultural e ambiental da sua aldeia.

Porém, ainda assim, alguns agentes não conseguem ter a percepção da particularidade da situação, e que um projeto com essas comunidades precisa de análise ambiental, organizacional, cultural e comercial diferenciada, ou melhor, adequar a realidade de populações tradicionais, sem perder a identidade local, a uma lógica econômica interna voltada para demanda do mercado do entorno ou mesmo da região, capitalista e extremamente competitivo.

Para Azanha (2002, p. 35), algumas iniciativas recentes pretendem incentivar a comercialização de produtos indígenas no mercado, visando atingir um mercado “alternativo”, especializado e um público disposto a pagar um “sobre preço”, por ser um produto tradicional e alega que:

(...) o mais importante nessas experiências é que todas partem da vocação histórica e cultural específica da sociedade indígena e do controle interno do tempo para a produção para o mercado, possibilitando-lhes o domínio sobre os limites da produção e, por conseguinte, das “necessidades” externas.

É imperativo, também, realizar um estudo de iniciativas anteriores, os contatos com a sociedade e/ou agentes externos, enumerar os impactos positivos e negativos, na visão da sociedade protagonista (indígenas), para servir de exemplo do que se fazer e que não deve se repetir. Seja o impacto positivo ou negativo, a única certeza é que esses contatos sempre resultam em perdas, substituições ou incorporações de costumes e relações, transparecendo o quanto muitas vezes esses povos se adaptam em relação ao entorno.

O principal formato de atendimento aos indígenas é o da assistência técnica, tanto por organismos governamentais quanto não governamentais, levando tecnologia e implantando projetos, em busca de desenvolvimento das famílias indígenas. Nesse contexto, Baniwa (2005, p. 82), afirma que a necessidade de assistência técnica é consequência dos problemas gerados pelo contato com as sociedades nacionais e que:

Quanto mais intenso e longo o contato, maior a dependência das novas tecnologias. Em muitos casos, o domínio dessas novas tecnologias ainda é um mistério distante e poderoso que seduz muitos povos, sendo este, em nossa opinião, o principal desafio para a assistência técnica entendida como a necessidade de aplicação de novas técnicas com o objetivo de melhorar as atividades produtivas e reprodutivas das comunidades indígenas.

Em muitos projetos, percebem-se um choque de interesses por parte de alguns povos indígenas e dos agentes externos quanto às expectativas, pois, muitos indígenas já se encontram em um processo de influência da economia capitalista do entorno e esperam mais que benefícios pouco modernos, como os relacionados a manutenção de saberes tradicionais. Interessam-se por acesso a bens, serviços e conhecimentos igualmente valorizados pela população do entorno, mesmo que não possuam a mesma visão capitalista acumulativa.

Destarte, ao formular um projeto, deve-se, também, levar em consideração, o grau de “dependência” dos povos indígenas em relação ao mercado regional,

construído historicamente, e que definem as diversas perspectivas de vida dos mesmos. Existem aqueles que possuem uma dada autonomia quando comparados a outros, e essa situação é encontrada gradativamente de acordo com a distância em que se encontram essas comunidades da sociedade capitalista, quanto mais distante maior a noção de autonomia, do ponto de vista econômico, até pelo menor contato com o apelo a incorporação de produtos manufaturados. Neste aspecto, então, encontram-se povos em total situação de dependência, alguns considerados “independentes” ou “autônomos” e outros em uma situação intermediária.

Nesse contexto, onde existem comunidades com um maior grau de contato com a sociedade do entorno (centros urbanos), possivelmente, ocorre maior demanda por políticas públicas, é o que afirma Baniwa (2005, p. 86):

As possíveis soluções para seus problemas quase sempre dependem exclusivamente da vontade política do poder público e, portanto, permanecem alheias às suas vontades e necessidades.

Apesar de alguns agentes continuarem com o discurso modernizador, muitos agentes externos que trabalham com indígenas e buscam, conforme denominam o “resgate cultural”, estão discursando sobre o etnodesenvolvimento e tomando medidas para que se abra um espaço diferenciado do mercado de comercialização de produtos indígenas, através de propaganda para valorização dos mesmos, tendo valor maior que os produtos industrializados. São produtos tradicionais e artesanalmente produzidos, caracterizando um mercado “alternativo”, para pessoas que valorizam a qualidade da produção artesanal. Para grande parte da sociedade mundial atual, produtos alimentícios produzidos artesanalmente são sinônimos de ausência de hormônios, agrotóxicos e significam, também, produtos saudáveis com um valor histórico e cultural. Essa valorização é viável, levando em consideração os problemas atuais de origem ambiental e de inúmeras iniciativas governamentais à promoção da reafirmação cultural de comunidades tradicionais, em especial indígenas.

(...) a agricultura familiar e a sua base fundiária – pequena propriedade – têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade - setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira. O aumento da produtividade, associado ao consumo de tecnologia, tem fundamentado a ação e o discurso modernizadores até aqui (CARNEIRO, 1997, p. 70).

Grande parte dos povos indígenas apresenta um alto grau de organização política e social, além de dominar técnicas próprias de produção, de planejamento da área a ser cultivada, a época e as espécies a serem plantadas de acordo com a necessidade da comunidade. Porém, esse cenário vem sendo modificado em algumas aldeias por influência externa.

Para a maioria dos agentes, problemas com a produção, a segurança alimentar, a geração de renda entre outros, estão ligados exclusivamente ao problema fundiário ou da falta de acesso e domínio de tecnologias. Contudo, é verdadeiro que alguns problemas podem estar ligados a problemas internos de desarticulação da organização social, causada, principalmente, pela interferência política externa e que segundo Baniwa (2005, p. 87) impede a organização produtiva, pois, são as dinâmicas sociais que definem, impulsionam e dão significado ao complexo produtivo e econômico de um povo. Segundo o autor ainda:

Em todas as sociedades indígenas, são os calendários sociais (...) conjugados com os ciclos ecológicos que determinam os ciclos produtivos e reprodutivos. A importância de entender essa dimensão social das economias indígenas é necessária para que não se considerem as atividades produtivas simplesmente como necessidades físicas ou biológicas (sobrevivência), mas também como necessidades pedagógicas, espirituais e morais.

Portanto, se faz necessária e urgente sob pena de inviabilizar qualquer processo de etnodesenvolvimento, a capacitação tanto dos indígenas, para que possam gerenciar suas iniciativas de crescimento, quanto dos agentes, para entender as reais aspirações desses povos, afinal, o cenário ainda é de carência de recursos humanos qualificados para atuar na área. Bem como, o acompanhamento sistemático e continuado dos projetos implantados.

De acordo com Baniwa (2005), a diferença entre as práticas produtivas das economias indígenas e da sociedade nacional, deve ser considerada no estabelecimento de políticas públicas de cunho financeiro e de assistência técnica, já que, a relação das comunidades indígenas com os recursos naturais propicia a utilização de técnicas menos predatórias.

Seguindo ainda o autor, o avanço das fronteiras agrícolas, pressionou as terras indígenas de forma tal, que as mesmas se tornaram insuficientes para garantir o auto-sustento, saindo os indígenas em busca de alternativas, como os projetos de etnodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável das instituições que tratam da questão indígena. Todavia, os resultados ainda não respondem totalmente às

expectativas tanto dos indígenas quanto dos agentes, devido à complexidade apresentada aos povos indígenas em que a burocracia administrativa impede a gestão por completo dos projetos e recursos pelos mesmos, fazendo com que as instituições públicas tenham que buscar alternativas para facilitar tal situação.

#### **1.4. Principais aspirações indígenas como estratégia para elaboração de Políticas Públicas**

Os discursos indígenas normalmente se apresentam em um formato do qual se apropriaram, resultante da convivência interétnica - já que entendem que é necessário se adequar para ser ouvido - para exigir o diálogo com o Estado e outras organizações em busca de condições mais dignas de vida e condições de igualdade com a sociedade do entorno. Porque a reivindicação é fruto da tomada de consciência do cidadão quando se vê em situação de desvantagem, dependência, desigualdade, entre outros motivos, em relação aos demais, nesse caso, o indígena em relação à sociedade capitalista.

O índio tem se deparado, no entanto, com algumas contradições em relação à legislação indigenista brasileira, onde segundo Gallois (2001), enquanto o Código Civil estabelece a tutela, a Constituição de 1988 - Art. 231 e 232 - garante o reconhecimento das suas formas tradicionais de organização sóciopolítica.

Um outro desafio que surge na problemática indígena é a ambigüidade no sentido de ser índio. Vários representantes ou lideranças indígenas formatam o ser “índio” de acordo com traços tradicionais que a sociedade reconhece, contrapondo duas imagens, a do índio como estereótipo de selvagem, idealizado pela sociedade ocidental e a imagem construída por eles próprios, do índio que luta por seus direitos. A questão dos critérios de indianidade, tais como: sangue, cultura e língua, foi muito utilizada pela FUNAI, nas décadas de 1970 e 1980, e considerada uma investida contra os índios, conforme Athias (2002, p. 54):

Tais critérios arbitravam sobre a legitimidade de um indivíduo declarar-se índio, o que serviu para facilitar a repressão ao movimento indígena emergente. Os índios foram declarados não índios e, conseqüentemente, impedidos de participar do movimento de contraposição à política indigenista oficial.

É inevitável observar que o indígena demonstra um significativo instinto de sobrevivência diante da dificuldade de se impor às elites, quando se apropria do conceito de “índio” dentro do contexto da sociedade regional, nacional e

internacional, além de utilizar uma estratégica etnopolítica conservacionista, mesmo que apenas performática e não caracterizando de fato sua real ambição. Diante disso, de acordo com Gallois (2001, p. 179):

Eles, os índios, procuram se adequar à imagem do bom selvagem e usam fartamente em seus discursos termos emblemáticos como os de “mãe terra”, “equilíbrio”, “simbiose com a natureza”, às vezes no mesmo auditório em que um antropólogo se esforçará para explicar as causas estruturais e históricas que levam esses povos a adotar formas depredatórias de exploração de suas terras.

As instituições precisam considerar que os indígenas vêm construindo historicamente sua realidade, seus processos de autonomia, buscando igualdade nos processos de relacionamento para superar o *status* de marginalizado, a partir do momento em que entraram em contato e se relacionaram com o entorno. E, portanto, os mesmos têm buscado se representar cada vez mais, através de novas formas de organização como associações e conselhos sendo essa, segundo eles, a única forma que encontraram de se fazer ouvir e de serem atendidos, se adequando à legislação do país com respaldo da Constituição.

Levando em consideração esses fatos, Gallois (2001, p. 187) considera que:

Expressar tolerância diante das demandas indígenas exige reconsiderar os impactos da manipulação de suas aspirações ao desenvolvimento. E reconhecer que tais aspirações (...) não se limitam à preservação das florestas, mas à reivindicação de um espaço de relações sociais e políticas mais justas com o seu entorno. O espaço social, muito mais que o natural, é quem define a qualidade de vida diferenciada que os índios reivindicam.

Neste contexto, faz-se imprescindível uma reflexão sobre a possibilidade de sobreviver de forma tradicional em pequenas porções de terras, muitas vezes em grande parte comprometidas, pelo uso desenfreado, sem assistência nem conhecimento técnico, de tecnologia e insumos oferecidos pela sociedade capitalista para aumento da produtividade. Principalmente, em reservas que em alguns casos, de acordo com o FUNASA (2007), houve um aumento da população nos últimos anos. Não que se considere impossível, entretanto, as dificuldades apresentadas devem ser pensadas e incluídas ao se formular políticas para essas sociedades.

É inaceitável, neste início de século, impor a uma sociedade, seja qual for o que se pode ou não fazer, e pior, o como se deve fazer. Mesmo assim, é o que se observa em diversos projetos implantados nas aldeias, que nem sempre atingem o objetivo da comunidade, pois, em maioria é de geração de renda. São projetos de artesanato, turismo entre outros, que muitas vezes não fazem parte da cultura de tal

etnia, sendo neste caso incentivados e financiados pelos agentes, pois, estão em acordo com o tema apropriado pelas instituições de respeito à tradição e ao meio ambiente. Mas, e a aspiração da comunidade indígena? Gallois (2001, p. 182), afirma:

Sem dúvida, as sociedades indígenas são sociedades que viveram e desejam continuar vivendo sua autonomia em forma sustentável. Esta opção não será viável se as instituições se limitarem a formatar seletivamente o conhecimento antropológico para reduzir, como forma “correta” de desenvolvimento para os índios, apenas aqueles programas caracterizados por atividades, saberes e produtos considerados tradicionais.

Ainda nesse contexto, Ricardo (2004, p. 125), observa que essa sociedade se apresenta como:

Nem “ecologistas naturais”, nem “aculturados predadores”, as formas de mudança no uso dos recursos naturais pelas sociedades indígenas depende, na realidade, do leque de opções socioeconômicas e políticas oferecidas para sua articulação com a chamada “sociedade envolvente” (...).

Em conformidade com o contexto, Giannini (2002, p. 107), afirma também que:

Se no passado o manejo dos recursos naturais tanto da fauna quanto da flora por populações tradicionais não era um fator limitante, atualmente o confinamento, a transformação e o desmatamento regional nas áreas adjacentes à reserva, o aumento demográfico e as mudanças nas necessidades básicas da comunidade se tornaram fatores problemáticos.

A resistência a não imposição externa tem sido crescentemente dificultada, mediante o acesso indígena às fontes financiadoras de origens diversas. A sociedade indígena tem se deparado com a possibilidade de se organizar através de associações, conselhos, etc, para na verdade se adequar ao mundo dos não indígenas em busca de sua autonomia, de sua reprodução social e cultural. Especialmente, ao se deparar com um número potencial de parceiros, isto é, uma rede diversificada de administrações públicas e agências financiadoras prontas a disponibilizar recursos financeiros e técnicos que garantam as condições sociais e políticas de desenvolvimento “sustentável” de seu território. Promovido, principalmente, pelo processo de descentralização da gestão pública, possibilitando uma ponte da comunidade local ao contexto regional, nacional e internacional como, por exemplo, ao Banco Mundial.

Para Ricardo (2004, p. 126), nesse contexto:

(...) as sociedades indígenas no Brasil estão hoje expostas, além da problemática tradicional da proteção territorial e da conquista da cidadania,

a novos desafios que consistem na manutenção de complexas redes sociopolíticas externas a fim de garantir acesso a fontes de financiamentos de programas sociais, sanitários e educativos adaptados à sua realidade cultural e, sobretudo, na viabilização, com o apoio dos mesmos canais, de um modelo de gestão econômico-ambiental dos recursos naturais de suas terras.

Apesar do contexto de imposição externa, para atingir seus objetivos, alguns povos indígenas, por meio de seus representantes ou lideranças, têm alcançado maior consciência política. Tornando-se formadores de idéias, internamente e externamente, se empenhando para contornar as modalidades de atendimento tutelar, assistencialista, protecionista das instituições governamentais e/ou não, e promovendo uma maior gestão dos projetos de etnodesenvolvimento, considerando não mais a imposição e sim o contexto das relações que eles constroem dentro da própria comunidade levando em conta a sociedade capitalista.

Nos dizeres de Ricardo (2004, p.128), em relação à esfera local:

(...) o grande desafio é a possibilidade das associações indígenas traduzirem sua crescente expressividade político-institucional em autonomia econômica para as populações que se encarregam de representar, envolvendo seus membros em projetos locais de exploração dos recursos naturais que sejam, ao mesmo tempo, não predatórios e capazes de promover certa auto-sustentação econômica das áreas indígenas.

Não é preciso desvalorizar a cultura, os costumes, as tradições, os conhecimentos e as tecnologias indígenas, o que é necessário é levar em consideração na elaboração e implantação de políticas públicas, que essas sociedades diferenciadas estarão se confrontando cada vez mais com as exigências de uma economia globalizada e precisam, portanto, de novos conhecimentos e tecnologias para conseguir sobreviver neste meio.

Para Verdum (2002, p. 91), as estratégias de desenvolvimento devem ser estabelecidas sobre a visão dos povos indígenas e o Estado deve apoiar esse novo formato de gestão:

Mais que impor modelos (...), ao Estado cabe contribuir para a criação das condições que tornem possível o etnodesenvolvimento, além de prepará-los para atuar no sistema de relações de mercado globalizado. Superar a tutela do Estado passa também pela capacidade de geração de renda a partir dos recursos materiais, humanos e simbólicos localmente disponíveis.

Um outro ponto interessante é o da comunicação, afinal como alguns indígenas conseguirão se expressar se nem sempre dominam a língua portuguesa? Para povos que querem conquistar a autonomia, a capacidade de gerir seus

projetos, se relacionar política e economicamente com a sociedade envolvente, sem depender sempre de mediação ou tutela, é necessário minimamente que haja compreensão e interpretação dos assuntos, exposição de anseios, capacidade de confrontar, resistir a qualquer imposição para não aceitar sem questionar, com liberdade para opinar e decidir.

Segundo Giannini (2002, p. 121):

É preciso saber até onde a sociedade quer ir na mudança, na capacitação, na autonomia e no controle das atividades de desenvolvimento. Em quais momentos ela quer ter a capacidade de atuar sozinha e em quais ela quer ser formada para somente entender a necessidade de certas atividades e buscar parcerias. Em suma, como essa sociedade enxerga os limites da mudança para que possa permanecer minimamente a mesma.

É inquestionável que as principais aspirações indígenas estão relacionadas ao acesso a terras e condições fornecidas pelo Estado que permita sua sobrevivência com dignidade e autonomia. Segundo Butto (2005), nesse cenário se instituiu a iniciativa da Comissão Intersectorial de Saúde integrante do Conselho Nacional de Saúde<sup>27</sup>, com a participação de organizações indígenas, para formular políticas públicas baseadas em um diagnóstico sobre segurança alimentar e desenvolvimento sustentável indígena. O diagnóstico foi realizado em oficinas, onde foram aplicados 322 questionários com 415 perguntas, dentre elas: 376 fechadas e 39 abertas, contemplando 194 das 235 etnias do país, situadas em 21 estados. O documento final denominava-se “Proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável para os Povos Indígenas”.

De acordo com Verdum e Moreira (2005), foram realizadas 17 oficinas regionais pelo grupo intergovernamental, entre dezembro de 2002 e outubro de 2003, nas quais foram mobilizadas cerca de 680 lideranças indígenas, representantes de povos de praticamente todas as regiões do Brasil. Ainda, segundo os autores, as oficinas tinham como objetivo a identificação dos principais problemas e demandas dos indígenas nas diferentes regiões do país. A oficina de Mato Grosso do Sul, foi realizada em Campo Grande, nos dias 13 a 15 de maio de 2003, onde participaram 27 (vinte e sete) indígenas dos povos Guarani-Kaiowá, Guató, Kadiwéu, Kinikinaua, Ofayé Xavante e Terena. Na oficina, de acordo com os referidos autores (2005, p.15-16), foram tratadas questões como:

---

<sup>27</sup> Que começou no governo de Fernando Henrique Cardoso e foi remodelado no governo Lula, quando foi formado em 2002 um grupo intergovernamental (sob coordenação do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário).

(...) a situação territorial, a gestão de recursos naturais, a assistência à saúde, a educação escolar e tradicional, a segurança alimentar e nutricional, as atividades produtivas e o relacionamento com o mercado, a destinação do lixo nas terras indígenas, o fortalecimento organizacional indígena, a participação indígena nas políticas públicas e as ações de capacitação e formação de recursos humanos indígenas adequados ao acompanhamento desses processos.

Grande parte dos presentes nas oficinas era de lideranças indígenas, principalmente caciques, portanto, os dados coletados são de declarações sob a ótica desses representantes, consideradas extremamente úteis para a viabilidade da formulação das políticas indígenas. Afinal, os caciques são os representantes legais e de fato de suas aldeias. Portanto, esses dados, que foram sistematizados pelo MDA, podem ser considerados uns dos mais atuais diagnósticos em relação à demanda indígena e que abrange praticamente todos os assuntos considerados indispensáveis à construção de políticas públicas pelo Estado, significando as aspirações indígenas do país, mesmo que de forma generalizada.

Levando em consideração as respostas de todos os povos indígenas do país representados nas oficinas, quanto à questão territorial e também demais questões, Butto (2005), revela que foram priorizadas informações sobre o número de famílias residentes com populações de 22 a 4.312 famílias e não a extensão de terras, situação jurídica, etc. De acordo com os dados, ocorre uma generalizada demora do processo de demarcação (iniciado em 1926), e, ainda, segundo as respostas dos participantes, metade das terras foi homologada, um terço das etnias declarou que não existiam intrusos<sup>28</sup> e que a segurança das terras era realizada pelos próprios indígenas.

Quanto à infra-estrutura, na maioria das aldeias existem escolas e postos de saúde, mais de 70% das aldeias possui energia elétrica, mais de um terço das aldeias representadas possuem água potável e os demais consomem água de rios sem tratamento e poços artesianos. Quanto ao transporte, metade da população se desloca a pé e mais de um terço de bicicleta. Em relação à assistência técnica é realizada, principalmente, pela FUNAI e depois por empresas oficiais, prefeituras e organizações não governamentais (ONG's).

Ainda de acordo com o relato dos indígenas, a maioria das aldeias possui associação para fins diversos, sendo que metade das etnias representadas possui

---

<sup>28</sup> Por intrusos considera-se: fazendeiros, pescadores, caçadores, madeireiros, garimpeiros e grileiros.

associações de mulheres. Quanto à geração de renda, segundo Butto (2005, p. 54), “as fontes de renda predominantes provêm de aposentadorias, da venda do artesanato e de empregos (o tipo de trabalho assalariado não foi pesquisado)”.

Mas, a geração de renda, também, provêm de atividades agrícolas que se dá na maioria em propriedades individuais do que coletivamente. Os principais alimentos produzidos são predominantemente tubérculos, milho, arroz, etc, e mais da metade das sementes utilizadas no plantio é do armazenamento da safra anterior. A caça, a pesca e o extrativismo ainda são realizados, além da criação de animais, na maioria individualmente, utilizando ferramentas dos não índios em grande parte. Essas atividades são em maioria voltadas para consumo próprio da comunidade e em pequena parte para comercialização. A aquisição de alimentos como: açúcar, óleo, sal, café, biscoitos, massas, etc, entretanto, é realizada principalmente em mercados e menos de um terço das aldeias representadas recebe alimentos doados, sendo que 30% recebem uma doação por ano e 30% 12 doações ao ano.

Segundo Butto (2005, p. 56-57):

A comercialização de produtos indígenas acontece de maneira esporádica e se dá principalmente com comerciantes da cidade e, de forma menos destacada, em feiras e na vizinhança das aldeias. Normalmente, o pagamento é feito em dinheiro, apesar de, em alguns casos, haver trocas por outras mercadorias. Muitas respostas indicaram que algumas leguminosas, carnes e frutas deixaram de ser consumidas nas aldeias. Entre os motivos assinalados, estão a “falta de interesse dos mais novos para com a tradição” e, em número reduzido, “comodidade de adquirir outros produtos”, a falta de apoio dos governos, a degradação ambiental e a influência dos brancos. Essas informações ajudam a entender os motivos da fome entre os/as índios/as (...).

Segundo Verdum e Moreira (2005), no contexto de principais aspirações em relação às etnias sul mato-grossenses, os resultados obtidos na oficina, relacionados ao tema atividades produtivas e segurança alimentar, se resumiram em questões como: a problemática de desgaste do solo em razão da qualidade ou do excesso de seu uso; o assoreamento e a poluição nos cursos d'água reduzindo recursos pesqueiros e fontes para consumo humano; a diminuição das florestas nativas e do espaço para implantação de roças; a redução de pescado e dos animais de caça, que têm ocasionado quadros freqüentes de desnutrição infantil. Ainda segundo os autores, houve relatos da presença de casos de obesidade, diabetes e hipertensão nas aldeias. Para os indígenas, a entrega de “cestas básicas” apresenta alguns problemas como à insuficiência de cestas para todas as famílias

que necessitam do benefício; a quantidade de alimentos existentes em cada cesta nem sempre é suficiente para atender a demanda da família; e a incompatibilidade de alguns alimentos com o hábito alimentar das aldeias.

Como demanda para solucionar os problemas apresentados, os indígenas do estado do Mato Grosso do Sul sugeriram atividades alternativas como piscicultura, hortas caseiras e hortas nas escolas utilizadas, principalmente, na merenda escolar, além do aproveitamento de frutas excedentes na produção de doce e polpa de suco. Solicitaram, também, uma política de formação e de capacitação indígena, de aquisição de insumos, de equipamentos e de orientação técnica continuada, com o apoio técnico e financeiro de órgãos governamentais.

Quanto ao território, segundo relato dos indígenas, o processo é além de incompleto, moroso, promovendo pressão sobre os territórios na utilização de recursos naturais, devido à insuficiência de terras, sendo que o alcoolismo e o arrendamento, também fizeram parte da problemática territorial. Para tanto, solicitaram a implementação de políticas de ampliação territorial, ações de fiscalização e proteção dos territórios indígenas pelo Estado, com a participação das organizações indígenas na defesa de seus direitos constitucionais.

E, finalmente, em relação aos recursos naturais, requereram ações de valorização e proteção dos conhecimentos indígenas sob a tutela de patentes sobre a biodiversidade e as espécies nativas, além do incentivo à realização de programas de formação de agentes ambientais e agroflorestais indígenas, à criação de viveiros de espécies nativas medicinais, principalmente, e, também, ações de saneamento e educação sanitária.

Considerando essa consulta, observa-se que apesar da maioria das comunidades indígenas terem acesso a alguns serviços básicos, a não regularização de suas terras impede o uso de recursos naturais cada vez mais escassos e degradados. Apesar do aumento e do fortalecimento das organizações indígenas, ainda não houve considerável melhoria nas condições de vida desses povos. E em concordância com as afirmações de Butto (2005), esse diagnóstico significa um importante passo e instrumento na elaboração de estratégias de atuação e intervenção de organismos indígenas, pesquisadores, agentes públicos, movimentos sociais, etc, caracterizando-se, nesse contexto, um grande desafio a ser enfrentado.

## 2. ETNOHISTÓRIA E MEMÓRIA TERENA: CONTATO E CONFLITOS

Os Terena fazem parte da identidade do Estado de Mato Grosso do Sul, tanto por seu contingente populacional quanto por sua importância histórica e cultural. Sabendo que a etnohistória retrata e interpreta o passado de um povo/etnia específico e todos os processos sociais, políticos, econômicos, culturais, etc, que o envolve, a etnohistória dos Terena tem sido pesquisada e descrita há muito tempo, desde os primeiros contatos com os colonizadores.

Segundo Martins (2002), o português Aleixo Garcia foi o primeiro europeu a pisar terras hoje sul-mato-grossenses e paraguaias acompanhado por milhares de indígenas e três naufragos espanhóis<sup>29</sup>, em 1524, partindo do litoral catarinense em busca de riquezas. Apesar do insucesso da expedição, esta selou o destino das populações indígenas da região platina, por incentivar outras expedições com intuito de colonizar a região. De acordo com Martins (2002, p. 38):

A perspectiva européia de enriquecimento rápido fez com que o relacionamento entre as duas civilizações fosse cunhado pelo conflito na disputa pelo espaço e pelas riquezas naturais que ele continha, desencadeando assim, pelos séculos seguintes, um irreversível e violento processo de extermínio étnico das populações nativas.

Segundo Oliveira (1976), do século XVIII até o início do século XIX, diversos grupos Guaná, cerca de três mil índios - os Terena (Etelenoé) em maior número, os Layana, os Kinikinao e os Exoaladi - saíram em “ondas sucessivas” de migração (1760-1767), do Chaco paraguaio (conhecido também como Êxiva), influenciados ou pressionados por espanhóis e pelos conflitos intertribais por outras tribos “chaquenhas”, principalmente, pelos Mbayá-Guaikuru. Os Terena conservaram características dos Guaná (sedentários), como as técnicas agrícolas, confecção de cerâmica e formação de grandes aldeias, atravessando o Rio Paraguai em direção à suas margens orientais. Saindo da subordinação dos Mbayá-Guaikuru, para a dos neo-brasileiros que se instalavam na região nos primeiros anos do século XIX.

De acordo com Metrux (*apud* Oliveira, 1976), os grupos representantes da cultura Aruak, estariam divididos em dois ramos, em que os Chané eram de subtribos moradoras dos Andes, e os Guaná eram subtribos da bacia do Paraguai. A organização social dos Guaná (Terena), era mais sofisticada que a dos Mbayá-Guaikuru e, segundo Oliveira (1976), existia uma estratificação tribal Terena, dividida

---

<sup>29</sup> Expedição marítima espanhola.

em três camadas. Primeiramente a dos Chefes (*Naati ou Naati-Atxé*), a do Povo (*Waherê-Txané ou Maxti-Txané*) e dos Cativos (*Kauti*). Em outros textos, duas camadas diferentes são consideradas, além do chefe (*Naati*), os guerreiros (*Shunachatí*) e os trabalhadores do campo (*Macha-Tichane*). (HAY, 1947 *apud* Oliveira, 1976, p.43).

Os Terena, um dos subgrupos Guaná, que como outras tribos pertencem ao grupo lingüístico Aruak, contribuíram para a formação do Sudoeste brasileiro como produtores de alimentos e outros bens materiais - algodão, couro palha - para o consumo dos primeiros moradores portugueses e brasileiros naquela região em troca de ferramentas e gado, servindo, também, como mão-de-obra nas fazendas, após a Guerra do Paraguai, na construção de linhas telegráficas da região e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Um dos fatores de fixação dos Guaná (Terena) nas regiões do atual Mato Grosso do Sul<sup>30</sup>, foi, principalmente, a localização apropriada para a expansão de suas atividades, visto que a região do Chaco apresentava longos períodos de seca. Os Guaná levaram em consideração, na região, a disponibilidade de matas e fontes de água para coleta, caça e pesca, além de solos apropriados para o cultivo de roças e criação de pequenos e grandes animais. Nos dizeres de Martins (2002, p. 63):

Os Terena, em maior número, estabeleceram-se na bacia do rio Miranda, afluente do Paraguai, em terras não inundáveis pelas cheias sazonais do Pantanal. Os Terena, assim como os Guaikuru, possuíam tradições guerreiras, embora fossem bem mais susceptíveis do que estes a estabelecer contatos pacíficos com os colonos luso-brasileiros. Em meados do século XIX, já eram intensas suas relações de trocas com a sociedade "branca" envolvente, sendo, inclusive, esses índios os responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios para toda a região (...).

Em concordância com Oliveira (1976), é importante observar as relações intertribais dos grupos Guaná e Mbayá-Guaikuru, para compreender melhor as particularidades da organização social dos Terena e sua relação com a sociedade não indígena chamada pelos mesmos de *purutuyé*. Segundo o autor, existiam diferenças de ordem cultural e de índole entre os subgrupos Guaná, devido a especificidades de cada tribo, com isso, cada subgrupo mantinha um grau de

---

<sup>30</sup> Criado em 11 de outubro de 1977, pela Lei Complementar nº 31, do então, Presidente, Ernesto Geisel.

proximidade dos Guaikuru, destacando o comportamento reservado dos Terena em relação tanto a outras tribos como aos não índios.

A divisão do trabalho era realizada de acordo com o sexo. Dentre os povos de origem Aruak, em relação aos Terena, especificamente, as mulheres não cuidavam da lavoura, apenas tarefas domésticas como cozinhar, cuidar dos filhos, a fiação de algodão e a confecção de cerâmica para uso próprio, enquanto os homens preparavam o solo para atividades agrícolas, limpando a área a ser plantada, derrubando árvores e destocando o terreno, além de proteger a aldeia, realizar a caça, a pesca e a cestaria.

As informações, apesar de muitas vezes fragmentadas e divergentes de acordo com o ponto de vista de cada autor, demonstram que o grupo Mbayá-Guaikuru dominava, seja como vassallos, escravos ou aliados, os demais grupos Aruak no Chaco paraguaio desde os tempos pré-colombianos. O que importa, porém, é que a intensa relação entre esses dois grupos (Guaná e Mbayá-Guaikuru), ocasionou um significativo processo de “interação inter-tribal”, influenciando por meio de interferências, transformações e assimilações, os padrões de comportamento de ambos.

Alguns grupos Guaná, em determinadas épocas, tiveram problemas com os Guaikuru, conhecidos como nômades, caçadores, coletores e guerreiros, e conhecidos, também, por andarem a cavalo<sup>31</sup>, possível causa do domínio, uma vez que, possuíam maior mobilidade e controle de maiores extensões de terra em relação aos demais grupos. Em consequência, segundo muitos cronistas, os Guaná começaram então a entregar parte de sua produção em troca de paz, mantendo uma relação de simbiose (alimentos em troca de proteção e armas).

Apesar de algumas divergências, na opinião de muitos cronistas, quanto a que grupo dominava o outro, o interessante é frisar que graças ao padrão de vida social Terena, baseado na atividade agrícola, que mais tarde se transformou em base econômica, é que conseguiram manter esse relacionamento pacífico intertribal com os Guaikuru e posteriormente uma relação interétnica com os “brancos”. Proporcionando, também, o crescimento demográfico, o intercâmbio de conhecimentos, como trabalhos em metal e a “lida com o gado”.

---

<sup>31</sup> Deixados por espanhóis no século XVII.

Os Mbayá-Guaikuru resistiram ao avanço dos paulistas em direção à região de Cuiabá até a última década do século XVIII. Resistiram, também, ao avanço dos portugueses até ser assinado o tratado de paz entre Portugal e os Mbayá-Guaikuru, em 1791, contra os espanhóis, que possibilitou a permanência portuguesa na margem direita do Paraguai, nas proximidades dos fortes avançados construídos anteriormente<sup>32</sup>. A permanência dos portugueses promoveu a decadência da relação entre os Guaná e os Guaikuru, pois, os Guaná começaram a ter acesso a instrumentos de metal antes fornecidos pelos Guaikuru, por meio de comércio com os portugueses. E essa relação posterior com os não índios garantiu aos Terena um lugar, mesmo que limitado, na economia regional, por conta da apreensão de conhecimentos.

De acordo com Oliveira (1976, p. 55), apenas as bandeiras haviam chegado ao sul do Mato Grosso, mas não desenvolveram nenhuma atividade produtiva, estando interessados apenas na busca por metais preciosos, sendo que somente no final do século XVIII, uma onda pastoril invadiu a região, e nesse contexto, o autor comenta:

Da luta que se desenvolveu entre os “paulistas” e os jesuítas e espanhóis, para a ampliação de seus impérios, o índio levou a pior: envolvido por uns e por outros, lutando muitas vezes entre si, foi o mais espoliado, de seus bens, de suas terras e de sua gente. A onda pastoril, entretanto viria a se constituir numa ocupação mais produtiva, apesar de também representar uma constante ameaça para os grupos tribais que se antepunham em seu caminho.

Em relação ao episódio da “Guerra do Paraguai” (1865-1870), Martins (2002, p. 64) relata:

No início da segunda metade do século XIX, durante a guerra entre o Brasil e o Paraguai, a região pantaneira foi palco de vários episódios bélicos, sendo o mais popularizado a “Retirada da Laguna”. Este conflito colocou os índios Guaikuru e Terena entre os dois fogos inimigos. O envolvimento dos índios nessa guerra foi direto, ocorrendo inclusive a formação de batalhões compostos exclusivamente por indígenas Terena, os quais lutaram ao lado das tropas do Império brasileiro. Para os índios, o episódio da Guerra do Paraguai foi desastroso, entre outras conseqüências, as comunidades indígenas sofreram uma redução drástica em seus contingentes populacionais, pois foram diversas vezes atingidas pelos combates ou pelas enfermidades trazidas pelos exércitos adversários.

Durante a Guerra do Paraguai, um conflito entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai (conflito platino), em que diversos indígenas lutaram ao lado do

---

<sup>32</sup> Forte Coimbra, em 1775, Forte de Príncipe da Beira, em 1776 e Presídio de Miranda, em 1778.

exército brasileiro, acreditando estar garantindo a posse de seus territórios, muitos indígenas foram condecorados com medalhas, uniformes, patentes e poucos retornaram a suas aldeias de origem e os que retornaram tiveram que reconstruí-las. Durante o conflito, ainda, ocorreu uma significativa dispersão dos Terena e abandono de suas terras e após a Guerra, em 1870, ocorreu a desagregação, desorganização e/ou destruição de muitos territórios.

Segundo Oliveira (1976), parte do exército brasileiro formado por ex-combatentes, principalmente, do nordeste e da Bahia, preferiu ficar que retornar ao local de origem, iniciando a formação de fazendas na região e conseqüente loteamento das terras indígenas. Naquele momento, a realidade dos indígenas foi totalmente transformada, de uma relação de respeito, por parte dos não índios do Império, para uma relação de desprezo e domínio por parte dos ex-combatentes e, contraditoriamente, patrocinada pelo Império, que desconheciam a importância e a participação histórica dos indígenas naquela região.

Essa situação deixou claro, o não reconhecimento do Império aos esforços indígenas, por meio da intensa participação ao lado do exército imperial na defesa do território nacional, principalmente, por não lhes conceder mais terras e, ainda, retirar seu território de origem. Assim, também, ocorreu a entrada e permanência de paraguaios na região, com perspectivas de melhoria econômica, que o país de origem derrotado não poderia fornecer.

De acordo com Moura (2001), após a Guerra do Paraguai, nessa região - o sul do Mato Grosso - apenas os grupos étnicos Terena (Guaná) e os Kadiwéu (Mbayá/Guaikuru) sobreviveram, pois houve miscigenação dos demais grupos como os Kinikinao que buscaram abrigo junto aos Terena.

Devido a essa ocupação, intensificou-se a problemática dos territórios indígenas. Afinal com a expansão das propriedades rurais de atividade pecuária, as áreas foram ficando cada vez mais insuficientes para a reprodução social Terena. Dessa maneira, com o aumento do número de fazendas e diminuição de áreas indígenas deflagrou um dos motivos cruciais para a intensificação da exploração da mão-de-obra barata, quase escrava nas fazendas da região.

Ficando esse período conhecido como “tempos de servidão”, no pós-guerra e, também, uma oportunidade dos indígenas se empregarem nessas fazendas, pois, eram cavalheiros e agricultores e mesmo que explorados, precisavam sobreviver diante da nova situação. Além disso, a Lei de Terras, de 1850, que tinha por

finalidade a colonização de terras, transformou territórios indígenas em terras devolutas, isto é, sem registro de propriedade, determinando que as mesmas pudessem ser vendidas e compradas, período em que o governo passou a definir a existência de dois tipos de indígenas: os selvagens e os civilizados.

Algumas iniciativas do Estado, no século XX, como investimento em transporte e comunicação, significaram parte de estratégias pertencentes a um planejamento desenvolvimentista. Adequando-se ao movimento de modernização europeu, principalmente, para ocupação com atração de frentes de trabalho da região, fortalecimento das fronteiras e expansão comercial.

Dentre essas, se destaca a presença da Comissão das Linhas Telegráficas, em 1900, que ligaria a Capital de Mato Grosso às demais regiões meridionais - Cuiabá até as fronteiras com a Bolívia e o Paraguai - e centros comerciais - Rio de Janeiro e São Paulo - dirigida por Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que empregou mão-de-obra indígena e que, posteriormente, teria um propósito muito importante na história dos Terena. Uma outra iniciativa foi à construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - NOB - que ligaria São Paulo a Porto Esperança, cortando e desagregando, também, o território Terena. A construção foi iniciada, em 1905, em Bauru e, em 1908, em Porto Esperança, completada com a ligação dos trilhos, em 1914.

Rondon pode ser considerado como um dos primeiros a tomar providências frente à problemática questão indígena, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios, por meio do decreto nº 8.072, de 20 de julho de 1910, e inaugurado em 07 de setembro do mesmo ano, que acabou por criar "Reservas Indígenas", auxiliando no retorno e (re) agrupamento de muitas famílias ao local de origem (ou não), após a guerra, mesmo que não mais com a mesma extensão de terra. No entanto, garantindo uma reorganização social própria desses povos e possibilitando uma relativa liberdade em relação à escolha de serviços. Essa iniciativa se deu após denúncias de maus tratos aos indígenas por fazendeiros, que partiu de diversas origens, de religiosos e estudiosos à militares e nesse primeiro momento caberia ao SPI, organizar indígenas e não indígenas na categoria de trabalhadores nacionais rurais<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> A primeira sigla do SPI até 1918, era SPILTN ou Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais, vinculado ao Ministério da Agricultura.

Mesmo com tantas críticas em relação a essa decisão, como atualmente se ouve em relação aos “confinamentos indígenas”, naquele momento histórico a criação dessas áreas, talvez tivesse sido a melhor opção encontrada. Afinal, o contingente populacional e as técnicas (tradicionais) de produção eram diferentes das atuais. Apesar disso, muitos indígenas continuaram a trabalhar como peões em fazendas ou a trabalhar na cidade, dando continuidade ao sistema de exploração, porém, sempre em contato com suas aldeias. Todavia, a criação do SPI transformou a situação de algumas famílias, findando com isso os “tempos de servidão”.

De acordo com Oliveira (1976, p. 61), “daí para cá, a exploração passou a ser mais sutil, menos brutal, mas nem por isso pouco eficiente”. Contudo, os povos indígenas se depararam com um outro problema. Uma vez que, o SPI<sup>34</sup>, a partir de 1920, havia instalado postos nas aldeias, que cuidavam dos interesses do Estado, por meio de uma política tutelar, de imposição ideológica e assistencialista e que passou a fazer intervenções nas organizações sócio-econômicas, políticas e culturais das aldeias, acabando com o pouco da autonomia que o povo possuía. Os postos tinham outras funções, como à emissão dos registros civis, controle de contratos de trabalhos externos por meio de escolha de responsáveis indígenas que mantinham também a “ordem”, interferia em conflitos internos e implantavam técnicas convencionais de produção agrícola e de criação animal, desenvolvendo a dependência política e econômica indígena em relação a um chefe não índio, comandado pelo Estado.

Essa interferência foi considerada como uma estratégia do Estado de controle de mão-de-obra barata para servir, quando necessário e solicitado, aos fazendeiros e comerciantes e ao próprio poder público na região. Toda política republicana voltada ao indígena era formulada e implantada com a ideologia de que os indígenas seriam “extintos” de qualquer forma, seja por etnocídio ou por apropriação da cultura externa, tornando-se fatalmente não indígenas com o passar dos tempos.

---

<sup>34</sup> Em 1967, o SPI foi substituído pela FUNAI - Fundação Nacional do Índio - que apesar de algumas modificações administrativas, continuou promovendo uma política protecionista e interventora nas reservas indígenas.

## 2.1. A organização social na aldeia Terena

Dentro de um novo contexto histórico e social, os Terena conseguiram sobreviver ao contato interétnico e à imposição de condições adversas. Principalmente, por meio de mecanismos de adaptação, mas não sem sacrifícios, como a alteração de alguns costumes e tradições, que se torna a cada dia, mais semelhante aos da sociedade não indígena, sendo que um dos pontos principais dessa assimilação está na participação (ou ingresso) do sistema econômico da sociedade nacional, por meio da relação de comércio e mercado na região.

Desde a época da implantação do Serviço de Proteção ao Índio, iniciou-se, por parte do Estado, ideologicamente versando, a imposição de que as reservas indígenas representavam a solução mais acertada e suficiente para a reprodução social Terena. Essencialmente, para que os indígenas se conformassem com os limites das reservas, proporcionando o acesso às políticas públicas protecionistas, além da inclusão dessa etnia em relações comerciais com a sociedade do entorno. Porém, em nenhum momento, essa medida foi capaz de suprir e/ou substituir a autonomia social, econômica e política que possuíam anteriormente e em contraposição a esse aspecto, observa-se a crescente população indígena vivendo em situações difíceis, fora de suas aldeias, principalmente, como uma resposta encontrada às limitações políticas, sociais e econômicas desses povos dentro das reservas.

Resumindo, o “êxodo indígena”, para trabalhar nas cidades, principalmente, Aquidauana e Campo Grande<sup>35</sup>, que tem aumentado desde a década de 1950, estão intimamente ligados à falta de condições de “sustentabilidade” dentro das aldeias, ocasionados pelo aumento do contingente populacional, pouca extensão de terras e limitação da exploração dos recursos naturais. Como os Terena continuaram suas atividades habituais e de acordo com suas necessidades de coleta, caça e pesca em fazendas vizinhas, ultrapassando com isso os limites das reservas, o Estado achou que era necessário impor limites, com a repressão por parte dos funcionários do SPI, além da perseguição e maus tratos por parte dos fazendeiros da região.

---

<sup>35</sup> É preciso atentar-se que se refere aos Terenas das aldeias de Aquidauana/MS.

Para Batista (1995, p. 21), algumas práticas abusivas em questões fundiárias (conflitos com fazendeiros) foram amenizadas pela divulgação da questão na mídia, porém, ainda assim segundo o autor:

Os índios, que hoje por uma questão de vida ou morte, preparam-se para retornarem às suas terra, protagonizando seu destino, sua história e principalmente suas lutas, estão sendo acusados de invadirem as próprias propriedades e por estes gestos, condenados pela justiça pela prática de esbulho contra propriedade de terceiros, dando a estes o direito de retomarem, a força se for necessário, as posses perdidas pelos índios.

Com o aumento da procura por mão-de-obra barata indígena para trabalhar em usinas de álcool e fazendas, de acordo com os indígenas, os funcionários do Estado - SPI e posteriormente FUNAI - começaram a cobrar uma taxa por contrato pago pelos contratantes, taxa essa que seria utilizada nos Postos Indígenas - PIN -.

A FUNAI, através de projetos de desenvolvimento comunitário, durante a década de 1970, incentivou, também, de acordo com as políticas públicas do Estado, a “revolução verde”<sup>36</sup>, que se resumiu em incentivos à utilização de tecnologias, como informações, técnicas, maquinários e insumos agrícolas, adquiridos por meio desses projetos, para o aumento da produtividade e produção na área rural e, assim como na área urbana, haveria uma modernização do campo, ocasionando a abertura de novas áreas para plantio dentro das aldeias, com o intuito de substituir a produção de subsistência, pela produção onde seria comercializado o excedente. Nessa época, segundo relatos indígenas, ocorreu um aumento significativo na produção e assim, como era da vontade do Estado, talvez dos próprios indígenas, passaram a comercializar o excedente na área urbana e obter certa lucratividade.

Todavia a “revolução verde” acarretou também, assim como em outras regiões e sociedades, problemas como desmatamentos, compactação de solo, erosão, assoreamento dos canais de água, diminuição de matas ciliares, utilização de agrotóxicos, etc, propiciando a entrada de outros personagens na questão

---

<sup>36</sup> Subsidiada pelo Estado, inicia-se por meio da extensão rural o processo de “educação do homem do campo e a industrialização da agricultura” no Brasil. Denominada também de revolução agrícola, segundo Caporal e Costabeber (2004, p. 121), foi uma das grandes transformações ocorrida na agricultura do país, a partir dos anos 50, caracterizada por “(...) pacote tecnológico a partir das sementes de Variedades de Alto Rendimento e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas necessários para assegurar as condições para que as novas cultivares alcançassem níveis crescentes de produtividade.” Nesse contexto, para Assis e Jesus (2005, p. 41), “o processo de industrialização da agricultura atingiu seu ápice com o advento da chamada Revolução Verde, quando, com o objetivo de solucionar o problema da fome mundial, obtiveram-se aumentos inequívocos de produtividade (...)”. Ver mais em Caporal e Costabeber (2004) e Assis e Jesus (2005).

indígena, com a contratação de engenheiros agrônomos e técnicos em agropecuária para orientação técnica e resolução dos novos problemas que surgiram juntamente com a implantação das tecnologias agrícolas.

O contato interétnico e a constituição de reservas indígenas - que no início do século passado foi considerada a melhor saída para a realidade da época como relatado anteriormente - causaram, e ainda hoje causa, modificações no padrão sócio-organizacional de vida dos Terena. A forma com que as residências se organizam dentro da aldeia<sup>37</sup> difere significativamente, segundo os indígenas, do padrão anteriormente utilizado. Fundamentalmente, devido à limitação territorial, pois antes da Guerra do Paraguai, existiam grandes extensões de terra onde os indígenas desenvolviam suas atividades produtivas - agricultura, caça, pesca e criação de pequenos e grandes animais - de forma mais eficiente. Caracterizando a aldeia pela grande distância entre os domicílios, contrapondo o que se vê atualmente com o aumento da concentração de casas e uma maior proximidade entre elas.

Um outro aspecto interessante observado na grande maioria, além da maior proximidade das residências é à disposição das mesmas de forma “planejada”, em conformidade com a cidade do entorno, existindo também cercas divisórias dos terrenos, ruas e regiões dentro da aldeia, caracterizando a existência de “vilas”, como denominam.

As casas, conforme informações dos moradores da aldeia Limão Verde (2006) eram construídas com adobe<sup>38</sup> ou madeira, e cobertura de sapé em sua maioria. No entanto, o que se encontra hoje, em grande parte das aldeias, obviamente que em algumas mais e outra menos, são casas de alvenaria cobertas por telhas de barro ou amianto, conforme padrão arquitetônico das residências das cidades vizinhas. Segundo Martins (2002, p. 64), “a aldeia Terena tradicional era formada por grandes casas comunais, distribuídas regularmente, onde viviam em média dez famílias”. Porém, atualmente se verifica que de acordo com as condições econômicas da família para construção de sua própria residência ao se casar, pode-se encontrar apenas uma família dentro de uma casa.

---

<sup>37</sup> Denominação do local onde os indígenas residem e se relacionam política, social, cultural e economicamente entre si e com a sociedade externa.

<sup>38</sup> Tipo de tijolo constituído de argila e gramíneas.

A aldeia é liderada e dirigida por um grupo de representantes denominados de “liderança indígena”. Dentre eles, encontra-se o cacique, considerado a principal autoridade da aldeia<sup>39</sup>, responsável pela ordem da mesma, além dos presidentes de associações, representantes de conselhos e chefes de postos indígenas da FUNAI, formados atualmente por maioria indígena. Dentro da aldeia são resolvidos conflitos internos de origem familiar, econômica, política, jurídica entre outros, que dependendo do assunto, são resolvidos apenas por representantes da aldeia ou são abertos para resolução juntamente com a comunidade em grandes reuniões, dirigidas pela liderança.

Uma aldeia indígena é composta por um conjunto de residências situadas dentro dos seus limites instituídos pela FUNAI, ou SPI, como “reserva indígena”, onde o morador pode construir sua residência em um local de sua preferência, desde que não tenha qualquer impedimento por parte da liderança indígena e deve obedecer e respeitar certas regras de conduta expedida pelo cacique e apoiada pelas demais lideranças. O estabelecimento da residência tem certo controle, principalmente, devido à organização da aldeia em setores como residencial, de produção, locais de uso coletivo e em função, também, da dificuldade quanto à questão de deficiência territorial.

As famílias Terena têm uma grande importância social nas aldeias, são grupos domésticos constituídos pelos pais, filhos tanto biológicos quanto adotivos, netos e em alguns casos agregados, como são considerados primos, tios, avós, noras, estejam na aldeia ou mesmo na cidade, o que não interfere essa ligação. O grupo é “dirigido” por uma figura considerada como uma espécie de “chefe da família”, normalmente o pai ou na falta deste, o primeiro filho. As residências desses grupos familiares com atualmente, de uma a quatro gerações em cada domicílio, normalmente, encontram-se próximas umas das outras quando não se encontram no mesmo terreno. Assim como acontece nas atividades produtivas, como a agricultura, onde as roças estão em áreas contínuas divididas internamente, pois, apesar de um sistema de solidariedade (econômica, política, etc) e/ou cooperação mútua, cada proprietário cuida de sua roça individualmente, podendo ocorrer, também, conflitos dentro dos grupos.

---

<sup>39</sup> A escolha do cacique é realizada por meio de eleição, não ocorrendo mais a escolha por conta da herança por parentescos - descendência de famílias pertencentes à camada dominante dentro da aldeia - ou por idade, experiência e sabedoria, escolhido pela comunidade como demonstração de confiança.

Um outro aspecto relevante na formação dos grupos domésticos ocorre após a união de um casal, quando a nora vai morar na casa do sogro. Na minoria dos casos acontece o inverso, porém, isso ocorre somente quando a situação financeira da família não permite a construção de uma moradia para o novo casal, e mesmo que ocorra o primeiro caso, o objetivo principal do casal, passa a ser o estabelecimento dos mesmos em uma nova residência, principalmente, com o nascimento de filhos. Contudo, como relatado anteriormente, deve-se solicitar a permissão para liderança no caso de estabelecimento de novas moradias dentro da aldeia.

Conforme observação das aldeias, os indígenas não produzem mais por meio das “roças de toco”, ou seja, plantio em áreas de vegetação bruta que após limpas e preparadas, eram cultivadas e onde ocorria mudança constante de local para *pousio*<sup>40</sup>. Praticadas antes da implementação de tecnologia não indígena, foram substituídas por roças de aproximadamente meio a um hectare, na maioria dos casos, cultivadas por tratores e implementos agrícolas, utilizando sementes, na maioria, fornecidas por programas de políticas públicas, além da utilização em muitos casos de técnicas não tradicionais.

Verifica-se, que apesar do dinamismo observado nas organizações socioculturais Terena, frente às situações historicamente ocorridas, esses povos permanecem cultivando características próprias de organização, de tradição e de costumes que os diferencia da sociedade nacional.

Quando as aldeias não possibilitaram mais a reprodução sócio-econômica satisfatória dos grupos indígenas, iniciou-se a migração dos mesmos para cidade ou fazendas em busca de melhores condições de vida, por meio dos mais diversos tipos de serviços como: de peão, cortadores de cana-de-açúcar (contratos com usinas de álcool), empregada doméstica, principalmente, para as mulheres, serviços públicos, “changas” (serviços gerais), ou mesmo a saída para estudos que vem aumentando significativamente. Nesse contexto, desenvolve-se uma outra problemática dentro das áreas indígenas, quando mulheres mais jovens, ao saírem das aldeias, por qualquer que seja o motivo, acabam por engravidar, retornando às aldeias para criarem os filhos, encerrando qualquer possibilidade de sucesso em atividades escolares ou profissionais.

---

<sup>40</sup> Técnica de descanso do solo para reorganização estrutural do mesmo.

Os missionários - Jesuítas, Capuchinhos - tiveram um papel importante na educação indígena. Esses missionários que chegaram ao Brasil, com a missão de catequizar os indígenas e “salvar almas”, pretendiam transformar, por meio da catequese, índios “selvagens” em índios “civilizados”. Vários missionários, como Frei Antônio Molinete (1849) e Frei Mariano Bagnaia (1859), fizeram parte dessa história que deu início ao contato dos indígenas com a educação, por meio de instruções, hoje chamadas de alfabetização.

Depois dos jesuítas e capuchinhos, os protestantes e o CIMI também tiveram participação histórica na educação desses povos, mesmo que indiretamente. O Estatuto do Índio, também, teve sua parcela de colaboração educacional ao tornar obrigatória a educação bilíngüe. Vários programas de políticas públicas do Estado para educação indígena, como contratação de professores indígenas e inserção de educação bilíngüe, estão sendo implantados para garantir a educação adequada e diferencial que essa população necessita, promovendo a reafirmação e manutenção da identidade étnica e cultural.

Como comentado anteriormente, um dos motivos de saída dos indígenas para as cidades é o de formação escolar, seja de nível médio ou superior, já que o acesso ao nível fundamental é facilitado pelo número significativo de escolas deste nível dentro das aldeias. O ingresso em universidades é uma realidade mais recente, porém, muitos obstáculos ainda são encontrados, ocasionando desistência em inúmeros casos. Um dos problemas mais freqüentes em caso de indígenas que conseguem a aprovação em vestibulares, necessária ao ingresso nas universidades, é a falta de condições financeiras para se manter nas cidades. E, em outros casos, os indígenas iniciam o curso, entretanto, apresentam dificuldades em acompanhar o andamento do mesmo<sup>41</sup>.

Porém, o número de indígenas que consegue concluir a graduação e realizar cursos de pós-graduação tem aumentado, segundo relato de alguns moradores da aldeia Limão Verde (2006), onde, nesse caso, dificilmente retornam as suas aldeias de origem por não encontrar campo de trabalho e condições para o exercício de suas respectivas profissões. Mesmo assim, também, sofrem com o desemprego fora das aldeias - igualmente aos não índios - portanto, os jovens devem escolher entre continuar o ofício de seus antecessores na agricultura, o estudo em busca de um

---

<sup>41</sup> Alguns professores atribuem a questão à cultura, ao preconceito sofrido ou mesmo à qualidade de ensino dentro das aldeias.

melhor emprego nem sempre alcançado ou o trabalho na cidade que também nem sempre possibilita uma melhoria de vida.

Verifica-se, nesse contexto, que a saída dos jovens das aldeias para estudar na cidade tem sido incentivada, principalmente, pelos pais, que na maioria das vezes, sobrevivem da agricultura, atividade que requer um grande esforço e desgaste físico e quase sempre resulta em remuneração insatisfatória para os padrões capitalistas. Com isso, muitos jovens indígenas, quando terminam os estudos dentro das aldeias, procuram continuá-los na cidade, almejando melhores empregos, caso contrário terão que realizar, segundo os mesmos, “serviços pesados” dentro das atividades agrícolas ou fora da aldeia como: diarista, empreita ou assalariado regular, devido a não especialização da mão-de-obra.

Destaca-se, também, a atuação de alguns indígenas portadores de uma consciência mais crítica em relação ao seu grupo, comprometendo-se com a problemática indígena, mostrando uma maior capacidade de defesa quanto à imposição de ideologias perversas provenientes das classes dominantes. Devido a essa maior conscientização esses normalmente se tornam líderes.

As lideranças Terena permitem a entrada de políticos dentro das aldeias em épocas de campanha eleitoral, assim como a qualquer momento, resultando, normalmente, em divisões, conflitos políticos internos e desarticulação entre os grupos indígenas, por divergências partidárias, principalmente, em aldeias como a Limão Verde, em que o acesso é facilitado pela proximidade com o município de Aquidauana (MS). O modelo político vigente foi assimilado por muitas aldeias Terena, servindo como exemplo para as eleições de cacique e demais liderança, por meio de votação secreta. A participação indígena na vida política em alguns municípios é intensa e significativa, onde a cada ano político observa-se o aumento de representantes indígenas em disputas por cargos políticos, principalmente, no Poder Legislativo.

Outro aspecto importante está presente no número expressivo de eleitores indígenas existentes em certos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, possibilitando em determinados casos, a definição das eleições. Poucos indígenas são eleitos, deixando clara a face do preconceito, mesmo assim as alianças firmadas possibilitam o aumento no número de votos indígenas para o partido aos quais esses candidatos pertencem.

### 2.1.1. Atividades produtivas e relação entre gêneros na sociedade Terena

Na organização social Terena, existe uma divisão de atividades de acordo com o sexo, historicamente herdada e respeitada dentro da aldeia, mesmo que nem sempre seguindo à risca, como em algumas exceções de mulheres realizando atividades masculinas e vice-versa, por se ter uma nova realidade após os contatos com os não índios e pela parcial assimilação de muitos de seus costumes. Os homens Terena são conhecidos por serem, essencialmente, lavradores ou agricultores, por praticarem técnicas tradicionais agrícolas desde a época em que viviam no *Chaco* paraguaio, trazendo consigo essas práticas ao chegarem a terras brasileiras.

Dentro de uma aldeia Terena existem locais específicos, ou seja, terrenos contínuos, onde são cultivadas as roças. Essas roças pertencem, conforme relato anterior, a um grupo doméstico que pode ser formado por vários membros, mas, principalmente, por irmãos, sob o comando do pai ou do primeiro filho, como substituto, considerado o chefe da família, passando de uma geração à outra. Cada indivíduo trabalha o seu pedaço de roça, porém, quando necessário trabalham em sistema de “mutirão”.

A implantação de novas áreas de roça é submetida à permissão do cacique e demais lideranças, pois a conservação da vegetação de matas na aldeia, na visão dos indígenas, assegura a retirada de madeira para seus fins diversos, plantas medicinais e matéria-prima para artesanatos. Nota-se que ocorrem, semelhantemente à sociedade ocidental, famílias com maiores condições financeiras, principalmente, por possuir maiores áreas de roça resultante da herança de famílias tradicionalmente dominantes. Os grupos domésticos que por algum motivo asseguraram um maior poder aquisitivo<sup>42</sup> mantêm uma relação diferenciada com os demais indígenas, ao empregá-los em seus estabelecimentos ou até roças, deixando clara a incorporação dos valores da sociedade capitalista (dependência, exploração, etc), transformando as relações comunitárias em relações comerciais de classes (produção capitalista).

---

<sup>42</sup> Por descender de famílias tradicionais, herdando uma maior extensão de terras ou por possuir habilidade comercial, se destacando dentro da comunidade por ser empreendedor, em qualquer que seja a atividade.

Segundo moradores da Aldeia Limão Verde (2006), mais precisamente antes da Guerra do Paraguai, quando então os indígenas possuíam extensões maiores de terra e utilizavam-nas de forma tradicional, isto é, antes da “Revolução Verde”, praticavam o cultivo por meio de limpeza da área (roça de toco), onde cortavam e queimavam a vegetação, muitas vezes em seu estágio bruto e nesse local plantavam, até que o solo não mais respondesse aos cultivos. Então, buscavam outras áreas, deixando aquela em *pousio* (descanso para recuperação da vegetação e conseqüente fertilidade do solo), para realizar o mesmo processo sucessivamente, garantindo a sobrevivência. Perpetravam, também, técnicas de armazenamento de grãos, pois naquela época não tinham acesso aos insumos externos, que não fossem as próprias sementes.

Com a imposição das reservas para reprodução e o uso de tecnologia convencional para o aumento da produtividade e geração de renda, por meio de comercialização do excedente, não foram modificadas apenas as formas de cultivo em áreas, agora fixas de uso contínuo, intensivo e mecanizado com tratores e implementos agrícolas, mas transformaram, também, a paisagem natural das reservas.

Isso significa em termos técnicos, que os indígenas, após a implantação de projetos públicos<sup>43</sup>, não foram capacitados tecnicamente para utilização desses benefícios, ocasionando exageros como utilização de arado<sup>44</sup> ou grade<sup>45</sup> em todo e qualquer preparo de solo, várias vezes em uma mesma área sem necessidade, não utilizando mais técnicas de limpeza de terreno, com a utilização apenas de ferramentas manuais. Até mesmo no preparo de pequenas hortas foi observado o uso de tratores. Ocorre que esse constante revolvimento do solo ocasiona uma desestruturação e conseqüente compactação (redução de porosidade do solo) e/ou erosão do mesmo, além de estarem sempre aflorando as camadas mais férteis

---

<sup>43</sup> Verdadeiros pacotes tecnológicos “a fundo perdidos” que objetivavam o aumento da produtividade, possibilitando a aquisição de tratores, implementos e outros equipamentos de beneficiamento agrícola, como batedeira de cereais, por exemplo.

<sup>44</sup> A aração é uma operação de preparo de solo, realizada pelo trator com um implemento agrícola denominado arado. O arado possibilita a inversão das camadas do solo (tombamento ou revolvimento), pois, após cortar uma faixa do solo, os materiais da superfície passam para baixo e a camada de baixo é elevada à superfície, promovendo o aproveitamento de uma camada mais profunda do solo, devido a quebra da camada endurecida e pela mistura da matéria orgânica, possibilitando maior entrada de ar e água.

<sup>45</sup> A gradagem é outra operação de preparo do solo pelo trator, através do uso da grade (implemento agrícola). Após a aração, o solo fica irregular (sulcos e torrões), dificultando plantio e germinação, por isso é necessária a gradagem para nivelar o solo. A gradagem, porém, possuem outras funções como a destruição de plantas daninhas, a incorporação de fertilizantes, calcário e sementes.

(matéria orgânica) do solo até sua escassez, principalmente, por lixiviação, ou seja, águas de chuva que carregam parcelas de solo sem cobertura vegetal.

Um outro aspecto notado em visita às aldeias de Aquidauana/MS é a abertura de novas áreas - quando existem - devido ao crescente contingente populacional e quando as aldeias não possuem mais terras disponíveis, ocorrendo em locais desapropriados de vegetação bruta ou em fase de regeneração, que causam danos irreparáveis ao meio ambiente, como o desmatamento de matas ciliares e morros, promovendo assoreamento de cursos d'água, entre outras conseqüências.

A produção agrícola ainda tem conseguido suprir as necessidades que permitam a segurança alimentar e a geração de renda por meio de comercialização de produtos, que nem sempre são excedentes, porém, com crescente dificuldade, pois, conforme declaração dos indígenas da aldeia Limão Verde (2006), com o enfraquecimento do solo no que diz respeito à fertilidade, espécies vegetais mais exigentes não são produzidas, diminuindo, significativamente, a diversidade das culturas. Significando um grande problema a esses agricultores natos, acostumados com o plantio de várias espécies diferentes - mesmo com impactos causados com a "revolução verde" de promoção da monocultura - cada qual, em sua época, permitindo o plantio e a colheita durante praticamente o ano inteiro.

Outro ponto a ser ressaltado nesse contexto de "perdas" de técnicas agrícolas tradicionais, é a dependência de insumos como sementes e óleo diesel para funcionamento das patrulhas agrícolas. Ambos partem de projetos públicos (ou não) de fomento à agricultura indígena, mas que acarretaram a perda de exemplares nativos de sementes, pois, como são distribuídas gratuitamente, sementes de milho, arroz, feijão, amendoim, abóbora, hortaliças em geral, todos os anos, não se preocuparam mais em armazenar suas sementes, somente aquelas que o Estado não fornece.

Uma outra atividade masculina é a criação de pequenos e grandes animais - suínos, eqüinos, bovinos, caprinos, ovinos e aves. No entanto, a atividade de maior importância devido à maior rentabilidade é a criação de bovino de corte, pois a bovinocultura de leite, dificilmente encontrada dentro das aldeias, normalmente se destina ao consumo da família. Segundo os cronistas, os Terena aprenderam a trabalhar com cavalos e bovinos por meio das relações com o grupo Mbayá-Guaikuru, permitindo além da criação para alimentação e comercialização, o

emprego como peões em fazendas do Estado de Mato Grosso do Sul, quando chegaram do *Chaco* paraguaio até a atualidade.

Diferente da agricultura, a pecuária em terras indígenas não é tão comum. Afinal, a criação exige uma extensão maior de terra que seria usada pela comunidade para agricultura, ocasionando conflitos internos, pois como as terras limitadas e as benfeitorias nelas contidas deve ser patrimônio comum a todos os moradores da aldeia, uma maior vantagem de uns em relação aos outros, faz cair por terra essa igualdade de direitos. Portanto, normalmente, os poucos criadores de gado possuem uma condição financeira melhor que os demais.

Já a criação de pequenos animais é uma atividade comum, pois, diversas famílias na aldeia Limão Verde criam os mesmos, somente para consumo como fontes de proteína animal, que dificilmente são comercializados. Levando em consideração a fiscalização e aplicação de penalidades, pelas instituições responsáveis<sup>46</sup>, de acordo com a legislação<sup>47</sup> vigente de criação e comercialização de aves e suínos, principalmente, onde as normas de abate e destinação de dejetos desses animais, são extremamente rígidas, considerando a realidade dos povos indígenas e da agricultura familiar de modo geral.

É necessário saber que a Constituição assegura aos índios o direito sobre a terra, desde que realizem práticas tradicionais, mesmo quando suas terras incidem sobre Unidades de Conservação. Nesse caso, Santilli (2004, p. 25) explica que:

(...) quando os índios promovem a exploração de recursos naturais voltada para a comercialização, tem que se adaptar às normas ambientais em vigor. Se, por exemplo, resolvem explorar a pesca comercial, precisarão de autorização do Ibama e terão que respeitar as normas que restringem a pesca em período de reprodução. Da mesma forma, eventual exploração madeireira dependerá da aprovação de plano de manejo florestal sustentável e do cumprimento da legislação florestal.

A caça e a pesca muito desenvolvida até meados do século passado, quando existiam matas e cursos d'água suficientes para a produção e reprodução de peixes e animais originários do cerrado e do Pantanal da região, hoje já não possuem mais essa dimensão, não porque os indígenas perderam o interesse e sim pela escassez dos mesmos, causada pela destruição de nichos naturais necessários

---

<sup>46</sup> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - IAGRO, Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal.

<sup>47</sup> Alguns exemplos da legislação vigente encontram-se nas Leis Nº 1283/1950, 7889/1989 e 9712/1998, na Instrução Normativa Nº 42/1999, no Decreto Nº 30691/1952 e nas Portarias Nº 368/1997, 46/1998, 304/1996, 210/1998 (Aves) e 711/1995 (Suínos).

ao desenvolvimento dessas espécies, além da matança desenfreada praticada pela falta de conscientização humana.

A coleta de frutas, de mel e de outros produtos, não é mais realizada com tanta assiduidade, afinal, são alimentos que quando não são produzidos pelos indígenas com técnicas racionais de apicultura e fruticultura, são de fácil acesso nas cidades do entorno. O Estado, por meio de suas iniciativas, tem fomentado a capacitação de indígenas em atividades alternativas como piscicultura, apicultura, fruticultura, etc, além de possibilitar financiamentos ou projetos “a fundo perdidos” que possibilitam a implementação desses projetos, a partir do investimento em infraestrutura e insumos necessários.

Além do trabalho permanente ou temporário como peão em fazendas, uma outra atividade, caracteristicamente masculina, é a empreita em fazendas por meio de serviços temporários como: capinas, colheita de cereais, instalação de cercas, etc. A “changa”, caracterizada por serviços gerais como carga e descarga de caminhão, entre outros, também são serviços temporários encontrados pelos indígenas nas cidades.

Como afirmado anteriormente, um dos pontos responsável pelo processo de interação dos Terena com a sociedade não indígena envolvente é a sua participação na economia regional. Entretanto, mesmo que essa etnia seja caracterizada por sua relativa supremacia masculina, o papel da mulher tem se mostrado significativo nas relações sócio-econômicas, pois, é a principal responsável pelo escoamento dos produtos de agricultura e artesanato da aldeia, por meio da comercialização. Atuando, portanto, ativamente, juntamente com os homens nas atividades econômicas da comunidade.

Destarte, na divisão sexual das atividades, a comercialização juntamente com os trabalhos domésticos de limpeza, alimentação, filhos, artesanato e auxílio na colheita, fazem parte do trabalho feminino dentro da aldeia. Essa realidade iniciou a partir do momento em que foram instituídas as reservas, conseqüentemente, impossibilitando a auto-suficiência, quando então começaram a intensificar as relações com o exterior, saindo para trabalhar e desenvolver a comercialização com a sociedade capitalista. Com a saída dos maridos e/ou filhos mais velhos para trabalharem nas cidades, usinas ou fazendas, às vezes por longos períodos, ou mesmo permanecendo na aldeia, trabalhando em suas roças, essas mulheres

entenderam que era necessário se encarregar do comércio complementando a renda familiar.

Dentro das aldeias, as mulheres de maior idade direcionavam a organização feminina, controlando as atividades e o padrão comportamental das mais jovens. No entanto, não possuem mais o domínio, antes observado, de controlar e intervir com rigidez em certas atividades, impondo limites como “quando” e “como” realizar certas ações e com quem se relacionar, por exemplo.

Uma outra atividade que havia se reduzido - até a primeira metade do século passado - consideravelmente, entre os Terena, é a produção de peças em cerâmica, que está sendo retomada, gradativamente, em grande parte devido aos incentivos dados pelo Estado como política pública de reafirmação cultural e preservação da identidade étnica, sendo comercializada em lojas de artesanato e feiras das cidades.

A cerâmica Terena, representada principalmente por vasos ou “potes” de porte pequeno e médio, com pintura de motivos florais, é feita de argila. As indígenas pegam pedaços de argila e a manuseiam até formar pequenos rolos, então os colocam dispostos em espiral, moldando e alisando (por dentro e por fora) a peça com o auxílio de pedras ou outros utensílios improvisados. A pintura da peça é branca e na maioria das vezes é realizada a partir de materiais naturais como calcário, antes de queimar em buracos feitos no chão ou fornos à lenha, onde as peças devem ser constantemente mudadas de posição. Além da cerâmica, o artesanato Terena é representado por produtos confeccionados em outros materiais, como a palha e a semente, principalmente. Os produtos mais confeccionados são: abanicos, chapéus, cestaria, bolsas, vestimentas e cocares em palha, além de adornos (colares, pulseiras, brincos, etc), com as mais diversas variedades de sementes nativas.

Toda a produção Terena, seja agrícola, extrativista ou artesanal, é comercializada pelas mulheres indígenas dentro das aldeias e nas cidades, em locais fixos ou de porta em porta, possibilitando a obtenção de recursos para a aquisição de outros bens não produzidos ou encontrados dentro de sua aldeia. Essas indígenas são chamadas de “feirantes” e são extremamente valorizadas pelas famílias dentro da aldeia. É obvio que apesar da importância da atividade, os pais, como falado, anteriormente, prefere que suas filhas tenham um outro futuro, e as jovens, também, aspiram uma “vida melhor”, não que ser feirante seja motivo de

vergonha ou constrangimento, porém, é um serviço que, também, exige sacrifícios físicos.

Atualmente, assim como as atividades agrícolas não são exclusividades dos homens, a confecção de artesanatos em cerâmica, em palhas ou em sementes, também, não é realizada apenas por mulheres. Portanto, a divisão de trabalho não é mais considerada uma regra rígida, o que ocasiona uma mudança social, ao observar as exceções e transformações das atividades exclusivas de cada sexo em atividades complementares por ambos.

### **2.1.2. Contato interétnico: transformações culturais e religiosas**

Analisando, novamente, o contato interétnico como ponto chave para a percepção de transformações intratribais, leva-se em consideração, nesse momento, a cultura - hábitos alimentares, moradia, festas, língua, música, dança, vestimentas, artesanato, dentre outros - a religião - catolicismo *versus* protestantismo - e o preconceito praticado pela sociedade envolvente, marcando profundamente o comportamento e a organização social dentro de uma aldeia, modificando, também, parte das aspirações indígenas. Consideram-se, também, uma mudança cultural, as atividades produtivas descritas anteriormente, praticadas atualmente algumas vezes de forma tradicional, complementadas por tecnologias convencionais.

É preciso esclarecer e alertar que muitas das afirmações apresentadas até aqui são meramente informativas. Não reprimindo, nem incentivando qualquer atitude indígena de modificação de seus hábitos, não apontando o que é certo ou errado, evitando-se o risco de repetir ações e imposições do Estado.

Admite-se que o histórico Terena resultou em profundas mudanças “culturais”. Ao começar pelos primeiros contatos com os fazendeiros da região, como mão-de-obra em atividades agropecuárias e apropriação de técnicas convencionais, até a relação comercial com o entorno. Perfazendo a utilização da mão-de-obra indígena nos projetos do Estado de ocupação e expansão territorial, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e das Linhas Telegráficas, a evangelização por católicos e protestantes, a participação na Guerra do Paraguai, o contato com o exército brasileiro, entre outros fatores que permitiram o contexto atual.

Observa-se que dentro de muitas aldeias Terena, a comunicação em grande parte é realizada por meio de seu idioma, principalmente, entre os moradores de

maior faixa etária. O português, língua em que os idosos possuem maior dificuldade de pronúncia, foi desenvolvido, historicamente, por imposição da sociedade não indígena (que proibia a comunicação no idioma) e/ou como um mecanismo estratégico de sobrevivência desses povos. Afinal, os indígenas precisavam comunicar com a sociedade nacional, para entender melhor suas reais intenções ao intervir dentro de uma aldeia e para possibilitar um maior entendimento dos não indígenas quanto às manifestações indígenas.

Em todas as reuniões ou eventos realizados dentro da aldeia Limão Verde com os não indígenas, como por exemplo, onde são reunidos todos os moradores da aldeia, os representantes, ao pedir licença aos “brancos” (*purutuyé*), repassam toda a pauta do evento no idioma Terena para os indígenas e só então, iniciam a reunião, traduzindo aos não indígenas o que fora falado.

Com a influência da sociedade não indígena, no que diz respeito às transformações das demandas indígenas, insere-se, claramente, o modo de produção capitalista, cuja base é a valorização de bens materiais e a importância da acumulação dos mesmos. Enfim, moradias - adobe, sapé, bambu - sem o padrão arquitetônico de alvenaria da cidade e o não consumo de tecnologias ofertadas pelo mundo moderno, representam que aquele grupo doméstico não possui condições financeiras ou poder aquisitivo para tal, tornando-os agora “pobres” na visão indígena. Havendo, portanto, o entendimento de divisões de classes, aumentando cada dia mais a necessidade de se consumir bens manufaturados e modernos, considerados indispensáveis na busca do conforto, praticidade e da melhoria nas condições de vida.

Esse consumismo, como igualmente ocorre em áreas rurais de não índios, é mais verificado em jovens, pelo maior acesso à cidade para estudo, lazer e emprego. Mas, também, porque as informações chegam pelos meios de comunicação, como o rádio e televisão, dando acesso aos modismos verificados na linguagem, vestimentas, entre outras atitudes.

Nesse contexto, encontra-se como conservação da cultura, festas, danças e músicas tradicionais, apenas a comemoração do Dia do Índio - 19 de abril - com a dança típica do “bate-pau” embalada ao som de flautas e batuques, em que com muito orgulho apresentam-se aos demais indígenas e não indígenas visitantes, turistas, políticos, agentes governamentais, que vão, especialmente, para participar da festa. Outras festas realizadas dentro das aldeias Terena, são festas tradicionais

da sociedade regional, como comemorações de dias santos ou comemorações nacionais, incorporadas pelo convívio com o não índio.

Com a inclusão de diversos programas que fazem parte das políticas públicas do Estado, tais como: saúde, segurança alimentar e geração de renda, observam-se, também, algumas modificações em antigos hábitos. A Fundação Nacional de Saúde mantém postos de saúde dentro das aldeias, em que médicos da região, de diversas especialidades, atendem, semanalmente, a comunidade e agentes de saúde fazem um trabalho significativo de prevenção e acompanhamento junto às famílias. Com a introdução de medicamentos farmacêuticos, deixou-se de lado, em muitos casos, o uso regular e exclusivo das plantas medicinais.

Na aldeia Limão Verde, existe apenas um indígena, já idoso, que realiza “rezas” e trabalha com plantas e ervas produzindo remédios caseiros, que chamam de “garrafadas”, uma espécie de curandeiro, não havendo nenhum sucessor, que, de acordo com os indígenas, tenha interesse em dar continuidade à tradição. Porém, dentro da aldeia, alguns indígenas ainda produzem remédios à base de plantas medicinais e chás, mas, sem a prática de rezas tradicionais, deixando claro que, apesar de mínima, em comparação com épocas anteriores ao contato com não índios, ainda existe a crença, o conhecimento e a credibilidade das famílias em remédios naturais para o tratamento de seus indígenas.

Um outro programa, o Programa de Segurança Alimentar do Estado de Mato Grosso do Sul, apesar da grande importância dentro da aldeia para a sobrevivência e garantia de alimentação às famílias carentes, não foi moldado segundo os padrões de alimentação indígena, podendo ocasionar mudanças nos hábitos alimentares, como o uso de produtos enlatados com conservantes. Não que os indígenas não tenham tido o acesso a tais alimentos até então, porém, a sua utilização foi intensificada.

No Estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, que abriga a segunda maior população indígena e “compreende” que essa realidade faz parte de sua identidade, o índio talvez sofra até mais preconceitos que em locais onde não residam. Segundo relatos dos próprios indígenas, a dificuldade em conseguir empregos melhores é muito grande, sendo, normalmente, muito procurados para realizar serviços braçais temporários, no caso dos homens, e como domésticas, no caso feminino.

Os jovens ao saírem para estudar na cidade, também enfrentam o mesmo dilema com os colegas de turma, tendo que enfrentar piadas nem sempre amigáveis.

Por apresentar características físicas próprias, como cabelos lisos, negros e pele morena, além da dificuldade de pronunciar o português corretamente, são facilmente reconhecidos na sociedade não indígena. Esses fatos prejudicam o desempenho de qualquer ser humano, atingindo principalmente a autoconfiança de cada um. Os resultados disso são as desistências escolares e universitárias e até o alcoolismo como meio de exteriorizar o sentimento de indignação, pela não aceitação por parte dos não índios.

Mesmo assim, contrariando muitas literaturas, na aldeia Limão Verde, observa-se que, grande parte dos indígenas, em nenhum momento nega sua identidade étnica para assumir uma nova identidade ocidental, com intuito de ser bem aceito junto aos não indígenas. Sofrem muito com o preconceito, mas, demonstram orgulho em ser índio, manifestando sempre suas dificuldades e demandas em público.

Um outro aspecto que caracteriza a aceitação de sua identidade, é que mesmo saindo em busca de melhores condições de vida fora das aldeias, aspiram ao retorno ao local de origem e afirmam que se a aldeia permitisse sua sobrevivência, nunca sairiam. Os indígenas que conseguem se estabelecer fora, não abandonam e nem cortam suas relações com os familiares residentes na aldeia, ao contrário, estão sempre auxiliando os mesmos.

Se o assunto “religião” na sociedade não indígena é sinônimo de discussão - partindo das diferenças criadas entre católicos e protestantes - na sociedade indígena não é diferente, causando conflitos e divisões internas, assim como as divisões políticas e de classes. Na aldeia Limão Verde existe uma Igreja Católica e seis Igrejas Protestantes ou “Evangélicas”, como os indígenas denominam. O povo Terena sempre teve dentro de sua cultura a religiosidade, desde a época em que habitavam o *Chaco* paraguaio, quando acreditavam em suas mitologias e praticavam cerimônias (rituais) religiosas.

Segundo Oliveira (1976), poucas são as informações sobre a religião dos Guaná deixados pelos cronistas (século XIX), porém, sabe-se que esses tinham grande respeito e acreditavam na existência e no poder de um grande espírito e de uma constelação (Plêiades/Sete Estrelas), motivo de ritos mágicos e festividades todos os anos.

A cerimônia chamada *Oheokoti*, que coincide com a Semana Santa, era realizada por meio de rituais religiosos e era presidida pelo *Koixomuneti* ou médico-

feiticeiro, que tinha o poder de invocar espíritos mortos (*Koipihapati*), promovendo a cura de doentes e o controle dos fenômenos naturais. O *Koixomuneti* era respeitado e temido, pois, devido aos seus rituais religiosos, podia tanto curar e proteger, quanto realizar “magia negra” com auxílio dos espíritos. Essa festa (*Oheokoti*) atraía todo o grupo local que se ocupava, totalmente, com os seus preparativos. Várias são as versões contadas sobre os personagens míticos, denominados como as metades, “boa” e “má” dos gêmeos, ou “calmos” e “bravos”, em que um mantinha a superioridade sobre o outro (*Sukirikionó* era superior a *Xumonó*), e com isso durante (e somente) a festividade, a comunidade se dividia, desempenhando papéis em que ambos se hostilizavam.

Após a migração ao Brasil, poucos povos mantiveram esses rituais e logo assimilaram festividades da sociedade nacional, principalmente, após a chegada das missões tanto católicas quanto protestantes. Os missionários católicos e italianos denominados “Capuchinhos” - substituindo os Capuchinhos franceses - chegaram à Cuiabá, em 1850, para cristianizar os grupos regionais e os índios do Baixo-Pantanal. Sob a coordenação do Frei Mariano de Bagnaia - Missionário do Pantanal - implantaram diversas capelas na região, onde realizavam casamentos, batizados, catequeses e a “civilização” dos indígenas.

Com a Guerra do Paraguai, os trabalhos foram interrompidos, devido à invasão e à destruição de parte da região. Mesmo assim, o período de atuação dos missionários foi suficiente para que os Terena absorvessem novos costumes como: batismo, casamento, festas em dias santos, além disso, entendiam que ser considerado cristão significava ser aceito como civilizado pela sociedade nacional, apropriando-se então dessa religião. Porém, segundo relatos, apesar da aceitação, era baixo o entendimento e o desenvolvimento de hábitos cristãos.

Em 1912, segundo Moura (2001), a aldeia Bananal (MS), recebeu a visita de missionários da ISAMU - *Inland South American Mission Union* - para conhecer a comunidade e propor um trabalho missionário. Com isso, o protestantismo, também, tem acesso aos indígenas com o propósito de conversão dos, então, indígenas católicos, por meio da evangelização, pois, consideravam o catolicismo como sinônimo de paganismo.

Enquanto os Terena solicitavam assistência educacional, entre outros benefícios, os missionários buscavam seguidores e/ou propagadores da religião entre os povos indígenas. Então, as primeiras décadas em que surge o

protestantismo nas aldeias da região, são marcadas por conflitos, acarretando a divisão dentro das aldeias entre católicos e crentes, e perseguições por parte da Igreja Católica, além do êxodo indígena. O ISAMU promoveu um trabalho de educação e evangelização continuado e marcante até a década de 1920, quando então foram expulsos devido aos conflitos com a Igreja Católica - com o SPI ao lado dos católicos -.

Restaram apenas os missionários da facção norte-americana, se retirando os anglo-saxões, quando ISAMU passa, então, a ser denominada SAIM (*South American Indian Mission*). Na década de 1930, os padres Redentoristas chegam às aldeias e desenvolvem um trabalho menos presencial que os missionários anteriormente referidos. Os missionários da SAIM permaneceram até 1993 nas aldeias.

Entre as décadas de 1970 e 1990, o povo Terena protestante inicia e intensifica trabalhos com a Missão protestante UNIEDAS - União das Igrejas Evangélicas da América do Sul -1972 - principalmente, após o rompimento com a SAIM. A UNIEDAS, por sua vez, serviu não só como base religiosa, mas, como um instrumento de aceitação social e política dentro da sociedade envolvente, segundo Moura (2001).

Por meio das escolas da UNIEDAS com formação teológica, eram formados ministros indígenas para atuar nas igrejas evangélicas locais. Em parceria com outras entidades religiosas - *South American Indian Mission*/SAIM e Missão Evangélica Unida/MEU - a UNIEDAS conseguiu financiamento para reforma e ampliação de suas escolas de formação e para dar continuidade aos seus trabalhos. Porém, após a ruptura com a SAIM, começou a ter, e prolongam-se até a atualidade, problemas financeiros. De acordo com Moura (2001, p. 135) “(...) está sendo cogitada uma reaproximação da UNIEDAS com a SAIM”.

Finalmente, o que se observa dentro das aldeias é a clara apropriação de ambas as religiões, principalmente católica e protestante, agora não mais de forma conflitante, porém dividida, e que significou mais um degrau de aproximação e influência sócio - política, sob uma ótica religiosa, com a sociedade ocidental.

## **2.2. As aldeias Terena de Mato Grosso do Sul**

Mesmo após passarem por tantas situações adversas, conseqüência do mundo moderno e capitalista, os indígenas sobrevivem e mantêm diversos costumes

próprios das etnias. O estado de Mato Grosso do Sul, possui a segunda maior população indígena do país, cerca de 60 mil índios, destacando as etnias Terena, Guató, Guarani - Kaiowá, Kadiwéu e Ofayé.

Esses povos, ainda, reivindicam por políticas públicas de demarcação de suas terras, educação, saúde, segurança alimentar e geração de renda. Os índios de Mato Grosso do Sul vivem em grande parte da agricultura e da pecuária, integrados ao processo de desenvolvimento da sociedade envolvente.

As populações indígenas vivem em regiões com características diferentes, com vegetação variada e solos de fertilidades diversas. Portanto, suas atividades produtivas também diferem, mas, o que é comum a todos é a situação de degradação do ecossistema promovida pela diminuição de seus territórios de onde tiram o sustento. Os indígenas, além da importância nas economias regionais, contribuem para a história e identidade dos estados em que se encontram. Assim, são os Terena em Mato Grosso do Sul.

Expondo com uma numerosa população e fazendo parte da construção histórica, fatos responsáveis pela presença Terena marcante no cotidiano do estado. Sendo essa presença sentida mais intensivamente nos municípios onde se encontram as aldeias, como em Nioaque, Miranda, Rochedo, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Aquidauana, Anastácio e em comunidades menores como em Dourados (Posto ou Terra Indígena Guarani), Porto Murtinho (PIN ou TI Kadiwéu), além de São Paulo (PIN ou TI Araribá e Icatu). De acordo com Carvalho (1979, p. 51), “o Posto Indígena Araribá acha-se localizado no município de Avaí. Sua sede dista aproximadamente 16 km de Avaí, 22 km de Duartina e 41 km de Bauru”.

Conforme se pode constatar através da tabela a seguir, o povo Terena possui vinte e seis aldeias, distribuídas em dez Postos Indígenas (Terras Indígenas), no estado de Mato Grosso do Sul. Contando com uma população geral aproximada de 18.000 indivíduos, de acordo com Martins (2002).

Tabela 1 - População Terena de Mato Grosso do Sul

<b>Terra/ Posto Indígena</b>	<b>Município</b>	<b>Nº Aldeias /Núcleo</b>	<b>População (hab)</b>	<b>Extensão (ha)</b>
Aldeinha	Anastácio	01	328	4,17
Bálsamo	Rochedo	01	80	3,5
PI Buriti	Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia	04	2.300	2.090,16
PI Cachoeirinha	Miranda	05	4.500	2.644,38
PI Ipegue	Aquidauana	02	1.364	3.000,00
PI La Lima	Miranda	01	1.150	2.609,43
PI Limão Verde	Aquidauana	03	1.456	1.973,00
PI Nioaque	Nioque	03	955	3.029,35
PI Pilad Rebuá	Miranda	02	1.722	208,37
PI Taunay	Aquidauana	06	2.837	3.548,82

**Fonte:** Programa Pantanal (2002).

Em Mato Grosso do Sul, as aldeias foram estabelecidas de duas formas, primeiramente, como doação pelo Estado no início do século XX, ou demarcadas como reservas indígenas pela FUNAI, e mais pelo extinto SPI, a partir das primeiras décadas desse mesmo século. Esse procedimento ainda ocorre até os dias de hoje.

Observa-se uma significativa disparidade entre os dados indígenas e que são evidenciados pelas tabelas 1 a 5, sejam demográficos ou territoriais, obtidos em entidades que trabalham com essa questão no país. Hoje os Terena são mais de 18 mil indígenas, o que deixa claro o crescimento populacional dessa etnia, como um dos poucos casos de ascendência no índice demográfico indígena. No fim do século XVIII, segundo Azara (1809, *apud* Oliveira, 1976), os Terena eram em 3.000 indivíduos. Já limitados em reservas, eram aproximadamente, dez mil, na década de 1980. Para uma melhor ilustração desse contexto, Batista (1995, p. 23), apresenta uma tabela sobre dados comparativos de alguns povos indígenas em dois momentos.

Tabela 2 - Dados comparativos de aldeias Terena de Mato Grosso do Sul em 1985 e 1993

<b>Aldeias/ TI</b>	<b>Ano</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>População (hab)</b>	<b>Município</b>
Buriti	1985	1040	1050	Sidrolândia
	1993	2090	1065	
Nioaque	1985	2916	622	Nioaque
	1993	3029	1980	
Limão Verde	1985	1750	743	Aquidauana
	1993	1589	1446	
Taunay/ Ipegue	1985	6336	2788	Aquidauana
	1993	6468	3123	
Cachoeirinha	1985	2658	1761	Miranda
	1993	2648	3500	
Lalima	1985	2609	682	Miranda
	1993	3001	720	
Buritizinho	1985	10	12	Sidrolândia
	1993	10	200	

**Fonte:** Batista (1995).

Um outro aspecto importante na questão indígena é a observância de dados sobre a demarcação, muito embora sem a exatidão necessária, que segundo o Programa Pantanal no final do século passado, as áreas territoriais das Terras Indígenas - TI - de Limão Verde, Taunay e Ipegue eram aproximadamente, 1.973, 3.500 e 3.000 hectares (ha), respectivamente. Porém, com o processo de ampliação, a TI Limão Verde passou a possuir mais de 5.000 há, com algumas propriedades devolvidas e outras em processo de regularização e as TI Taunay/Ipegue tiveram 33.900 ha aprovados pela FUNAI (em fase de oficialização desde 2005).

Tabela 3 - Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul - Decretadas e Demarcadas em 2001

<b>Aldeias/ TI</b>	<b>Decretados (ha)</b>	<b>Demarcados (ha)</b>	<b>População (hab)</b>
Taunay/ Ipegue	7.200	6.481	3.465
Cachoeirinha	3.200	2.660	2.620
Buriti	2.000	2.090	1.875
Nioaque	2.800	3.029	1.782
Lalima	3.600	3.100	1.213
Limão Verde	5.377	4.886	669
Pilade Rebuá		208	1.664
Aldeinha		15	97
Total		22.478	13.629

**Fonte:** FUNASA.

Tabela 4 - Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul em processo de ampliação

<b>Aldeias/ TI</b>	<b>Em processo de ampliação (ha)</b>
Taunay/Ipegue	33.900
Cachoeirinha	36.288
Buriti	17.200

**Fonte:** Azanha e Ladeira (2004).

### 2.2.1. As aldeias de Aquidauana (MS)

O município de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, possui três Terras Indígenas - divisões criadas pela FUNAI, onde cada uma possui um Posto Indígena (PIN)- Taunay, Ipegue e Limão Verde. Sendo nove aldeias no total, cinco em Taunay, duas em Ipegue e duas em Limão Verde, todas de etnia Terena, com uma população aproximada de 1382 famílias, segundo dados da FUNASA (2007) como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 5 - População das Aldeias de Aquidauana (MS)

<b>Aldeia</b>	<b>Total de Famílias</b>	<b>Total de Pessoas (hab)</b>	<b>Total Masculino</b>	<b>Total Feminino</b>
Bananal	312	1262	700	562
Colônia Nova	45	184	87	97
Córrego Seco	40	170	100	70
Imbirussú	54	204	127	77
Lagoinha	120	637	364	273
Limão Verde	301	1094	574	520
Morrinho	63	290	158	132
Ipegue	243	864	444	420
Água Branca	204	712	389	323
Total	1382	5417	2943	2474

**Fonte:** FUNASA (2007).

#### 2.2.1.1. Terra Indígena Taunay

Esta Terra Indígena possui cinco aldeias: Bananal, Morrinho, Lagoinha, Imbirussú e Água Branca. Localizada a 45 km de Aquidauana em direção a Miranda, via BR 262, à direita (km 28) na estrada por 14 km até o Distrito de Taunay e por

mais alguns quilômetros até as sete aldeias (03 km até Bananal, 06 km até Água Branca, etc). Possui extensão de aproximadamente 3.500 ha e mais de 500 unidades de produção indígena de lavoura ou roça, segundo o Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS - IDATERRA - (2006). Todas as aldeias possuem infra-estrutura básica, tais como: energia elétrica, água, postos de saúde, escolas, igrejas, centros comunitários, sejam fixos ou improvisados, patrulhas agrícolas (tratores), entre outras estruturas.

A aldeia Bananal possui mais de 200 indígenas com unidades de produção rural (IDATERRA, 2006), voltados à produção de pecuária de leite e corte, produção agrícola de feijão, milho, mandioca, abóbora, dentre outros. Dedicam-se, também, à fruticultura e ao extrativismo, cujos produtos são comercializados. Produzem artesanato com palha da palmeira carandá (*Copernicia alba Morong.*) e sementes (diversas origens). É nessa aldeia, que se encontra o Posto Indígena de Taunay, além de ser considerada a mais desenvolvida em termos de infra-estrutura. A aldeia possui três associações sem fins lucrativos. São elas:

- A associação de Pequenos Produtores Rurais Indígenas (APRI), fundada em 06/04/1999, contando com 30 associados;
- A associação das Mulheres da Aldeia Bananal (AMAB), fundada em 15/12/2001 e possuindo 33 associados;
- A associação das Terenas Artesãs do Posto Indígena Taunay (ATAPIT), fundada em 28/04/2002, contando com 30 associados.

A aldeia Morrinho possui, aproximadamente, 50 indígenas com unidades de produção rural (IDATERRA, 2006), dedicados, principalmente, as atividades de agricultura de subsistência e ao extrativismo, com pequena comercialização dos produtos agrícolas. Possui uma associação denominada de Associação Indígena Terena do Morrinho.

A aldeia Lagoinha possui mais de 90 indígenas, com unidades de produção rural (IDATERRA, 2006), dedicados à agricultura de subsistência e comercializando a produção, sendo que os produtos são semelhantes aos produzidos nas aldeias anteriores. Possui uma associação denominada Associação Indígena Terena da Lagoinha, fundada em 02/07/1992, contando com 133 associados, além de um grupo informal de mulheres que realiza atividades como crochê, tricô e costura.

A aldeia Imbirussú possui, aproximadamente, 40 indígenas com unidades de produção rural, dedicados à atividade de agricultura de subsistência e pecuária de

corte e leite, também, com venda da produção. Possui uma associação, a Associação Indígena Terena do Imbirussú, fundada em 12/08/1992, contando com 33 associados.

A aldeia Água Branca possui mais de 150 indígenas, com unidades de produção rural (IDATERRA, 2006), dedicados às atividades de agricultura de subsistência, de produção de artesanato e de mel para consumo e comercialização. A aldeia possui ainda três associações, são elas:

- Associação das Mulheres Indígenas da Aldeia água Branca (AMIAAB);
- Associação de Apicultores Indígenas Terena da Aldeia Água Branca;
- Associação dos Agricultores Indígenas de Taunay (AAIT), fundada em 26/03/1988, contando com 100 associados.

#### **2.2.1.2. Terra Indígena Ipegue**

A Terra Indígena Ipegue possui duas aldeias: Ipegue e Colônia Nova. Localizada a 45 Km de Aquidauana em direção a Miranda, via BR 262, à direita na estrada por 22 Km, até o início da aldeia Ipegue. Possui extensão de aproximadamente 3.000 ha e mais de 200 indígenas com unidades de produção rural (IDATERRA, 2006).

A aldeia Ipegue, onde está localizado o PIN Ipegue, possui aproximadamente 190 indígenas, com unidades de produção rural (IDATERRA, 2006), dedicados à agricultura de subsistência, à pecuária de corte e leite, com produção agrícola e pecuária para a comercialização. Existe pequena produção de artesanato comercializada nas cidades. Possui três associações, são elas:

- Associação de Moradores da Aldeia Ipegue (AMAI), fundada em 17/09/1988, contando com 35 associados;
- Associação de Agricultores e Pecuáristas da Aldeia Ipegue, fundada em 29/01/2002, contando com 36 associados;
- Associação de Mulheres Indígenas da Aldeia Ipegue (AMINAI).

A aldeia possui melhor infra-estrutura que a aldeia Colônia Nova, servindo como base de apoio para a mesma, quando solicitado. A aldeia Ipegue é caracterizada, também, por diversos conflitos políticos e sociais internos, como problemas com a liderança indígena e/ ou político-partidários.

A aldeia Colônia Nova possui, aproximadamente, 30 indígenas com unidades de produção rural (IDATERRA, 2006), dedicados à agricultura de

subsistência e ao extrativismo, com pequeno excedente de produção para a comercialização. Não possuem associação. Caracteriza-se pela acentuada carência econômica e de infra-estrutura, pois não possui escola, posto de saúde ou patrulha agrícola, dependendo da aldeia Ipegue para atendimento de tais necessidades.

A Terra Indígena Limão Verde, será apresentada detalhadamente no próximo capítulo. De modo geral, as aldeias citadas, cada qual com suas particularidades, possuem interesses e, também, problemas em comum, entretanto, todas têm grande potencial para atividades como agricultura, extrativismo, fruticultura, pecuária de corte e leite, criação de pequenos animais como avicultura, piscicultura e apicultura, produção de artesanato e exploração do turismo ecológico e cultural.

Grande parte das aldeias, já não possui terra suficiente para a produção de subsistência e apresentam uma relação de dependência por bens e recursos externos (cidade). Apresentam, também, um quadro de degradação de solos e dos recursos naturais de forma geral, necessitando de auxílio (políticas públicas) para recuperação e conservação de solo, de matas ciliares e recursos hídricos.

Em conseqüência do hábito desenvolvido de dependência por insumos e recursos financeiros promovido pelo Estado, grande parte dos indígenas, não pratica mais técnicas de produção e armazenamento de suas próprias sementes e insumos, gerando assim, anualmente, grande demanda de todas as aldeias por sementes de culturas diversas, estrutura, aquisição e manutenção de máquinas e implementos agrícolas. De forma geral, uma dependência generalizada por recursos externos provenientes de instituições públicas ou não, influenciando o modo de pensar e agir desses povos.

### 3. A ALDEIA LIMÃO VERDE: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO LOCAL

A Terra Indígena Limão Verde é composta de duas aldeias, a saber: Limão Verde e Córrego Seco. Possui um Posto Indígena da FUNAI na aldeia Limão Verde, ligado à Administração Executiva Regional<sup>48</sup> de Campo Grande. Possui 5.377,2754 ha e está localizada - conforme se pode observar nas figuras 1 e 2 - ao extremo Norte, com latitude 20°17'50,6921" S e longitude 55°39'27,2777" Wgr, ao extremo Leste, com latitude 20°19'14,7982" S e longitude 55°38'30,5343" Wgr, ao extremo Sul, com latitude 20°22'27,8433" S e longitude 55°40'22,9045" Wgr e ao extremo Oeste, com latitude 20°21'50,3121" S e longitude 55°44'08,6622" Wgr. (FUNAI, 2007).

A aldeia Limão Verde localiza-se a 150 km (BR-262) da Capital de Mato Grosso do Sul (Campo Grande) e a 23 Km da sede do município de Aquidauana (MS), em direção ao distrito de Cicolândia - a aldeia dista 51 km do distrito - pela MS-345 por estrada de terra, entrando à direita na estrada por 2 Km até o início da aldeia, possuindo uma área de aproximadamente 4.086 hectares (FEHLAUER, 2004), onde vivem cerca de 1094 indígenas (301 famílias e 233 residências) de acordo com a FUNASA (2007), em um universo de mais de dezoito mil Terena localizados no Estado.

A aldeia Córrego Seco que integra a Terra Indígena Limão Verde, possui uma população de 170 indígenas (40 famílias e 35 residências), de acordo com a FUNASA (2007) e aproximadamente 20 indígenas com unidades de produção rural (IDATERRA, 2006), dedicados à agricultura de subsistência, com pequeno excedente de produção para comercialização. Caracteriza-se por ser uma aldeia extremamente carente em relação à infra-estrutura e à alternativas de geração de renda, também, pela parcial dependência da Aldeia Limão Verde. Não possui associação, nem trator, porém possui escola e posto de saúde.

---

<sup>48</sup> O administrador atual chama-se Claudionor do Carmo Miranda.



**Figura 02 - Imagem aérea da aldeia Limão Verde de Aquidauana/ MS**



**Fonte: Imagem 2006 – Google Earth.**

A bacia do córrego João Dias nasce próxima da aldeia Limão Verde, mais especificamente no Morro de Santa Bárbara, ramificação da Serra de Maracaju. A área territorial da bacia do córrego João Dias compreende uma superfície de 11.412,10 ha ou 114,210 km<sup>2</sup>, constando, aproximadamente, de 250 propriedades, segundo levantamento de campo e cadastro da Prefeitura Municipal de Aquidauana (SILVA, 2002). Dentro dessa bacia estão áreas pertencentes à Aldeia Limão Verde, parte da Colônia XV de Agosto e várias propriedades particulares.



Figura 3 – Morro presente na aldeia

Segundo Silva (2002), a região apresenta uma topografia plana de solo profundo, bem drenado, classificado como *Podzólico* Vermelho-Amarelo, recomendado para realização de atividades agropecuárias e na parte leste da bacia, nas bordas da ramificação da serra de Maracaju, apresenta-se solo *Litólico*. De acordo com autor *supracitado*, a abertura de estradas e construções em terrenos impróprios, implica na movimentação e retirada de terras, ocasionando muitas vezes, o aparecimento de processos erosivos dificilmente reversíveis, como em algumas regiões da aldeia Limão Verde, situadas ao lado da estrada MS-345, que, atualmente, requer técnicas onerosas para recuperação.

Ainda, segundo o autor, essa região vem sofrendo interferência antrópica desde a Guerra do Paraguai, pelos indícios de que nesta época já existiam trechos onde o exército brasileiro percorria até a aldeia Limão Verde. Ao longo da rodovia MS-345, a estrada foi implantada de forma não planejada (falta de dimensionamento da tubulação em função do regime pluviométrico da região) sobre um divisor d'água, possibilitando o surgimento de erosões em sua margem.

Mato Grosso do Sul, está situado em área de transição climática, onde diversas massas de ar atuam, possibilitando contrastes térmicos acentuados tanto espacial quanto temporalmente. O clima da região de estudo é classificado como tropical e subtropical-úmido, com temperatura mínima média de 19° C e máxima de

40° C. Abrangendo duas estações, a chuvosa e a seca, sofrendo pequenas variações sem alterar a média. A precipitação média anual está em torno de 1350 mm. O período chuvoso tem início em outubro e vai até abril. O período “seco” inicia-se em julho, acentuando-se em agosto e prolongando-se até setembro. Coincidindo-se, então, o período chuvoso com o verão e o seco com o inverno.

Seguindo as diretrizes de Silva (2002), a vegetação natural da região da aldeia Limão Verde é formada por cerrados e “cerradões”, matas de encosta e matas de galeria, compreendendo as vegetações classificadas como arbórea densa e arbórea aberta, com grande diversidade fisionômica, encontrando-se floresta de vale (mesófitas) e as matas xeromórficas (cerrado e cerradão). A vegetação local é formada por uma grande diversidade, algumas de potencial econômico, alimentar e medicinal, em geral, encontram-se na reserva espécies como a aroeira (*Miracrodruon urundeva*), o angico (*Anadenantera sp.*), o timbó (*Megonia sp.*), o ipê (*Tabebuia sp.*), o cedro (*Cedrella sp.*), a ximbuva (*Enterolobium sp.*), o bacuri (*Attalea phalerata*), o jatobá (*Himenea sp.*), o buriti (*Mauritia sp.*), o cajá (*Spondias sp.*), a guavira (*Campomanesia sp.*), o pequi (*Cariocar brasiliensis*), entre muitas outras. Porém, a limitada superfície espacial e o aumento demográfico têm ocasionado uma crescente pressão sobre os recursos naturais, modificando a cada ano a paisagem natural da aldeia, como se pode observar na tabela *infracitada*, onde Silva compara as mudanças ocasionadas em dois momentos na bacia do córrego João Dias, cujo curso passa também pela aldeia Limão Verde.

Tabela 6 - Uso do solo na bacia do córrego João Dias nos anos de 1964 e 1993

Uso do solo	1964		1993	
	Área (ha)	Percentual (%)	Áreas (ha)	Percentual (%)
Pastagem cultivada (uso antrópico)	355,65	3,12	4.553,97	39,9
Vegetação natural	9.825,58	86,07	5.319,42	46,61
Área urbana	958,06	8,39	834,68	7,31
Cultura (uso antrópico)	275,81	2,42	704,03	6,18

Fonte: SILVA (2002).

Nesse contexto, pode-se conferir, também, que além do crescimento demográfico, um outro fator responsável pelo aumento do uso antrópico do solo em grande parte da aldeia Limão Verde se deu por incentivo dos programas governamentais de fomento agropecuário. Essa afirmativa é resultante do estudo de

alguns programas que buscaram fomentar atividades agrícolas na aldeia por meio de mecanização e fornecimento de insumos, o que facilitou o acesso a áreas antes não exploradas por dificuldade do trabalho manual, de acordo com os próprios moradores.

Entretanto, mesmo após a inclusão da mecanização agrícola na aldeia Limão Verde, de acordo com a figura 4, observa-se que considerando o grande intervalo de tempo, manteve-se lento o processo de exploração da vegetação natural. Isso, porém, não significa que houve uma preservação por parte dos indígenas, ou melhor, não houve a utilização dos recursos naturais de forma “sustentável”.<sup>49</sup> Partindo desse pressuposto, a figura 4 mostra a evolução do uso e ocupação do solo da Terra Indígena (TI) Limão Verde, em que segundo a FUNAI (2007), atualmente apresenta uma área de 5.377,2754 ha. Para melhor entendimento, a área dos três mapas foi baseada na área atual, entretanto, deve-se considerar que nos anos de 1966 e 1999, ainda não se tinha essa extensão na Terra Indígena.

Foram estabelecidas três categorias, a vegetação natural, a pastagem cultivada e a cultura, analisadas em três momentos, 1966, 1999 e 2006.<sup>50</sup> Constatou-se, portanto, que no ano de 1966, não havia registro de áreas cultivadas, apenas 1,3272% da área total era utilizada para pastagem, possuindo 98,6827 % de vegetação natural. Já no ano de 1999 2,6941% da área já era utilizada para cultivo, a área de pastagem aumentou para 13,2614% e a de vegetação natural diminuiu para 84,0445%. Em 2006, encontrava-se uma área cultivada de 8,8635%, 27,6686% de pastagem e 63,4679% de vegetação natural.

Finalizando, a vegetação natural foi substituída por pastagem, formada principalmente por *Brachiaria decumbens*, para alimentação de bovinos de leite e/ou corte em atividades agropecuárias. Sendo, substituída também, por culturas perenes como frutíferas e anuais como grãos e em grande parte para subsistência dos indígenas e demais produtores da região, visto que antes da ampliação da TI Limão Verde, parte das terras era ocupada por fazendas e chácaras da região.

---

<sup>49</sup> Essa afirmativa foi constatada por meio de entrevistas e pela realidade observada, de falta de áreas novas para cultivo. O que ocorre é que parte da aldeia é formada por morros (Morro do Amparo, Morro de Santa Bárbara), como mostram as figuras 3 e 4, impossibilitando o cultivo dessas regiões devido ao difícil acesso humano e, principalmente, de máquinas agrícolas.

<sup>50</sup> A metodologia utilizada encontra-se no sub-capítulo 4.1.1.



### 3.1. A trajetória histórica da Limão Verde: memórias de um povo

Em relação à fundação da aldeia Limão Verde, não existem dados ou registros concretos e exatos, somente relatos memoriais e alguns documentais quanto à chegada dos indígenas na região. Os dados apresentados a seguir, foram retirados do Relatório de identificação da Terra Indígena Limão Verde, da FUNAI, realizado por um Grupo Técnico em 1997, e, também, de entrevistas com moradores da aldeia mencionada.

Os dados muitas vezes são conflitantes como se pode ressaltar. Segundo Oliveira (1976, p. 80), em 1927, residia na Terra Indígena Limão Verde, em ambas as aldeias sem especificação, cerca de 160 indígenas. Em 1947, foi realizado um censo pelo agente do SPI - Enoch Alvarenga Soares - que levantou 353 pessoas. E, curiosamente, em 1954, eram 246, morando nas duas aldeias. De acordo com o relatório, no período compreendido entre 1946 e 1954, houve um decréscimo demográfico em algumas aldeias, como na Terra Indígena Taunay - Bananal e Ipegue - principalmente, devido a divergências políticas e religiosas, que ocasionaram êxodo indígena, além das migrações para centros urbanos ou propriedades rurais, em busca de trabalhos remunerados e melhores condições de vida.

Em 1976, eram 707 indígenas, de acordo com o relatório do antropólogo José Marinho dos Santos Neto (*apud* Relatório 1997). Em 1990, residiam na aldeia 1.189 pessoas, em 1995, eram 1.384, e em 1997, foram levantadas 1.446 pessoas, correspondendo a 287 famílias, segundo o mesmo relatório. De acordo com a FUNASA (2007), a aldeia Limão Verde possui 1094 pessoas, correspondendo a 301 famílias. Cabe ressaltar a queda no quantitativo populacional, podendo ser atribuída, como mencionado anteriormente, a disparidades ocasionadas por erros na metodologia do censo ou por motivos desconhecidos, mas, também, pode significar o êxodo indígena em busca de melhores condições de vida fora da aldeia.

De acordo com relatos da comunidade da aldeia Limão Verde, os indígenas se encontram no local, desde antes da Guerra do Paraguai. Dois troncos familiares destacaram-se no processo de ocupação indígena da aldeia. Chegaram antes dos colonizadores europeus, localizando-se no primeiro momento em áreas mais altas - nos morros - que significavam segurança e terras apropriadas para o cultivo de roças.

Com a Guerra do Paraguai, a cidade de Miranda foi destruída em 1865, chegando a ser extinta, em 1869, e reconstruída, em 1871. Com a destruição, portanto, dificilmente os indígenas voltariam à cidade, permanecendo em locais onde existiam morros ou trabalhando em fazendas.

Após a guerra, houve um outro tipo de migração para a aldeia, vindo das fazendas à procura de um local melhor para sobreviver, envolvendo várias famílias dispersas por conta da guerra, onde se refugiaram nas matas da Serra de Maracaju e que se encontrava em situação de exploração por parte dos fazendeiros durante os séculos XIX e XX, caracterizando a migração de fazenda em fazenda. Assim sendo, um fato que deve se atentar é o que muitas famílias, mesmo após a convivência com não índios, com a apropriação de outros costumes e até miscigenação - união com não índios, resultando em filhos mestiços - retornaram à aldeia, caracterizando a manutenção da linguagem (dialeto Terena) e da organização social de origem.

Até hoje, várias suposições são conhecidas sobre o início do povoado, denominado de aldeia Limão Verde. Alguns afirmam que o paulista João Dias da Cruz Cordeiro, chegou à região antes da guerra e iniciou o núcleo indígena cujo nome foi dado ao córrego que nasce próximo da aldeia e deságua no rio Aquidauana.

Mesmo diante das dúvidas, é certo que o tal fazendeiro, João Dias, realmente residiu naquela região, resultando na união com a índia Terena Custódia - descendentes residem em maior número na aldeia Córrego Seco -. Após a união, João Dias negociou sua fazenda denominada de São João da Boa Vista ou Ribeirão para um grupo que então fundou a cidade de Aquidauana em 15 de agosto de 1892.

Após a negociação, o fazendeiro se mudou com a família para o Morrinho São José - atual região do Morrinho -, região localizada entre a aldeia Limão Verde e a “uma légua” da sede de Aquidauana (OLIVEIRA, 1976), porém, trabalhavam com a pecuária e a agricultura na região de Córrego Seco. Depois, se mudaram para Limão Verde, ocupando a região de Córrego Seco. Na versão de Oliveira (1976), somente após a morte de João Dias, seus filhos saíram de Morrinho e se mudaram para Córrego Seco, em um local denominado Limão Verde.

Segundo o Relatório (1997), a família de João Dias tentou a liderança (cacique) na aldeia, porém, não conseguiu, pois, o título ficara com um outro

personagem - e seus descendentes - importante na história da Limão Verde, denominado Lutuma que já era líder do núcleo desde o seu estabelecimento.

De acordo com uma outra corrente, a família de Lutuma veio do *Chaco* antes da guerra. Fundando então, o núcleo, hoje denominado aldeia Limão Verde, por isso, para muitos, principalmente, para a maioria dos moradores da aldeia, é considerado como o “pai” da Limão Verde, a figura referência mais tradicional e importante na história da aldeia, muito conhecido pelos feitos na guerra.

Segundo Sr. Isac<sup>51</sup>, seu bisavô, Sr. Manoel Lutuma Dias (nome de origem *Atalé* ou *Lutuma*), e sua esposa Rosa Kunivi (*Oto-olé* ou *Oce*), vieram do Chaco Paraguai, pois, o povo de sua etnia, sempre trabalhou na lavoura e eram perseguidos por outras duas etnias, das quais não se lembrou do nome. Atravessaram o rio Paraguai a nado, trazendo as crianças em cima de um tipo de canoa, com pedaços de madeira, amarradas por tiras de couro. Chegaram a Miranda, procuraram fazendeiros para solicitar emprego. Seu bisavô veio trabalhar na região, onde hoje se encontra o município de Aquidauana e que não existia na época, com um fazendeiro chamado João Dias.

Apenas a família de seu bisavô veio para esse local, os demais foram para outras regiões de Aquidauana, como a Fazenda Taboco e para a região onde hoje se encontra a aldeia Bananal. Ao chegar à região com seus respectivos nomes indígenas, o Sr. João Dias, conforme o costume da época batizou seu bisavô com o nome de Manoel Lutuma Dias.

Com o passar dos anos, Manoel Lutuma Dias começou a formar sua roça na região onde hoje se encontra a Limão Verde. Manoel Lutuma Dias trabalhava na fazenda, mas, também, cultivava sua roça separadamente, então chamou outras três famílias, que trabalhavam em outras fazendas, para trabalhar na fazenda de João Dias<sup>52</sup>, pois a “terra era muito boa para cultivo”.

Na época da Guerra do Paraguai, seu bisavô (Lutuma) ficou para lutar, mas, segundo o Sr. Isac, a maioria que participou da guerra, morava na cidade de Miranda. Da aldeia quase não fora ninguém. Segundo seu bisavô, o indígena

---

<sup>51</sup> No dia 30 de maio de 2006, em conversa com Sr. Isac Dias (*Hopu-Oti Turumã*), nascido em 12 de fevereiro de 1932 e casado com Dona Eugênia, o informante disse que o nome da aldeia foi devido a alguns indígenas encontrarem muitos limoeiros na beira do córrego João Dias.

<sup>52</sup> Segundo relato do Sr. Isac, “naquele tempo, quem chegasse primeiro na terra virava proprietário”. O então Sr. João Dias era dono de muitas terras, cujos limites eram o Córrego Porteira, o Córrego João Dias e o rio Aquidauana.

Manoel Camilo - a exemplo de muitos outros - fugiu para a região do rio Taquari e voltou somente quando a guerra acabou.

Segundo Oliveira (1976), após a morte de Lutuma que deixou vago o posto, João Dias se tornou líder, porém, nunca morou em Limão Verde, apenas seu filho Daniel Dias que, após herdar o título, foi morar na referida aldeia. Portanto, pode-se considerar que a origem dos índios de Limão Verde se deu antes e depois do conflito, e se desenvolveu com a liderança de Lutuma e a chegada de outras famílias das fazendas da região à procura de segurança física e de um local de mata e cerrado que garantisse a produção e reprodução social.

O local de origem da aldeia não é a furna onde se localiza atualmente a sede do PIN Limão Verde e o setor de residências, e sim na região dos cemitérios - os mais antigos - localizada a aproximadamente 2 km, em uma região denominada Cabeceira da Onça. Segundo ainda o indígena, João Dias não tinha certeza da quantidade de terra que possuía, só sabia que se limitava aos Morros, córregos e rio Aquidauana. Vendeu “uma légua” de campo para a fundação de Aquidauana. A área foi da região do Morrinho até o rio Aquidauana.

Ao ser questionado se João Dias cedeu a terra aos indígenas, Sr. Isac disse que sim, vendeu uma grande parte para que fosse fundada a cidade de Aquidauana, foi vendendo outras áreas e esta área - TI Limão Verde - deixou para as famílias indígenas. Porém, “com o tempo o branco foi chegando e se apossando das terras”.

O que acontecia com freqüência eram casos de famílias perderem suas terras ao sair da aldeia para trabalhar, temporariamente, em fazendas e, nesse período, os “brancos” entravam e se estabeleciam na terra. Os indígenas não brigavam, pois tinham medo dos “brancos” que eram violentos. Exemplificou com o caso do Sr. Luiz Calvis, que se apossou de uma área, que o indígena abandonou para trabalhar em uma fazenda e tal invasor começou a criar gado na área, que começou a pular a cerca divisória.

Na época, Sr. Isac trabalhava para Rafael, filho de João Dias<sup>53</sup>, que tinha sua área em Córrego Seco. Foram ao quartel - Exército do município - por meio de um ofício, solicitando que o Sr. Luiz Calvis retirasse seu gado da área indígena. Os militares, então, atendendo a solicitação fizeram com que o mesmo o acatasse.

---

<sup>53</sup> João Dias teve um filho chamado Rafael com Custódia, irmã de Emílio. Custódia e Emílio eram indígenas e empregados de João Dias.

Depois de um tempo o Sr. Luiz Calvis vendeu a propriedade para o Sr. Estevão Alves Corrêa.

Sobre a comercialização de terras, respondeu que isso não existia, apenas um caso em que um lavrador havia vendido sua roça para um comerciante em troca de comida, mas afirmou que ouviu conversa sobre troca de terras por gado, porém, acha que não é verdade. O mais provável era a posse a “base da força”.

Os fazendeiros gostavam de contratar a mão-de-obra indígena por ser barata, e os indígenas trabalhavam na fazenda para sobreviver, pois naquele tempo, segundo Sr. Isac, não se tinha trator, o desmate era muito difícil e para se formar uma roça precisava-se fazer derrubada da mata. As principais atividades nas fazendas eram: a roçada, a capina, a derrubada e a lida com o gado. O serviço podia ser de temporada ou efetivo. “Naquele tempo tínhamos medo de alguns fazendeiros, pois era tudo na lei 44, lei do revólver”.

Nos conflitos com os fazendeiros locais, muitas famílias indígenas eram mantidas sob ameaças e até mortas. Com isso, muitas abandonaram a região antes ocupada - a dos antigos cemitérios - e se mudaram para a então localização atual, onde se encontra o núcleo de residências, posto da FUNAI, posto de saúde, sede da associação, escola, além dos mais de duzentos agricultores dispersos na reserva.

Ultimamente, poucos são os indígenas que sabem ou mesmo se interessam pela história de seus antecedentes, de como chegaram e como viviam. Os poucos indígenas que guardam as histórias relatam que as informações, os conhecimentos, as tradições foram repassadas, oralmente, de pai para filho, no entanto esse fato tem merecido a atenção das instituições públicas e/ou privadas e da própria comunidade, pois a cada geração essa memória vem se perdendo por desinteresse dos jovens indígenas.

De acordo com o Sr. Isac, os jovens não se interessam pela história da aldeia e do povo, por isso gostaria de escrever um livro, pois os “brancos” o procuram sempre para que conte a história. Afirma que a história do seu povo é muito importante e acha que vai se perder com o tempo.

Em 1958, Sr. Sebastião foi contratado para realizar uma empreita e abrir uma estrada da região de Morrinho até Cipolândia (atual MS-345). A Prefeitura Municipal de Aquidauana marcava o local, e os próprios índios “tiravam à linha”. Sr. Isac se lembra que recebiam 80 mil réis por quilômetro.

Ajudei a fazer a estrada do Morrinho até a aldeia e depois até Cicolândia apenas com machado e foice, na época era o prefeito Moisés de Albuquerque. Somente os indígenas (grupos de 15 a 20 pessoas) era a mão-de-obra e eram pagos por quilômetro aberto. Tinha cada pé de Sucupira desse tamanho, comemos até lebre. Tudo já trabalhava na roça. As casas não eram de material. Fazia casa grande com divisão para 03 famílias. (Sr. Sebastião, 2006).

De acordo com a organização estratificada tradicional da sociedade Terena, apresentada no capítulo anterior, a escolha do cacique, obedecia a um padrão de hierarquia patriarcal, submetido à continuidade familiar, de descendência hereditária, em que na falta do pai, o filho mais velho herdava o título. Porém, com a intervenção continuada do não índio, principalmente, após a introdução de agentes do SPI dentro da Limão Verde, em 1947, o modelo passou a ser o de eleição para escolha do líder da aldeia, por meio de voto em que qualquer indígena poderia se candidatar, ocorrendo o mesmo fato até os dias de hoje.

Segundo Sr. Isac, após a morte de seu bisavô, seu irmão tomou posse e quando este faleceu, Sebastião Dias se estabeleceu como cacique, em 1950. Em 1947, veio o primeiro funcionário do SPI - o já citado Enoch Alvarenga Soares - que realizou o primeiro Livro de Registro, mapeando todos os moradores, pois, na época, essa era a documentação oficial. Não emitiam carteira de identidade e que segundo constatou o Sr. Isac, eram mais de cem moradores na aldeia.

Depois de Alvarenga, Joaquim Nogueira de Matos, se estabeleceu como novo encarregado. Então, Henrique Dias sucedeu Sebastião na liderança. “Naquela época não havia eleição, o cargo era passado de pai para filho, ou entre familiares”. Daniel foi o primeiro cacique eleito. Depois de Daniel foi a vez de Sebastião Dias e então de Humberto Lemes, sendo que Sebastião Dias exonerou Humberto Lemes do cargo, porque tinha pouca experiência, ficando Rafael em seu lugar. Rafael, então, solicitou que Sr. Isac o substituísse, em 1968. Em 1970, houve outra eleição em que Sr. Isac e Otávio foram candidatos, sendo então o primeiro eleito.

Sr. Isac foi cacique por muito tempo, cerca de 20 anos não contínuos, seu primeiro mandato foi em 1970 (em 1973 se afastou e seu vice assumiu). Em seu primeiro mandato solicitou a legalização da área indígena de Limão Verde, procurou o delegado da FUNAI da época, que o orientou a procurar a Câmara Municipal de Vereadores de Aquidauana. O vereador Jair de Oliveira fez a indicação que foi aprovada na Câmara. O Prefeito era Fernando Lucarelli e o chefe do PIN era Joaquim Nogueira de Matos. Em 1971, realizaram o processo de demarcação e, em

1972, 1.238 hectares de terra foram devolvidos para a comunidade indígena da aldeia Limão Verde.

O indígena afirmou que sempre trabalhou e que possuía bom relacionamento com os chefes do PIN. Quando era cacique, na época que a comunidade não tinha trator, solicitou um do Quartel do Exército de Aquidauana, que desmatou cerca de 40 hectares para plantio na aldeia. Plantaram arroz e feijão para alimentação, mas também, comercializaram grande parte da produção. Os encarregados da FUNAI, segundo os indígenas, trouxeram muitos benefícios, como ferramentas para realização do plantio pela comunidade, trator e caminhão. Depois adquiriram outro trator pelo Estado no programa de fomento à agricultura.

Fica evidente e incontestável a histórica ocupação indígena na região de Limão Verde, desde as primeiras décadas do século passado, contudo, mesmo que com vários indícios deste fato, o poder público local da época, principalmente, e o próprio SPI pareciam não ter interesse em realizar a legalização dessa terra. Sendo este o possível motivo da morosidade do processo, enquanto as demais áreas indígenas do Estado foram sendo legalizadas, demarcadas e escrituradas entre 1904 e 1928 e transformadas em reservas.

Limão Verde permanecia como terra devoluta. A única resposta para tal situação seria o forte interesse dos grandes fazendeiros da região para que o processo não se realizasse, pois seriam então prejudicados. Na verdade, o SPI só se tornou atuante, segundo os relatos, com a chegada, mesmo que só em viagem, do encarregado Enoch Alvarenga, chefe do PIN de Nioaque (MS).

Segundo o relatório, Alvarenga fez um relatório manuscrito em 04 de julho de 1947, de seis folhas, endereçado ao Dr. Carlos Olímpio Paes, chefe da Inspeção Regional do SPI, em Campo Grande, atestando os limites tradicionais e área reivindicada de ocupação da população de Limão Verde.

O relatório do encarregado foi retirado de sua visita à aldeia em 1947, em que lhe foi entregue um abaixo-assinado. Nas décadas de 1950 e 1960, iniciou-se um processo de interesse na demarcação da mencionada Terra Indígena, por meio de articulações dos indígenas junto a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e SPI de Campo Grande.

Apesar da instalação do regime militar no país e da extinção do SPI substituído pela FUNAI em 05 de dezembro de 1967, eventos que paralisaram ainda mais o processo de reconhecimento de Limão Verde, a comunidade intensificou

ainda assim a pressão sobre os fazendeiros e poder público, aos quais tinham alcance. Uma nova década chegava e a situação continuava sem nenhuma tomada de medida oficial por parte das autoridades competentes.

De acordo com o Relatório (1997), o vereador Jair de Oliveira (Terena) apresentou à Câmara Municipal de Aquidauana, um requerimento propondo a demarcação da Terra Indígena Limão Verde, de acordo com o Decreto Estadual nº 795 de 1928, que foi aprovado por unanimidade e que por meio do Ofício nº 13, de 25 de agosto de 1970. A Presidência da Câmara relatou ao Presidente da FUNAI, Oscar Geronymo Bandeira de Mello, tal decisão, solicitando então as devidas providências. Contudo, segundo o relatório, na intenção de ajudar o andamento do processo, o delegado da FUNAI de Campo Grande, em 1970, adulterou o texto original do decreto Estadual de 1928, que então destinaria a doação aos índios e não ao município, que resultou no atraso do processo, prejudicando a comunidade indígena, além da imagem negativa que deixou brecha para questionamentos quanto à ação reivindicada.

O Decreto Legislativo nº 2029, de 12 de novembro de 1971, foi publicado autorizando a doação ao município de Aquidauana, de dois mil hectares do Limão Verde - entre o Morro do Amparo e o córrego João Dias - para colonização. Com isso a Câmara Municipal com a Lei nº 650, de 21 de dezembro de 1972, autorizou a doação de 1.238 hectares já demarcados e escriturados em 1973, para a FUNAI, que só foi então concretizado após a imposição municipal do Autógrafo de Lei nº 27, de 27 de dezembro de 1972, condicionando a aplicação da Lei nº 650.

A FUNAI, junto a 9ª Delegacia Regional, em Campo Grande, estabeleceu as “Normas padrão de ação a ser executada na Aldeia Limão Verde na movimentação dos índios para dentro de suas terras”, em 1973, principalmente, como condicionante para doação dos 50 hectares reivindicados pela comunidade para o cemitério, condicionante também para a abertura de estrada de acesso pela Prefeitura Municipal. Isso se daria apenas se a comunidade se limitasse aos 1.238 hectares.

Em 1973<sup>54</sup>, após a doação ter sido devidamente escriturada, é que os indígenas perceberam que a área não seria suficiente para atender à demanda

---

<sup>54</sup> Em 1973, também, a aldeia foi contemplada com a unidade de Posto Indígena “Limão Verde”, através da Portaria nº 151/N de 19/12/73, que chegou a ser chamado de Posto Cel. José Alves Ribeiro, nome do proprietário da fazenda Taboco, muito conhecido entre os indígenas.

mínima de subsistência. E para tornar a situação mais delicada, a Prefeitura então rompe o acordo de 1970, com o Ofício nº 08 de 03 de maio de 1974, à FUNAI de doação dos 50 hectares para o cemitério, devido à pressão dos fazendeiros e ao não respeito por parte da comunidade aos limites impostos pela reserva (1.238 ha). A situação, então, piorou e a anterioridade dos títulos particulares reivindicados sobre a ocupação indígena prevaleceu.

Para evitar transtornos maiores e aliviar mesmo que momentaneamente a pressão fundiária, a solução foi à aquisição da área para os indígenas, com o parecer do Ministério do Interior<sup>55</sup> de 1977, por meio da compra de parte de uma propriedade, em 1978, 512 ha e 1.900 m<sup>2</sup> de terras ao preço de Cr\$ 1.224.134,00 (um milhão, duzentos e vinte e quatro mil, cento e trinta e quatro cruzeiros). Mesmo assim não completariam os dois mil hectares reservados pelo Decreto de 1928, permanecendo os indígenas insatisfeitos e prosseguindo então sua reivindicação.

Em 1984, com a visita de Jurandy Marcos da Fonseca, então Presidente da FUNAI, à Limão Verde, a liderança solicitou a revisão dos limites de suas terras, sendo, posteriormente, atendidos pela carta nº 295/PRES/DPI, que autorizava a ida de um Grupo Técnico através da Portaria nº 1.688/E de 1984, para redefinir os limites da aldeia pelo Decreto nº 88.118 de 1983. Porém, a ação foi inviabilizada, anulando as expectativas da comunidade de Limão Verde e Córrego Seco.

Em 1989, a Superintendência de Assuntos Fundiários - SUAF - após reunião com o Grupo Técnico e aproveitando o convênio com a FUNAI, decidiu que o Departamento de Terras e Colonização de MS - TERRASUL<sup>56</sup> - faria uma análise e estudo sobre a situação fundiária da referida terra indígena, priorizando a documentação cartorial e o levantamento topográfico. Só então foi medida, demarcada e escriturada a superfície total de 1.973 (um mil, novecentos e setenta e três) hectares.

Posteriormente foi formado outro grupo em 1997 para analisar os 2.913 hectares - 31 imóveis incidentes - correspondentes à área reivindicada, em que a maioria dos titulados colaborou. Com isso a área total da Terra Indígena Limão Verde somaria 4.886 hectares. Essa área foi demarcada, homologada, contudo, nem

---

<sup>55</sup> A FUNAI foi subordinada ao antigo Ministério do Interior, até 1990, quando então passou ao Ministério da Justiça.

<sup>56</sup> Órgão governamental que funcionou até 2001, quando então, após a união com a EMPAER (Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural), criou-se o IDATERRA (Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS).

todas foram incorporadas por diversas razões, tais como: falta de pagamento ou desentendimento dos posseiros quanto ao valor que seria pago.

A posse de terras na ótica indígena não vem do mesmo conceito de posse do não índio. Esta leva em consideração a presença e ocupação histórica indígena e o espaço necessário a sua sobrevivência física e cultural. Nesse contexto, em relação à trajetória fundiária indígena, foram várias as Leis que serviram de base para esses processos, desde a Constituição de 1891 até a de 1988 (art. 231), passando pela Constituição de 1934 (art. 129), de 1937 (art. 154), em 1967, com os artigos nº 14 e nº 186 e a Emenda Constitucional nº 01, de 1969 (art. 4º e art. 198).

Portanto, a trajetória histórica fundiária da Terra Indígena Limão Verde, rica em particularidades, além de ter levado um longo período para início de seu reconhecimento como “reserva indígena”, foi um processo realizado de forma diferenciada das demais aldeias, na aquisição dos 1.238 ha e 1.789,97 m<sup>2</sup> (Lei nº 650/72). A compra de 512 ha e 1900 m<sup>2</sup> (matrícula 349/R de 1978). E os 2.913 hectares que foram adquiridos pela FUNAI.

### **3.2. A organização social e a situação atual na aldeia Limão Verde: a influência do não índio**

Para que se realize o estudo dos resultados gerados pelo contato com indivíduos externos, dentro da aldeia Limão Verde e avaliar a perda histórica de suas terras com a implantação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local, faz-se necessário, entender como se desenvolveu o processo de relações econômicas, sociais, culturais e a relação com o meio ambiente. Para Brand (2001, p. 60) “é ilusório falar em noções como ‘respeito à diversidade cultural’ e em ‘autonomia’ num contexto de total dependência econômica e ausência de recursos para a sobrevivência”.

No início do século XXI, encontra-se na aldeia uma configuração social diferente de décadas anteriores. Alguns jovens estão abandonando as lavouras de suas famílias e buscando na cidade melhores níveis de escolaridade, ingresso em universidades e oportunidade de emprego assalariado. Os motivos se resumem em áreas de lavouras insuficientes para geração de renda e fixação desses jovens no campo, na busca por uma situação econômica melhor, que em sua maioria, é influenciada por meios de comunicação, que vendem a necessidade do capital e do consumo desenfreado.

Com isso, verifica-se um grande número de idosos, de mulheres e de crianças nas aldeias, sinalizando uma futura mudança de realidade, com a queda da produção e o mais preocupante, o êxodo desses jovens, levando consigo e, conseqüentemente, se perdendo tradições, conhecimentos adquiridos durante anos sobre práticas e técnicas de utilização dos recursos naturais e relações sociais, políticas, econômicas e culturais próprias. “(...) os jovens de vocação empresarial entrarão em conflito com os velhos costumes e com os valores baseados na reciprocidade” (CHASE, *apud* CUNHA, 1999, p. 02).

As relações econômicas na aldeia Limão Verde se resumem na relação entre familiares e amigos, na divisão de atividades de acordo com o sexo e a idade. Destarte, para desenvolver qualquer projeto dentro de uma aldeia é necessário atentar para essas particularidades, pois a organização interna e as relações políticas e sociais podem representar o gargalo de um projeto ou programa e comprometer o sucesso do mesmo.

A produção da aldeia Limão Verde é principalmente de alimentos, dando prioridade à produção de mandioca, milho, feijão carioca, arroz, feijão miúdo e outras culturas em menor escala. Dessa produção, uma parte é voltada para alimentação da comunidade e a outra para comercialização.

É interessante como os Terena mantêm alguns conceitos, apesar de inserido e influenciado pelo sistema econômico capitalista, não adquiriram a total dependência pela acumulação de bens. Dentro dessa conjuntura, são observadas constantemente cenas interessantes, impróprias da realidade ocidental, como a chegada de moradores da aldeia, trazendo além de mercadorias adquiridas em Aquidauana, sacolas contendo grande quantidade de pães, suficientes para vários dias, e os mesmos compartilharem tudo com seus familiares e amigos na mesma hora, sem guardar para o dia seguinte.

Partindo desse pressuposto, mesmo ao se referir à povos caçadores e coletores, essa afirmação de Bremen (*apud* Brand, 2001, p.67), também, condiz com a situação mencionada:

(...) “falta de previsão” e a despreocupação com o amanhã, atitudes calcadas na absoluta confiança de que “enquanto há abundância hoje, não há porque se preocupar com o amanhã. Frente a tais condições por que armazenar? Para os povos caçadores e coletores, a questão fundamental não é produzir, mas apropriar-se dos bens que já existem.

Os Terena são considerados uma sociedade dinâmica, assim como várias outras, os quais demonstram uma interessante capacidade adaptativa natural ao “novo”. Em que seu modo de vida se transforma constantemente com o passar dos anos, sem que com isso, porém, abandonem sua identidade étnica.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o indígena da Limão Verde produz agora não somente para sua subsistência, mas também, para a comercialização externa proporcionando renda para si, e produtos alimentícios para a sociedade envolvente. Participam ativamente do processo político interno - organização social participativa - e externo, conquistado democraticamente, por apresentar uma pacífica índole, que permitiu ser tratado, apesar do preconceito, como cidadão, além de possibilitar o aprendizado de outros valores.

É importante observar a dimensão que vem tomando o número de organizações, principalmente associações, trazendo reivindicações e a busca por espaços na sociedade ocidental. Ocasionalmente quase sempre conflitos internos.

O novo formato ou crescimento representativo se deve, principalmente, de acordo com os próprios indígenas, a parte do processo necessária para arrecadação de recursos, que são captados apenas através de organizações formais dentro das aldeias. Bem como, por exigência dos poderes públicos ou organizações não governamentais, resultando, com isso, em conflitos internos com as lideranças ou a existência de mais de um cacique. Essas divisões político-partidárias e os problemas internos são acentuados, principalmente, em épocas de eleição, em que o acesso às aldeias por candidatos de diversos partidos é livre e ocorre, de acordo com os próprios indígenas, o oferecimento de benefícios em troca de votos.

O cacique é considerado autoridade máxima dentro da aldeia e possui o papel de comandar, vigiar e criar leis, através do Regimento Interno, para o funcionamento do trabalho interno da comunidade.

A eleição para cacique ocorre a cada quatro anos. A comunidade é reunida quinze dias antes, para decidir se haverá outros candidatos para disputar a eleição. A própria comunidade escolhe. No dia da eleição cada candidato elege dois fiscais que irão trabalhar na eleição e na apuração. As cédulas são personalizadas e cada candidato possui um número, cabendo a comunidade votar e depositar na urna improvisada. Para ter direito ao voto na aldeia, é necessário ser indígena da comunidade, ter mais de 16 anos e possuir cédula de identidade seja indígena ou civil.

O ex-cacique da aldeia Limão Verde, Sr. Evaldo V. Dias, nascido em 19 de julho de 1963, relatou que seu primeiro mandato foi em 1995, depois em 1999, porém saiu em 2000, devido a problemas particulares. Após a saída do ex-cacique Evaldo, em 2000, assumiu o Sr. Euclides, por vontade da comunidade, através de eleição trabalhando até 2002, quando assumiu o Sr. Josué, até 2005, e, novamente, o Sr. Evaldo assumiu por eleição o “cargo” de cacique pela terceira vez em março de 2005. O atual cacique é o Sr. Antônio dos Santos Silva.

No contexto do acesso livre e da influência político-partidária dentro da aldeia, o ex-cacique relatou que devido à maior percepção dos moradores e ao interesse no assunto nos últimos anos, acabam por se envolver com os partidos políticos e entram em conflitos entre si. “Um pouco da comunidade e até liderança, às vezes fica meio receosa com o outro. É ruim porque no passado não era assim, eles não entendiam, hoje o índio está mais adiantado”.

Em relação às políticas públicas, Sr. Isac (2006) declara:

Dependemos da ajuda dos brancos, nem sempre temos dinheiro, os políticos pedem voto, nós pedimos benefícios para a comunidade. Os políticos sempre tiveram acesso livre a aldeia. Hoje em dia incentivamos nossos patrícios a estudar, para melhorar o estudo, pois a terra não ajuda mais, é um outro caminho.

O ex-chefe do PIN, Sr. Arcenio, afirmou que assumiu a “função” por solicitação da comunidade. Após a solicitação, seu nome foi encaminhado pelo cacique para FUNAI. Então, a resposta positiva veio por meio da Portaria de 28/08/03, da FUNAI de Brasília.

Antes a FUNAI que indicava, eram brancos e a partir de 1992, começou a nomear indígenas. A FUNAI fazia todos os serviços na área indígena, há alguns anos possui apenas as funções de regularização fundiária, de documentação e um pouco do setor agropecuário. A saúde ficou sob responsabilidade da FUNASA, a educação com o Ministério da Educação e a atividades agropecuárias com o IDATERRA. As funções foram distribuídas para 14 ministérios (Sr. Arcenio, 2006).

As principais funções do PIN na aldeia são de encaminhamento de questões burocráticas, como aposentadoria através do INSS, auxílio maternidade, expedição de documentos para os indígenas como cédula de identidade, certidão de nascimento e de casamento.

A aposentadoria é requerida no INSS por homens (indígenas) aos 60 anos e mulheres aos 55 anos, por meio de uma declaração expedida pelo chefe do PIN. Tem direito ao auxílio maternidade, mulheres com idade a partir de 16 anos e 10

meses que estejam com oito a nove meses de gestação comprovados por atestado médico, que já tenham filho ou que o filho tenha falecido mediante a apresentação da certidão de nascimento e óbito. O auxílio maternidade corresponde a quatro salários mínimos.

Assim como, o INSS - um salário mínimo - o auxílio à maternidade demora em torno de 25 a 30 dias para efetivação. Todos os documentos são assinados tanto pelo chefe do PIN local, como pelo administrador regional da FUNAI, de Campo Grande. A cédula de identidade é assinada apenas pelo encarregado local.

Além dessas funções, Sr. Arcenio buscava parcerias junto aos órgãos governamentais e não governamentais para trazer “benefícios” para a comunidade:

Auxílio a liderança na preservação do bem estar da comunidade. Como exemplo, o controle de bebidas alcoólicas dentro da aldeia e das brigas internas. Ajudo também na construção do regimento interno.

Antônio dos Santos Silva, nascido em 06 de junho de 1966, atual cacique, era presidente da Associação de Moradores e Amigos da Limão Verde, fundada em 24 de outubro de 1988, contando com 260 associados. Além dessa, a aldeia conta com a Associação de Moradores da Comunidade Indígena do Cruzeiro - AMC - fundada em 15 de julho de 1997, contando com 53 associados, a Associação de Pais e Mestres e outra denominada ALIV - Associação Produtiva e Cultural do Limão Verde.

Nós começamos o mandato em 2002, estou no terceiro mandato. A associação tem um papel muito importante para comunidade, tem buscado benefícios em órgãos governamentais. Temos parceria com a liderança, participando das decisões internas. É através da associação, que se consegue projetos de aquisição de sementes, implementos agrícolas, programas sociais (Sr. Antônio, 2006).

É realizada uma eleição para compor os cargos da associação. Qualquer associado tem o direito de se candidatar<sup>57</sup>, desde que participe das reuniões da mesma. É realizada uma reunião trinta dias antes da data de eleição abrindo espaço para inscrição das chapas dos candidatos à presidência, que deverá ocorrer em quinze dias, sendo os outros quinze dias para campanha dos candidatos. No dia da eleição - das 7:00 h às 17:00 h - todos os associados maiores de 16 anos, portando carteira de identidade, seja civil ou indígena, podem votar.

---

<sup>57</sup> O estatuto da associação reza que o candidato pode ser reeleito por vários mandatos desde que eleito legalmente.

A apuração é realizada pelo Chefe do PIN, com o auxílio dos fiscais, sendo um fiscal por candidato, e na presença dos candidatos. A associação é constituída dos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, presidente de esporte, vice-presidente de esporte, membros do Conselho Fiscal e representante das igrejas Protestante e Católica.

A associação foi fundada porque a FUNAI não tinha muito recurso para trazer benefícios, então o chefe de posto, nos incentivou a fundar a associação pra buscar benefícios em outras instituições (Sr. Isac, 2006).

A associação cobrava uma taxa dos associados ou lavradores<sup>58</sup>, porém, não o faz mais, pois já existe uma taxa cobrada pela liderança (cacique), que objetiva manutenção do trator, mas pode ser utilizado em outros fins. Segundo o ex-presidente da associação, várias ações são dificultadas devido aos obstáculos naturais da burocracia, fazendo uma analogia à dificuldade encontrada pelo indígena em acessar o financiamento do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -<sup>59</sup> no Banco do Brasil.

Como exemplos têm dois projetos, VIGISUL<sup>60</sup> da FUNASA, que é um programa voltado para a área da saúde, onde fizemos um projeto de horta comunitária. Uma das dificuldades é que o projeto demora muito e quando sai, já está fora da época ideal. Agente nem lembra mais. Tivemos dificuldade em montar o projeto, é preciso o acompanhamento de pessoas com conhecimentos técnicos sobre o assunto, que não tem dentro da aldeia. Chegam os projetos e não se tem um acompanhamento, podendo perder tudo. Outros projetos que não conseguimos por dificuldade em preparar a documentação no tempo certo por causa de burocracia, foram o de Produção de mudas de coco e o de Criação de aves do IDATERRA (Sr. Antônio, 2006).

Segundo o indígena Antônio, um grande problema que ocorre com tudo isso é o descrédito da liderança, perante a comunidade.

---

<sup>58</sup> Denominado pelos indígenas de "lavouristas".

<sup>59</sup> Linha de crédito (investimento e custeio) voltada para agricultura familiar, criada efetivamente em 1996, pelo governo federal por meio do então Ministério da Agricultura e Abastecimento (transferido atualmente para o Ministério do Desenvolvimento Agrário), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Tendo como objetivo principal, segundo o Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, "promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares". Ainda de acordo com o Decreto, são considerados agricultores familiares, aqueles que "não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento; obtenham renda familiar originária, predominantemente, de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento e residam no próprio estabelecimento ou em local próximo". Ver mais em Verdum (2005).

<sup>60</sup> Projeto executado pelo Ministério da Saúde e FUNASA para apoiar e financiar atividades que visem à promoção da saúde. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br>.

Estamos desacreditados, pois vemos muita propaganda do governo, a gente sai em busca dos benefícios e não sai nada. Chamamos os patrícios para reunião e muitos não vão, pois dizem que não querem escutar conversa que não vai dar em nada. E às vezes são projetos importantes.

Em relação à infra-estrutura local, podendo ser observadas nas figuras 5 e 6, nota-se que o índio mudou a percepção de valor de bens e inovações, que agora são potencialmente utilizados. Reivindicam melhorias, entretanto, se orgulham em ter disponível na comunidade posto de saúde, escola, telefone público, energia elétrica, água encanada, além de outras estruturas básicas.



Figura 5 – Residência da aldeia



Figura 6 – Rede elétrica da aldeia

A aldeia possui, aproximadamente, 233 residências (FUNASA, 2007) e é dividida em vilas, que correspondem a bairros. São elas: Nascente; Cardoso; Buritizinho; Cerradinho; Pereira Dias; Baixadão; Cruzeiro; Centro e Catarina.

A Prefeitura Municipal de Aquidauana, segundo o ex-cacique, entregou em 2006, dois projetos para a comunidade, o de ampliação do local de realização da feira, na sede do município, doado pela própria Prefeitura e outro projeto de reconstrução de uma ponte dando acesso à Buritizinho, que estava desativada.

Segundo o ex-cacique Evaldo, um projeto da Petrobrás de 1999, foi responsável pela ampliação do posto de saúde da aldeia, além da implantação de poços artesianos na região de Buritizinho e na aldeia Córrego Seco.

O posto de saúde Lutuma Dias, visualizado na figura 7, atende todas as famílias da aldeia, por meio de um clínico geral e um enfermeiro, três vezes por semana - segunda, terça e quarta-feira - de 07 às 11h e de 13 às 17h. Havia também dentista que atendia poucas vezes e não possuía datas pré-estabelecidas, segundo os moradores.



Figura 7 – Posto de Saúde Lutuma Dias

A aldeia possui uma infeliz particularidade, uma doença denominada popularmente de “Fogo Selvagem” (*Pênfigo Foliáceo Brasileiro*), que se trata, segundo Araújo e Soares (2003), de uma dermatose bolhosa de etiologia desconhecida, cujo possível vetor é o mosquito borrachudo (*S. Nigrimanum*). Pesquisas recentes atribuem, também, a doença a substâncias químicas contidas em alimentos e medicamentos. A doença é tratada com corticosteróides e tem cura.

De acordo com o ex-chefe de posto, existe uma equipe de pesquisadores de uma Universidade norte-americana desenvolvendo uma pesquisa a dez anos, buscando respostas para a origem da patologia. Respostas estas que ainda não foram encontradas.

Segundo Sr. Arcenio, a aldeia possui o maior foco da doença no mundo. Os sintomas são vistos na pele em forma de bolhas e queimaduras, não permitindo que o portador se exponha ao sol, portanto, sem possibilidades de trabalhar em atividades agropecuárias. Talvez por desconhecimento da doença pela sociedade, as pessoas portadoras da patologia não conseguem se aposentar, resultando em processos indeferidos. A equipe vai à aldeia algumas vezes no ano, ficam durante uma semana atendendo pacientes de Aquidauana e de outros municípios do Estado.

A aldeia possui uma escola construída pela Prefeitura em 1982 e reformada em 2003, por convênio entre Prefeitura Municipal e Governo do Estado. A Escola Municipal de nível fundamental “Lutuma Dias”, observada na figura 8, possui no mesmo espaço físico o nível médio, pela rede estadual, com professores do Governo do Estado e com outra denominação, “Escola Indígena Pascoal Leite”.



Figura 8 – Escola Lutuma Dias

Antes da construção da escola, os professores indígenas, com nível maior de instrução, lecionavam de forma improvisada. Em Buritizinho, na Igreja Católica, depois na União das Igrejas Evangélicas da América do Sul UNIEDAS e na época do chefe de posto Lúcio Flávio, em uma escola que atualmente está desativada, situada ao lado do Posto Indígena da FUNAI, servindo para outros propósitos. De acordo com Sr. Sebastião (2006), que foi apenas alfabetizado, “não existiam escolas na época, apenas a partir de 1927, quando meu tio construiu a casa que serviria de escola. Os católicos vieram desde o começo e depois os crentes”.

Muitos moradores afirmaram que estão perdendo o idioma Terena, e demonstraram a preocupação com a preservação da língua, buscando junto à escola, alternativas de aprendizado para seus filhos. Porém, apesar da preocupação indígena, o Estado só começou a se comprometer com esse contexto de educação bilíngüe há poucos anos devido à publicação da Portaria Interministerial nº 559, de 16 de abril de 1991.

Em 2003, foi concluída por meio de um Convênio - COVEN Nº 117/02 - com o IDATERRA e a Associação dos Moradores e Amigos da Limão Verde, e execução via COESO, no valor de R\$147.428,58 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos), a implantação da rede elétrica no Buritizinho. Atendendo dezenas de famílias, com padrões individuais nas residências, possibilitando o recebimento da fatura, também, individualmente. A aldeia recebeu a visita de técnicos do Programa Luz para Todos<sup>61</sup>, em 2005. E, de acordo com os moradores, em 2006, a aldeia já possuía energia em todas as vilas.

---

<sup>61</sup> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, iniciado em 2004, pelo Governo Federal.

Quanto ao fornecimento de água a população da aldeia Limão Verde é abastecida pelo córrego João Dias e três poços artesianos, que levam água através de encanamentos para a maioria das residências. Em algumas residências a água chega com pouca vazão, isso segundo o chefe do PIN, se deve à necessidade de mais poços pelo aumento da população. Não há coleta de esgoto com tubulações e fossas sépticas. Não há coleta de lixo pela Prefeitura Municipal de Aquidauana. Os moradores jogam o lixo em buracos feitos nos quintais, *vide* as figuras 9 e 10 e/ou queimam. O lixo tem contaminado o Córrego João Dias durante a época de chuva, ao levar resíduos com a enxurrada.



Figura 9 – Lixo em cova



Figura 10 – Lixo no quintal

A aldeia conta com serviço de transporte, um ônibus da Empresa da Mata, em que os feirantes vão à cidade de segunda-feira a sábado, saindo às 04h e retornando às 15h. O outro ônibus da Empresa Transamérica sai às 07h e retorna 13h. A duração da viagem é de uma hora e todos da comunidade (feirantes ou não) têm acesso a ambos os ônibus. Tanto os motoristas como os cobradores dos dois ônibus são indígenas e o valor da passagem é de R\$ 3,00 (três reais).

As mulheres da aldeia participam ativamente dos assuntos internos, principalmente, em assuntos como saúde e educação. Possuem também um papel importante na agricultura. Grande parte dos recursos é levada por mulheres, pois, vendem os produtos nas feiras e compram bens materiais na cidade, enquanto os homens trabalham em suas roças. As mulheres são ouvidas e respeitadas. Segundo Sr. Arsênio, ainda não teve uma liderança feminina (cacique) por ninguém ter se “destacado”.

Outro fator relevante trata dos quase trinta jovens indígenas que realizaram as provas do vestibular em 2005, para cursos diversos. Contudo, apenas dois

ingressaram<sup>62</sup>. Quando questionados sobre o alto índice de reprovação, dizem não saber o motivo. Além do indicador de reprovação, uma outra ocorrência é a não condição financeira de muitas famílias em manter seus jovens na cidade. Para isso, o último Governo Estadual no mandato até 2006, através do Programa Bolsa Universitária<sup>63</sup> Indígena, financiado pelo Fundo de Investimentos Sociais (FIS), beneficiou cento e setenta alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS -<sup>64</sup> com R\$ 300,00 (trezentos reais), além de auxílio transporte e seguro de vida. Cabendo ao aluno, a realização de um estágio de doze horas semanais em órgãos de administração pública e organizações não governamentais credenciados. O Programa buscava contribuir com a formação profissional e o fortalecimento cultural indígena. Para tanto, possuía critérios, como mínimo de presença e de reprovação, porém, segundo os indígenas o número de bolsas não era suficiente.

É importante que saiam para estudar para trazer algo para a comunidade. Não temos representatividade nos setores. Falta gente na Educação, na Saúde, no IDATERRA, pessoas que estejam voltadas para nossa realidade. Que tragam informações para comunidade. Temos esperança de que voltem para aldeia. Tem jovem que estuda de manhã e a tarde trabalha. Cada vez mais moramos em espaços mais limitados, devemos procurar alternativas, emprego. Não temos muitas pessoas de idade na roça, ainda tem bastante jovem trabalhando, os idosos fazem o serviço porque gostam. Se não trabalham não se sentem bem. Os jovens querem ficar perto da família, trabalhar na roça, mas está difícil. Na cidade também, o trabalho é muito e se ganha pouco (Sr. Arcenio, 2006)

Nesse contexto de trabalho externo indígena, verificam-se alguns exemplos: como os três agentes de saúde, um agente de saneamento básico, quatro funcionários de ônibus, cerca de dez professores contratados do ensino fundamental e quatro do ensino médio, além dos que trabalham formalmente e informalmente na cidade e/ou em fazendas.

Quanto ao trabalho em usinas de álcool, os Terena não eram contratados desde 1998, pois os proprietários das usinas estão priorizando os indígenas de origem Guarani-Kaiowá. No entanto, um grupo de aproximadamente vinte indígenas foi trabalhar em usinas esse ano (2007).

Gostaríamos que o Estado nos desse a possibilidade de trabalhar dentro da aldeia, com atividades como avicultura, piscicultura, para não sairmos de perto de nossa família (Sr. Arcenio, 2006).

---

<sup>62</sup> Um para Agronomia em Aquidauana e o outro para Ciência da Computação em Dourados.

<sup>63</sup> Decreto nº 11.856 de 12 de maio de 2005.

<sup>64</sup> Em uma co-gestão da Secretaria de Desenvolvimento Agrário e UEMS.

Já em relação à cerimônia de casamento, não celebram mais nos moldes tradicionais Terena, de acordo com os moradores. A cerimônia é realizada na igreja católica ou protestante e no PIN, é realizado o casamento oficial registrado. O casamento entre índio e não índio difere entre os gêneros. Quando ocorre essa situação vem uma observação na certidão de casamento. Quando o índio se casa com a não índia, ela pode morar na aldeia. Quando a índia se casa com o não índio, ele não pode morar na aldeia, apenas com autorização da liderança e comunidade.

Em relação ao lazer, a aldeia possui cinco campos de futebol: Campo da Sede; do Cecílio Dias; Domingão (Buritizinho); Novo Horizonte (perto da ponte) e do Cruzeiro. Na escola Lutuma Dias existe uma quadra de futebol de salão. Desde o ano de 2003, realizam o “Campeonato Indígena da Limão Verde”, em que cerca de doze times da Limão Verde e Córrego Seco, participam da competição durante dois meses com partidas realizadas somente aos sábados e domingos<sup>65</sup>.

Nas semanas que antecedem o Dia do Índio (19 de abril), a liderança indígena da aldeia Limão Verde, bem como nas demais aldeias Terena de Aquidauana, sai em busca de patrocínio para realização da comemoração desse dia. O patrocínio, principalmente, de pessoas públicas do Executivo e Legislativo, contribui para realização de um grande almoço comunitário, de danças típicas, de jogos, de sorteios, de barracas de comidas e bebidas, além de estrutura necessária para o recebimento de moradores e visitantes.

Cada componente da liderança fica responsável por uma atividade, como a instalação de barracas, grupos de dança, etc. A comunidade fica totalmente envolvida com o evento que normalmente se inicia no período da manhã e segue por todo o dia. O evento é aberto, formalmente, com as palavras iniciais da liderança sobre a importância do dia e da luta por seus direitos, logo as autoridades presentes são convidadas a fazer uso da palavra para então iniciar as festividades.

Como mostram as figuras 11 e 12, a Dança do Bate Pau (*IHIYOTI EVOI KIPÊÊ*), é a atração da festa, em que dezenas de indígenas dispostos em duas fileiras encenam uma disputa por meio de vários passos diferentes, com vestes indígenas, munidos de varas, de arcos e de flechas. A dança, segundo os indígenas, é interpretada em tributo (memória) aos antecedentes que lutaram e morreram na

---

<sup>65</sup> Além disso, é também nos finais de semana que os indígenas realizam festas familiares, aniversários e todo primeiro dia do mês tem culto protestante na Associação.

Guerra do Paraguai, na defesa do país e de suas terras, utilizando apenas varas de pau, enquanto eram atacados pelos inimigos com armas de fogo.



Figura 11 - Dança do Bate Pau



Figura 12 - Dança do Bate Pau

Outro ponto de destaque é constatado na mudança em relação a religiosidade. Na sociedade indígena existia a figura dos Pajés, que eram rezadores e/ou curandeiros. Hoje existe apenas um rezador na aldeia e não mais denominado de pajé, chama-se Sr. Ezídio, que benze e faz “garrafada”. É o último, segundo os indígenas, pois ninguém se interessa em dar continuidade.

A Igreja Católica vista na figura 13, foi construída em 1932, de pedra, pela mão-de-obra indígena, com auxílio de quatro carroças, sob comando do construtor português José Maria da Cruz. Os indígenas citaram a atuação dos padres redentoristas e de duas irmãs Vicentinas, na conversão dos indígenas em cristãos por meio de batismo, de casamentos religiosos, etc. Na Igreja Católica “Santo Afonso” é realizada uma missa no primeiro domingo do mês, por padres de Aquidauana, às 10 h. Todo ano é comemorado com festividades, no dia 01 de agosto, o dia do padroeiro da aldeia.

As Igrejas Protestantes também se instalaram na aldeia, ocasionando conflitos com a Igreja Católica e divisões internas dentro da aldeia. Para o Sr. Evaldo, cerca de 60% das pessoas da comunidade são protestantes. Mas, a resposta para tal afirmação, mesmo que imprecisa, pode ser constatada na verificação da existência de seis igrejas protestantes na aldeia, que são: UNIEDAS; Assembléia de Deus-Missões (figura 14); Deus é Amor; Missionária Jerusalém Avivamento; Batista Indígena e Batista do Limão Verde.



Figura 13 – Igreja Santo Afonso



Figura 14 – Igreja Assembléia de Deus

Apesar do quadro apresentado de uma sociedade organizada e dinâmica, esta é uma aldeia dotada de infra-estrutura básica - apesar das carências - e um povo que procura alternativas para sua sobrevivência física e cultural. Ainda assim, sofrem o preconceito da sociedade envolvente, prejudicando tanto concretamente nas dificuldades encontradas para serem empregados, quanto psicologicamente afetando a auto-estima por sua não aceitação, como cidadão, por muitos não indígenas.

### 3.3. Atividades econômicas e mercado: a produção agropecuária e artesanal

A população da aldeia Limão Verde, obviamente, depende da terra para satisfazer suas necessidades físicas e financeiras, por meio da produção agrícola, em função da reminiscência, do extrativismo, do artesanato e da pecuária, em menor escala. A produção destina-se à comercialização na cidade e região, de porta em porta ou em feiras, que se transformou em tradição no município. A comercialização<sup>66</sup> em feiras e na cidade começou na década de 1940. De acordo com Azanha (2002, p. 34):

Nos últimos vinte anos, contudo, muitas sociedades indígenas vêm produzindo bens destinados exclusivamente à comercialização, produções essa que visa à aquisição de bens industrializados e afeta a distribuição do tempo para as atividades cotidianas de subsistência e para os rituais.

A população indígena está familiarizada e pode-se dizer que inserida no processo mundial de economia capitalista, conhecendo também o mercado e suas exigências. Qualquer sociedade tem em comum o anseio de melhorar as condições

<sup>66</sup> Com a renda obtida desse comércio são adquiridos, principalmente, produtos de consumo geral e industrializados. Os principais produtos levados das roças são: milho, arroz, feijão, mandioca, manga, maxixe, feijão de corda, abóbora, banana, guavira, melancia, caju, pequi, cítricos em geral.

de vida, seja qual for o contexto, que como anteriormente citado, é diferenciado de acordo com a origem de cada população.

É inevitável, porém, que esses anseios estejam diretamente ligados à aquisição de produtos comercializados (bens ou serviços), caindo por terra o conceito ultrapassado de que os indígenas não possuem a necessidade de adquirir tais produtos. Existe aqui uma grande distância entre a necessidade de consumo e a acumulação de bens para ostentação.

Sr. Sebastião Dias é um dos descendentes direto do fundador Lutuma Dias. Nascido na aldeia e hoje com 95 anos, contou que Lutuma era seu avô, e que quando chegaram do *Chaco*, segundo histórias da família, a primeira parada foi em uma fazenda onde o proprietário “muito bom para eles, trocava a moradia e comida por mão-de-obra”. Quando chegaram “era só mato”.

No começo tínhamos de tudo, arroz (socado no pilão e não comprado), feijão, farinha, rapadura, garapa (não usavam açúcar), polvilho, milho, mandioca, não precisava de nada, só comprava o sal na margem esquerda (Casa Candia), lá tinha de tudo pra comprar. Não vendíamos muito feijão e outras culturas, só para os fazendeiros da região que trocavam por charque. Tínhamos muitas festas onde só se tocava gaita, dançávamos nos dias de Santo (São Sebastião, São João, São Pedro e outro).

Sobre isso, Sr. Isac (2006) confirma que “antigamente a gente plantava pra comer e vendia pouco porque tinha que levar a pé, a cavalo ou com carro de boi, vendia lenha, milho, feijão, polvilho, farinha, rapadura e frutas”.

Difícilmente dentro da Limão Verde, verifica-se o cultivo de hortas, sejam comunitárias, escolares ou caseiras. Talvez porque não faça parte da preferência alimentar dos mesmos. A base alimentar preferencial observada na aldeia - não obstante da inclusão de produtos de cesta básica originários de programas públicos de segurança alimentar - são principalmente: mandioca, feijão de corda, abóbora e milho, além do alto consumo de frutas como manga e melancia.

Verifica-se que ocorrem produções artesanais e comercialização de rapadura, de acordo com as figuras 15 e 16, aproveitando a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) e, também, doces caseiros, produzidos das diversas frutas extraídas na aldeia. Porém, a produção se limita à comercialização interna ou algumas vezes externa, informalmente, devido à Legislação<sup>67</sup> que impede o comércio de alimentos produzidos artesanalmente.

---

<sup>67</sup> Vide página 74.



Figura 15 – Engenho de cana elétrico



Figura 16 – Produção de rapadura

Em culturas voltadas para subsistência, eram utilizadas técnicas tradicionais de preparo do solo, semeadura e colheita manuais, até alguns anos atrás, porém, segundo os próprios indígenas, a utilização de trator se tornou uma constante. Além de servir para cultivo de grandes áreas como feijão, milho e mandioca têm preparado, também, pequenas áreas.

Nos últimos anos, os indígenas da Aldeia Limão Verde não produzem somente para subsistência, vendem quase toda sua produção para obter recursos e consumir bens industrializados da cidade. De acordo com Azanha (2002, p. 33):

Tradicionalmente, as relações entre as sociedades indígenas brasileiras e o "mercado", entendido como conjunto de relações sociais originados na e pela troca de mercadorias, pautaram-se pela unilateralidade, uma vez que foram impostas pelas frentes nacionais de contato. Desconsiderando o curto período de "escambo", no qual prevaleceu a reciprocidade, as relações de troca com as sociedades indígenas se restringiram a duas modalidades de demanda: por mão-de-obra remunerada e por matéria prima bruta ou minimamente beneficiada (...). Já para as sociedades indígenas, as mercadorias de "aviamento" como querosene, sal, ferramentas agrícolas, espingardas, munição, anzóis, linhas e cachaça se impuseram como "necessidades" básicas incorporadas pelas quais valia a pena transacionar com os "brancos".

A agricultura foi uma atividade muito lucrativa, segundo os indígenas, que comercializavam seus produtos em Aquidauana, por meio de um caminhão fretado. Na década de 1980, receberam um caminhão, demonstrado na figura 17, do Governo Federal por meio da FUNAI, utilizado até hoje pela comunidade.



Figura 17 – Caminhão da aldeia

O Sr. Israel, nascido em 25 de abril de 1956, trabalha há muito tempo com artesanato, fazendo adornos para a dança típica do “Bate-pau”, confeccionando vestuários, cocares, entre outros. Considera-se o pioneiro, na confecção do vestuário para a dança, em palha da palmeira buriti (*Mauritia vinifera Mart.*). Segundo o artesão, os mais antigos dançavam com folhas de capim do brejo (*Panicum mertensii Roth*) ou carona (*Elymnurus muticus*), que acabavam por se desmanchar todo durante a dança.

“O chefe do PIN na época (1990), Mauro, viu que a palha sujava muito, arreventava e perguntou se conseguia fazer melhor, inventei então a saia (giribá)<sup>68</sup> de palha de buriti, que tem modelo diferente para homens e para mulheres”. Alguns indígenas aprenderam com ele e já confeccionam suas próprias vestes para a dança. “Aprendi sozinho, via um objeto dos brancos na cidade e fazia igual, do modo indígena com material nosso como a taboca, a palha de buriti, a seda do buriti (fios da palha)”.

O artesão *supracitado* trabalha com bambu, fazendo colares de sementes (adornos em geral), cestaria, bolsas, abanicos e já trabalhou com pena, porém, com a legislação de proteção animal, dificilmente trabalha com essa matéria-prima. “Por isso inventei o cocar de buriti ao invés de penas, que é pintado com tinta artificial e/ou natural como o urucum, o jenipapo e o angico”.

No contexto, de aplicação de penalidades aos índios, que desrespeitam a Legislação (qualquer natureza), Santilli (2004, p. 24) explica:

Antes de qualquer coisa, é preciso esquecer a idéia – totalmente equivocada e sem fundamento jurídico - de que os índios são penalmente inimputáveis e, portanto, não respondem pela prática de quaisquer crimes. Não há nada no ordenamento jurídico brasileiro – seja na Constituição, seja no Código Penal, seja no Estatuto do Índio em vigor – que autorize tal

<sup>68</sup> Denominação da vestimenta pelos Terena.

entendimento. Nos termos do Código Penal, só são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos e os autores de crimes que, em função de “desenvolvimento mental incompleto ou retardado”, eram, ao tempo da prática do crime, inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento. A lei penal prevê ainda a chamada semi-imputabilidade, permitindo a redução da pena quando o autor do crime é parcialmente capaz.

É certo que a maioria dos indígenas possui dificuldades quanto ao entendimento das leis, devido a diferenças étnicas, sendo assim, muitos juízes aplicam a pena de acordo com o grau de “integração” do índio com a sociedade envolvente. Se os índios são considerados “isolados”, são inimputáveis, porém, quando estão “integrados”, são responsabilizados criminalmente como os “brancos” e se em “vias de integração”, os juízes pedem laudo pericial de profissionais da Antropologia para analisar o grau de entendimento do indígena, quando da prática do ato ilícito.

Quanto à comercialização, Sr. Israel (2006) considera boa, pois conseguem vender bastante na aldeia e na cidade para moradores e turistas. O artesanato incrementa a renda. Foi questionado sobre os valores dos artesanatos: o colar custa em torno de R\$ 5,00 (colar de uma volta), o abanico custa R\$ 10,00 e as cestas de R\$ 5,00 à R\$ 15,00 conforme o tamanho, o jacá (balaio ou cesta) em torno R\$ 30,00.

O artesão estava trabalhando no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI -<sup>69</sup>, em que era professor de artesanato de 40 (quarenta) alunos do nível fundamental, em duas salas com vinte alunos cada, de 07 às 11h. “Ninguém mais se interessa pelo artesanato, mas as crianças se mostraram bem interessadas”. Além do Sr. Israel, existem três indígenas que trabalham com artesanato, o Sr. Osvaldo Tibério, o Sr. José Mauro e a Sr<sup>a</sup>. Lucélia Barros.

A matéria-prima buriti, segundo o artesão, está ficando rara, porque normalmente é encontrada em vegetação próxima aos leitos de córregos, e com o desmatamento está desaparecendo. Para coleta do material, precisa-se “subir nas árvores com calçado e retirar os brotos com facão”. Com o desaparecimento da matéria-prima na região, estão buscando cada vez mais longe em outras propriedades, porém, nem todos os vizinhos fazendeiros deixam que retirem o material de sua propriedade.

---

<sup>69</sup> Criado pelo Governo Federal (Avança Brasil).

A maior aspiração dos artesãos, segundo “Galo” (apelido do artesão), é de um local próprio dentro da aldeia para expor e comercializar seus trabalhos para os turistas. Uma casa do artesão na aldeia, para que as pessoas da cidade e os turistas possam observar e comprar o artesanato local. “Não queremos na cidade, pois lá estaríamos divulgando a cidade e não a aldeia. Faz tempo que tentamos conseguir esse projeto, esperamos que o Estado ajude os artesãos”.

Nos dizeres de Grünewald (2001, p. 133), os turistas podem auxiliar a produção cultural indígena:

Assim, em vez de o turismo agir de modo degradante sobre a cultura indígena, age de modo contrário, (...) proporcionando, mesmo que indiretamente, uma produção cultural indígena recente e instrumental, que visa à construção de traços culturais constituintes da identidade étnica e que os mostra não como índios aculturados ou em aculturação, mas como sujeitos criativos e inventivos que geram sua própria cultura com base em elementos seletivamente acionados a partir de origens diversas.

O artesanato, segundo os moradores da Limão Verde, se caracteriza mais como uma atividade complementar realizada por poucos indígenas, enquanto a atividade agrícola é considerada como fundamental e como base econômica da aldeia. O Sr. Félix de Souza, nascido em 28 de março de 1945, sempre trabalhou com lavoura, para ele:

A terra era boa, hoje não temos terra à vontade. Hoje a maior quantidade de terra é um hectare. Tira mandioca de outubro, planta feijão, depois milho. Teve uma época até 70 que as pessoas não plantavam muito. Agora o pessoal está plantando porque a situação piorou. Tudo que leva na cidade o pessoal compra. Vende mais em Aquidauana, em Campo Grande levam mais frutas e palmito. Agora só está dando laranja, pokã, mandioca.

De acordo com o indígena, são cultivados e comercializados, principalmente, milho (*Zea mays L.*), mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), feijão (*Phaseolus vulgaris L.*), feijão-miúdo (*Vigna unguiculata*), arroz (*Oriza sativae*), maxixe (*Cucumis anguria*) que, segundo ele, “nasce sozinho” e frutas em geral, como guavira (*Campomanesia sp.*), coco (*Cocus nucifera*), banana (*Musa sapientium*), caju (*Anacardium occidentale*), laranja (*Citrus sinensis*), etc. Ainda de acordo com os moradores, a manga (*Mangífera índica L.*) não é nativa, foi plantada. A comercialização da manga significa uma alternativa para complementação da renda, além do aproveitamento da fruta, evitando o desperdício devido à grande quantidade de mangueiras na aldeia.

Os compradores, normalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, chegam oferecendo um preço de compra muito baixo. Em 2005, a caixa de aproximadamente 50 kg, foi vendida de R\$ 3,00 a 5,00. Segundo o Sr. Félix, uma mangueira pode fornecer de vinte a cinquenta caixas. Ele vendeu 150 caixas em 2005, e se sente satisfeito porque é um complemento na renda da família. Ele coleta manga tanto de sua casa quanto da casa de seus filhos e depois divide a renda com os mesmos. A liderança cobra uma taxa de R\$ 100,00 por caminhão de manga retirado da aldeia. Cada caminhão, segundo Sr. Félix, tem a capacidade de levar cerca de 600 caixas de manga.

O procedimento de comercialização da manga dentro da aldeia inicia quando o comprador chega de caminhão no período matutino, entrega as caixas plásticas para todos os indígenas que desejam vender sua produção e permanece no município, ou seja, na própria aldeia ou na cidade. Isso, enquanto os indígenas que receberam as caixas as carregam e após dois a três dias, o comprador passa em cada indígena e paga o valor da quantidade de manga (caixas), pagando depois a taxa para a liderança.

O comprador vem com carregadores e os indígenas apenas coletam a manga e colocam-nas nas caixas. Depois de carregado o caminhão, a carga é coberta com lona. Existem várias variedades de manga na região, denominadas popularmente de “mangarita”, “espada”, “adem”, porém, a única comercializada é a denominada “bourbon”.

Quanto à comercialização da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), as caixas de aproximadamente 22 kg são vendidas às feirantes para revenda por R\$ 5,00 (dentro da aldeia), fora da aldeia são comercializadas entre R\$ 8,00 e 10,00. Porém, compradores do município pagaram, em 2005, a média de R\$ 6,00 por caixa. Não se sabe ainda a produção total da aldeia, pois os indígenas não adquiriram o hábito e/ou preocupação em anotar o que é consumido e o que é comercializado, talvez isso seja por falta de valores como o da busca por lucratividade, importando-se apenas com o lucro imediato. Sabe-se, porém, que um hectare, segundo o presidente da associação, pode produzir até 150 caixas (22 kg)<sup>70</sup> de mandioca por ano, dependendo da fertilidade do solo. O milho (*Zea mays L.*) é

---

<sup>70</sup> Produção média normalmente é de 12 ton/ha.

comercializado por saco ou dúzia, sendo que um saco contém dez dúzias e cada dúzia custa R\$ 2,00.

Questionado sobre as técnicas utilizadas no plantio, o Sr. Félix afirmou que na década de 1970, ainda se praticava a roça de toco, “derrubava-se a madeira e ia plantando, ninguém tinha lugar certo. Era pouca gente. Como aumentou a população teve-se que separar as roças. Dava muito arroz”. O trator chegou por meio do então chefe do PIN, Lúcio Flávio, em 1975. O tratorista, Sr. Alzemiro Dias, recebia o salário da FUNAI, por isso os indígenas não precisavam pagar por seus serviços, e iniciou, portanto, o trabalho de desmatar e gradear.

De 1985 para cá começou a aumentar a população, naquela época eram poucos feirantes. Começou-se a repartir as terras com a chegada no trator. Os patrícios plantavam e perdiam muito, não vendiam por dificuldades de chegar até a cidade (Sr. Félix, 2006).

O chefe do PIN, Lúcio Flávio, por meio da FUNAI, possibilitou a aquisição de um caminhão. Desde então, com a facilidade de levar as mercadorias para a cidade, houve um incentivo ao aumento de produção (além do uso do trator) para comercialização, que foi um outro marco na história dos Terena da Limão Verde.

O mesmo chefe, Lúcio Flávio, também, foi responsável por solicitar junto à Prefeitura, em 1984, um local dentro de Aquidauana, denominado “Centro de Referência Indígena” vislumbrado na figura 18, para comercialização dos produtos que vinham da aldeia Limão Verde. Assim como das demais aldeias do município. Destaca-se aqui que os indígenas já comercializavam, antes da entrega do prédio, em frente à Estação Ferroviária (desativada) do município, local que permanece na preferência de muitos indígenas. Segundo Sr. Antônio, quando os indígenas vão fazer feira, buscam, também, alimentos como óleo, arroz, sabão, sal, carne e açúcar nos mercados da cidade.



Figura 18 – Centro de Referência Indígena



Figura 19 – Índia na feira

Hoje a comunidade tem uma demanda por criação de pequenos animais<sup>71</sup> como alternativa de produção de proteína animal para alimentação. Porém, por falta de espaço e da pouca distância entre as residências, isso pode significar um transtorno, causando conflitos entre vizinhos, além da impossibilidade de produção de alimentos para esses animais, devido ao limite para produção da própria subsistência.

Portanto, observa-se que a comercialização de produtos agrícolas e de artesanatos (menor escala), representa a base econômica indígena, além de demonstrar a dinâmica dessa comunidade em relação ao mercado do entorno, embora caracterizada pela desigualdade, visto que seus preços são sempre menores que os comercializados em mercados, ocasionando a diminuição do poder de compra (produtos industrializados) indígena. Para Azanha (2002, p. 35):

A unilateralidade da relação, portanto, ainda é a situação que prevalece no contexto das sociedades indígenas brasileiras. Algumas iniciativas recentes têm procurado inverter este quadro, buscando impor produtos indígenas ao mercado, seja através de uma parceria comercial para atingir um público disposto a pagar um sobrepreço justamente por se tratar de um produto indígena (...) seja por meio de parcerias comerciais com pequenos produtores para ganho de escala e do mercado "alternativo" (...).

### **3.4. Transferência de tecnologia versus resgate de conhecimento técnico indígena**

É nítido que apesar da pressão sobre os recursos naturais disponíveis, principalmente, em relação às matas, causadas pelo crescimento demográfico e pela pouca extensão territorial, os Terena da Limão Verde demonstram certa cautela e respeito quanto ao desmatamento de novas áreas, posteriormente, transformadas em lavouras ou demais necessidades.

De forma geral, tanto a fauna quanto a flora nativas da região, já não apresentam a diversidade nem a quantidade de exemplares encontrados há algumas décadas. Principalmente, após a modernização do campo com modelos agrícolas e pecuários, que ocasionaram a intensificação de técnicas, como a queimada e a implantação de pastagem para criação de bovinos.

Essas técnicas, quando utilizadas de forma tecnicamente correta e moderada, não são nocivas, o problema, porém, é que os indígenas não são orientados tecnicamente pelas instituições responsáveis de forma eficiente e/ou

---

<sup>71</sup> Como criação de suínos e galináceos.

suficiente. Com isso, o que se presencia é o processo descontrolado de queima e a transformação de matas (mesmo que cautelosamente) em pastagem e lavoura, diminuindo o nicho de diversas espécies.

Sabe-se que a criação de Unidades de Conservação é indispensável para proteção ambiental, porém, em muitos casos, quando ocorre sobreposição de terras, o que não se verifica na TI Limão Verde, afeta a reprodução sócio-cultural de determinados grupos, desrespeitando o direito de alguns povos. Esse, portanto, é um assunto interessante e conflitante, pois coloca em dúvida a relação de “total harmonia” entre indígenas e meio ambiente para muitos autores e, também, desafia o Estado. Por isso nos dizeres de Leitão (2004, p. 17):

Uma das questões mais polêmicas no contexto dos movimentos sociais e ambientais no Brasil é a que opõe, de um lado, opiniões favoráveis à possibilidade da presença de pessoas em Unidades de Conservação (UCs) e, de outro, as que entendem que tal presença é danosa à preservação do meio ambiente. Em favor da convivência, afirma-se que a presença de populações em boa parte das UCs existentes no Brasil é anterior à sua criação e que o patrimônio ambiental que se quer preservar é também resultado da interação entre essas populações e os recursos naturais ali existentes. Por outro lado, os que discordam dessa possibilidade argumentam que tais populações e suas práticas de exploração da natureza causam sérios impactos à preservação do meio ambiente nas UCs, em geral criadas com o fim específico de proteção e ecossistemas extremamente ameaçados e portadores de características únicas. O mundo jurídico não fica alheio a esse debate, havendo setores que se perfilam ao lado de uma e de outra das correntes indicadas.

Se ontem era “necessário” para a sociedade, que agentes do SPI, FUNAI e missões religiosas realizassem o trabalho de “civilização” desses povos, considerados “selvagens”, bem como a incorporação dos mesmos à sociedade, através do aprendizado da linguagem e religião dos não índios, mudança de hábitos, perda de seus costumes e tradições. Hoje, contraditoriamente, quanto mais o “indígena” for característico, maiores são as chances que os mesmos possuem de captação de recursos para investir na conservação de seu território e em projetos de “resgate cultural”, geração de renda, fomento a produção e outros. Além de possibilitar o beneficiamento por meio de políticas públicas, quanto maior o “grau de indianidade”, segundo moldes não indígenas, maior a valorização turística e mercadológica de produtos tradicionais.

Na descrição de Grünewald (2001, p. 144):

Toda essa percepção negativa da perda de autenticidade no turismo étnico só me parece viável porque o turista tem em geral o paradigma da aculturação na imaginação como algo que flui infalivelmente numa única direção, porque, não fosse assim, isto é, se soubesse muito bem das mudanças conjunturais por que passam os grupos em contato (nem se fala

quando exigido algo deles como espetáculo), os considerariam contextualmente autênticos – e afinal, se os nativos têm algo a apresentar, por mais “descaracterizado” que possa parecer, é porque existe algum fundamento substantivo que pode tornar concreto aquele elemento cultural apresentado ao turista. E essa idéia de descaracterização é uma prenoção construída sobre um ideal característico do outro turístico (ou étnico) de uma maneira geral.

Observa-se que parte da valorização dessa autenticidade se deve às correntes ambientalistas e conservacionistas, preocupadas com o futuro e a crise ambiental mundial, e graças, também, aos diversos programas do Estado que promovem a chamada “inclusão social”. Com isso, vários indígenas aproveitando a valorização e os “registros” de conhecimentos e práticas indígenas para a produção de bens considerados “tradicionais”, para fins comerciais, promovem uma nova modalidade de produção que se pode chamar de “bens culturais”. Nesse contexto, Grünewald (2001, p. 140) relata:

(...) essas tradições geradas na arena turística são ou para venda (artesanato) ou para reforçar, como estratégia de marketing, a venda desse artesanato. Mostrar-se índio autêntico (e quanto mais autêntico melhor – penso aqui no sentido de os índios fornecerem um contraste às experiências cotidianas dos turistas/ viajantes) é chamar a atenção para si como atrativo turístico disponível no mercado.

Após diversos estudos, sabe-se agora que os indígenas não realizavam atividades de exploração/extratativismo de recursos naturais, sem desenvolver ações e práticas de produção sobre os mesmos. Acredita-se até que não havia equilíbrio perfeito entre os mesmos e o meio ambiente. Crêem, sim, que existiam territórios mais extensos onde os impactos sobre os mesmos poderiam ser menos visíveis e sentidos. A melhor exemplificação de uso de técnicas tradicionais é a queima das áreas de lavoura pelos indígenas da Limão Verde, para plantio das culturas principais, pois, relatam que as cinzas dão um efeito melhor e imediato na produção das mesmas. Sabe-se que o efeito é real, porém temporário, acelerando a perda da fertilidade do solo. Além disso, um outro problema grave é a ocorrência de incêndio, que pode atingir tanto a aldeia quanto áreas vizinhas, ocasionando conflitos. Em concordância com o assunto, Timmers (2004, p. 176):

Várias pesquisas mostram que populações tradicionais pré-históricas causaram a extinção de espécies. Também há evidência científica de que populações tradicionais contemporâneas exploram recursos de forma não-sustentável e causam a perda de espécies.

E o autor ainda complementa:

Não cabe aplicar (...) a nenhuma população tradicional – uma visão *neorousseauiana* do “bom selvagem”, vivendo espontaneamente em harmonia com a natureza. Trata-se apenas da sobrevivência de uma população marginalizada e empobrecida material e culturalmente em decorrência da colonização. Seus modos tradicionais de uso dos recursos foram inviabilizados pela drástica redução do seu território e pela quase total destruição dos ecossistemas (...).

Ainda assim, são considerados como uma sociedade “exemplo” para o sistema de produção sustentável, ecologicamente correta, que respeita o meio ambiente, utilizando apenas o suficiente para suas necessidades básicas, sem o instinto de acumulação, e que pode significar um dos melhores modelos para a exploração racional do meio ambiente, através de práticas e estratégias culturais. Por isso, tantos modelos de produção orgânica e agroecológica, têm origem/base no estudo de técnicas de produção desses povos.

O conhecimento tradicional possui participação muito importante na indústria de cosméticos, farmacêutica, de produção de sementes, entre outras, e de acordo com Cunha (2001, p. 02):

(...) a indústria farmacêutica movimentada, com produtos derivados de recursos genéticos, pelo menos US\$ 75 bilhões anuais; a indústria de sementes, uns US\$ 30 bilhões; e uns US\$ 60 bilhões anuais são movimentados por produtos derivados de recursos genéticos em outros campos. Essas estimativas provêm de pesquisadores de um dos maiores bancos genéticos do mundo, o Jardim Botânico de Londres.

Algumas pessoas da aldeia Limão Verde podem ser consideradas conservacionistas natas, visto que, não precisam de nenhum critério para utilizar seus recursos naturais de forma racional. Apenas não desperdiçam e limitam-se quanto à utilização dos mesmos para sua sobrevivência, com produção para subsistência e comercialização, no intuito de adquirir bens industrializados ou não.

Assim, confia-se que a “sustentabilidade” só possa existir se houver uma certa situação ou conjunto de fatores favoráveis, diretamente dependentes dos hábitos, anseios e necessidades básicas de uma comunidade, do tamanho dessa população e da extensão do território em que vivem. Antes de tecer qualquer comentário é válido lembrar que, de acordo com Rios (2004, p. 83), “(...) é preciso fazer a ressalva de que o conceito amplo de ‘Desenvolvimento Sustentável’, largamente difundido, tem dado margem a múltiplas interpretações e muitas delas inteiramente incompatíveis com a finalidade para a qual foi criado”.

Segundo Timmers (2004, p. 176):

(...) as atividades dos povos tradicionais e populações indígenas refletem principalmente seus objetivos individuais e os de suas famílias em curto prazo, podendo levar, se necessário, à superexploração de seus recursos. A sustentabilidade dos recursos dependeria mais da baixa densidade populacional e da deficiência de aparato tecnológico do que de atitudes conscientes ou mecanismos culturais endógenos.

Portanto, é bem provável que essas comunidades foram sustentáveis antes do contato com os não índios, isto é, antes do processo histórico de colonização. Porque após isso, como relatado anteriormente, houve uma quebra no equilíbrio, com territórios perdidos, houve um aumento do contingente populacional, verificado nas últimas décadas. Bem como, a utilização de modelos tanto convencionais quanto modernos de produção agrícola, além da indução passiva de novas necessidades de consumo, em que a influência da economia capitalista levou a uma super exploração dos recursos naturais ainda que, na maioria das vezes, menos predatória que em locais onde se utilizam somente técnicas convencionais.

Nesse contexto, de acordo com Rebelo (2002, p. 10):

Para que a idéia do desenvolvimento sustentável possa se encontrar com o significado humanista embutido em seu discurso, devem-se mudar a sua finalidade, forma e natureza. Não adianta procurar difundir a necessidade premente de uma relação harmoniosa entre os homens e o planeta Terra se entre os próprios homens – neste mesmo planeta – ainda predominam relações sociais ao nível de barbárie.

De acordo com Rios (2004, p. 84):

(...) o limite da sobrevivência humana é a possibilidade de utilizar, permanentemente, os recursos naturais do planeta e o limite da sustentabilidade ambiental é a sua conciliação com as necessidades humanas. Por isso, a relação de mútua dependência entre a natureza e o homem não permite a opção por técnicas de interpretação normativa que venham a excluir um em razão do outro.

A produção racional e sustentável pode ser alcançada em outras comunidades, não somente nas tradicionais, desde que esteja aliada à satisfação de necessidades e anseios e à conservação do meio ambiente. Mesmo sugerindo certo grau de romantismo ou “pura utopia”, o caso é que seria a solução para alguns problemas ambientais existentes. Nos dizeres de Rebelo (2002, p. 6):

Cabe observar que a problemática do desenvolvimento sustentável está alicerçada sobre a ênfase na população, produção (agrícola e industrial), recursos naturais e poluição. Ora, todos esses aspectos dizem respeito ao processo de circulação- produção- circulação do capital. Deve-se então procurar entender o padrão de reprodução do capital na época capitalista que culmina na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Incentivos estão sendo oferecidos a comunidades ou proprietários rurais, por instituições governamentais ou não, para práticas de conservação da biodiversidade. Todavia, algumas intervenções em populações indígenas<sup>72</sup>, através de políticas públicas de desenvolvimento local, transparecem muitas vezes outro tipo de preocupação, visto que algumas comunidades estão assentadas em locais providos de riquezas conhecidas ou não pela sociedade. Conforme Allegretti *apud* Cunha (1999, p. 03) “economicamente, é mais viável e também politicamente mais prudente reconhecer populações tradicionais como guardiões de ambientes, em lugar pagar por fiscais de floresta (...)”. Afinal, é conhecido, que apesar de influenciada pelo mundo capitalista, essa população ainda se caracteriza pela conservação e respeito por seus territórios.

Deste modo, algumas etnias indígenas<sup>73</sup>, como os Terena, podem ser reconhecidas como utilizadores dos recursos naturais de forma racional, pelas técnicas adquiridas há várias gerações ou não, ou seja, inseridas após colonização, mormente, devido ao respeito e à ligação desses povos com a terra que é um atributo verificado em todos os grupos. Desde que para tanto, o conceito não seja proveniente de uma visão radical e “inflexível”, pois todo e qualquer contato do homem com o meio ambiente resulta em transformação, exploração e degradação, tanto parcial como total, que pode ser amenizada, e tais recursos serem utilizados por mais vezes, proporcionando o usufruto das próximas gerações.

Nesse contexto, Cunha (1999, p. 06) afirma:

Talvez seja prudente evitar duas formas de dogmatismo: um conservacionismo autoritário inviável (exigindo nas áreas de conservação de uso direto uma limpeza biológica socialmente impossível – visando “separar e manter livres de qualquer intervenção humana amostras expressivas de ambientes naturais virgens”), e um populismo ambientalista igualmente inviável (porque ignora as pressões ambientais que podem em longo prazo degradar a vida das próprias ‘populações tradicionais’).

Neste caso, deve ser considerada a particularidade na organização das comunidades indígenas, que apesar da influência do entorno capitalista, observa-se a não prioridade relativa ao acúmulo de bens, ao consumo desenfreado e à lucratividade. Tomando como exemplo a aldeia Limão Verde, o termo

---

<sup>72</sup> Para não superexplorar atividades relacionadas aos recursos ambientais e ao mesmo tempo gerar renda (produtos alternativos).

<sup>73</sup> Dependendo da localização, da organização social, da origem, do grau de contato com o não índio, entre diversos fatores.

“sustentabilidade” no seu mais puro sentido é considerado “utopia”, haja vista a proximidade da aldeia em relação à cidade, ao contato contínuo com o não índio, o acesso aos poderes públicos e aos meios de comunicação.

Todavia, é visível que com o tempo se torna mais complexo o trabalho dos agentes no contexto de autonomia dentro da aldeia Limão Verde. Visto que para isso, a comunidade deve diminuir consideravelmente o grau de dependência de insumos externos e verbas de órgãos governamentais, havendo, um aumento de produção com conseqüente geração de renda, para suprir as necessidades dos moradores<sup>74</sup>. E, principalmente, que as iniciativas (programas governamentais e não governamentais) sejam geridas de acordo com as necessidades dos indígenas, respeitando o meio ambiente, a diversidade e a organização sócio-econômica, política e cultural. Verifica-se assim, um impasse entre discurso e ação propriamente dita.

Faz-se imperioso, considerar que conforme o desenvolvimento das práticas tradicionais de agricultura era necessário o deslocamento de suas moradias, porém, com o tempo o mesmo foi sendo inviabilizado pelo aumento da população e conseqüente expansão dentro de um território limitado. Com isso os Terena tiveram que se reorganizar internamente, entrando em cena o SPI, intervindo no planejamento espacial indígena.

De qualquer forma, a limitação territorial não permitiu tão efetivamente esse planejamento espacial, afetando também as práticas tradicionais apresentadas, impondo mudanças como plantios sucessivos no mesmo espaço e configurando a necessidade de inovação das técnicas agrícolas. Essa transformação, na prática, acarretou o enfraquecimento potencial de produção do solo, inviabilizando o cultivo de várias culturas, além de quebrar a organização tradicional de cultivo, caracterizada pelo estabelecimento de roças familiares espacialmente contínuas, impondo então às famílias, que formassem roças em locais diversos e cada vez mais distantes de suas residências.

Para intensificar a problemática transformação da forma tradicional e itinerante de plantio, originalmente Terena, possibilitada por seu comportamento dinâmico, índole pacífica e capacidade de adaptação em momentos adversos, a

---

<sup>74</sup> A “changa” representa uma alternativa de subsistência e renda. Neste sentido, na época da chegada dos Terena na região da Limão Verde, esses, realizavam práticas tradicionais agrícolas, porém, sempre em busca de oportunidades produtivas e sociais.

contraditoriamente denominada “revolução verde” incentivou a adoção de técnicas modernas para aumento da produtividade, da produção e da geração de renda com a venda do excedente. Sabe-se, entretanto, que o objetivo maior do Estado era de modernizar o campo, por meio de agentes e pacotes tecnológicos, como um dos fatores necessários ao sucesso de uma política desenvolvimentista vigente no país, na época.

A entrada de novidades tecnológicas dentro da aldeia pode ser considerada como um divisor de águas, referindo-se, especificamente, a aquisição de patrulhas e implementos agrícolas. A utilização do trator significou, mesmo que momentaneamente, a solução do problema territorial, afinal houve um aumento de áreas preparadas para o cultivo e conseqüentemente produção, além da queda substancial do tempo gasto com o preparo do solo.

De acordo com Rios (2004, p. 83):

Do mesmo modo, o limite da sustentabilidade do uso de recursos naturais por parte das populações tradicionais deve ser encontrado na medida em que novas tecnologias ou atividades econômicas, incompatíveis com os objetivos da preservação, sejam incorporadas por essas comunidades e, comprovadamente, venham a propiciar a contaminação dos recursos naturais ou ameaçar a sobrevivência de habitats, ecossistemas e espécies, dos quais também dependem para a sua reprodução cultural.

Apesar dos avanços tecnológicos levados pelo não indígena para dentro da aldeia, ainda encontram-se técnicas artesanais de produção agrícola, consideradas ultrapassadas ou rústicas, porém, funcionais, que são capazes de produzir não apenas para subsistência como para o mercado. Dessa maneira, o formato organizacional da sociedade Terena não se perdeu, apenas se modificou. Verificam-se isso no cotidiano, em que algumas culturas de plantio ainda são tratadas com técnicas indígenas, levando em consideração fenômenos naturais tais como: lua, vento, etc. Enfim, pode-se concluir que a adoção do “novo”, não apaga nem destrói a identidade Terena, apenas transforma.

Para Timmers (2004, p. 178):

Enquanto existir uma identidade cultural forte, amparada no domínio de um território ancestral, a tendência mais provável é a do restabelecimento progressivo de relações de cuidado e respeito com este território e seus recursos no longo prazo, diferente de estratégias baseadas na maximização de lucro de empresas, madeireiros, garimpeiros e fazendeiros que, sem elo duradouro com um local, se deslocam para qualquer outro uma vez os recursos exauridos.

Os povos indígenas têm o conhecimento de que os recursos são escassos, finitos e que suas técnicas, ainda que não totalmente dotadas de tecnologias, ainda são adequadas para gerar a produção necessária. Sobre a agricultura e a pecuária anteriormente praticada, as considerações de Sr. Sebastião (2006), são as seguintes:

Meu pessoal guardava semente para plantar, não recebia nada do governo. Dava trabalho para armazenar, minha avó secava todo mês as sementes para plantar no outro ano. O milho é plantado em setembro e outubro. O feijão em abril. O feijão miúdo em janeiro e fevereiro e o arroz em outubro e setembro. Agora (risos), não guarda mais, não tem mais semente, recebe do governo ou compra na cidade. Ainda tem pouca gente que guarda. Comecei a trabalhar cedo, atrás de meu pai para ajudar, moí cana, toquei boi. Antes tinha pouco gado, só para tomar leite e comer carne. Também comíamos carne de bicho do mato como queixada, anta e agora não tem mais. Porque os vizinhos fazendeiros não deixam, e não tem mais mata, está tudo limpo, os bichos não têm onde ficar.

Após a colonização, a industrialização também deixou suas marcas, como a perda de territórios, da cultura e a mudança de relações de economia interna e externa dessas populações. O Estado - seja das esferas municipal, estadual ou federal - tenta, por meio de programas de caráter compensatório, promover o “resgate da cultura” indígena e a busca do desenvolvimento econômico através da geração de renda e sustentabilidade nas terras remanescentes que lhes foi reservada e onde esses povos buscam, com muitas dificuldades, sobreviver. Porém, os esforços ainda não surtiram resultados, já que se assiste ainda hoje, apesar das incansáveis iniciativas, problemas como: conflitos políticos internos, alcoolismo, miséria, desnutrição e subnutrição infantil e um êxodo intenso para as periferias das cidades e conseqüente marginalização.

O conceito de qualidade de vida deve ser levado em consideração, especialmente em comunidades indígenas, que dão grande importância aos seus territórios, devido à ligação cultural com a terra e o meio ambiente. Possuem conhecimentos e técnicas adquiridos a gerações, submetidos à percepção de mudanças das condições naturais como a do sol, ventos, chuvas, comportamento dos animais, dos períodos como estações do ano e luas, o que os auxilia em práticas de plantio, além do conhecimento das espécies vegetais e suas diversas formas de utilização.

É por essa relação, que a implementação de projetos de desenvolvimento econômico deve ser diferenciada levando em consideração, principalmente, o conhecimento e a grande diversidade cultural existente no país. Esse conhecimento

leva a conscientização da diversidade de tradições, considerando a importância da participação dos indígenas em todos os processos de construção de um projeto - do planejamento à avaliação - sem ter como único objetivo, as formas de economia capitalista.

Nesse sistema, procura-se sempre agregar valor ao produto visando comercialização. A origem de produtos em comunidades tradicionais e a projeção da mídia, atribuindo valor e qualidade, associando-os a produtos saudáveis e ambientalmente sustentáveis, possibilita ao olhar de muitos agentes - estendendo aos indígenas - a comercialização diferencial e rentável do produto.

A “autonomia” do povo indígena há anos se resume na posse de seus territórios, mas, nesse começo de século (XXI), somente a terra já não basta. É preciso sobreviver dessas áreas, portanto, torna-se imperativo a “sustentabilidade”. Esse é atualmente um dos maiores desafios dos mesmos e do Estado. A tão idealizada, comentada e criticada “sustentabilidade” ou desenvolvimento sustentável, em áreas degradadas, sem recursos naturais suficientes para sobrevivência de uma nação em constante crescimento populacional, se torna a cada dia mais difícil. Assim sendo, é evidente que existe uma estreita relação entre a perda territorial e a perda de autonomia social, cultural e política desses povos.

Nas palavras de Timmers (2004, p. 176-177):

Infelizmente, pela destruição ambiental generalizada dos biomas do mundo, com exceção - por enquanto - da Amazônia, e a proporcional redução do espaço vital das populações tradicionais, essas estratégias seculares não têm mais como se manter de forma sustentável. Precisam adaptar-se a um novo e assustador contexto, de sobrevivência em ambientes degradados e espaços reduzidos. Qualquer impacto, mesmo leve, deixa de ser absorvido pelo ecossistema, quando a densidade populacional aumenta ou quando este se reduz a quase nada, ultrapassando-se a sua capacidade de “suporte”.

É evidente ainda que ocorra a implementação de programas e projetos de fomento ou de desenvolvimento local, voltado para essas populações, que não alcancem o objetivo esperado ou as metas pretendidas. Afinal é necessário muito mais que a utilização de critérios como desenvolvimento econômico, utilização crescente da tecnologia ocidental e estratégias de comercialização de forma competitiva, para obter um espaço no mercado capitalista, é preciso levar em conta que são comunidades tradicionais com características específicas e uma organização distinta.

Os avanços tecnológicos, a mecanização, a concentração fundiária e a dependência de insumos externos, tendo em vista o aumento da capacidade de produção, a partir de 1970, caracterizou um processo contínuo e acentuado da degradação do solo. Com a chegada de tratores na aldeia, verificou-se a intensificação do uso da terra, pois cada família possui uma pequena porção de terra destinada a sua lavoura ou “roça”, onde plantam durante todo o ano, sem haver qualquer descanso da mesma.

O córrego João Dias, presente na região de estudo, está caracterizado ao longo de seu curso, por pontos de assoreamento e de degradação da mata ciliar, principalmente, em regiões com maior concentração de residências e lavouras, diferenciando-se da região mais próxima da nascente que se encontra menos habitada, como mostram as figuras 20 e 21.



Figura 20 – Córrego perto da nascente



Figura 21 – Córrego perto de casas

Com recursos do Governo do Estado, através do Órgão Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, há o recebimento, todos os anos desde a década de 1990, de combustível (óleo *diesel*) para preparo das terras com o trator e sementes de milho, de arroz, de feijão, entre outros, para plantio. Existem vários estudos sobre esses impactos, porém, é importante citar que, a cada ano, a produção decresce devido à degradação dessas áreas, afinal, várias famílias gradeiam suas áreas várias vezes ao ano, sem acompanhamento técnico.

É visível que se instalou uma dependência relacionada à mecanização, em que para qualquer tipo de plantio, na concepção dos indígenas, é necessário o preparo do solo mecanizado, observado na figura 22 e 23. Até em situações em que seria indicado o plantio direto e apenas a “roçada” ou “capina” (limpeza da área com

uso de ferramentas manuais). De acordo com o presidente da associação “o trator<sup>75</sup> é o braço forte da aldeia”.

Além da dependência da utilização de patrulhas agrícolas, verifica-se a perda das variedades de espécies nativas. Hoje uma das únicas espécies de cultivo, cuja semente é guardada para plantio no ano posterior, é o feijão miúdo, o qual, de acordo com os próprios indígenas do local, é a única semente que o Estado não disponibiliza todos os anos.



Figura 22 – Solo Gradeado



Figura 23 – Plantio de feijão

A maior aspiração analisada é do aumento territorial da reserva, para que possa criar animais, plantar uma maior diversidade de culturas e implantar outras atividades. De acordo com o Sr. Antônio (2006) “é importante um programa de recuperação de solos, estamos cobrando do Estado, projetos para plantio e beneficiamento de frutas como uma alternativa”.

O mesmo foi questionado sobre a recuperação de técnica que eram utilizadas em outras épocas e que prejudicariam menos a produtividade do solo. Afirmou que não tem como “voltar atrás”, como a utilização de tração animal, por exemplo.

O mundo evoluiu e a comunidade acompanhou essa evolução, os dias estão corridos, não dá mais para trabalhar dessa forma, hoje a comunidade depende do trator para uma maior produção. Pode ser que essa técnica seja melhor, mas a comunidade não vai acostumar de novo. Se não tiver combustível, nem arrumar o trator nós ficamos parados.

Por isso, ainda segundo o ex-presidente da associação, para que a comunidade saia dessa dependência, o Estado precisa fomentar projetos para que a comunidade caminhe com as próprias pernas. Citou como exemplo, projetos como:

<sup>75</sup> Existem dois tratores na aldeia. Um de marca Valmet 968, 4X4, ano 85 (Associação de Moradores e Amigos da Limão Verde) e o outro, um trator Marsey Ferguson 265/76 (FUNAI).

a piscicultura e a avicultura para auxiliar na alimentação e na geração de renda. “Assim, manteríamos o trator com nosso próprio recurso, mas, enquanto isso não acontece, ficaremos na dependência”.

É necessário, portanto, que se realize uma reflexão sobre a situação dos indígenas que se apresentam cada vez mais complexas, visto que os mesmos estão inseridos no sistema capitalista, e sofrem impactos por conta de sua influência, mesmo apresentando diferenças culturais e relações econômicas específicas. Como em qualquer outra sociedade, precisam sobreviver e para isso possuem apenas seus conhecimentos tradicionais, recursos naturais limitados, e em geral, a mão-de-obra barata e não especializada.

#### 4. PRINCIPAIS PROGRAMAS IMPLANTADOS NA ALDEIA LIMÃO VERDE

É visível a mudança do modo de vida dos Terena, de atitudes, de ambições e também de sua vontade de se inserir na sociedade local, seja apenas pelo reconhecimento como cidadão, seja como participante da economia regional. Reflexos, estes, da influência do centro urbano de Aquidauana (MS), possibilitada pela proximidade espacial da aldeia e pelas relações econômicas e políticas.

Ainda é questionável a inserção indígena no ideário do mundo moderno capitalista. Entretanto, os índios demonstram claramente o anseio em fazer parte do chamado “mundo moderno”, de ter acesso ao capital e pelo fascínio em relação ao conforto e praticidade que o mesmo pode promover. Nesse contexto, demonstram, também, a confiança frente ao Governo, por meio de seus agentes, em auxiliá-los na inserção à economia regional capitalista.

Antes da chamada “revolução verde”, “modernização” ou “industrialização” do campo, cujo ápice se deu na década de 1970, os recursos naturais se encontravam mais preservados em algumas aldeias. Os Terena da Limão Verde praticavam a agricultura com técnicas mais tradicionais, a caça, a pesca e a coleta, porém, eram atividades esporádicas e complementares, segundo eles, pois, a maior parte dos alimentos era originária da agricultura. Da década de 1970, até os dias de hoje, essas atividades complementares foram reduzidas, significativamente, em consequência da ausência, cada vez maior, de áreas naturais preservadas, devido à pressão exercida sobre as mesmas e ao aumento demográfico (FUNASA, 2007).

A agricultura continua sendo a principal fonte de subsistência e renda, todavia, segundo os indígenas, está cada vez mais difícil suprir as necessidades básicas das famílias. A comercialização dos produtos das unidades de produção indígena, para constituir a renda familiar, vem sendo reduzida, de acordo com os aldeados, devido ao empobrecimento do solo, ao crescimento das famílias e conseqüente divisão das áreas limitadas de roça, ocasionando uma diminuição das unidades de produção por família, além da não possibilidade de se obter uma maior área para plantio ou, ainda, de recuperação das áreas “enfraquecidas”.

Esses são alguns dos fatores que tornam complexo o bem estar e a reprodução física e cultural desses indígenas, os quais deveriam ser assegurados pelo Estado, segundo a Constituição de 1988 (art. 231). Esses fatores, também,

respondem pela aparente necessidade de benefícios externos governamentais ou não.

O objetivo deste capítulo é identificar os impactos, na aldeia Limão Verde, em Aquidauana/MS, da implantação de políticas públicas, abordando e analisando aspectos sociais e econômicos, além de algumas questões ambientais, considerando como base teórica, a perspectiva do “etnodesenvolvimento” como proposta para uma nova política indigenista (BARROSO *apud* HOFFMANN & SOUZA LIMA, 2002). Pretende-se nesse contexto, expor os resultados das políticas públicas voltadas às questões indígenas, possibilitando a compreensão da sociedade não indígena e do Governo, acerca da leitura realizada e da concepção, em relação a tais resultados, por parte dos agentes de desenvolvimento e, principalmente, do grupo indígena pesquisado.

Foi realizado o levantamento junto aos órgãos governamentais, tais como: FUNAI, FUNASA, AGRAER, dentre outros, a documentos e a relatórios referentes a projetos e/ou programas de fomento e estruturação agropecuária e de segurança alimentar na aldeia Limão Verde, para ampliar o diagnóstico das condições sócio-econômicas dos indígenas. Também foi realizado o levantamento do número de produtores, de área de produção e de relação de produtos e criações existentes na aldeia, a fim de verificar as práticas produtivas, agrícolas e extrativistas na comunidade.

Um outro objetivo específico deste trabalho é correlacionar as informações sobre os impactos sócio-econômicos. Verificando seus resultados de forma qualitativa, quantitativa e comparativa, adotando um referencial sistêmico, analítico e holístico para o diagnóstico, identificando as estratégias e técnicas de produção que estiveram permeando nas relações dos Terena, enfocando a influência das políticas públicas na comunidade. Gerando e fornecendo com isso, dados a sociedade para o embasamento de estudos e ações futuras em relação à implantação de projetos técnicos racionais, que promovam segurança alimentar, geração de renda, proteção dos recursos naturais e com isso o desenvolvimento local da Aldeia Limão Verde.

#### **4.1. A Pesquisa**

A pesquisa centra-se, principalmente, nas transformações sócio-econômicas e ambientais, em decorrência do processo de relação dos Terena junto à sociedade não indígena, por meio das “políticas etnodesenvolvimentistas”, nas quais foi

possível constatar a complexidade do processo, a possibilidade e a necessidade de se aprofundar em tal problemática. Procurou-se então, identificar esses elementos, construídos historicamente sem, contudo, a pretensão de se realizar um trabalho etnográfico, por meio da percepção das experiências locais de beneficiamento pelos projetos implantados.

Os primeiros contatos estabelecidos com indígenas Terena e com a aldeia Limão Verde, datam de julho de 2002. Porém, cabe ressaltar que o primeiro contato com esses grupos, como pesquisadora, data de 2005, logo após o início do curso de Pós-Graduação em Geografia, nível de Mestrado, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Aquidauana/MS. Essa pesquisa busca, também, evidenciar lacunas observadas pela pesquisadora, enquanto agente de extensão rural (desenvolvimento rural), do então Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS - IDATERRA -<sup>76</sup> desde o ano de 2002, quando iniciou suas atividades nas Terras Indígenas de Aquidauana.

Durante esse período, teve-se a oportunidade de constatar, que diversos projetos, oriundos de políticas públicas, sejam da esfera municipal, estadual ou federal, dificilmente atingiam seus objetivos, tanto na ótica do agente promotor de políticas públicas, quanto na visão do próprio indígena. Além disso, houve um considerável aumento de cobrança, por parte da sociedade e principalmente do Estado, por resultados das aplicações dos recursos públicos, possibilitando a detecção de uma outra problemática, a deficiência de dados dos resultados e avaliações dos projetos.

Nesse contexto, o Mestrado em Geografia, como uma ciência aplicada, possibilitou a realização da pesquisa, para não permanecer apenas na observação empírica, propondo a identificação dos impactos positivos e/ ou negativos, sócio-econômicos resultantes da implantação de Políticas Públicas na aldeia Limão Verde. Além de destacar timidamente problemáticas ambientais, culturais e políticas.

O reflexo e os impactos de políticas públicas em áreas indígenas não são costumeiramente pesquisados. O que se observa com maior frequência, são estudos etnográficos e/ou estudos que enfocam as soluções mais apropriadas, principalmente, por meio de projetos, para as adversidades enfrentadas por estes

---

<sup>76</sup> Criado em 2001 e substituído em 2007 pela AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.

povos, sem muitas vezes avaliar os resultados dos programas implantados, o que não propicia a consolidação da verdadeira conjuntura dos mesmos.

#### **4.1.1. Considerações sobre os Aspectos Metodológicos**

Esta investigação foi desenvolvida por meio de consultas bibliográficas e documentais, entrevistas e questionários sócio-econômicos. As fontes foram buscadas em instituições que desempenham o papel de preservação documental da memória das etnias do país, organizações governamentais ou não, que trabalham com questões indígenas, de desenvolvimento local e/ ou inclusão social, no local da pesquisa.

A pesquisadora optou por trabalhar, principalmente, de forma qualitativa em entrevistas, sem dispensar, no entanto, dados quantitativos como os questionários semi-estruturados, considerados complementares, mas importantes na definição de algumas questões. A metodologia qualitativa, realizada por meio de entrevistas, provocou um grau de dificuldade maior, tanto na coleta de dados a campo, quanto no cruzamento das informações e principalmente na interpretação contextual dos mesmos. Mormente, para a percepção de impactos ambientais e transformação da paisagem local, proposto a se identificar na pesquisa, como elementos complementares que esclarecessem o conhecimento almejado, foram utilizadas, também, imagens de satélite e carta topográfica para montagem de três mapas, que permitiram a verificação do uso antrópico da vegetação em três períodos distintos.

Para tanto, os mapas de evolução do uso e ocupação do solo – observado na figura 4 - foram elaborados utilizando alguns dados do mapa oficial da Terra Indígena Limão Verde, fornecido pela FUNAI (MS), que foram digitalizados, corrigindo-se a rede hidrográfica de acordo com informações da Carta Topográfica do DSG de 1966. O mapa de uso e ocupação do solo de 1966 foi elaborado a partir da Carta Topográfica do DSG de 1966, folha SF. 21-X-A-III, na escala 1:100.000, sendo as informações compiladas da carta digitalizadas em ambiente *Auto Cad* R14.

Para a elaboração do mapa de 1999, foi utilizada uma imagem *Landsat* de 1999, a mesma foi inserida em ambiente *Auto Cad* R14, logo após foi feita sua interpretação visual, através dos meios descritos por GARCIA (1982), e NOVO (1992). Para o mapa de 2006 foi utilizada uma imagem *CBERS*, repetindo os processos anteriormente citados.

A pesquisa apresentou grande complexidade, pois foi necessário interpretar fielmente, de forma analítica, e descrever as relações sociais, econômicas e ambientais (propostas pela pesquisa) construídas por um grupo diferenciado e em constante adaptação. Empreendeu-se na quebra do ambiente de constrangimento ao máximo possível, com assuntos alheios à pesquisa durante a entrevista, para que as respostas fluíssem em caráter espontâneo. Sem, contudo, comprometer e interferir no resultado do estudo, através de respostas consideradas pelos entrevistados, “politicamente” corretas e mais formais que as de costume.

O maior problema verificado ao utilizar a entrevista, como metodologia de trabalho participativo interdisciplinar e “intercultural”, consistiu na transformação em dados, sem que se retirasse totalmente a essência, as ideologias, as posições críticas e os anseios do discurso do entrevistado. Porém, apesar do fator dificuldade apresentado, considerou-se que este instrumento metodológico poderia apontar de forma mais precisa, os conhecimentos almejados pela pesquisa.

Apesar da também utilização do recurso de observação, e posterior registro do cotidiano da aldeia<sup>77</sup>, nas visitas realizadas em 2006 e 2007, com o propósito de pesquisa, não foi possível dispensar o registro, tanto escrito quanto gravado, dos depoimentos dos entrevistados, pois, corria-se o risco de perder informações únicas e preciosas. Mesmo que para isso contasse com a interferência da não total espontaneidade em alguns casos.

Outro dado importante a ser considerado para a realização da pesquisa é que além da liberação da FUNAI, seria necessária, a aceitação da comunidade, por meio da permissão<sup>78</sup> da liderança. Buscou-se, então, a manutenção do diálogo com as mesmas. Dessa forma, como seriam realizadas entrevistas, fotografias e visitas a áreas dentro da aldeia, além de questionamentos aos membros da comunidade, a liderança solicitou uma reunião, com data marcada por ela, para explicação aos indígenas do que se tratava a pesquisa, de que forma seria realizada e que seria necessário que alguns deles colaborassem voluntariamente para o sucesso da mesma. Explanando que não haveria intervenção alguma da pesquisadora, apenas aplicação de questionários e entrevistas e sem qualquer prejuízo a integridade física

---

<sup>77</sup> Uma vez que, com o emprego apenas da descrição da observação das atividades sócio-econômica do grupo estudado, além de se perder detalhes importantes, corria-se o risco de apresentar uma visão unilateral da pesquisadora.

<sup>78</sup> Toda ação de não moradores dentro da aldeia deve ser comunicada aos representantes.

ou mental dos participantes, mas realizadas apenas, após plena autorização do colaborador.

Participaram, então, da reunião, apenas membros da liderança, os quais fizeram diversos questionamentos sobre a pesquisa, porém, muitos relacionados às ações da agente, enquanto representante do órgão de extensão rural, além de solicitações de contrapartida, após o término da pesquisa. A solicitação de contrapartida foi justificada, pelos representantes da aldeia, pelo fato de várias pessoas com interesses diversos, sejam eles, políticos, científicos e outros, estarem freqüentemente buscando informações dentro da aldeia, muitas vezes prometendo soluções para os anseios da comunidade e não voltarem para cumprir os acordos.

Ainda durante a reunião, alguns pontos foram colocados indiretamente pela liderança, a fim de que a pesquisadora soubesse da existência das normas, dos critérios e de um ritmo interno da comunidade. As normas resumiam-se, principalmente, em deixar a liderança a par dos trabalhos da pesquisadora dentro da aldeia<sup>79</sup>.

Com a entrada de um novo Cacique, Sr. Antônio dos Santos Silva, em março de 2007, que ocupava o cargo de Presidente da Associação na primeira reunião, houve a necessidade, a pedido do mesmo, de se voltar à aldeia, e realizar uma nova reunião, para explicar o objetivo da pesquisa na aldeia para conhecimento e autorização da liderança eleita. Foi solicitado na ocasião, pela pesquisadora, uma nova autorização, que foi prontamente atendida e assinada pelo Chefe de Posto e o Vice-Cacique eleito, pois, o Cacique não estava presente.

A presente pesquisa apresenta algumas informações de campo referentes a diversas visitas, de duas a seis horas por dia, à aldeia em 2006, no período de abril a agosto. Bem como, dados que foram somados, obtidos em 2007, no período de fevereiro a abril, devido ao término de dois outros programas, visto que o Programa Pantanal, já havia sido encerrado. Com o não encerramento dos trabalhos de campo em 2006, o fim dos programas foi considerado como uma oportunidade única de se levantarem dados e reproduzir o reflexo da comunidade, por conta do corte dos mesmos. De acordo com alguns indígenas, “não esperado”, em relação aos benefícios do Programa Tupã I e do Programa Estadual de Segurança Alimentar e

---

<sup>79</sup> Aproveitando a ocasião, na reunião em abril de 2006, foi realizada a exposição sobre a diferenciação entre, o então papel de pesquisadora e o costumeiro papel de agente de extensão rural. Esclarecendo que não havia qualquer relação da pesquisadora com a agente da AGRAER. A aprovação e a autorização foram concedidas, e entregue por escrito.

Nutricional. Essa reprodução foi possibilitada, por meio das entrevistas, devidamente autorizada pelos indígenas, em que se pôde observar certa indignação dentro da comunidade. Ao mesmo tempo, porém, pôde-se perceber uma “virtude” explicitamente notória desse grupo e anteriormente mencionada, de “capacidade de adaptação” para questões que, para eles, naquele momento, eram consideradas como adversas.

Como parte do procedimento metodológico, observou-se o comportamento dos indígenas dentro da aldeia em suas atividades cotidianas, utilizando-se para registro dessas observações, anotações e gravações de entrevistas. As conversas informais anotadas, posteriormente, também foram de grande importância, além das fotografias, que causavam reações diversas como inibição, excitação e/ ou satisfação. Essa metodologia de gravação foi necessária para que as respostas fossem relatadas posteriormente na íntegra.

As entrevistas fluíram espontaneamente, sem maiores dificuldades, sendo que a inibição era apenas inicial, já que a pesquisadora por conta da atuação profissional na comunidade desde 2002<sup>80</sup>, era considerada familiar e possuía uma relação de confiabilidade com os entrevistados. Destarte, nas conversas informais e mesmo nas entrevistas, buscava-se sempre questionar sobre fatos históricos e a realidade atual.

O histórico profissional contribuiu para minimizar a sensação de invasão por parte da pesquisadora, ao questionar opiniões alheias e de certa forma causar desconforto ou incômodo, mesmo que, isso não tenha sido externado pelos colaboradores em momento algum da pesquisa. Obviamente, que houve uma grande variação do grau de aceitabilidade e dificuldade nos relatos, em que na maioria das situações de dificuldade, ressalta-se timidez, dificuldade na pronúncia correta do português e receio em não saber responder às perguntas.

As informações mais completas e com menor grau de dificuldade foram obtidas das lideranças, representada pelo Chefe de Posto, Cacique, Presidente da Associação e demais pessoas que fazem parte dessas organizações. Acredita-se que isso se deu, principalmente, ao contato mais habitual com a sociedade externa, já que toda e qualquer atividade realizada dentro da aldeia passa pelo crivo dos mesmos.

---

<sup>80</sup> Com participação em atividades, eventos e dia-a-dia no campo como agente de extensão rural.

É válido explicitar aqui, que antes das entrevistas, a pesquisadora explicava os objetivos da pesquisa para os informantes, para que o resultado da mesma não fosse prejudicado. Para a realização do trabalho, foi utilizado um questionário - que segue em anexo - cuja função era nortear a pesquisadora na entrevista, auxiliando no alcance de respostas que esclarecessem os objetivos propostos. As questões foram ajustadas e aprimoradas duas vezes, incluídas e dispensadas, por necessidade de se obter respostas que realmente respondessem a problemática abordada.

Em resumo e metodologicamente contrapondo, as ações da pesquisa se deram da seguinte forma: O porquê da escolha pela aldeia Limão Verde. A escolha de se pesquisar o grupo indígena Terena da aldeia Limão Verde, foi de acordo com a observação da necessidade e possibilidade de maior apreensão de conhecimentos relacionados ao grupo em questão, apesar de já existirem estudos e abordagens sobre o mesmo.

Outro ponto de destaque é que, para a pesquisadora, como a aldeia era a que a mesma, como agente de extensão rural, tinha um maior acesso, devido à proximidade do centro urbano, a sociedade em geral também, e, conseqüentemente realizava um maior número de ações. Da mesma forma, os indígenas da aldeia Limão Verde tinham um maior acesso ao centro de Aquidauana/MS, possibilitando um maior contato com a sociedade regional.

Nesse contexto, a influência e os reflexos sofridos pelas políticas etnodesenvolvimentistas e desenvolvimentistas seriam mais visíveis, pelo maior número de ações. Esses resultados mais visíveis eram importantes, pois havia o fator tempo que era limitado para realização da pesquisa.

As entrevistas foram centralizadas em questões que identificassem os reflexos e as mudanças na organização social e política da aldeia, na economia e na produção de artesanato, agricultura e outros, além, de questões voltadas à alimentação, à saúde e à educação, buscando uma evolução temporal do antes e depois do contato com a sociedade nacional. Buscou-se levantar, principalmente, a opinião sobre os programas etnodesenvolvimentistas, a ação dos agentes, as expectativas, aspirações e reflexos dos programas.

Para a pesquisa de campo, o Cacique permitiu que um indígena acompanhasse a pesquisadora nas entrevistas para facilitar o acesso a algumas residências e a comunicação em casos, em que os informantes não falavam ou não

compreendiam efetivamente a língua portuguesa. É necessário frisar que, todo conteúdo copiado foi lido para o informante, no intuito de apresentar a veracidade das respostas e posterior assinatura, que autorizasse a publicação das referidas entrevistas. Algumas frases tiveram que ser reformuladas com autorização da pessoa entrevistada, para que tivesse melhor entendimento.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas na comunidade da aldeia Limão Verde, em uma amostragem de aproximadamente 10% do número de famílias indígenas, levando a 30 (trinta) entrevistados, escolhendo aleatoriamente pessoas das “vilas” da aldeia, para talvez observar visões diversas. Devido à complexidade em se agrupar informações das diferentes visões apresentadas por jovens, mulheres e homens em relação aos programas. A pesquisadora observou que para um resultado mais claro e íntegro, seria necessária a divisão dos informantes em três grupos distintos<sup>81</sup>, um grupo com 10 (dez) mulheres indígenas (de 26 a 60 anos), um com 10 (dez) adultos indígenas do sexo masculino (26 a 60 anos) e outro com 10 (dez) jovens indígenas de ambos os sexos (entre 21 e 25 anos).

Cabe ressaltar, que dois colaboradores com idade acima de 60 anos, foram indispensáveis para contribuição do levantamento etnográfico, da história de fundação da aldeia e de suas próprias histórias, porém, não foram considerados como um outro grupo. Os relatos dos indígenas, de forma geral, indicaram à pesquisadora a forma com que seus antecedentes viviam, trabalhavam a terra e sobre os primeiros contatos com políticas de fomento e estruturação agropecuária. O ex-cacique (2006) e o ex-chefe de posto da FUNAI (2006), também, foram entrevistados para complementar a pesquisa através de informações gerais sobre a aldeia, porém, não foram incluídos em nenhum grupo.

Com o auxílio de dois jovens<sup>82</sup> moradores da aldeia Limão Verde, foram aplicados 100 (cem) questionários sócio-econômicos e semi-estruturados (anexo), um por família, que representa aproximadamente 33,23% do número de famílias da aldeia (FUNASA, 2007). O questionário serviu para o mapeamento dos moradores beneficiados por programas governamentais, além de proporcionar informações

---

<sup>81</sup> A classificação (idade) dos grupos foi definida pela pesquisadora, de acordo com a idade dos entrevistados.

<sup>82</sup> Joilson Leite Torres, estudante de Geografia na UFMS (Campus de Aquidauana) e Nivaldo Gabriel Rosa do Nível Médio.

complementares à pesquisa, fundamentais na constatação e na revelação de mudanças ou não do cenário estudado.

Para se apresentar uma percepção ampla dos programas implantados, evitando-se mostrar uma visão unilateral, não apenas por meio da perspectiva indígena, foram entrevistados cinco agentes governamentais, entre técnicos e coordenadores dos programas. Desses, dois técnicos participaram tanto do Programa Pantanal, quanto do Programa Tupã I, possibilitando uma conotação abrangente de ambos. Essas entrevistas foram de suma importância para relatar a trajetória - da elaboração, planejamento, desenvolvimento, recursos e tempo gastos, etc - e as ações dos programas, pontos positivos e negativos, instituições envolvidas, mostrar a intenção do Estado ao implantá-los e a avaliação<sup>83</sup> dos resultados obtidos.

Após a coleta de dados, foi realizada a análise, a interpretação, a organização e a correlação dos dados, os quais serão apresentados detalhadamente nos próximos sub-capítulos.

#### **4.2. Programa Pantanal: Componente Especial em Mato Grosso do Sul**

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal - Componente Especial (Atividades Sustentáveis em Áreas Indígenas da Bacia do Alto Paraguai) era um programa vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA e depois ao MDA -. O Programa desenvolveu um projeto denominado Atividades Sócio-Ambientais em Áreas Indígenas da Bacia do Alto Paraguai/ MS.

De acordo com o organograma do projeto, a Coordenação Geral do Programa, ligada ao MMA, era realizada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Cultura e Turismo - SEMACT -, a Coordenação Adjunta era composta pelo IDATERRA, Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul - SANESUL - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e Superintendência de Políticas de Turismo.

Para execução das ações, juntamente com as instituições citadas, havia uma Comissão Indígena de Acompanhamento, uma Coordenação do Plano de Ações em Áreas Indígenas da BAP/MS - IDATERRA - e a Comissão Institucional de

---

<sup>83</sup> Do ponto de vista dos agentes e sem a conotação oficial.

Acompanhamento - FUNAI, FUNASA, ONG's, Universidades, Instituições de Pesquisa e o Conselho Estadual de Políticas Indígenas -.

Existia, também, uma equipe de Coordenação Geral em Campo Grande e as equipes de campo, em Bodoquena que era responsável por cinco aldeias Kadiwéu e uma Guató, em Bela Vista responsável por três aldeias Guarani Kaiowá e em Aquidauana responsável por vinte e oito aldeias Terena. A equipe de Coordenação Geral era formada por técnicos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e as equipes de campo por profissionais contratados através de processos licitatórios, em que cada equipe multidisciplinar contava com profissionais correspondentes aos projetos que seriam desenvolvidos.

O projeto se propunha a promover a melhoria das condições ambientais e melhoria na qualidade de vida da população das trinta e sete comunidades indígenas da região. Centrando suas ações na implementação de melhoramentos na estrutura e serviços de saneamento ambiental, e na implementação de mecanismos de apoio a sustentabilidade destas comunidades.

O objetivo geral do projeto se resumia em implementar processos sustentáveis de manejo dos recursos naturais, com o incremento da produção e renda das comunidades, em formas compatíveis com a tradição cultural de cada povo. Para alcançar tal empreendimento, o projeto tinha como pressuposto a adoção de um referencial analítico, sistêmico e holístico, com bases na agroecologia<sup>84</sup> e na antropologia, para o diagnóstico e solução dos problemas, a saber:

- A compatibilização e diversificação das práticas produtivas, agrícolas e extrativistas, das distintas explorações, com a conservação dos recursos naturais, aplicando sistemas agrosilvipastoris<sup>85</sup>, segundo um enfoque agroecológico;
- O alcance da auto-suficiência da agricultura indígena em insumos e energia externa e o não uso de agroquímicos e espécies transgênicas nas

---

<sup>84</sup> De acordo com Assis e Jesus (2005, p. 39): "A agroecologia é a ciência que procura estabelecer uma base teórica para esta agricultura não industrial, procurando entender o funcionamento do agroecossistema e preservar e ampliar a sua biodiversidade, para produzir auto-regulação e sustentabilidade. A ciência agroecológica tem por objetivo o estabelecimento de agroecossistemas sustentáveis. Para a consecução deste desafio, a agroecologia procura compreender o funcionamento e a natureza dessas unidades, integrando, para isso, princípios ecológicos e agronômicos, bem como socioeconômicos, na medida em que observam os agroecossistemas como unidades estabelecidas pelo homem".

<sup>85</sup> Segundo Assis *et al.* (2005, p. 117), "são sistemas que integram produção agrícola e/ou pecuária com a produção de produtos florestais".

áreas indígenas, bem como a introdução criteriosa e seletiva de germoplasmas exógenos e saneamento completo das áreas indígenas.

Por meio desses objetivos, esperavam alcançar quatro metas:

- Manejar de forma sustentável os recursos naturais;
- Melhorar as condições de saneamento ambiental;
- Fomentar mecanismos de sustentabilidade econômica;
- Desenvolver ações de capacitação, de pesquisa, de assistência técnica e de ações sócio-educativas de gestão, de participação, de questões de gênero e de meio ambiente.

De acordo com o programa, seria adotada uma metodologia participativa, interdisciplinar e multicultural, em que as equipes de campo e as representações indígenas passariam por formação e por capacitação preliminares com aspectos conceituais e princípios sócio-antropológicos, de agroecologia e de métodos sustentáveis de produção e de extrativismo, além de uma gestão participante. As atividades seriam continuadas para as equipes de trabalho e de grupos institucionalizados, preconizando a participação de consultores, ou seja, de especialistas na questão indígena para orientação dos trabalhos de campo, visando uma permanente avaliação e aprimoramento das ações. Segundo o planejamento do programa, as equipes teriam reuniões quinzenais e a cada quatro meses seriam realizadas reuniões gerais, para avaliação do conjunto das equipes (das micro-regiões) por meio de visitas *in loco*, para verificação dos resultados obtidos.

Em relação à participação institucional, de acordo com o programa, todas as aldeias estariam representadas por meio de uma Comissão de Representação, formada por 37 (trinta e sete) lideranças indígenas, dentro da qual haveria um Comitê Gestor, formado por cinco representantes indígenas para acompanhar as atividades do projeto, juntamente com a Instituição Coordenadora do Projeto. As ONG's e as instituições governamentais também atuariam na consulta e avaliação dos trabalhos.

Os resultados e os novos conhecimentos, de acordo com o programa, seriam transferidos às comunidades através da produção de documentários audiovisuais e outros instrumentos de fácil entendimento para essas populações, e através, também, do cotidiano das atividades dentro da comunidade com proposta metodológica participativa permanente e da participação das organizações e instituições locais.

#### 4.2.1. A trajetória do Programa: da idéia à implantação

Na década de 1990, o Pantanal, considerado a maior planície inundável do mundo (138.183 km<sup>2</sup>)<sup>86</sup>, pertencente à bacia do Rio Paraguai, formado por uma grande riqueza natural, começou a despertar interesse e preocupação ambiental mundial, pelos primeiros sinais de degradação e desequilíbrio na região. Nesse contexto, para recuperar e proteger o Pantanal, os governantes de Mato Grosso, Dante de Oliveira, e Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, solicitaram um programa de cunho ambiental ao governo federal.

Para tanto, foi criado um dos programas ambientais mais caros, complexos e interessantes do Brasil e quiçá do mundo. O Programa Pantanal original foi criado em 1995, nele estava previsto o investimento de US\$ 400 milhões, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID com US\$ 200 milhões, do *Japan Bank for International Cooperation* - JBIC com US\$ 100 milhões, dos governos, federal, através do Tesouro Nacional com US\$ 56 milhões e dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com US\$ 22 milhões cada, o qual seria executado em duas fases de quatro anos cada, no período de 2001 a 2009, e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Foram aproximadamente cinco anos de estudo, até que em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi lançado o Programa Pantanal, ocasião na qual o então, Presidente da República assinou em 05 de junho de 2001, um contrato de empréstimo com o BID. O Programa contaria com um montante de US\$ 165 milhões, em que US\$ 82,50 milhões seriam emprestados do BID e os outros US\$ 82,50 milhões, seriam de recursos nacionais, 25% da União e 12,5% de cada estado participante.

De acordo com o *site* da SUPEMA<sup>87</sup> - Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal (PP) era:

(...) um programa federal, de execução descentralizada, que visa promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai (BAP), através do gerenciamento e da conservação de seus recursos naturais, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com os ecossistemas e provendo melhores condições de vida à população da região. Apesar de ser chamado de Programa Pantanal, a área de abrangência do mesmo é a BAP.

---

<sup>86</sup> Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/>

<sup>87</sup> Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal. Disponível em: <[www.supema.ms.gov.br](http://www.supema.ms.gov.br)>.

O Programa Pantanal, ainda de acordo com a SUPEMA, no início de 2001, integrou a lista de prioridades do Plano Plurianual (PPA) no triênio de 2000-2003, dentre os trinta e cinco programas estratégicos do governo brasileiro no Avança Brasil.

A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX - havia autorizado, conforme projeto (SUPEMA), até US\$ 400 (quatrocentos) milhões, sendo US\$ 165 (cento e sessenta e cinco) milhões na primeira fase e US\$ 235 (duzentos e trinta e cinco) milhões na segunda fase.

Os executores do programa seriam: o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul - SEMA -. Nesse contexto, os recursos seriam repassados aos executores, a fundo perdido, e estava planejado o desembolso de R\$ 37.000,00 até fevereiro de 2002, R\$ 1.100.000,00 até abril de 2002 e 360.000,00 ainda seria programado.

Dentro do então Programa Pantanal<sup>88</sup>, estavam previstos os seguintes projetos: Gestão de Recursos Hídricos; Gestão de Solos e Agrotóxicos; Proteção e Gestão dos Ecossistemas, da Ictiofauna e da Fauna; Saneamento Urbano; Apoio a Atividades Econômicas Ambientalmente Sustentáveis; Estradas Parque e Estradas Cênicas e Áreas Indígenas Ambientalmente Sustentáveis/Apoio às Populações Indígenas (Projeto Especial).

O Programa Pantanal, segundo o MMA, tinha como objetivos específicos:

- Gerenciamento geral da Bacia e intensivo das sub-bacias críticas, para redução da sedimentação e da poluição agrícola e da mineração;
- Aumento da produção e da produtividade;
- Conservação da biodiversidade;
- Proporcionar melhor qualidade de vida à população com oferta de água, de saneamento e de drenagem nas áreas urbanas para redução da poluição orgânica e industrial nas sub-bacias;
- Promoção de atividades econômicas sustentáveis e ambientalmente adequadas à Bacia, como criação tradicional de gado, do ecoturismo, da pesca e da aqüicultura, estabelecendo estratégias adequadas e proporcionando assistência técnica;

---

<sup>88</sup> Disponível em: <<http://www.rsmas.miami.edu>>.

- Consolidação e estabelecimento de novas áreas de conservação e implantação de estradas parque e de estradas turísticas.

Ainda de acordo com o MMA, dentro das ações do Programa Pantanal, estava previsto contemplar vários municípios da Bacia do Alto Paraguai (BAP), beneficiando aproximadamente 1,3 milhões de habitantes no Estado de Mato Grosso e 1,1 milhões de habitantes em Mato Grosso do Sul, além de 37 aldeias existentes na BAP.

Os municípios que seriam contemplados, em Mato Grosso, estavam agrupados em sub-bacias. Eram cinquenta municípios, englobados na Sub-Bacia Rio Paraguai (Alto Paraguai, Araputanga, Arenapolis, Barra dos Bugres, Cáceres, Denise, Diamantino, Figueiropolis d'Oeste, Gloria d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Nortelândia, Nova Marilandia, Nova Olímpia, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçaí, Rio Branco, Salto do Céu, Santo Afonso, São José dos Quatro Marcos e Tangara da Serra), na Sub-Bacia Rio Cuiabá (Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande), na Sub-Bacia Rio São Lourenço (Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Dom Aquino, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Pedra Preta, Poxoréo, Rondonópolis, São José do Povo e São Pedro Cipa).

Trinta municípios englobados em cinco sub-bacias de Mato Grosso do Sul, também, estariam envolvidos no programa, a Sub-Bacia Rio Correntes (Sonora e Pedro Gomes), a Sub-Bacia Rio Taquari (Coxim, Rio Verde, Camapuã, Alcinoópolis, Costa Rica e São Gabriel d'Oeste), a Sub-Bacia o Rio Apa (Antônio João, Caracol, Corumbá, Ladário, Porto Murtinho e Bela Vista), a Sub-Bacia do Rio Miranda (Aquidauana, Jardim, Anastácio, Miranda, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Terenos, Bodoquena, Nioaque, Dois Irmãos do Buriti, Bandeirantes, Corguinhos, Jaraguari, Rochedo e Sidrolândia) e a Sub-Bacia do Rio Negro (Rio Negro).

Segundo o projeto do Programa Pantanal - Componente Especial, para Mato Grosso do Sul estava previsto um montante de US\$ 11.494,42 milhões, nas duas fases do projeto (US\$ 4.435,29 na primeira e US\$ 7.059,13 na segunda fase), de acordo com cada meta a ser atingida. Para a primeira meta, de manejar de forma sustentável os recursos naturais, estavam previstos US\$ 390,91 mil (US\$ 199,76 mil na primeira e US\$ 191,16 na segunda fase). Para a segunda meta de melhorar as

condições de saneamento ambiental, estavam previstos no projeto, um total de US\$ 4.087,92, apenas na segunda fase. Em relação à terceira meta, de fomentar mecanismos de sustentabilidade econômica, seriam utilizados US\$ 2.279,35 milhões (US\$ 1.494,04 milhão na primeira e US\$ 785,31 mil na segunda fase) e para finalizar, na quarta meta, de desenvolver ações de pesquisa, capacitação, assistência técnica e ações sócio educativas de gestão, participação e meio-ambiente, seriam utilizados US\$ 4.736,24 milhões (US\$ 2.741,49 milhões na primeira e US\$ 1.994,75 milhão na segunda fase).

Porém, de acordo com informações<sup>89</sup> disponíveis sobre o Programa Pantanal, de forma geral, apenas US\$ 4,6 milhões saíram do papel<sup>90</sup> para pagamento de encargos por não utilização do recurso disponibilizado, com taxa de juros anual de 0,45% (cerca de US\$ 1,5 milhão), além de pagamento de consultorias, significando menos de 3% do total do recurso previsto. Em resumo, a contrapartida da União e dos Estados não aconteceu, apesar da autorização do empréstimo.

#### **4.2.2. Por que comunidades indígenas?**

De acordo com o projeto do MMA, alguns fatores contribuíram para que fosse elaborado um projeto específico para as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. Primeiramente, porque o Estado possui a segunda maior população indígena do país, e, também, porque consideraram que esta população está inserida em um grave processo de erosão cultural.

Além dos fatores citados anteriormente, diversas problemáticas levantadas pelo MMA, justificava a importância da implantação de um projeto direcionado a essas comunidades, como:

- Perda de valores básicos e de técnicas produtivas tradicionais;
- Insuficiência na produção de alimentos para o consumo interno;
- Ausência de geração de renda, que agravam as pressões sobre os recursos naturais e o desmatamento;

---

<sup>89</sup> Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br>>

<sup>90</sup> Apesar da maior parte do programa não ter se concretizado, algumas ações do Programa Pantanal - Componente Especial, em Mato Grosso do Sul, foram realizadas, mesmo com muitas limitações, dificuldades e de forma incompleta.

- Dependência de equipamentos mecânicos, de insumos, de energia externa, de mecanização intensiva, de fertilizantes e de agrotóxicos para conduzir suas explorações básicas;
- Uso do fogo, que era uma prática ancestral, quando ainda possuíam grande extensão de terras, mas que hoje impossibilita um melhor aproveitamento dos resíduos vegetais e animais, promovendo uma degradação dos solos e desequilíbrios biológicos crescentes nos sistemas produtivos;
- Incremento de doenças degenerativas atribuídas à alteração dos hábitos alimentares dessas populações com a adoção da cultura dos não índios, principalmente, das aldeias mais próximas da cidade; e
- Aumento do contingente de desaldeados nas periferias da cidade, consolidando bolsões de pobreza na área urbana.

Além desses agravantes, ainda de acordo com o projeto, as ações do Governo nas áreas indígenas, eram dispersas e insuficientes, e que para tanto o programa considerava que as questões sobre desmatamento, sobre erosão do solo e sobre poluição dos recursos hídricos mereciam um tratamento mais profundo. Para o Programa Pantanal - Componente Especial:

(...) esses povos apresentam plena capacidade de participar das práticas de desenvolvimento sustentável em suas terras. Para esse fim os esforços nacionais e internacionais de implementação de um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável, devem reconhecer, acomodar, promover e fortalecer o papel das populações indígenas e suas comunidades, estabelecendo para isto, políticas e instrumentos.

O projeto tinha também o pressuposto de fortalecer as formas de organização social indígena e sua representação institucional junto ao programa, através de métodos participativos de representatividade de gestão das ações que seriam implantadas. E dentro do projeto de Apoio às Populações Indígenas (Projeto Especial) estava previsto em Mato Grosso do Sul, o atendimento de aproximadamente 19 (dezenove) mil indígenas pertencentes à Bacia do Alto Paraguai (BAP), moradores de 35 (trinta e cinco) aldeias e 02 (dois) núcleos indígenas, das etnias Terena, Guarani, Kadiwéu e Guató. No entanto, poderiam também, de acordo com o projeto, serem beneficiados os indígenas que viviam fora de suas aldeias, estimados em 10 mil pessoas, pelo programa. Nesse contexto, em Mato Grosso, estava previsto o atendimento de, aproximadamente, 1.900 índios

habitando 27 aldeias, localizadas nas terras indígenas Tadarimana, Tereza Cristina, Jarudore, Umutina, Formoso, Estivadinho, Figueiras, Guató e Chiquitano, pertencentes as etnias Bororo, Umutina, Paresi, Guató e Chiquitano.

Eram objetivos específicos do Programa Pantanal - Componente Especial:

- Manejar os recursos edáficos, hídricos e florísticos tendo por base as micro-bacias hidrográficas e os princípios da biodiversidade, via intensificação do uso dos métodos agrosilvopastoris, das práticas biológicas vegetativas, e da adoção de uma orientação genética centrada na compatibilidade ecológica dos vegetais e animais;
- Aumentar a auto-produção de alimentos através da adoção de princípios agro-ecológicos e dos métodos orgânicos na condução dos sistemas produtivos;
- Sistematizar os conhecimentos indígenas sobre agricultura, artesanato e fitoterapia, pesquisar os recursos florísticos e faunísticos e plantas alimentícias existentes nas áreas indígenas, assim como o potencial turístico eventualmente existente em algumas aldeias por meio de um trabalho conjunto e com vistas à capacitação técnica dos índios;
- Estimular a produção do artesanato com a adoção de princípios ecológicos e métodos orgânicos na condução dos sistemas extrativos e produtivos;
- Valorizar os produtos indígenas destinados ao mercado através de sua caracterização e colocação em mercados diferenciados;
- Incrementar as possibilidades de trabalho nas aldeias, visando a redução da migração dos índios para realizar trabalhos temporários fora das aldeias;
- Estudar o potencial de produtos e atividades de ecoturismo, onde for cabível; desenvolver e implementar técnicas agrícolas e pecuárias de uso sustentável dos recursos naturais, garantindo níveis de rentabilidade satisfatórios e que considerem as especificidades culturais dos povos indígenas;
- Recuperar as técnicas tradicionais na confecção de produtos da arte e do artesanato indígena, de maneira a promover a redução das perdas destas técnicas e como forma de fortalecer a cultura indígena na BAP, como também, promover a geração de emprego e renda.

Ainda de acordo com o projeto, os objetivos citados seriam alcançados por meio das seguintes ações:

- Recuperar o potencial produtivo das áreas agricultadas nas aldeias;
- Compatibilizar as práticas fitotécnicas tradicionais nas áreas indígenas com outras práticas agro-ecológicas;
- Proceder à recuperação das matas ciliares e de cabeceiras de rios;
- Proceder ao saneamento dos mananciais hídricos das áreas indígenas;
- Proceder ao saneamento das aldeias no tocante aos plásticos e metais;
- Aumentar a oferta de alimentos nas aldeias em 50%;
- Instalar áreas demonstrativas de agrossilvicultura para todas as aldeias;
- Reduzir em 80% os problemas de verminose e desnutrição;
- Introduzir em todas as aldeias práticas de processamento artesanal de alimentos;
- Introduzir a piscicultura nas aldeias onde a atividade seja desejada e para a qual haja condições adequadas;
- Introduzir a apicultura nas aldeias onde a atividade seja desejada e onde haja condições adequadas;
- Introduzir práticas orgânicas da fruticultura nas aldeias;
- Articular a canalização do excedente da produção agrícola indígena para mercados diferenciados;
- E fortalecer a produção e canalizar a comercialização de produtos do artesanato.

As ações iniciaram em 2002, por meio de apresentação da proposta para as comunidades beneficiárias e os parceiros institucionais, através de diagnóstico para definição de prioridades, reuniões com parceiros e comunidades, estudos dos problemas e potencialidades, contratação de pessoal, planejamento e construção do cronograma, metodologia e estratégias para realização das atividades, além do levantamento de custos para implantação dos projetos.

No município de Aquidauana/MS, as nove aldeias foram beneficiadas pelo programa, através de sementes de adubação orgânica (mucuna, guandu, crotalária de leucena), de sementes para plantio de culturas (milho e feijão), de calcário<sup>91</sup> para correção do solo, de óleo diesel para realização do preparo do solo pelas máquinas agrícolas e de kits de ferramentas manuais.

Em Aquidauana, na aldeia Limão Verde, o programa disponibilizou, em sua totalidade, na Safra 2002/2003 e 2003/2004: 91 sacos de 40 kg de sementes de feijão (*phaseolus vulgaris*) variedade; 170 sacas de 20 kg de sementes de milho (*Zea mays*) variedade; 16 sacas de 40 kg de sementes de *Crotalária spp.*; 19 sacas de 40 kg de *Mucuna* Preta ou cinza; 9 sacas de 40 kg de *Guandu* Anão ou forrageiro; 6 sacas de 40 kg de *Leucena spp.*; 364,5 toneladas de calcário dolomítico (70% de PRNT); 6.572 litros de óleo *diesel* e 15 Kits ferramentas manuais, contendo enxadas, enxadões, foices e plantadeiras manuais. De acordo com o programa, a aplicação do calcário foi realizada em 60 áreas de lavoura, totalizando 87,4605 hectares da aldeia Limão Verde.

As ações iniciaram de fato em 2003 e 2004, quando os técnicos começaram os trabalhos de assistência técnica e extensão rural, a entrega de insumos e serviços de preparo de solo e incorporação do calcário nas aldeias. Os beneficiados foram apenas agricultores e a distribuição se deu mediante controle dos agentes governamentais e orientação da liderança indígena local, por meio de reuniões de entrega e assinatura de termos de recebimento.

O objetivo da entrega de ferramentas era de incentivar o uso de equipamentos e tecnologias brandas, para minimizar os impactos ambientais e a

---

<sup>91</sup> A calagem (aplicação do calcário) tem como objetivo “neutralizar o excesso de alumínio e de manganês, fornecer cálcio e magnésio, garantir o aproveitamento adequado dos elementos (principalmente N, P e S), manterem um pH adequado para flora microbiana e melhorar as propriedades físicas do solo. Estes parâmetros somados resultam em maior produtividade das plantas forrageiras”.

dependência dos indígenas por tratores e insumos externos e a aplicação de adubação verde e calcário, buscava a recuperação de solos degradados nas aldeias beneficiadas. As sementes de feijão e milho foram distribuídas, segundo o programa, para incentivo a produção e garantia da segurança alimentar da comunidade atendida.

#### **4.2.3. Avaliação dos resultados para os agentes governamentais**

Para avaliação dos resultados do Programa Pantanal - Componente Especial na aldeia Limão Verde, sob a ótica dos agentes de desenvolvimento, foram entrevistados dois técnicos - José Alexandre Ramos Trannin e Jovelina Maria de Oliveira - que trabalharam no programa e atualmente são servidores públicos da AGRAER.

Para Trannin - engenheiro agrônomo do Programa Pantanal - Componente Especial - a não padronização do Programa Pantanal ocasionou um desequilíbrio muito grande em relação às ações entre os municípios beneficiados. Segundo o informante, o Programa Pantanal surgiu a aproximadamente dez anos, na gestão do governador Pedro Pedrossian, para resolver problemas de degradação e erosão nas micro-bacias de Mato Grosso do Sul. Em 1998, já sob o Governo de José Orcírio Miranda dos Santos, o programa teve algumas modificações, em que se passou a priorizar a minoria<sup>92</sup>. Por isso, criou-se o Componente Especial (Indígena) dentro do programa, que seria viabilizado pelo Governo Federal, através dos projetos para os indígenas e pelo Governo do Estado que disponibilizaria os técnicos e a logística para funcionamento do programa.

A informante Jovelina relatou que exercia a função de zootecnista, por meio da elaboração e acompanhamento dos projetos. De acordo com a mesma, foi realizado um diagnóstico, e dentre as demandas, os indígenas solicitaram criação de pequenos animais. Quando iniciou sua participação no Programa, em 2003, já haviam iniciado o projeto, por meio de reuniões para levantamento de demanda e diagnóstico. Portanto, sua função era analisar as propostas de projetos já iniciados.

Porém, elaborou, também, projetos na área de apicultura, como a instalação de casa do mel, e distribuição de colméias e equipamento de proteção individual, mas como não houve recurso, não foi implantado. Na aldeia Limão Verde, as solicitações eram na área de piscicultura e avicultura, porém, como essa demanda

---

<sup>92</sup> Por minoria entende-se: negros, indígenas, agricultores familiares, etc.

era apenas local e de alto custo, não sendo demanda de outras aldeias, a solicitação não pode ser atendida, pois o programa buscava implantar projetos que fossem de demanda de um maior número de aldeias.

De acordo com Trannin, as principais solicitações de projetos, depois do incentivo a produção agrícola, foram: um centro de comercialização de artesanatos, uma casa do mel e a criação de pequenos animais. Contudo, como através do diagnóstico constatou-se uma baixa produção agrícola, considerou-se necessário priorizar a agricultura, principalmente, para segurança alimentar da comunidade.

Segundo Jovelina, houve várias capacitações de técnicos para desenvolver ações dentro das áreas indígenas beneficiárias do programa. A entrevistada considerava interessante, no trabalho realizado pelo Programa Pantanal, a participação indígena, pois todos os passos do programa foram construídos juntamente com a liderança e a comunidade.

Os técnicos realizaram, primeiramente, uma reunião para apresentar a proposta do programa para lideranças indígenas e representantes das instituições que seriam parceiras na realização do mesmo. Depois, foi realizado um diagnóstico *in loco* por aldeia. Nas aldeias de etnia Terena, a maior demanda era na área de agricultura, portanto, resolveu-se implantar projetos que contemplassem a questão.

Nestas aldeias, foram realizadas vistorias nas áreas de lavoura, e, posteriormente, análises de solo, que possibilitou a detecção de problemas como degradação, erosão e baixa produtividade. Após o diagnóstico, elaboraram projetos técnicos para recuperação da fertilidade e estrutura do solo. Dentro dos projetos, foi prevista a construção de curvas de nível, a adubação verde, a aplicação e incorporação de calcário e o plantio de feijão e milho.

Os indígenas participaram da realização do diagnóstico, acompanhando todas as ações, mostrando as áreas para os técnicos e auxiliando na coleta de solo para posterior análise. Para Jovelina, esse diagnóstico foi necessário, pois, não havia informações suficientes das aldeias nas instituições que trabalham nessas áreas. Deste modo, foi um trabalho que possibilitou o fornecimento de dados, antes não levantados, e particularidades ainda não estudadas, para auxiliar a realização das atividades do programa e de ações futuras nessas comunidades por outras instituições.

Formou-se uma comissão para acompanhamento das ações e resolução das questões do programa, com a participação de indígenas e representantes das

instituições executoras do programa, mas de acordo com Jovelina, foi difícil a participação contínua dos indígenas, uma vez que, não possuíam recursos para transporte das lideranças para as reuniões que ocorriam com frequência. De qualquer forma participavam quando era possível.

A proposta era de elaborar e acompanhar os projetos, através de visitas técnicas que eram realizadas de quinze em quinze dias, e reuniões com a comunidade para mantê-los informados sobre o andamento dos projetos e discuti-los. Todas as vezes que se dirigiam às aldeias, solicitavam autorização prévia da FUNAI e liderança local. Muitas vezes ficavam alojados na própria aldeia, em locais que os indígenas determinavam.

Em relação ao projeto voltado ao desenvolvimento da produção agrícola, solicitado, segundo a informante, pela maioria das aldeias Terena, pretendia-se primeiramente realizar um trabalho de curvas de nível em todas as aldeias nos locais necessários, depois aplicação de calcário e adubação, para, finalmente, realizar o plantio com a entrega de sementes e *kits* de ferramentas. Porém, por problemas burocráticos, as ações não foram realizadas exatamente nessa ordem cronológica. Primeiro foram compradas sementes para plantio e adubação, depois o combustível, o calcário, os kits de ferramentas e as curvas de nível não foram feitas por problemas na escolha da empresa e falta de recursos, segundo Jovelina.

Na realidade, segundo Jovelina, “não foram realizadas as ações técnicas de acordo com planejamento e cronograma técnico”. Tiveram muitos problemas burocráticos, pois, segundo a informante, as normas para o recebimento dos recursos eram muito rígidas em relação aos processos de licitação e de prestação de contas.

Para a agente de desenvolvimento, os indígenas gostavam muito do projeto, principalmente, pela participação que tinham, passo a passo em todo processo. De acordo com as avaliações, realizadas em reuniões, os indígenas alegaram que a assistência técnica foi um dos principais pontos positivos, por ter sido continuada e conforme citação anterior era realizada quinzenalmente, exceto em alguns locais devido à distância ou dificuldade de acesso, onde os técnicos não puderam acompanhar com frequência.

Em aldeias onde existiam técnicos agropecuários indígenas - que possuíam o ensino médio em Escolas Agrícolas -, após a saída dos agentes<sup>93</sup>, esses, davam continuidade aos projetos na aldeia, sob orientação dos agentes governamentais, até o retorno dos mesmos.

Essa construção juntamente com a comunidade, tanto dos projetos, como das ações e posterior avaliação, eram consideradas para a agente uma inovação. Outros pontos relatados como inovadores foram: a proximidade com a liderança, os encontros com representantes indígenas e institucionais para avaliação das ações e a realização de um diagnóstico mais aprofundado, levantando várias informações sobre as aldeias que não existiam.

A ausência de estrutura e de técnicos em quantidade adequada foi responsável, de acordo com a agente, por algumas falhas durante o desenvolvimento dos projetos, como exemplo em Aquidauana, em que a ausência de técnicos durante a aplicação e incorporação do calcário nas áreas de lavoura beneficiadas, para orientar e fiscalizar a equipe contratada para realização do trabalho, resultou em insatisfação por parte dos indígenas.

A estrutura logística prevista no projeto, não foi disponibilizada, assim como diversos materiais e ações. O Estado disponibilizou como contrapartida, técnicos efetivos dos órgãos SEMA e IDATERRA, alguns veículos emprestados, combustível e diárias para pagamento dos técnicos (concursados do Estado e contratados pelo Programa Pantanal - Componente Especial). O número de técnicos, a quantidade de veículos e combustível, porém não era suficiente, pois, as instituições parceiras não apresentaram a contrapartida combinada.

Dessa forma, como o recurso não saiu como previsto, os agentes então, tiveram que utilizar o mínimo de condições disponíveis para finalizar o trabalho iniciado. Ainda nesse contexto, para Trannin, um dos pontos negativos do programa foi a pouca ou nenhuma participação das prefeituras, da FUNAI e outras instituições consideradas parceiras. Um outro ponto considerado como dificuldade foi a questão salarial, considerada instável pelo informante, pois os técnicos contratados eram remunerados pela SEMA, através de contrato com a OIKOS - Cooperação de Desenvolvimento<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> Segundo a entrevistada, o programa contava com um ínfimo número de técnicos para a demanda e o recurso para manutenção do projeto (diárias, material de escritório, veículo, etc) era insuficiente.

<sup>94</sup> Organização não governamental portuguesa.

As avaliações eram realizadas em encontros, com representantes indígenas, técnicos e antropólogos, os quais, segundo Jovelina, foram quatro no Estado. Não foi, portanto, realizada uma avaliação final e geral do programa. Para a informante, faltou a realização de um acompanhamento sócio-econômico mais sistematizado, por meio de questionários, porque, poderiam ter coletado mais informações sobre as comunidades beneficiadas.

Houve um controle rígido de todos os insumos, ferramentas e serviços realizados. Foi realizado, também, um levantamento da produção através de planilhas, por estimativa, de acordo com a quantidade de sementes entregues, pois não havia técnicos suficientes para um acompanhamento mais efetivo das lavouras. Para finalizar, de acordo com Jovelina, teria sido mais proveitoso se tivessem realizado as avaliações *in loco*, junto com a população para o apontamento dos erros e acertos.

Segundo Trannin, na elaboração dos projetos, foram priorizadas as técnicas agrícolas baseadas em agroecologia, o que em seu ponto de vista foi uma inovação, além da troca de experiências e aprendizado sobre técnicas agrícolas indígenas. Ainda de acordo com o informante, um dos principais problemas levantados no diagnóstico pelas comunidades indígenas, foi a chegada de insumos dos programas de Governo, após a época ideal de plantio, por isso, iniciaram o processo de compra de insumos, noventa dias antes da época de plantio, pois, sabiam da demora no processo burocrático. E por meio dessa iniciativa, conseguiram entregar os insumos, na época considerada ideal para início dos plantios.

Para Trannin, na visão do indígena, o programa teve uma boa aceitação principalmente, pelo acompanhamento dos técnicos. Já na visão dos técnicos, relata que o objetivo proposto foi um sucesso, foi cumprido, apesar dos problemas burocráticos na compra de insumos.

Antes do término do programa, o Programa Pantanal - Componente Indígena foi transferido da SEMA para o antigo IDATERRA, sendo incorporado ao instituto. Nesse contexto, além da estrutura do instituto, os servidores do IDATERRA passaram a atender, também, o programa. Porém, de acordo com Trannin, essa fase durou poucos meses, pois o IDATERRA instituiu uma Coordenadoria Indígena própria e o Programa Pantanal foi transferido para uma outra sede, no final de 2006.

O contrato de empréstimo com o BID, não foi renovado em 2005, como previsto, e o Programa Pantanal - Componente Especial foi viabilizado por meio de

recursos nacionais. O Coordenador Nacional do Programa Pantanal Paulo Guilherme Cabral do Ministério do Meio Ambiente-Brasília<sup>95</sup>, pretende incluir o programa no Plano Plurianual (2008-2011), para reativá-lo com uma nova roupagem e novos objetivos.

### **4.3. Programa Segurança Alimentar e Nutricional de Mato Grosso do Sul**

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA<sup>96</sup> - e acredita-se ser uma definição apropriada, que contempla os objetivos das políticas voltadas para o tema - entende-se por segurança alimentar a realidade em que:

Todo mundo tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. (...) deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando as particularidades e características culturais de cada região.

Segundo informações da Superintendência de Programas de Inclusão Social - PIS -<sup>97</sup> do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul de 1998 a 2006, os programas Segurança Alimentar - PSA - e Bolsa Escola<sup>98</sup> encontravam-se integrados e ambos eram coordenados pela mesma.

Os programas surgiram, de acordo com a Superintendência, após constatação de que grande parte da população sul-matogrossense vivia abaixo da “linha da pobreza”, o que exigiu ações que possibilitassem a “inclusão social” dessas famílias. De acordo com, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997<sup>99</sup>:

Os países em desenvolvimento que estabeleceram linhas de pobreza nacionais utilizaram, geralmente, o método da ‘pobreza alimentar’. Estas linhas indicam insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de alimentação.

<sup>95</sup> Disponível em: <<http://www.capitaldopantanal.com.br>>.

<sup>96</sup> Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/static/apresenta/seguranca.htm>>.

<sup>97</sup> De acordo com o COGEPS [S/d] *apud* Pochmann, Blanes e Amorim (2006), o PIS foi criado para “atendimento a cerca de 80 mil famílias, entre indígenas, quilombolas, acampadas, populações rurais e urbanas, em duas modalidades de atendimento: Bolsa Escola (20 mil famílias), Segurança Alimentar (60 mil famílias), além do Bolsa Família (2.260 mil famílias), em parceria com o governo federal”. Ver mais em Pochmann, Blanes e Amorim (2006).

<sup>98</sup> O Programa Bolsa Escola foi criado pelo Decreto nº 9.465 de 29 de abril de 1999 em Mato Grosso do Sul (reorganizado pelo Decreto nº 10.263 de 20 de fevereiro de 2001).

<sup>99</sup> Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>>.

Como missão, os programas buscavam:

Garantir aos cidadãos sul-mato-grossenses, beneficiados pelos programas, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade e à educação, combatendo a fome, a desnutrição e o trabalho infantil, através de ações integradas, e estimular a cultura da cidadania entre a população excluída dos direitos básicos, elevando a auto-estima, recuperando a dignidade, ajudando a construir um Estado melhor para seus cidadãos.

Em 1999, foi assinado pelo Estado de Mato Grosso do Sul, o decreto de criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar Nutricional, durante a I Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional. O decreto de criação do programa de Segurança Alimentar e Nutricional, foi assinado em fevereiro de 2001.

O Programa Segurança Alimentar e Nutricional, possuía o objetivo de beneficiar famílias de baixa renda, crianças, idosos, pescadores (no período de piracema), indígenas, remanescentes de quilombos, gestantes, portadores de doenças crônicas e deficiência e trabalhadores rurais sem-terra.

No início do programa, todas as famílias recebiam todo mês uma cesta com 30,1 kg de alimentos. Porém, foi criado o Programa de Segurança Alimentar Cartão - PSACT -, em que as famílias de áreas urbanas passaram a receber um cartão bancário, para saque do benefício no valor de R\$ 100,00 (cem reais), que deveriam ser gastos na compra de alimentos.

Segundo Rosanir Garcia do Rosário Lemos (março 2007), que foi Coordenadora Municipal do Programa de Inclusão Social (PIS) em Aquidauana (MS), o Programa Segurança Alimentar e Nutricional, havia surgido da necessidade de atender famílias que não podiam ser beneficiadas pelo Programa Bolsa Escola.

O Bolsa Escola<sup>100</sup> atendia apenas famílias que possuíam crianças em idade escolar. Era realizado o acompanhamento dessas crianças, por meio de critérios. Famílias que não seguissem os critérios eram suspensas do Programa, a menos que fossem casos justificados, como crianças que faltavam aulas devido a problemas familiares (alcoolismo, violência, etc), quando, então, os pais eram orientados ou havia encaminhamento ao Conselho Tutelar.

---

<sup>100</sup> O objetivo do Programa Bolsa Escola era promover a admissão e permanência na escola pública de crianças e adolescentes com idade entre 6 e 16 anos e 11 meses completos (nível fundamental e médio), que se encontravam em condições de carência material e precária situação social e familiar, com uma bolsa mensal no valor de R\$ 136,00. Para tanto, a criança precisava pertencer à família cuja renda *per capita* fosse inferior ou igual a meio salário mínimo, estar matriculada na rede pública de ensino, residir a no mínimo 02 anos no município e 05 anos no Mato Grosso do Sul. As crianças não podiam ter mais de 02 faltas no mês na escola sem justificativa, e os beneficiários precisavam prestar contas mensalmente, do valor do benefício recebido. Disponível em: <[www.setass.ms.gov.br](http://www.setass.ms.gov.br)>. Acesso em: 04 abr. 2007.

Por conseguinte, se faz necessário fazer um breve comentário sobre o Bolsa Escola, visto que o Segurança Alimentar surgiu do mesmo. O Programa Bolsa Escola foi iniciado no município de Aquidauana no ano de 2000, e no estado, no ano anterior, e só atendia a área urbana, por meio de recurso no valor de R\$ 136,00 (cento e trinta e seis reais), chegando a atender 14 mil famílias no Estado. Em 2001, foi criado o Programa Segurança Estadual Alimentar e Nutricional em que todas as famílias com crianças em idade escolar ou não, moradoras da área urbana e rural seriam beneficiadas, desde que, fossem famílias abaixo da linha da pobreza.

O objetivo maior do Segurança Alimentar, segundo a informante, era a ajuda de custo em forma de cesta básica, necessária para manter as crianças das famílias beneficiadas na escola. O Governo achou que o programa poderia tornar as famílias mais autônomas, para que pudessem se manter com dignidade, proporcionando a segurança alimentar. Ainda segundo a entrevistada, antes do programa, as famílias sobreviviam de “sub-empregos”, pois não tinham escolha, “faziam qualquer coisa a qualquer preço”. Com a alimentação garantida, o Governo acreditava que as famílias buscariam se qualificar para conseguir empregos melhores, mais dignos.

Os recursos para o programa vinham do Fundo de Investimento Social (FIS)<sup>101</sup>, do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul. A gestão e coordenação dos programas eram de competência da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária - SETASS -, através da Superintendência dos Programas de Inclusão Social, assessorada pela Coordenadoria de Gestão de Programas e Coordenadoria de Apoio e Desenvolvimento de Programas.

No interior do Estado, cada município possuía uma coordenação local e um agente, para cada 250 beneficiários. A capital estava dividida em sete regiões, cada qual com um coordenador regional, e todos ligados à coordenação central de Campo Grande. Em Campo Grande, existiam também equipes de acompanhamento às escolas, sistemas de informações, gestão de acompanhamentos, gestão da área indígena e capacitação.

Em Aquidauana, havia, portanto, uma coordenadora municipal e nove agentes. A coordenadora monitorava o trabalho dos agentes que eram responsáveis

---

<sup>101</sup> Fundo criado no ano de 2000, exclusivamente para ações na área social (combate a pobreza e exclusão social), através da Lei Estadual nº. 2.105. Constituindo como receitas, contribuições de empresas interessadas no programa, transferências à conta do Orçamento Geral do Estado, contribuições de entidades públicas, privadas, nacionais ou estrangeiras, juros, correções e rendimentos bancários, doações, legados e quaisquer renda a ele destinado. Ver mais em Pochmann, Blanes e Amorim (2006).

pelo acompanhamento das famílias beneficiadas. Além dos trabalhos de acompanhamento, os agentes eram responsáveis por acionar o Conselho Tutelar, caso se deparasse com problemas familiares graves.

De acordo com a Superintendência, para unificação dos Programas Bolsa Escola e Segurança Alimentar, foi realizada uma pesquisa social com as 80 mil famílias beneficiadas, para construção de um cadastro único, com o objetivo de “traçar o perfil dessas famílias no aspecto social, econômico e cultural”. Foi aplicada por 16 equipes, assessorados pelo Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Após o recadastramento, segundo a Superintendência, as famílias foram inseridas no Sistema de Informações da Gestão Social - SIGS <sup>-102</sup>, para acompanhar o desenvolvimento de ações para a população, “evitando ações concomitantes e reduzindo possíveis distorções de forma a dar mais transparência e visibilidade às ações dos programas”.

Em 2004, os dois programas se uniram, surgindo o Programa de Inclusão Social - PIS -. Segundo a ex-Coordenadora Municipal, isso ocorreu porque o Segurança Alimentar foi criado sem normas estabelecidas, diferentemente do Bolsa Escola. Foi um programa que foi se moldando conforme as necessidades. Nesse contexto, começou a haver conflitos entre beneficiados de ambos os programas, já que, as famílias que recebiam o Bolsa Escola eram regularmente monitoradas, tinham que seguir vários critérios para continuar no programa, o que não ocorria com o Segurança Alimentar, já que o mesmo foi criado como um programa emergencial.

Segundo Rosanir, o Programa Bolsa Escola, após a unificação, continuou com suas famílias, não houve mais inclusões, apenas desligamentos das famílias cujas crianças atingiam 17 anos, considerada idade não escolar para o programa. Um outro critério para desligamento foi a “autonomia” das famílias, colocada pela coordenadora como a não mais necessidade do auxílio. As demais ações também continuaram como:

- Visitas às residências para acompanhamento sócio-econômico das famílias, reuniões sócio-educativas (uma por mês);
- Recebimento de notas fiscais dos gastos com o recurso do programa;

---

<sup>102</sup> Ferramenta informatizada utilizada pelo estado através da *Internet*, para gerir por meio de monitoramento, sistematização e avaliação, os programas sociais. Criada pela PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), com apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

- Recebimento de relatórios das escolas sobre os alunos pertencentes ao programa.

Os relatórios eram padronizados pelo governo e, após a emissão pelas escolas, eram enviados a Campo Grande. Caso o aluno tivesse três ausências sem justificativa plausível, a família seria suspensa por um mês, se ocorressem três suspensões eram desligadas do programa. As mães eram orientadas a concluir o ensino fundamental para continuar no programa. A maioria participava do EJA (Cursos de Educação de Jovens e Adultos, na etapa do Ensino Fundamental e na etapa do Ensino Médio, Projeto Experimental/MS). Nas notas fiscais entregues pelos beneficiários, deveriam constar itens considerados de necessidades básicas como: alimentos, material escolar, roupas, calçados e/ou uniforme escolar.

Rosanir afirma que “lançaram o Segurança Alimentar e depois do funcionamento começaram a criar os critérios e normas, porque era emergencial”. No programa Segurança Alimentar, não houve acompanhamento escolar. A intenção, após a unificação em 2004, segundo a entrevistada, era de utilizar os mesmos critérios do Bolsa Escola, para amenizar o choque entre os beneficiários dos programas, principalmente pela indignação por parte das famílias que recebiam o Bolsa Escola.

Após a unificação, as famílias beneficiadas pelo Programa Segurança Alimentar, precisaram se enquadrar nos critérios, como o de freqüentar cursos de alfabetização e profissionalização, de manter em dia a vacinação, as mulheres de participar do programa de prevenção e combate ao câncer de colo de útero e de mama e as gestantes de fazer o acompanhamento pré-natal. As crianças deveriam freqüentar a escola, e se necessário, ingressar em programas de combate à desnutrição (SETASS, 2006).

Diferente do Bolsa Escola, no Segurança Alimentar não houve inscrição para posterior escolha (mais de mil inscritos para 150 vagas), a equipe do Governo do Estado, em 2001, foi “de casa em casa”, para encontrar famílias abaixo da linha da pobreza e analisar a situação sócio-econômica, para definir os beneficiários que seriam inclusos no programa. Segundo a ex-coordenadora, isso possibilitou a verificação *in loco* da situação das famílias, porém, mesmo assim, ainda entraram muitas famílias que não tinham o perfil solicitado.

Iniciou-se com a inclusão de famílias da zona urbana, depois da zona rural. O objetivo do Governo do Estado era atingir, principalmente, os indígenas com 100%

das famílias moradoras das aldeias<sup>103</sup>, de acordo com Rosanir. Começou atendendo, cerca de 600 famílias indígenas. Entretanto, os agentes perceberam, após o cadastramento e entregas nas aldeias que algumas famílias não possuíam necessidade de receber os benefícios, pois recebiam aposentadorias ou outras fontes de renda, que permitiam o desligamento do programa, para beneficiamento de outras famílias. Os cadastros no ano de 2001, e o recadastramento em 2005, foram realizados pelos agentes na casa das famílias interessadas.

O Segurança Alimentar atendia, além das nove aldeias do município de Aquidauana, acampados e pescadores e os distritos de Cipoândia, Camisão e Piraputanga. Os pescadores recebiam apenas na época de piracema, e nos acampamentos a entrega era ajustada a cada mês, dependendo do número de famílias presentes. Como citado anteriormente, houve uma mudança em relação aos moradores da zona urbana, que ao invés de receberem cestas básicas, recebiam um cartão onde eram depositados R\$ 100,00 (cem reais), por mês. Porém, além dos pescadores, os moradores dos Distritos de Camisão e Piraputanga, considerados rurais, também, receberam o cartão. Apenas os acampados, indígenas e moradores de Cipoândia continuaram recebendo cestas básicas.

Conforme a ex-coordenadora foi criada, em 2005, a inclusão digital por meio do SIGS, em que os dados de todas as famílias alimentariam o programa mensalmente, possibilitando melhor acompanhamento, avaliação e disponibilidade de dados ao Governo e à sociedade. O próprio programa analisava dados das famílias para averiguar, de acordo com os critérios, quais deveriam permanecer ou serem desligadas, através da emissão de uma lista de famílias rejeitadas, com isso, era realizada uma nova visita *in loco* para conferir as informações, que justificassem o desligamento ou não do programa.

Para tanto, no mesmo ano, os agentes foram capacitados e foi realizado um recadastramento geral, para alimentar o banco de dados. Essas visitas eram realizadas regularmente nas famílias da zona urbana, pois a realidade se modificava constantemente, todavia na zona rural, foi realizado apenas o recadastramento, sem nenhum acompanhamento posterior. Segundo Rosanir, o programa era bom, mas, faltavam esses dados sobre os resultados do atendimento das famílias. De acordo com os últimos dados do SIGS, no município de Aquidauana, foram beneficiadas

---

<sup>103</sup> Contudo, o programa nunca conseguiu atingir a meta de 100% (cem por cento) das famílias indígenas.

pelo Segurança Alimentar<sup>104</sup>, 59 famílias de acampados, 915 famílias indígenas, 493 famílias urbanas (cartão) e 94 famílias rurais. A aldeia Limão Verde, com 301 famílias segundo a FUNASA (2007), estava sendo beneficiada até dezembro de 2006, com 186 cestas básicas, segundo a ex-coordenadora do Programa Segurança Alimentar e Nutricional de Aquidauana. De acordo com dados da Superintendência (SETASS, 2006), o programa de Segurança Alimentar atendia 34.534 famílias por meio do cartão e 19.856 famílias com a entrega de uma cesta, com 30,1 kg de alimentos, em Mato Grosso do Sul.

Segundo a Superintendência, após o cadastro único foi possível um atendimento mais intensivo, integrando as famílias aos diversos setores do Governo por meio de ações “estruturantes” como:

- Alfabetização de jovens e adultos (Mova MS) em parceria com a Secretaria de Estado de Educação;
- Alfabetização de adultos em parceria com o Banco do Brasil e Fundação Banco do Brasil (BB Educar);
- Economia solidária (Geração de Renda, Micro Créditos) em parceria com a Fundação do Trabalho;
- Elevação da escolaridade dos beneficiários;
- Grupos para Educação Popular em parceria com o Cogeps;
- Trabalhos de prevenção à desnutrição nas áreas indígenas, em parceria com a Funasa e em outras áreas com a Secretaria de Saúde;
- Trabalhos na área de prevenção de doenças;
- Ações sócio-educativas e culturais;
- Habitação 50% das casas do programa "Novo Habitar" em MS estão destinadas às famílias beneficiadas pelos programas;
- Educação no Trânsito, em parceria com o Detran;
- Projeto "Crescendo em família" em parceria com a Coordenadoria de Apoio à Rede de Proteção Social.

O programa, para Rosanir, tinha o objetivo de garantir o acesso à alimentação de qualidade e à vida saudável, resultando na “emancipação” das famílias beneficiadas. O cadastro (questionário sócio-econômico) foi realizado pela equipe do programa nas residências, de acordo com critérios como, renda *per capita* de meio salário mínimo mensal, famílias com maior número de crianças em idade escolar, mães solteiras, estado da moradia, residir no Estado a mais de um ano e não ser beneficiário de outros programas de inclusão social. As pessoas que prestassem falsa declaração seriam desligadas do programa.

As normas sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional são apresentadas detalhadamente em dois decretos, o de nº 10.244, de 8 de fevereiro

---

<sup>104</sup> Disponível em: <[http://www.sigs.ms.gov.br/consulta\\_publica](http://www.sigs.ms.gov.br/consulta_publica)>.

de 2001, que instituiu o programa e o de nº 11.587, de 20 de abril de 2004, em que o Programa de Inclusão Social foi criado. No último, os programas Segurança Alimentar e Bolsa Escola se estabeleceram como subprogramas, após a unificação dos dois. Porém, segundo Rosanir, antes que as normas fossem aplicadas às famílias do Programa Segurança Alimentar e Nutricional e antes que os resultados pudessem ser analisados e avaliados por meio do SIGS, o programa foi extinto, em dezembro de 2006.

#### **4.3.1. Até onde padronizar um programa?**

A inclusão de produtos que não faziam parte da dieta local, cuja mudança no hábito alimentar, segundo, agentes de saúde indígenas da FUNASA (2005), atribuiu para a queda dos casos de desnutrição e poderiam contribuir, também, para o aumento de patologias. Porém, não haviam verificado esses dados. Diante dessas informações, questiona-se o “por que” da implantação de políticas públicas de segurança alimentar, de forma uniforme e padronizada, sem uma averiguação prévia de hábitos alimentares próprios de organizações diferenciadas. O Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, de acordo com a ex-coordenadora, era de caráter assistencial/emergencial, se tratando de um projeto temporário de auxílio às famílias carentes, até que alcançassem sua “autonomia”.

O PSA não foi realizado em fases, foi criado em 2001 e extinto em 2006. Foi um programa que nasceu sem um planejamento criterioso, foi sendo ajustado conforme a necessidade das famílias, buscando melhorar a forma de trabalhar para alcançar seus objetivos, criado para complementar o Bolsa Escola, atendendo famílias rurais, indígenas e famílias que não atendiam as regras do outro programa, padronizado tanto para áreas urbanas quanto rurais, em que os indígenas estavam inclusos. O único diferencial observado por Rosanir foi que, a princípio, o objetivo era atender cem por cento das famílias indígenas, no entanto isto não ocorreu.

Ainda segundo Rosanir, o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional foi baseado em cesta básica, não houve a preocupação em se saber sobre diferenças do hábito alimentar dos indígenas. A intenção era possibilitar a alimentação desses povos. Contudo, “houve a rejeição de alguns alimentos como o fubá, pois a maioria das famílias não sabia fazer uso do alimento”, relata a informante, deixando os alimentos estocados até estragar ou oferecendo aos animais domésticos. Um outro alimento que não teve aceitação, pela maioria dos

indígenas também segundo Rosanir, foi a sardinha. Com a percepção dessa situação, esses alimentos foram trocados por uma lata de óleo e um pacote de charque.

A partir desse relato, pode-se retratar uma das falhas do programa, a padronização, sem respeitar os hábitos alimentares indígenas. Mesmo que, segundo grande parte dos relatos, feitos por eles, esses alimentos eram todos aproveitados. No entanto, é indispensável esse estudo inicial de costumes, sejam eles, alimentares, de produção ou outros, para evitar o risco de impor novos hábitos e causar futuros transtornos para a comunidade atendida.

#### **4.3.2. Mudança de hábitos alimentares: desnutrição e patologias**

Na atual realidade indígena, pode-se observar o aumento demográfico e o limite do espaço físico para produção, levando em conta a agricultura como principal fonte de renda. Observam-se, também, as modificações ocasionadas dentro da aldeia, atingindo a organização interna, tanto nas construções físicas, como no comportamento da sociedade. Nesse contexto, o Governo, de qualquer esfera, ou seja, Municipal, Estadual e/ou Federal tem tomado algumas providências, em curto prazo, como a implantação de programas que venham amenizar a realidade apresentada.

A problemática alimentar e nutricional, dentro da aldeia Limão Verde, não é o foco da pesquisa, porém, observa-se a importância de se comentar sobre o assunto, pois um dos programas que se teve maior repercussão dentro da comunidade foi o Programa Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, esse assunto é de extrema importância, tendo em vista que a segurança alimentar e nutricional assegura a todo ser humano a integridade física e mental.

Além do aspecto biológico, a garantia de uma alimentação de qualidade e em quantidade ideal, dentro da cultura Terena, está intimamente ligada ao seu sistema de produção. Afinal, essa sociedade é caracterizada por ser tradicionalmente agricultora, sendo que antes do “contato” com a sociedade ocidental e seu regime econômico, produziam apenas para sua subsistência. Após “o contato” com o não índio, essa produção, além da subsistência está ligada à fonte de renda indígena. A introdução de programas desse caráter vai além de se assegurar uma alimentação de qualidade e quantidade ideal, levanta questões muito sérias a serem observadas, como: modificações no sistema de produção indígena e

no hábito alimentar, na dependência do programa e no surgimento ou não de patologias.

Ainda são poucos os estudos na questão alimentar e nutricional em áreas indígenas, menor ainda, em resultados ocasionados pela limitação do espaço físico para produção alimentar indígena e na inclusão de programas de distribuição de cestas básicas. Ambos os assuntos, estão intimamente ligados ao perfil cultural da comunidade, em relação à saúde e à qualidade de vida.

O estudo não pretende se aprofundar na área da saúde, porém, não se pode deixar de analisar esse fator, que como dito anteriormente, está intimamente ligado à questão da segurança alimentar. Sendo assim, foram levantados, junto à FUNASA, alguns dados, sobre o acompanhamento da saúde indígena, por meio dos agentes de saúde. Foram solicitados os números de casos de Diabetes, de Hipertensão Arterial, de Desnutrição, de Colesterol e de Anemia nos anos de 2000 a 2006, que mostrariam a influência e o reflexo da implantação de um Programa que se propõe a garantir a segurança alimentar e nutricional de comunidades indígenas.

Como o Programa foi implantado em 2001, foi solicitado o documento de um ano anterior, para se obter resultados comparativos. Esta solicitação se deu a partir de 2000, pois, os serviços de saúde prestados às populações indígenas foram geridos pela FUNAI até o ano de 1999, quando então de acordo com o Decreto nº 3.156, de 27 de Agosto de 1999:

Art. 3º O Ministério da Saúde estabelecerá as políticas e diretrizes para a promoção, prevenção e recuperação da saúde do índio, cujas ações serão executadas pela Fundação Nacional da saúde – FUNASA.

Essa preocupação se deu, após a realização das entrevistas dentro da comunidade de Limão Verde, ocasião em que se indagou aos indígenas, se antes da implantação do programa, fora realizado algum estudo, no sentido de se identificar os hábitos alimentares daquele grupo. Após, a unanimidade nas respostas, em que se observou a falta de preocupação em relação à questão levantada, da ausência de cautela em um estudo anterior de hábitos e costumes alimentares, para evitar que algumas patologias não existentes, até então, viesse a fazer parte da realidade indígena, a pesquisadora decidiu incluir esses tímidos dados, mas que poderiam proporcionar resultados reveladores, e talvez poderem ser aproveitados e aprofundados em outras pesquisas e/ou também como sugestão de melhoria em relação à implantação de projetos posteriores.

Partindo desse pressuposto, Coimbra Jr. & Santos (2001, p. 23) afirmam que, “mudanças na dieta e em estilos de vida são considerados os principais fatores associados à emergência de diabetes em populações indígenas”. Ainda acordando com os autores *supracitados* (2001, p. 10), nas principais pesquisas nacionais<sup>105</sup>, as populações indígenas não foram incluídas como “segmento de análise específico”.

Segundo Coimbra Jr. & Santos (2001, p.18):

Uma dimensão particularmente pouco conhecida da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil, e com amplos impactos no presente e futuro, diz respeito à emergência das doenças crônicas não-transmissíveis, como obesidade, hipertensão arterial, diabetes *mellito*, entre outras. O surgimento desse grupo de doenças como elementos importantes no perfil de morbidade e mortalidade indígena está estreitamente associado a modificações na subsistência, dieta e atividade física, dentre outros fatores, decorrentes de mudanças sócio-culturais e econômicas resultantes da interação com a sociedade nacional.

A FUNASA (Pólo-Base Indígena de Aquidauana) repassou apenas os relatórios de acompanhamento (Hipertensão Arterial, Diabetes e Desnutrição) de 2002 a 2006, alegando não terem registros anteriores de acompanhamento dessas patologias. O que impossibilitou realizar uma avaliação comparativa do número de indígenas portadores de tais patologias, para observar algum impacto causado pela mudança de hábito alimentar através do PSA. Não foram informados os números de casos de colesterol e anemia, pois a agente relatou que não há programas específicos de acompanhamentos de pessoas portadoras dessas patologias, entretanto, além do acompanhamento de pacientes com Hipertensão Arterial, Diabetes e Desnutrição, acompanham pacientes com Tuberculose, Hanseníase e Puericultura.

De acordo com os relatórios da FUNASA, houve notificações de pacientes com desnutrição apenas no ano de 2002, nos meses de abril, com um paciente do sexo masculino e quatro do sexo feminino e maio, com cinco pacientes do sexo masculino e cinco do sexo feminino. O relatório identificou apenas o número de acompanhamentos de casos pela FUNASA, apenas em junho foram notificados seis casos de desnutrição, com quatro pacientes do sexo masculino e dois do sexo feminino. Nos demais meses até 2006, não constaram notificações nos relatórios de acompanhamento expedidos pela FUNASA.

---

<sup>105</sup> Estudo Nacional de Despesa Familiar/ ENDEF de 1974-1975, Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição/ PNSN de 1989 e Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde/ PNDS de 1996.

A partir da tabela abaixo, de acordo com os relatórios da FUNASA, com resultados dos meses de dezembro dos anos de 2002 a 2006, tentou-se identificar algum fator que possibilitasse a avaliação dos casos de hipertensão e diabetes.

Tabela 7 – Número de pacientes do Programa de Acompanhamento de hipertensos e diabéticos da FUNASA de 2002 a 2006

ANO	PROGRAMAS					
	HIPERTENSOS			DIABÉTICOS		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
2002	20	33	53	05	17	22
2003	18	29	47	06	18	24
2004	18	33	51	08	22	30
2005	17	32	49	09	22	31
2006	18	30	48	09	22	31

**Fonte:** FUNASA - Pólo-Base Indígena de Aquidauana (2007).

Apesar de não possuir a quantidade de casos notificados antes do programa, para uma avaliação comparativa com os anos posteriores, em que a comunidade da aldeia Limão Verde foi contemplada com o PSA, tentou-se identificar algum impacto relacionado com as patologias, de acordo com a Tabela 7. Concluiu-se que, os números de notificação de casos, tanto de hipertensos quanto de diabéticos, não variam significativamente, o que pode indicar que não houve nenhum impacto negativo em relação ao programa. Podendo significar que a mudança de hábito alimentar não ocasionou nenhum dano à saúde dos indígenas, ou que os alimentos do PSA já faziam parte da dieta indígena, mesmo que esporadicamente. Pois, de acordo com aproximadamente 93,33% das respostas, os indígenas entrevistados alegaram que já conheciam e já tiveram acesso a tais alimentos na dieta. Porém, nem todos tinham acesso constantemente, pois, não possuíam condições financeiras para compra de tais alimentos.

Um outro aspecto levantado por agentes da FUNASA, que, também, pode ser considerado, é o de notificação de um número muito pequeno ou a não notificação de novos casos no programa de acompanhamento de hipertensos e diabéticos na aldeia, mantendo-se praticamente os mesmos pacientes desde o início do programa até o ano de 2006. Para findar essa questão, segundo a enfermeira da

FUNASA, Liane Medeiros, o número maior de pacientes do sexo feminino se deve, principalmente, a maior procura das mesmas ao posto de saúde da aldeia.

#### **4.3.3. A questão da coleta de lixo e do meio ambiente**

Observaram-se muitos problemas na questão ambiental dentro da aldeia Limão Verde, ocasionados, principalmente, pela pressão populacional sobre os recursos naturais. Verificou-se a redução de exemplares da fauna e flora, a degradação do solo, principalmente, daqueles utilizados para atividades agropecuárias, pelo plantio contínuo na mesma área sem descanso do solo, nem devolução de matéria orgânica em forma de adubo, além do assoreamento do córrego João Dias, causado pela retirada de matas ciliares para plantio de lavoura e pastagem, e pela utilização da mesma como fonte de água para esses animais.

Constatou-se a unanimidade nas afirmações dos indígenas quanto à necessidade e importância do programa, pois, garantia a segurança alimentar. Mesmo assim, são questionáveis alguns aspectos verificados na aldeia após a implantação do programa, como o aumento do acúmulo de lixo nas residências, pois os moradores não têm o hábito de reciclar os resíduos, além disso, não há serviço de coleta de lixo na aldeia pela Prefeitura do município. Esses resíduos, com as chuvas, contaminam leitos de córregos situados nas proximidades da aldeia. Para ilustrar a gravidade do problema, pensando na quantidade de embalagens plásticas e de metal resultantes e acumuladas mensalmente, oriundas do empacotamento e envasamento dos alimentos.

De acordo com o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional de MS, a “cesta básica” continha: arroz (10 kg), feijão (5 kg), carne de sol (2 kg), óleo vegetal (4 latas de 900ml), açúcar (5 kg), leite em pó (800 g), macarrão (2 kg), farinha de mandioca (1 kg), sal (1 kg) e erva mate para tereré (1 kg). Faziam parte da cesta, inicialmente e posteriormente foram excluídos, fubá (2kg), 1 lata de goiabada (300 gramas) e 5 latas de sardinha (130 gramas).

Com isso, então, havia no mínimo, mensalmente, quatro embalagens de plástico de óleo vegetal e vários sacos plásticos dos demais alimentos, os quais se não reaproveitados para embalar outras coisas, são todos queimados ou amontoados nos quintais. Geralmente, as feirantes utilizam os sacos plásticos para embalar seus produtos.

Verificou-se então que a questão do lixo da aldeia é preocupante, visto que existe uma prática de queima de materiais como papel, plásticos, folhas. Os demais materiais, como os metais e outros, são jogados em covas ou apenas amontoados na superfície do quintal.

Das pessoas entrevistadas, apenas três jovens e um artesão do grupo dos adultos ressaltaram a problemática do lixo na aldeia e foram os únicos, também, que relacionaram o aumento do lixo ao início do Segurança Alimentar, demonstrando preocupação com a problemática ambiental.

Esperava-se que, principalmente, as mulheres tivessem essa percepção, visto que são as responsáveis pela cozinha e pela limpeza da residência. Porém, nenhuma das entrevistadas notou o aumento do lixo, após o programa, apenas uma informante levantou a questão da troca da embalagem do óleo de metal para plástico, que possibilitou a queima do mesmo, ao invés de acumulá-lo no quintal, demonstrando a preocupação apenas com a limpeza da residência.

O único aspecto que ficou bastante evidente entre os entrevistados foi, a falta de cuidado dos indígenas que residem perto do córrego João Dias, que “jogam o lixo nos barrancos”, e após as chuvas esses materiais são levados para as águas do córrego, provocando a poluição do mesmo. Diante disso Israel Peixoto (2006) relata:

Nós sempre estamos ouvindo sobre os cuidados que devemos ter com a natureza, acho que o lixo prejudica, o pessoal está tirando as árvores de perto do córrego, desmatando para fazer mangueiro, parte do córrego some em algumas áreas e reaparece em outras (assoreamento).

Assim, ficou claro que, os indígenas têm informações sobre a importância da preservação dos recursos naturais, possuem conhecimento sobre a problemática ambiental que atinge o mundo, observado, principalmente, nas declarações sobre a necessidade de cursos sobre educação ambiental na aldeia, porém, não se percebeu a sensibilização da comunidade em alguns aspectos, como o lixo. Percebeu-se, também, que a principal causa dos fatores apresentados, é a limitação espacial, a questão territorial instalada na aldeia, que desencadeia a pressão e conseqüente degradação ambiental.

Uma demonstração de que existe consciência ambiental, mesmo que em pequena proporção, foi verificada no depoimento do jovem indígena, Amildo Malheiros Vaz (2007)<sup>106</sup>:

Em 2004, os professores fizeram projeto de coleta de lixo nas margens do João Dias, juntamos o lixo e depositamos na aldeia, pedimos para Prefeitura buscar, mas nunca vieram. Ficamos sem incentivo, pois a Prefeitura não foi parceira. A maioria amontoa o lixo no quintal, quem mora perto do córrego joga no barranco. De uns cinco anos para cá, o volume do Córrego diminuiu, estão desbarrancando. Antes usava o córrego para tudo e o povo cuidava, mas hoje, tem poço artesiano. Usam menos o Córrego e não cuidam. Houve aumento do lixo com o Segurança Alimentar. Tinha que ter um local para depósito pela Prefeitura. Plásticos são queimados, e latas não são reaproveitadas, pois não é costume, é próprio da cultura Terena. Preocupação que a gente tem com o meio ambiente. Deveria vir orientação junto com o programa para jogar os lixos, sacos plásticos.

Espera-se então, que a visão de alguns jovens como Amildo, em conjunto com ações do poder público, possa promover futuramente, uma mudança do cenário da problemática ambiental instalada na aldeia Limão Verde.

#### **4.3.4. A queda de produção: Por que plantar?**

A diminuição do espaço das unidades de produção devido ao crescimento das famílias, além do esgotamento dos solos por utilização constante e contínua, poderá atingir o ponto de impossibilitar a retirada de alimentos necessários à sobrevivência das famílias indígenas. Nesse contexto, poderá possibilitar a não promoção de geração de renda, vinda da comercialização de produtos da lavoura, renda necessária ao atendimento de necessidades básicas e não básicas.

Segundo Ribas & Favaro (S/d, p. 3), o estado de segurança alimentar “não se limita ao acesso ou não ao alimento, nem tampouco única e exclusivamente a situação de pobreza”. Para os autores, esse estado vai muito além das condições biológicas, está ligado à questão cultural, de produção e acesso digno aos alimentos. Observa-se que alguns povos indígenas, após o processo de contato com a cultura ocidental, e possíveis modificações sociais e ambientais, se depararam com problemas de cunho nutricional e de não segurança alimentar, por não terem acesso aos alimentos de forma suficiente tanto no aspecto qualitativo, quanto quantitativo.

Na aldeia Limão Verde, porém, segundo agentes da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2007), nos últimos quatro anos, não foram registrados casos de

---

<sup>106</sup> Professor de matemática e física da aldeia e estudante do terceiro ano de matemática pela UFMS.

sub ou desnutrição infantil. Contudo, uma outra questão surge, como indicadora de que a problemática da não segurança alimentar e nutricional, pode se tornar realidade em alguns anos na aldeia, pois, segundo o relato de agentes governamentais, os programas que beneficiam esses povos com cestas básicas, ocasionaram modificações no modo de vida do Terena, principalmente, no aspecto de queda de produção e da diversidade das culturas.

Porém, o número de relatos indígenas em relação à queda de plantio foi nulo, para surpresa da pesquisadora. Apenas uma, das trinta pessoas entrevistadas, expôs apenas a “possibilidade” de outros indígenas não plantarem, devido ao recebimento do PSA, mas todos garantiram que mesmo com o benefício, continuaram cultivando a mesma quantidade de solo de antes do programa.

Para surpresa maior, mesmo aqueles indígenas que possuíam renda fixa por trabalharem como servidores públicos, por aposentadoria, entre outros, continuavam cultivando suas unidades de produção. Os únicos casos de abandono de unidade de produção citados, foram de indígenas que saíram para trabalhar em fazendas, usinas ou na cidade, ou seja, em que saíram da aldeia para trabalhar. Portanto, fica um questionamento não interpretado, por insuficiência de respostas indígenas, sobre a questão da agricultura, que pode significar uma questão cultural, ultrapassando as fronteiras da questão econômica ou pode significar pura e simplesmente a necessidade de se complementar a renda daqueles que já possuem renda fixa, possibilitando a melhoria financeira.

#### **4.3.5. Avaliação do Programa do ponto de vista dos agentes governamentais**

Segundo o relatório da Superintendência do PIS (S/d), os programas beneficiaram 68.453 famílias, dos setenta e oito municípios do Estado, com o atendimento direto e indireto de 350 mil cidadãos. Na ótica da Superintendência do PIS:

O sucesso dos programas pode ser analisado pelo baixo índice da evasão escolar, queda vertiginosa do trabalho infantil e diminuição da desnutrição infantil (principalmente nas comunidades indígenas).

Outros aspectos que devem ser contabilizados são os estímulos aos produtores locais, sendo que, dos 21 produtos da cesta de alimentos do Programa Segurança Alimentar, apenas dois não são produzidos no Estado (SETASS, 2006).

De acordo com o relato da ex-coordenadora do programa no município, algumas famílias progrediram, outras não. Isso, segundo a mesma, ocorreu por falta

de interesse de algumas famílias, pois, além das cestas básicas, os agentes promoviam reuniões sócio-educativas. Nas reuniões, os pais eram orientados sobre a necessidade e importância do estudo e da qualificação, pois os empregadores estavam se tornando cada vez mais exigentes.

Na área rural não havia qualquer tipo de acompanhamento ou reunião sócio-educativa, apenas a entrega mensal das cestas básicas. A única ação foi a do cadastramento, realizado em 2001 e do recadastramento, realizado em 2005, devido à implantação do programa SIGS.

Em seis anos de programa, houve apenas dois recadastramentos. Na área rural, apenas um, após inclusão do SIGS, oportunidade, segundo a entrevistada de se verificar e desligar se necessário, as famílias que não apresentavam perfil para receber o benefício, pois o Estado havia repassado autonomia para tal ação, aos coordenadores municipais. O programa era fiscalizado tanto pelos agentes, quanto pela comunidade, por meio de denúncias.

Para Rosanir, o programa começou sem nenhuma estrutura, sem critérios definidos, que foram sendo criados, principalmente, após a unificação com o Bolsa Escola, em 2004, e após a inclusão do SIGS (2005), que possibilitaria a visualização e avaliação do programa que foi extinto, em dezembro de 2006. Após a extinção do Programa, seus arquivos e bens materiais foram levados para a Secretaria de Ação Social, da Prefeitura Municipal de Aquidauana. O Programa de Inclusão Social atendia mais de 1700 famílias no município, segundo Rosanir.

Em resumo, as aldeias não foram consultadas antes da implantação do programa, para um diagnóstico sobre os costumes e hábitos do grupo indígena. Foi um programa padronizado que não previu as diversidades culturais. Os agentes apenas realizaram o cadastramento e o recadastramento, além das entregas mensais a cada mês, ocasião em que não era realizada nenhuma ação do programa.

A coordenadora se justifica pela ausência de logística e de recursos, como veículo e combustível. O Programa, segundo Rosanir, era realizado com muita dificuldade por não possuir repasse de recursos, contando com o auxílio de poucos parceiros, destacando a importância da SANESUL - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - nos trabalhos realizados.

O trabalho iniciou com nove agentes, reduzidos, posteriormente para sete, que trabalhavam apenas com as famílias da área urbana, por setores, divididos pelo

programa. Eram três setores e cada agente era responsável pelo acompanhamento de 100 a 150 famílias urbanas por mês. Rosanir alegou a ausência de estrutura para acompanhamento das famílias da zona rural, incluindo os indígenas.

O Programa buscou capacitar seus agentes e coordenadores continuamente, para aprimorarem as ações junto às famílias. As capacitações eram, principalmente, na área de metodologia sócio-educativa e de busca por recursos e parcerias. Dentre os trabalhos em parceria, buscavam além dos recursos e logística, levar palestras sobre assuntos diversos de outras instituições. No entanto, essas reuniões e palestras se limitavam às famílias urbanas, excluindo famílias rurais e indígenas.

Relatou que poderia ter sido realizado um trabalho muito importante na área indígena, enfocando trabalhos voltados à geração de renda, pelo potencial das aldeias Terena na agricultura, tanto pelos indígenas mostrarem-se agricultores natos, quanto pela questionável “disponibilidade” de terra. Destacou, também, a riqueza da cultura, pela habilidade indígena na confecção do artesanato. Um outro aspecto considerado importante, que poderia ter sido trabalhado, na opinião da informante, relaciona-se às dificuldades encontradas quanto à educação e ao emprego para jovens e adultos. Ressaltou, também, a necessidade de orientação na questão da alimentação, lembrando que algumas famílias “desperdiçaram alguns alimentos da cesta básica por não saber utilizá-los”.

Considerou ainda, a importância que teria o acompanhamento das famílias indígenas, por “terem sede de aprendizado”. Relatou também, que falta estímulo e profissionais para orientá-los na questão técnica para produção agrícola. Um outro ponto levantado pela entrevistada, foi do “falso amparo” dos órgãos públicos em todas as instâncias, porém, com interesses políticos, verificando-se essas ações, principalmente, em épocas próximas das eleições.

Segundo Rosanir, no início, os indígenas acharam que fosse apenas um programa “eleitoreiro”, até perceberem que o programa continuou mesmo fora da época de eleições e que se mostrou um programa continuado. Os indígenas, segundo a coordenadora, receberam muito bem o programa, principalmente, pela responsabilidade do Governo e a continuidade até sua extinção. Segundo a mesma, os indígenas não declaravam a satisfação pelo programa em palavras, e sim no tratamento em relação aos agentes, nos dias de entrega da cesta básica na aldeia

Limão Verde, arrumando o local (sede da associação), além de oferecer produtos agrícolas aos agentes como forma de gratidão. A coordenadora relatou que:

O programa agradava, pois das poucas palavras que ouvi, consideravam um programa que levava benefícios para eles de forma respeitosa, por isso era diferenciado, não era só na época de política.

Rosanir desabafa a frustração pelo fim do programa:

Foi um programa que se perdeu um pouco no lançamento. Primeiro a gente faz, depois vê no que vai dar. O Governo queria um retorno, não para ele, mas para as famílias. Buscava o crescimento das famílias atendidas, em relação à educação, emprego e politizando as famílias para buscarem seus direitos. Não era um programa politiqueiro, ele queria ver a autonomia das famílias.

Para a ex-coordenadora, o objetivo foi alcançado, pois algumas famílias chegaram a entregar o benefício, solicitando o desligamento do programa, pois não precisavam mais, permitindo que o mesmo fosse entregue as outras famílias. Considerava que esse tipo de situação era a “prova viva” que o programa havia dado certo, além disso, acompanhou várias famílias sem perspectivas, cujos membros foram admitidos em universidades e concursos públicos.

A coordenadora admite que com a mudança de Governo dificilmente um programa continua, mas ainda tem esperança de que seja retomado, pela importância do mesmo para as famílias carentes do Estado. Após o término do mesmo, não teve mais contato com as famílias indígenas do programa, por isso não pode avaliar o estado atual das mesmas, porém, pelos depoimentos de famílias da zona urbana, soube que estas se encontravam “desnorteadas”. Estavam voltando à condição de aceitar “qualquer coisa a qualquer preço”, pois existe carência de oferta de empregos.

Segundo Rosanir, não houve avaliação dos resultados do programa, pois, foi extinto quando começaram a ter um mapa da situação do Estado, após implantação do SIGS. Puderam ter algumas avaliações pontuais e parciais, pelo acompanhamento da evolução sócio-econômica das famílias urbanas. Como exemplo citou a diminuição da marginalização, a maior “politização”, a efetiva participação na sociedade, ao se possibilitar crédito em estabelecimentos comerciais e a “inclusão bancária”, possibilitada pela abertura de conta em agências bancárias e retirada de recursos provenientes do PSA Cartão. Citou que as famílias indígenas beneficiárias, também, chegaram a obter crédito junto ao comércio municipal.

Segundo a entrevistada, os dados estavam disponíveis na Secretaria de Ação social da Prefeitura Municipal de Aquidauana, no *site* da SETASS ou pelo telefone 0800-673700.

#### 4.4. Programa Tupã I

O Programa Tupã I - Programa de Apoio à Produção Auto-Sustentável das Comunidades Indígenas e Negras Rurais de Mato Grosso do Sul - foi instituído pelo Decreto Nº 11.492, de 03 de dezembro de 2003. Foi um conjunto de projetos propostos pelo Governo de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário - SDA e Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural - IDATERRA e diversas parcerias, que seriam desenvolvidos em comunidades indígenas e negras para apoiá-las em seu desenvolvimento. O nome Tupã I foi uma homenagem a Marçal de Souza (Tupã I) e significa “Pequeno Deus”.

De acordo com o COGEPS<sup>107</sup> (S/a *apud* Pochmann, Blanes e Amorim 2006, p.141) o programa:

(...) é um conjunto de projetos que estão sendo desenvolvidos nas áreas indígenas e nas comunidades negras situadas no meio rural, sendo algumas remanescentes de quilombos, para apoio à sustentabilidade, por meio do respeito às tradições, valorização cultural e da autonomia desses povos. Consiste em ações que vão desde emergenciais até aquelas voltadas à geração de renda do público alvo, além da estruturação de experiências que construam outra forma de organizar a agricultura, baseada na agroecologia. Realiza ainda levantamentos que demonstrem o estado em que se apresentam os recursos naturais.

O objetivo do programa, segundo o IDATERRA (2006), era promover o desenvolvimento sócio-econômico com geração de renda, segurança alimentar e produção agroecológica. Tendo como princípios norteadores, o olhar antropológico e o etnodesenvolvimento e dessa forma respeitando e valorizando as características, a sustentabilidade e a autonomia de cada cultura.

Para o COGEPS (S/d *apud* Pochmann, Blanes e Amorim 2006, p.141) o objetivo do programa era:

(...) apoiar e/ou induzir a produção de alimentos por meio da agricultura, da pecuária ou do agroextrativismo e da agroindustrialização, articulando o desenvolvimento de atividades geradoras de renda.

---

<sup>107</sup> Conselho de Gestão Estadual de Políticas Sociais (COGEPS), composto por 18 membros, 11 secretários e o procurador-geral do estado, além de 6 membros nomeados pelo governador sem vínculo com o executivo. Criado pelo Decreto Estadual 9.825, de 25 de fevereiro de 2000, para gerir a implementação de políticas sociais no estado. Ver mais em Pochmann, Blanes e Amorim, 2006.

Entre as ações propostas pelo Programa Tupã I, estava a recuperação e a conservação dos solos para sustentar a produção agrícola, reforçar técnicas de armazenamento e conservação de sementes já conhecidas pela comunidade, bem como capacitar com novas formas, estimular e orientar a criação de pequenos animais, a implantação de hortas e lavouras para a alimentação e possível comercialização e a utilização de plantas como adubo verde para a conservação do solo, fomentar e orientar o plantio e/ ou a conservação de árvores frutíferas nativas e exóticas, integrar as atividades agrícolas com outras atividades da comunidade (horta, viveiro ,educação ambiental) e implantar infra-estrutura básica.

Em relação aos critérios de atendimento, segundo o COGEPS (S/d *apud* Pochmann, Blanes e Amorim 2006, p.141):

(...) as ações de fomento são para todas as 68 áreas indígenas e as 11 comunidades negras rurais; as demais ações atendem associações ou grupos de indígenas e negros que se agrupam por afinidade: são mais localizadas e visam estruturar a produção e os desenvolvimentos locais.

Na prática, o programa promoveu a produção de alimentos para a subsistência e comercialização, a aquisição e distribuição de sementes, aquisição de combustível, aquisição e/ou conserto de máquinas e equipamentos agrícolas, implantação de hortas comunitárias, capacitação em áreas diversas, auxílio na comercialização de manga, promoção da organização através do incentivo ao associativismo /cooperativismo.

Na safra de 2003/2004 (Programa Tupã I), foram disponibilizados para a aldeia, 30 sacos de feijão de 40 kg, 35 sacos de milho de 20 kg, 08 sacos de arroz de 40 kg e R\$ 6.400,00 em óleo diesel para preparo do solo (patrulha agrícola). Além disso, foram disponibilizadas, também, sementes de abóbora (700g), moranga (700g), melancia (1 kg) e melão (120 g). Na safra 2004/2005, não foram disponibilizados os insumos citados anteriormente, para a aldeia Limão Verde, apenas houve a entrega de uma Carreta Agrícola para 4.000 kg com quatro pneus (R\$ 3.990,00), uma Batedeira de Cereais (R\$ 8.330,00) e uma Grade Aradora de 16 discos de 26" (R\$ 6.380,00). O Programa Tupã I, que era viabilizado por recursos do FIS, terminou em dezembro de 2006.

De acordo com Damarci Olivi da Costa, ex-coordenadora do programa, a extinção se deu devido à mudança do Governo.

O Programa foi pensado junto com a criação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário, para continuar a atender os povos indígenas e negros do Estado, que o governo popular já atendia desde seu primeiro mandato. Seriam desenvolvidos projetos para atender as comunidades, relacionados a: fomento agropecuário (agrícola, pequenos animais, etc.), infra-estrutura, artesanato, formação educacional etc. Era fundamental para o seu desenvolvimento o apoio dos técnicos nos municípios onde tinha o público alvo. Várias ações conseguiram ser implantadas, mas não todas. (DAMARCI, 2007)

Segundo a ex-coordenadora, o programa contava com uma equipe em Campo Grande, na Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Mato Grosso do Sul – SDA -, formada por um sociólogo, um agrônomo, um técnico agrícola, uma zootecnista, uma antropóloga, uma economista doméstica, um assessor técnico, principalmente, para elaboração de convênios e um administrativo, além de uma historiadora (coordenação). O Programa recebeu recursos do FIS - Governo do Estado - em média, 1,5 milhão por ano e do Programa Fome Zero<sup>108</sup>- Governo Federal -, 2,3 milhões em quatro anos, de acordo com a entrevistada.

Formalizou parcerias com o MMA, Programa Pantanal, MDA, EMBRAPA, FUNASA, FUNAI, MDS; Secretarias Estaduais como a de Educação e Assistência Social, Fundação do Trabalho e Qualificação Profissional – FUNTRAB - diversas prefeituras e Universidade Católica Dom Bosco – UCDB -. Estas, de acordo com a ex-coordenadora, foram negociadas pela coordenação com apoio dos dirigentes da SDA e do IDATERRA. Mas, houve parcerias locais negociadas pelos próprios técnicos.

A criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário e a, criação/ elaboração do Programa se deu no primeiro semestre de 2003, de acordo com Damarci. O recurso para investimento do projeto por meio do FIS, era negociado com o COGEPS, que segundo a entrevistada, “demorava a encaminhar a nossa quota, que era sempre aquém do solicitado. E, conforme prosseguia o ano, era cortada ainda mais”.

Para os recursos do Programa Fome Zero, era realizada a negociação com o Governo Federal apenas no início, depois com a SETASS (Secretaria de Estado

---

<sup>108</sup> Programa lançado em 2003, pelo governo federal (Luiz Inácio Lula da Silva), para combater a fome no país, sendo executado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e parceria dos estados e municípios.

de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária) e os parceiros. Para a ex-coordenadora os indígenas de todas as etnias recebiam os projetos:

Sempre com boa expectativa, ainda que com um pouco de desconfiança e desinformação de como seria realizado. Principalmente com o Fome Zero, creio que houve uma maior expectativa por parte deles, visto ter, os guarani, necessidades básicas prementes de resolução.

A ex-coordenadora avalia o projeto como:

Importante quando se propõe a apoiar as comunidades envolvidas; ruim quando não consegue desenvolver as ações propostas, principalmente nos locais onde não tínhamos técnicos locais para realizá-las. Ruim também por não ter continuidade das ações iniciadas.

De acordo com a mesma, o acompanhamento não foi continuado, pelo menos não de maneira “racional e eficaz”. A avaliação final só foi realizada em Campo Grande, “com os dirigentes (nem mesmo com a equipe), para escrever relatórios finais e para publicações da SDA sobre as ações realizadas”.

Em relação ao registro das ações e disponibilidade para a sociedade, segundo a informante, existem alguns dados nos escritórios locais e no escritório central da AGRAER (Campo Grande) e relatórios para o fechamento dos convênios. Segundo Damarci, não estão disponíveis informações de forma didática, de fácil compreensão, e que seria necessário juntar as informações que estão nos jornais da SDA e do Governo, as de fechamento anual do COGEPS e o balanço final da SDA. De forma geral, Damarci (2007), faz uma análise do programa:

Além das respostas anteriores, creio que, infelizmente, o poder público não consegue realizar políticas para seu público alvo, aqueles que demandam os serviços. Isto é visível na saúde e na educação que são prementes. Mas, aparece, também, em outras ações como esporte e cultura que são menos cobrados, por exemplo. As populações indígenas e negras rurais não ficam de fora.

O Programa em questão foi ambicioso na tentativa de melhorar as condições de vida destes povos. Projetou resultados além de sua capacidade (e do Estado, inclusive). Em parte porque eram necessários, e em parte porque havia militantes sociais entre aqueles que projetaram. Isto não é errado, mas frustra um pouco quando se percebe ações pontuais e descontínuas quando são necessários projetos de médio e longo prazo.

#### **4.4.1. A política do “feijão com arroz”: combustível e semente**

O Programa Tupã I era popularmente denominado por muitos de seus agentes de “Política do feijão com arroz”. Isso porque todos os anos, a ação certamente desenvolvida, era a de entrega de sementes de milho e feijão, contudo, em alguns anos, como na safra de 2004/2005, conseguiram entregar sementes de amendoim e arroz, e combustível (óleo diesel) para funcionamento das patrulhas

agrícolas e tratores. Portanto, a entrega desses itens era certa todos os anos, o que já era esperado, tanto pelos agentes governamentais quanto pelos indígenas, que aguardavam o benefício para realizar o plantio.

A pesquisadora pode acompanhar o desenvolvimento desse programa de 2003 a 2006. Esse tipo de auxílio do Governo já vinha sendo realizado anteriormente - desde a época da EMPAER - segundo os agentes da AGRAER, com outras denominações, porém, com o mesmo objetivo, de estimular a agricultura das unidades de produção indígena.

Essa política, segundo alguns agentes, acelerou o processo de perda de alguns costumes e técnicas indígenas, por meio de introdução de tecnologias modernas, como preparo do solo com trator e utilização de sementes de origem comercial, ao invés de tradicional. Essa introdução de novas técnicas, segundo os agentes, pode ter ocasionado à dependência da utilização do trator, pois, muitos ficam à sua espera para realização do plantio, isso acarreta, muitas vezes, o plantio fora de época e, conseqüentemente, a perda de safras.

Um outro aspecto levantado pelos agentes é a perda de sementes nativas, denominadas “crioulas”, mais, especificamente, do milho e do feijão, pois, todos os anos recebem as mesmas do Governo Estadual e por outros programas. A armazenagem, portanto, técnica que sempre foi utilizada para guardar todas as sementes, só é utilizada em alguns casos, para aquelas sementes que não são entregues pelo Governo. De acordo com Sr. Agripino Caetano Tibério (2007):

Antigamente guardava semente, cortava-se a planta inteira, com pé e tudo, armazenava de um ano para outro, fechava com palha (colonião, *napier*), ficava até uns três anos armazenados, consumia e também plantava os grãos. Com o trator melhorou porque ficou mais fácil, a roça aumentou.<sup>109</sup>

O IDATERRA, por meio do Programa Tupã I, vinha tentando implantar desde 2003, de acordo com os técnicos, um trabalho de levantamento da produção e o mapeamento dos produtores beneficiados. Esse trabalho se faz necessário, pois, os mesmos precisam prestar conta de como os recursos estão sendo investidos e os indígenas precisam justificar se os benefícios estão sendo aplicados em seus

---

<sup>109</sup> Ainda segundo Sr. Agripino, hoje alguns ainda armazenam dessa forma, porém, a maioria coloca apenas os grãos/sementes em sacos, vedam e guardam dentro de suas casas ou na Sede da Associação, para plantarem no ano seguinte, caso a semente do Governo não venha ou não seja suficiente.

devidos fins, atendendo a comunidade de forma igualitária, sem privilegiar nenhum grupo.

Apesar das constantes denúncias, de muitos indígenas, em relação ao beneficiamento desigual, ou de utilização de trator para frete e outros fins particulares, os agentes acreditam que tais ações diminuíram, consideravelmente, mesmo que impossibilitados de realizar um acompanhamento *in loco*, devido à falta de condições de trabalho. Isso se deve, principalmente, a estratégia utilizada pelos agentes de entregar os benefícios em parcelas, de acordo com a necessidade, mediante entrega de relatórios constantes, que informem de que forma está sendo realizada a aplicação do insumo.

Assim também, puderam obter maiores informações quanto à quantidade de terras por família, em média 1/2 a 1 hectare - apenas dois dos trinta entrevistados possuíam cinco e oito hectares -, e dados sobre quais famílias estavam sendo atendidas, bem como, o levantamento da produção. Porém, nesse processo havia dificuldades, visto que os indígenas não possuem o hábito de anotar quanto produzem, nem a quantidade vendida, pois, os produtos são retirados da roça conforme a necessidade de comercialização e não como são realizadas nos sistemas convencionais (colheita total). Além disso, segundo os técnicos, os alimentos não são quantificados para comercialização visando o cálculo de lucratividade, para eles o que importa é a comercialização para sanar necessidades imediatas.

O Programa não se limitava apenas à entrega de sementes e combustível, embora fosse à prioridade, buscava incentivar a produção por meio de outras ações, como capacitações constantes e entrega de implementos agrícolas. De qualquer forma, o programa ficou conhecido pela entrega de insumos, porém já no ano de 2006, não houve a entrega desses benefícios por ausência de recursos do FIS para a aldeia. A AGRAER trabalhou apenas com a cota de combustível restante da safra de 2005.

Para os agentes governamentais, apesar da denominação de política de feijão com arroz, as ações desenvolvidas são necessárias para continuidade de incentivo ao plantio, visto que, segundo relatos dos indígenas, não possuem condições financeiras de manter o trator em funcionamento e/ou de comprar sementes para plantio.

Partindo desse pressuposto, com a ausência do programa, a liderança está buscando em outras instituições governamentais ou não recursos para continuidade do plantio. Muitos indígenas, também, continuam os plantios com sementes que foram armazenadas e alguns estão trabalhando manualmente sem o auxílio do trator. A pesquisadora questionou, nesse contexto, caso os recursos se tornem escassos, se os indígenas voltariam a trabalhar de forma braçal ou com auxílio de animais nas lavouras. Porém, a resposta foi negativa quanto a não utilização de maquinários agrícolas.

#### **4.4.2. As dificuldades de uma assistência técnica efetiva: qualidade e quantidade**

A sociedade de forma geral, inclusive a indígena, cobra do Governo, o direito de receber os serviços públicos com qualidade e em quantidade suficiente, principalmente, pela alta carga tributária que paga. A ausência do atendimento de técnicos da AGRAER às unidades de produção, era, segundo os entrevistados, uma das principais causas dos problemas de produção, depois dos fatores, limitação de terras e queda de fertilidade do solo. De acordo com os indígenas, os técnicos apareciam esporadicamente, entretanto, as visitas às lavouras deveriam ser freqüentes, pois estudaram e possuíam condições de orientá-los quanto aos problemas de produção agrícola.

Porém, os indígenas relataram que, essa ausência de agentes na comunidade se deve ao problema de falta de recursos do governo para que os mesmos pudessem realizar suas atividades. Relataram, também, terem conhecimento da dificuldade dos técnicos em relação à falta de estrutura, mas, alegaram que eram atendidos no escritório da cidade.

Os agentes da AGRAER (2007) alegaram que nos últimos dois anos, a falta de condições logísticas como veículos sem condições de uso, e falta de combustível para o funcionamento dos mesmos, dificultou o atendimento das famílias indígenas, reduzindo-se as visitas técnicas de uma a três vezes por mês em 2005, para uma vez a cada seis meses em 2006. Até abril de 2007<sup>110</sup>, os agentes não puderam assistir tecnicamente os indígenas, devido à mudança de Governo do Estado, que se encontra em reestruturação e que, segundo os mesmos, a expectativa é que apenas no segundo semestre, as atividades retornariam por meio de repasse de recursos.

---

<sup>110</sup> Último mês de pesquisa de campo.

Segundo técnicos da AGRAER de Aquidauana, as instituições de assistência técnica e extensão rural públicas, possuem um quadro aproximado de 15.000 extensionistas no país, porém, todos com dificuldades de trabalho semelhantes das apresentadas pela AGRAER. A criação, em 2004, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural<sup>111</sup>, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, segundo os agentes da AGRAER, foi importante para resgatar e fortalecer as diretrizes e objetivos das instituições públicas da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), porém, apesar do avanço, não foi o suficiente, pois, financeiramente as instituições continuaram com dificuldades.

Muitos problemas ainda devem ser solucionados para um bom andamento das instituições de ATER, para evitar as ações pulverizadas de alto custo, com o retorno mínimo e a perda de profissionais do quadro, por problemas como baixos salários e falta de condições de trabalho. Dessa forma, também, perdendo-se o investimento aplicado na formação dos mesmos, além do sucateamento de algumas instituições.

#### **4.4.3. A importância do acompanhamento e da avaliação dos projetos**

A ausência do acompanhamento e da avaliação do projeto Tupã I, foi uma das motivações para o desenvolvimento da pesquisa, pela pesquisadora enquanto agente governamental.

Para RUAS (2006), acompanhamento:

Constitui uma ação permanente ao longo da implementação dos projetos e programas e orienta-se por uma análise crítica e participativa dos resultados – parciais e final – em função dos objetivos definidos;

---

<sup>111</sup> “Essa Política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, potencializará atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos saudáveis e matérias primas, bem como apoiará estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais. Igualmente, deverá estimular a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas. “(...) Dentre estes outros pilares fundamentais que sustentam a Política de Ater, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. “Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater”. (Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/ater/documentos/PNATER%20&%20Glossario.doc>>. Acesso em 21 abr. 2007).

Ainda de acordo com RUAS (2006), a avaliação:

Possibilita identificar as dificuldades e necessidades de mudanças de estratégias, na perspectiva do aprimoramento dos projetos, inclusive com a reorientação das ações, se necessário.

Para esta autora, é importante que se construam de forma participativa, mecanismos e critérios de acompanhamento e avaliação dos projetos, para se garantir o caráter processual dos mesmos. Através da socialização periódica das informações, registro dos avanços alcançados e dos resultados para fundamentar as análises e tomadas de decisão, possibilitando com isso, se for o caso, mudanças e aplicação de novas estratégias de ação e novos procedimentos nos projetos e/ou programas.

Ainda de acordo com a autora, a análise dos resultados dos projetos e/ou programas, possibilita verificar impactos sócio-econômicos, políticos, técnicos, ambientais e culturais, considerando a possibilidade de contribuir para melhoria das ações e alcance dos objetivos propostos. Além de, segundo a autora, possibilitar a “reestruturação dos projetos em andamento e identificação de oportunidades para novos projetos”.

Segundo os técnicos da AGRAER, normalmente por motivos de ausência de condições para realização dos trabalhos, as etapas de acompanhamento e avaliação dificilmente são realizadas. Consideram, no entanto, de fundamental importância para o alcance do objetivo de projetos em andamento e para melhoria na implantação de projetos posteriores, visto que possibilitaria o apontamento dos equívocos cometidos.

A falta de acompanhamento e avaliação de projetos implantados na aldeia Limão Verde foi apontada como um dos principais problemas para o insucesso do projeto, considerando a alegação dos agentes de que a elaboração e implantação do Programa Tupã I, ocorreu de forma participativa, levantando as principais necessidades e o potencial da aldeia juntamente com a comunidade.

De acordo com os técnicos, programas anteriores já realizavam projetos que beneficiaram os indígenas com sementes e combustível, para incentivo à produção agrícola, por serem de etnia Terena e como visto anteriormente, agricultores natos. Antes da implantação do Programa Tupã I, em 2003, houve a realização de reuniões, no mesmo ano, junto à comunidade, para o levantamento das principais necessidades, identificação do potencial produtivo existente e para coleta de

sugestões necessárias à elaboração do Programa. Após essas fases então, o projeto foi elaborado, de acordo com a linha de trabalho da Instituição, do então IDATERRA.

Para os agentes governamentais, alguns problemas como a chegada de sementes fora da época ideal de plantio, é um exemplo da necessidade de acompanhamento. Com o desenvolvimento dos trabalhos nas aldeias, ao identificar por meio de reclamações dos indígenas, e conseqüente perdas de lavoura, os agentes buscaram novas estratégias, como adiantar a solicitação dos projetos, para evitar tal problema, ocasionado, em grande maioria, pelos trâmites burocráticos inevitáveis em qualquer processo governamental de aquisição de benefícios para realização de um programa. Nas safras de 2003/2004 e 2004/2005, as sementes chegaram a meses anteriores ao plantio, permitindo a entrega em tempo hábil e evitando o comprometimento da lavoura.

De qualquer forma, segundo os indígenas, com o enfraquecimento do solo, a necessidade de um acompanhamento técnico contínuo tem se tornado cada vez maior, visto que algumas áreas da aldeia Limão Verde, devido ao uso contínuo e da não reposição de material orgânico, têm se mostrado com potencial limitado. Na prática, isso está sendo visualizado pelos indígenas, no não desenvolvimento do crescimento vegetativo e produção das espécies de determinadas culturas, que são consideradas mais exigentes, em nutrientes disponíveis no solo.

De acordo com os agentes, os projetos anteriores ao Tupã I, eram implantados de cima para baixo, conforme o entendimento do Governo, quanto às necessidades e potencialidades indígenas, objetivando o desenvolvimento da comunidade por meio da aplicação de tecnologia na produção. Nesse contexto, serão apresentados, resumidamente, alguns projetos de 1997 a 1999, que na concepção de alguns agentes, o diagnóstico e o planejamento participativo, ficaram apenas no discurso, visto que, para implantação de um projeto, essas etapas devem ser incansavelmente construídas junto com a comunidade e não apenas mediante algumas reuniões.

Agentes governamentais alegaram que alguns projetos já vieram pré-estabelecidos, pois, eram projetos de implantação de tecnologia de produção, que na visão do Governo, era indispensável ao desenvolvimento desses povos. Outros projetos foram implantados de acordo com a solicitação das lideranças indígenas, mas sem um estudo de potencialidades ou de impactos que poderiam causar dentro

da aldeia. Então, em muitos dos casos, as reuniões “participativas” para diagnóstico, planejamento, elaboração e execução dos projetos, serviram, apenas para que os indígenas validassem os projetos pré-elaborados.

Em 1997, foi implantado o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Econômico das Comunidades Indígenas de Taunay e Ipeque, que seria realizado em três fases. Nele, estava prevista a implantação de unidades demonstrativas de lavoura e agroindústrias<sup>112</sup>. Além do treinamento dos indígenas, em cursos como: de criação de aves, aproveitamento de alimentos, fabricação de rapadura e açúcar mascavo, artesanato, saneamento básico, cooperativismo. Ocorreram também ações educativas como produção e distribuição de cartilhas de direitos trabalhistas indígenas e *folders* de aproveitamento de alimentos, saneamento básico, apicultura, cooperativismo. Também aconteceu a distribuição de vários equipamentos como: matracas, pulverizadores, tratores e implementos, centrífuga para açúcar mascavo, dentre outros.

Foi elaborado um relatório de uma oficina de monitoria e avaliação do Programa de Apoio às Atividades Produtivas Agropecuárias em Terras Indígenas, ocorrida de 26 a 28 de abril de 1999, em Brasília-DF, para identificação de aspectos positivos e negativos do projeto, com participação da liderança das aldeias participantes do Programa, agentes governamentais e representantes das instituições.

De acordo com o relatório, na primeira fase, em 1997, O Ministério da Agricultura – MA - forneceu R\$ 100.000,00 e o Governo do Estado, através da EMPAER, R\$ 70.915,43. Na segunda fase, em 1998, o MA forneceu R\$ 60.000,00 e o Governo do Estado/EMPAER, R\$ 29.391,00. Na terceira fase, em 1999, deram continuidade ao andamento dos projetos das fases anteriores, entretanto, não constou o valor dos projetos, com distribuição de equipamentos, insumos e prestação de serviços. Ainda segundo o relatório, pequenas mudanças ocorreram no trabalho em conjunto, constatando a presença do individualismo nas aldeias, a falta de recursos dos indígenas para aquisição de insumos e a saída dos indígenas para trabalhar em usinas de álcool, como mão-de-obra no corte da cana-de-açúcar.

---

<sup>112</sup> Com ações de distribuição de sementes e calcário, entrega de animais para criação, como aves de produção e cavalos (raça *Percheron*) visando melhoramento genético dos animais das aldeias (cruzamento), implantação de hortas, entrega de equipamentos para beneficiamento de arroz, trituradores de milho, engenhos para rapadura e raladores de mandioca para confecção de farinha.

Em relação ao programa anterior, segundo os agentes, o maior problema, foi que por mais que o projeto se apresentasse como participativo, não houve realmente a realização de um diagnóstico e o levantamento do potencial junto à comunidade, apenas a entrega de solicitações realizadas pela liderança. O resultado foi o abandono de diversos equipamentos e a não continuidade dos projetos, por ausência de recursos para compra de insumos. Esse resultado se deu, por falta de acompanhamento, mas, principalmente, por ter sido um projeto idealizado por técnicos e não construído desde o princípio em conjunto com a comunidade, segundo agentes da AGRAER.

Um outro Programa foi o Che Retã, do ano de 2001, que tinha como objetivos: a realização de serviços de abastecimento de água, saneamento básico e esgotamento sanitário, distribuição de sementes, habitação, recuperação e conservação de solos, assistência técnica, comercialização de artesanato, ampliação e construção de escolas. Também contendo no projeto, o diagnóstico participativo para identificação da diversidade sócio-cultural, através de reuniões. De acordo com os agentes, houve realmente esse tipo de levantamento, mas não se pode chamar de efetivamente participativo, pois os projetos já vinham praticamente prontos, esperando-se apenas que a comunidade concordasse com tais ações. Tal situação não é improvável, visto que a comunidade indígena recebe muito bem projetos que atendam, mesmo que minimamente, algumas necessidades existentes.

Segundo os agentes, é necessário se ter um perfil para trabalhar com indígenas. Quando se referem ao perfil, se referem ao respeito à diversidade étnica e cultural da comunidade, ao se desenvolver o trabalho de extensão rural e assistência técnica. Segundo RUAS (2006), para um efetivo atendimento, através de metodologia participativa de extensão rural, são necessários três momentos, a saber:

- O primeiro é o conhecimento da realidade, quando se deve haver a aproximação, o “estabelecimento de relações afetivas e de troca de informações pessoais e com o ambiente”, elaborando de forma coletiva “um resgate histórico-social da comunidade”;
- O segundo, é a organização da ação e gestão social, quando ocorre a identificação dos grupos de interesse, a negociação e a elaboração de projetos, de acordo com o diagnóstico e a viabilidade sócio-econômica,

política, cultural e ambiental, considerando as “alternativas de ação necessárias e possíveis de serem implementadas”;

- O terceiro e último passo, é a execução da ação e acompanhamento, em que as ações são concretizadas, quando os agentes devem priorizar técnicas participativas de construção e socialização de conhecimentos para a formação dos gestores, que nesse caso são os próprios atores, os indígenas.

Partindo desse princípio, para o alcance do sucesso do projeto, além da importância do desenvolvimento dessa gestão social, o acompanhamento e a avaliação, comentados anteriormente, se tornam fundamentais no processo. Dessa feita, pode-se, afirmar que os projetos anteriormente citados tenham iniciado a “política do feijão com arroz,” por meio da entrega de insumos, efetivado posteriormente com o Programa Tupã I.

#### **4.4.4. Como os agentes governamentais avaliam o Programa**

De acordo com as entrevistas, é visivelmente unânime a necessidade dos insumos e maquinários agrícolas para os indígenas, caracterizando a importância dos projetos de fomento à produção agropecuária. Porém, acredita-se que mais importante que esse tipo de projeto, seria a assistência técnica e extensão rural por meio de um atendimento eficiente e efetivo. Só assim, se acredita que chegaria mais próximo de um ideário de desenvolvimento da comunidade indígena, diminuindo a necessidade de elaboração de projetos que requeiram insumos externos todos os anos. Esses seriam requisitados apenas quando necessário. Os indígenas justificam essa dependência pela falta de recursos próprios necessários ao investimento no plantio.

Desta feita, se houver um planejamento e a elaboração de um projeto que busque a recuperação das áreas degradadas e com baixa fertilidade, por meio de técnicas que promovam a sua recuperação com curvas de nível, adubação, correção, replantio de algumas espécies vegetais. Bem como, com comprometimento real do Estado em disponibilizar um número maior de técnicos para atuação na área indígena, além das devidas condições para realização de um trabalho sério, acredita-se que a tendência é a queda da necessidade de insumos anuais, distribuídos por instituições governamentais e não governamentais. Outro ponto relevante trata-se da necessidade, também, do empenho das equipes técnicas

na execução dos projetos de recuperação ambiental, na capacitação indígena em relação a utilização racional da terra, frente à essa nova realidade de insuficiente extensão territorial, com baixa fertilidade e aparecimento de pragas, utilização de algumas tecnologias modernas e mercado competitivo.

O agente Lucas Garcez dos Reis Silva<sup>113</sup>, relatou que programas como o Tupã I, de incentivo á produção agropecuária indígena, não é nenhuma novidade. Relatou, ainda, que a partir de 1991, participou do Programa de Atendimento ao Índio – PAI - do Governo do Estado, de incentivo a produção indígena que beneficiou as estas comunidades com preparo de solo e entrega de insumos, como sementes e combustível. Para o agente, o motivo de alguns problemas de continuidade dos projetos é a ausência de trabalho em conjunto dos indígenas. Em suas palavras, “falta espírito de cooperativismo entre os indígenas”.

O trabalho do técnico nos primeiros anos da década de 1990, se resumiu em atendimento, por meio de palestras e cursos, sendo essa situação apenas quando os agentes governamentais eram solicitados pelos indígenas. Desde o final da década de 1980, até o início da de 1990, entregava sementes no sistema de troca, em que os indígenas recebiam um saco de sementes e tinham que devolver dois. Segundo o agente, o programa sempre deu certo, mas a entrega não ocorria regularmente todos os anos. O combustível para funcionamento do trator era entregue pelo Governo do Estado, através do então Departamento de Estradas de Rodagem de Mato Grosso do Sul. - DERSUL -. Relatando o técnico, que os indígenas nas décadas de 1980 e 1990, não ficaram desamparados, pois, recebiam sempre, mesmo que minimamente, benefícios dos governos Municipal, Estadual e/ou Federal, para incentivo a produção agrícola. Para o agente, o índio raramente precisou comprar insumos, desde o final da década de 1980, até os dias atuais.

A partir de 1995, iniciou-se um trabalho mais efetivo, por meio da elaboração de um projeto de Unidades de Produção Indígena, que atenderia apenas as aldeias Imbirussu, Lagoinha, Água Branca, Bananal, Morrinho e Ipegue, através do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e alguns parceiros<sup>114</sup>. De acordo com o

---

<sup>113</sup> Servidor público desde 1977, nessa época, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário (SECAP). Em 1979, começou a trabalhar na EMPAER, criada nesse mesmo ano, porém, só iniciou os trabalhos na área indígena no final da década de 1980. Hoje é funcionário da AGRAER.

<sup>114</sup> Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (MAARA), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), Departamento Nacional de Cooperativismo (DENACOOOP), Secretaria de Estado de Agricultura,

documento<sup>115</sup>, o projeto foi resultado da solicitação das lideranças indígenas Terena de Aquidauana (MS), junto ao Ministério da Agricultura em Brasília (DF), em junho de 1995, para viabilização de atividades agropecuárias e implantação da primeira cooperativa indígena, na esfera nacional.

Segundo o agente, esses projetos só iniciaram em 1997, com o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Econômico das Comunidades Indígenas de Taunay e Ipeque, citado anteriormente. Para implantação do mesmo, foram realizadas muitas reuniões para diagnóstico da comunidade e treinamentos de técnicos para atendimento às solicitações indígenas. Nesse contexto, o agente, relatou que só, então, iniciaram os atendimentos efetivos às comunidades indígenas, veracidade expressa na fala do mesmo “se perguntar sobre o local onde qualquer índio planta, eu mostro e conheço a maioria das roças nas aldeias”.

Eram os indígenas, segundo o agente, que solicitavam os insumos ao Governo. Algumas vezes, as sementes foram desperdiçadas, já que estavam fora do prazo de validade e eram jogadas fora, porque os índios não plantavam. Isso aconteceu porque saíam para trabalhar na cidade, nas usinas ou nas fazendas do entorno, ou porque plantavam outras culturas. Ainda sobre o assunto, o agente descreve que “os indígenas muitas vezes abandonavam suas roças para trabalhar fora da aldeia, perdendo toda produção, por falta de capina, pois o mato tomava conta de tudo”.

Também de acordo com o agente, era realizado um acompanhamento - na medida do possível - desde o levantamento da quantidade de insumos necessários até o relatório do plantio nas lavouras. Ocasão esta, em que eram realizadas apenas estimativas da produção que seria alcançada, visto que os indígenas não faziam o controle de produção e/ou comercialização e o número de técnicos era reduzido para fazê-lo. Relatou que, apesar de poucos técnicos, naquela época possuíam condições de trabalho para acompanhamento das unidades de produção indígena, de no mínimo duas vezes por semana nas aldeias.

Conforme o agente, até a safra de 2003/2004, ainda observaram sobra de sementes, não devido ao não levantamento das necessidades de cada aldeia e sim,

---

Pecuária e Desenvolvimento Agrário (SECAP) Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS (EMPAER), Subsecretaria Especial para Assuntos Indígenas do Governo de MS, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Prefeitura Municipal de Aquidauana.

<sup>115</sup> Projeto de Unidades de Produção Indígena, elaborado por Tancredo Theodoro de Faria Filho, da APLAM/EMPAER-MS. Agosto de 1995.

por que os indígenas às vezes, recebiam as mesmas sementes de vários programas, de várias secretarias do Governo e até de órgãos não governamentais. Caracterizando a falta de comunicação e interação entre os mesmos e a sobreposição de muitas ações, que poderiam ser conjuntas, evitando desperdício de recursos.

De acordo com Pochmann, Blanes e Amorim (2006, p.97):

O Brasil constituiu um padrão de políticas públicas demarcado pela setorialização e departamentalização da intervenção governamental, especialmente no âmbito da área social. Seus resultados são conhecidos em termos da baixa eficácia e, sobretudo, da dificuldade de romper com o ciclo estrutural da pobreza.

Lucas acredita que a paralisação dos projetos sociais somada com a abertura de usinas na região, poderá ocasionar um grande problema de evasão das aldeias. Ainda segundo a sua narrativa sobre os programas, resume sua opinião em uma frase “tiraram a tutela da FUNAI, mas os índios continuam tutelados por outras instituições”.

A agente governamental, Jovelina, que trabalhou com a etnia Guarani no programa Tupã I, considera que a diferença entre as etnias se dá principalmente devido aos Terena já terem se adaptado ao convívio com o não índio. “As crianças Terena vão à escola, os adultos se preocupam com a comercialização de seus produtos da roça, compram coisas...”.

A distribuição de sementes e óleo diesel, de acordo com Jovelina, já vinha sendo realizada há vários governos anteriores. Esse tipo de projeto, segundo a informante, é bem aproveitado pelos indígenas. “Os indígenas já incorporaram o uso do trator, é muito caro para eles, comprar insumos e manter um trator, pois, a maioria não tem renda fixa”. O que faltava ao Programa Tupã I, de acordo com a agente, eram mais técnicos, pois, o número era insignificante para a quantidade de famílias a serem atendidas. Os técnicos por serem em número pequeno, não conseguiam atender efetivamente as famílias, nem acompanhar os projetos, ocasionando falhas no programa.

De acordo com Trannin (citado anteriormente), o programa não tinha um planejamento padrão de atendimento, eram poucos técnicos, uma coordenadora e cinco responsáveis pelas terras indígenas de Mato Grosso do Sul.

Para Jovelina, “se tivessem mais técnicos daria para sair do arroz com feijão, daria para implantar outros projetos”. Na sua concepção, existia a

necessidade de parcerias com Funai, Prefeituras e outras instituições, e de capacitar técnicos indígenas para dar continuidade aos projetos dentro da comunidade. “Precisam-se pensar mais em assistência técnica, os indígenas não armazenam sementes porque não querem e sim porque não possuem acompanhamento”.

Na opinião da agente, com a suspensão de programas de apoio a produção, os indígenas irão sair da aldeia em busca de empregos como changas, trabalhos em usinas entre outros. “Teremos essa comprovação em 2008, pois, até 2006 algumas etnias ainda receberam alguns benefícios, que estão sendo utilizados em 2007, porém, esse ano não haverá recursos”.

Um agravante, no seu entendimento, era que a metodologia de trabalho dos técnicos do Tupã I não era padronizada, em cada município trabalhava-se de uma forma, não havendo uma sistematização das informações. Outro ponto negativo foi a falta de recursos que impediu que os poucos técnicos desenvolvessem as ações de forma satisfatória, tanto para o Programa quanto para o público alvo.

#### **4.5. Avaliação dos programas sob a ótica indígena: resultados da pesquisa**

Um dos entraves da política indigenista, realizada por órgãos oficiais, é que esses continuam elaborando e engessando seus programas baseados em alguns conceitos<sup>116</sup>, que em alguns casos já foram superados e/ou ultrapassados por muitos estudiosos da antropologia e que também, muitas vezes, como na aldeia Limão Verde, nem sempre condizem com necessidade e demanda do público alvo. Isso significa que, continuam implantando políticas e formulando intervenções que pregam, principalmente, a valorização cultural, através da não apropriação da tecnologia. Mas, em contraposição, se observam indígenas reivindicando o direito a igualdade e ao acesso a bens, que é, possivelmente, a aspiração de grande parte da humanidade, mostrando que, a cultura pode significar um processo temporal e adaptável, ou no mínimo, um processo que pode se apropriar do “novo” e se conectar ao entorno, isto é, ao externo.

Nesse contexto, surge uma crítica aos órgãos, tanto governamentais quanto não governamentais, ao demonstrar dominar mais que os próprios, a questão relacionada ao “que é ser um índio”. Supondo e impondo em muitas ocasiões, quais as características e padrões de vida necessários para se qualificar e quantificar a

---

<sup>116</sup> Como: “resgate cultural”, “técnicas tradicionais”, “preservação de costumes”, dentre outros.

“indianidade”. Demarcando com isso, até onde os mesmos podem ir, construindo limites para manter essa condição, fabricando com isso modelos assistencialistas e protecionistas que evitem que os indígenas ultrapassem esses limites e percam a legitimidade de ser “índio”. Deste modo, enquanto esses organismos continuarem trabalhando com o estereótipo do “incapaz” e do “selvagem”, permanecerão correndo o risco de fracassar na implementação de projetos, pois, não conseguirão ouvir, nem absorver o “clamor” contido nas manifestações indígenas.

É perceptível, que a maioria dos projetos de origem pública, de desenvolvimento de comunidades tradicionais ou não, tem em comum o alto custo e o “imediatismo”. Isso significa que são projetos onerosos, que buscam a resolução imediata de problemas que requerem um maior estudo de riscos e de impactos. Contudo, são necessários projetos que envolvam ações menos pontuais, mais efetivas e continuadas, atingindo com maior amplitude as comunidades beneficiadas, buscando como objetivo a geração de renda, a qualidade de vida e a menor dependência dos recursos públicos. Porém, apesar de alguns resultados positivos atingidos sob a ótica de alguns agentes governamentais, continua sendo observado o aumento da necessidade de benefícios públicos, sendo observada, ainda, a falta de alternativas econômicas e o conseqüente crescimento da “marginalização” dessas comunidades.

É importante notar que as experiências dos projetos pilotos<sup>117</sup>, considerando a participação indígena na elaboração e execução dos mesmos, pode significar um forte indício de que essas sociedades, historicamente, “desconsideradas” começam a ser incluídas lentamente, no planejamento governamental, em que o Estado tem procurado re-elaborar as bases conceituais das políticas públicas para esses povos.

Conforme apresentado anteriormente, para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas duas metodologias, a de entrevista semi-estruturada, e um questionário sócio-econômico e de produção estruturado. Com os resultados obtidos, levantou-se em que condições sócio-econômicas as famílias se encontram e como percebem a implantação das políticas públicas dentro da aldeia, assim como suas necessidades, críticas e expectativas frente ao Estado. As respostas a seguir são resultados da entrevista realizada com 30 (trinta) indígenas, moradores da aldeia Limão Verde.

---

<sup>117</sup> Caracterizado pelo pioneirismo ou ineditismo, enfim, por se apresentar como projetos experimentais.

Em relação aos programas que receberam 90% (noventa por cento) da população pesquisada, relatou que já receberam os três programas em estudo, com apenas três famílias não atendidas pelos mesmos. Visto que os insumos do Programa Pantanal não foram suficientes, segundo a liderança, portanto, dois servidores públicos, do grupo de adultos masculinos entrevistados e uma agente de saúde, do grupo feminino não receberam os benefícios do Programa Pantanal e ambos não se enquadraram no Programa de Segurança Alimentar - PSA.

Esse alto número de indígenas incluídos em programas sociais confirma duas questões comentadas, anteriormente. Primeiro que a problemática indígena vem, aos poucos, fazendo parte dos planejamentos governamentais, o que é positivo e considerado uma conquista, e posteriormente, que mesmo com a implantação de tantos projetos, muitos indígenas, como se observa nos resultados abaixo, nem sempre conseguem atingir efetivamente os objetivos propostos pelos projetos. Não acontecendo, conforme o previsto, o aumento na geração de renda e melhoria de qualidade de vida. Caracterizando projetos como ineficientes e que não correspondem efetivamente à necessidade do público alvo, considerado dessa forma um ponto negativo.

Quanto ao governo, as entrevistas mostraram que os indígenas consideram o todo, englobando todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal). Demonstrando desconhecer ou não saber distinguir, em muitos casos, a origem dos projetos, dos agentes e das fontes financiadoras. Pouco se atentando para a diferenciação entre as políticas e as fontes provenientes de tais projetos.

Os três grupos entrevistados responderam que os programas ajudaram direta e indiretamente a melhorar a situação econômica da família. Contudo, a uma alteração nas respostas, as mulheres destacaram, principalmente, o Programa de Segurança Alimentar, como responsável por essa melhora. Já os homens deram maior importância aos programas voltados à produção e os jovens acreditam que ambos foram importantes, porém, enfatizaram o PSA e também as temáticas envolvendo educação e emprego fora da aldeia.

Outro ponto divergente durante as entrevistas versou sobre as expectativas, ficando clara a importância dada pelas mulheres ao bem estar da família, mais especificamente de seus filhos, avaliando a garantia da segurança alimentar e conseqüentemente da saúde. Na visão dos homens, a questão do trabalho e a busca de geração de renda para garantia da qualidade de vida da família, foram as

principais questões levantadas. E, para os jovens, a garantia de um futuro melhor, através da educação e do emprego, sejam eles dentro ou fora da aldeia, esteve mais presente nas respostas dos mesmos.

Em relação ao Programa de Segurança Alimentar, é interessante notar a diferença, em relação às perspectivas dos indígenas, durante o programa e depois, com o término do mesmo. Durante a pesquisa em 2006, quando ainda recebiam o benefício, os indígenas transpareciam para a pesquisadora que o término do programa provocaria um “caos” em proporções alarmantes dentro da aldeia. Imaginava-se que a situação se assemelharia a ocorrida em Dourados/MS<sup>118</sup>, que famílias passariam dificuldades, impossibilitadas de ter acesso a alimentos para suprir suas necessidades básicas. Além disso, como citado anteriormente, vem ocorrendo certa limitação no uso da terra, causada pelo uso constante da mesma área e da aplicação de maquinário agrícola muitas vezes sem critérios ou técnicas, resultando em um solo cada vez menos fértil, com queda considerável de produção para consumo e para comercialização (IDATERRA, 2006).

Segundo Sr. Antônio dos Santos Silva (2006), a entrega da cesta básica era marcada (dia e hora) e avisada pela Associação aos moradores. “Fico preocupado, somos uma comunidade que sobrevive da agricultura e estamos confinados em pouca terra”. A comunidade, segundo Sr. Antônio “está submissa e dependente da cesta básica”. Os produtos mais vendidos, na feira, são mandioca e laranja, pois, é o que mais se produz nos dias atuais, por serem produtos de plantas mais resistentes aos solos fracos. Houve uma queda na diversidade dos produtos, não obtendo muita lucratividade devido à dificuldade na comercialização. “As mães ficam preocupadas quando o ‘sacolão’ começa a acabar”. Os indígenas que pertenciam à liderança achavam que no início do programa, os indígenas iriam ficar mal acostumados, pois como são agricultores, sempre produziram os alimentos que consumiam, mas com a problemática da limitação de terra e da baixa fertilidade do solo, a segurança alimentar era de suma importância<sup>119</sup>. “Não temos produtos, não é porque não plantamos e sim porque o solo não produz”.

---

<sup>118</sup> Onde pessoas chegaram a morrer de desnutrição.

<sup>119</sup> Quando os indígenas vão “fazer feira”, vão também em busca de alimentos como óleo, arroz, sabão, sal, carne, açúcar entre outros nos mercados da cidade. E levam para comercialização mandioca, laranja, feijão, milho e a outros produtos em menor quantidade.

Hoje a comunidade tem uma demanda pela criação de pequenos animais como alternativa de produção de proteína animal, para alimentação. Criam-se suínos e galináceos, porém, por falta de espaço e da pouca distância entre as residências, significa um transtorno, causando conflito entre vizinhos, além da impossibilidade de produção de alimentos para esses animais, quando se tem limite para a produção da própria subsistência. De acordo com Sr. Antônio, “a população aumentou muito”.

Alguns produtos contidos no “sacolão” do Programa de Segurança Alimentar não eram muito consumidos pelos indígenas, segundo Sr. Antônio. Foram cortados alguns produtos da cesta básica, como marmelada (goiabada), latas de sardinha e fubá. “Acho que foi por causa das doenças como diabete e hipertensão arterial. Porém, acho que deveriam fazer uma consulta e levantamento dentro da comunidade para implantação do programa e para retirada desses alimentos, pois a comunidade não gostou muito dessa retirada”. Ainda nesse contexto, segundo Sr. Israel Peixoto (2006), “fizeram promessas de que ia melhorar, mas, ao invés disso estão tirando, tiraram doce, fubá e sardinha. Estão tirando por causa das pessoas que tem problema de pressão e diabete”. Ainda de acordo com Sr. Israel, aproveitava-se tudo que vinha na cesta básica.

Também sobre o Programa de Segurança Alimentar, o Sr. Israel afirmou em 2006, que se tirasse a cesta básica, faria falta para muita gente. “Tem gente que não evoluiu muito, alguns têm como sobreviver como os aposentados, outros não”. Corroborando com tal concepção, Joilson Leite Torres (2006), assegura que o Segurança Alimentar, contribuiu bastante, pois, existem famílias em situações precárias e algumas pessoas possuem roças maiores e outras menores.

A dificuldade da aldeia está também em sua localização, formada em grande parte por serras. Poucas são as terras aproveitáveis, o pouco espaço não permite a criação de muitos animais como: bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves. Os locais onde os indígenas trabalham com animais são terras devolvidas por fazendeiros, nas quais só havia pastagens. Assim mesmo, criam poucos animais. Segundo o informante, “não há muita diferença da situação financeira entre quem trabalha com criação de animais e quem trabalha com agricultura”.

Como podem ser observados, nos relatos acima, realizados em 2006, os indígenas declararam que a comunidade de certa forma estaria dependente do programa. Porém, de acordo com os relatos de 2007, esse impacto ocorreu em menores proporções, nenhuma família passou por “insegurança alimentar”, pois, de

acordo com os informantes, todos possuem sua roça, e as famílias e vizinhos não permitiriam esse problema.

Uma outra característica, não esperada, além da capacidade de adequação às situações difíceis como o corte dos programas sociais em tão pouco tempo, foi a grande capacidade de gestão financeira. Com os relatos, a pesquisadora constatou que a sociedade envolvente<sup>120</sup> e o Governo subestimam a capacidade indígena. Conclui-se que essa comunidade está mais politizada do que se imaginava. Talvez pela proximidade e acesso ao centro urbano, o fato, no entanto, é que, das suposições levantadas, nem todas eram reais.

Nesse contexto, a informante Sr<sup>a</sup>. Medianilza Peixoto da Cruz (2007), agente de saúde, após ser questionada sobre o conhecimento e a utilização dos alimentos do PSA, respondeu com certa indignação:

Hoje não tem mais isso, somos civilizados, só não compramos alguns tipos de alimentos porque não temos condições financeiras, mas conhecemos e usamos tudo sim. O programa foi muito bom e sentiram muita falta do fubá e da sardinha.

Ainda segundo a agente:

Nossa comunidade é pequena, nosso pessoal é trabalhador, a gente escuta que tem desnutrição na área indígena, até 1999 e 2000, tinha desnutrição, hoje se temos algum desnutrido, não é por falta de alimentação, é por descuido da mãe, pois a alimentação da escola aumentou e melhorou, com mais verduras, na minha época não tinha isso.

Ainda em relação à capacidade de gestão, a maior parte dos indígenas considera importante o auxílio do Governo, pois com isso, poupam a pequena renda, em média de R\$ 100,00 (cem reais) por família<sup>121</sup>, a qual seria investida em alimentos, considerados prioridade para os mesmos, para comprarem outros bens. A prioridade na compra da família indígena após os alimentos, são roupas e calçados para as crianças, além de material escolar.

O Sr. Amadeu Gabriel (2007), considera que a “ajuda é muito grande” do Programa de Segurança Alimentar, principalmente, porque segundo o mesmo, as crianças precisam estudar, ao invés de trabalhar na roça. “Antigamente, a roça era suficiente, mas hoje a lavoura fica muito praguejada. As plantas não crescem”. Ele planta mandioca, e afirma que a cesta básica faz muita falta, pois a terra não produz

---

<sup>120</sup> E cabe aqui um parêntese, pois, não se sabe se pode considerar envolvente, já que os indígenas parecem inseridos.

<sup>121</sup> Considerando a renda da família dos entrevistados e dos que responderam ao questionário.

mais como antes. Com a suspensão do Programa de Segurança Alimentar, segundo o informante, precisam vender mais na feira, para compensar o *déficit*. Considerou a quantidade de alimentos da cesta básica suficiente. “Tudo é bom pra gente”.

Para corroborar tal afirmativa, têm-se os depoimentos de Alessandra Alonso (2007) “o sacolão ajudava bastante, agora têm alimentos que a gente não consegue comprar”. E segundo a Sr<sup>a</sup>. Julia Rafael (2007):

Usava tudo, não perdia nada. Fazia sabão, bolo (...). Sardinha também. Não foram perguntar se a gente usava ou não, antes de tirar do sacolão. Alguém deve ter falado que não usava, aí tirou de todo mundo. Faltava ir lá perguntar, achei muita falta do fubá, fazia polenta com carne moída (...). Agora estou comprando fubá, na Semana Santa fiquei sem fubá.

Ainda segundo Sr<sup>a</sup>. Julia, a cesta básica era suficiente ou não, de acordo com o número de pessoas pertencentes à família.

Um outro ponto que era considerado uma suposição a ser encontrada foi a redução de produção nas lavouras, o que novamente não foi comprovado. De acordo com Alinor Gabriel (2007), mesmo com o Programa de Segurança Alimentar, continuaram a plantar normalmente, pois segundo o mesmo “dentro da aldeia só se para de plantar, caso o patrício, saia para trabalhar em outro local fora da aldeia”.

O relato mais interessante na questão da capacidade de gestão econômica dos indígenas foi da Sr<sup>a</sup>. Audely Dias Lipú (2007):

Tive sonho de fazer banheiro, o Governo trouxe Kit Sanitário<sup>122</sup>. Demorei anos para fazer minha casa, ia demorar muito para fazer o banheiro, mas fui beneficiada. Construí minha casa a partir de programas de Governo, com o auxílio maternidade, comprei tijolos, com auxílio-médico, por ter quebrado a perna, comprei as telhas, fazendo roça comprei madeira e assim fui construindo. Se não fosse isso ia demorar muito mais.

Nessa perspectiva, fica evidente a capacidade de gestão financeira e de auto-suficiência, visto que a maioria dos entrevistados em 2007, disseram que o programa fazia falta muito embora, pudessem viver sem o mesmo. Porém, agora teriam que trabalhar um pouco mais, “correr mais atrás”, como vários relatos, e que a única coisa que aconteceria é o fato da renda voltar a ser investida apenas em alimentação, já que o Programa em questão possibilitava a economia em alimentos para compra de outros bens.

Os programas, portanto, são bem aproveitados pelos indígenas como um complemento da renda, economizando de um lado para comprar do outro, segundo

---

<sup>122</sup> Programa da FUNASA de Saneamento em Áreas Indígenas por meio de construção de banheiros (pia, vaso sanitário e fossa séptica).

descreveram. Esperava-se, talvez, que a implantação do programa fosse desorganizar suas unidades de produção tradicional e que a suspensão causaria transtorno à saúde física dos mesmos, mas os relatos como visto anteriormente, surpreenderam.

Um grande questionamento que surgiu, foi por que em todos os discursos governamentais a expressão “qualidade de vida” está presente. No entanto, qual é realmente a denotação desse termo na visão do agente? Será que o indígena compartilha da visão governamental?

Apesar de a expressão estar intimamente ligada aos conceitos de desenvolvimento humano, de bem-estar, de saúde física e mental - cujo entendimento pode ser complexo e particular – ocorre diferenciações nas percepções acerca do tema. Na visão do poder público, entende-se, também, que está associada ao desenvolvimento econômico, pois, na fala dos agentes, para se atingir a qualidade de vida, é necessário que a comunidade “excluída”, saia da “linha de pobreza” e/ou seja incluída socialmente, tendo acesso à geração de renda, à saúde, à educação, à segurança alimentar. Na concepção da pesquisadora, as ações interferem no alcance da qualidade de vida, pois, quanto mais próximo se estiver da realização das aspirações, mais fácil será atingir a tão almejada qualidade.

No entanto, para o grupo pesquisado cada parte possui uma noção diversa da anteriormente debatida. No grupo dos homens, cerca de 50% (cinquenta por cento), admitiram que qualidade de vida, é sinônimo de saúde, pois, alegaram que sem saúde não teriam condições de trabalho e que tendo saúde as demais realizações seriam conseqüência. Depois, relacionaram qualidade de vida com o acesso ao emprego em 30% (trinta por cento) das opiniões, outros 10% (dez por cento) atribuíram à qualidade de vida como resultado do aumento da lavoura e o acesso à educação em torno de 10% (dez por cento) das respostas. Para as mulheres, qualidade de vida significa em 60% (sessenta por cento) das opiniões, a manutenção da saúde, e, 30% (trinta por cento) das respostas, foram atribuídas ao acesso ao emprego e 20% (vinte por cento) a educação. Pode-se perceber que das respostas femininas, o emprego e a saúde, estavam voltados, principalmente, à qualidade de vida dos filhos e não das mesmas. Para os jovens, qualidade de vida é sinônimo de saúde em 40% (quarenta por cento) das opiniões, relaciona-se à

educação em 30% (trinta por cento), ao emprego em 20% (vinte por cento) e à religião em 10% (dez por cento) das respostas.

A importância da presença de agentes governamentais foi questionada aos três grupos, sendo que das mulheres 60% (sessenta por cento) não opinaram, pois alegaram que apenas o marido poderia responder; 30% (trinta por cento) responderam que precisavam de orientação, pois, o solo estava fraco, isto é, com baixa fertilidade e 10% (dez por cento) responderam que a comunidade precisava de orientação para plantio em época mais apropriada. Para o grupo dos adultos (homens), 50% (cinquenta por cento) responderam que precisavam de orientação, pois, o solo estava fraco, 30% (trinta por cento) salientaram que havia a necessidade de assistência técnica no plantio para aumento de produção, 10% (dez por cento) para auxiliar no plantio em época adequada e 10% (dez por cento) para utilizarem os insumos recebidos de forma correta. Na opinião dos jovens, sobre a necessidade de agentes governamentais na aldeia, 40% (quarenta por cento) responderam que a terra estava fraca, 40% (quarenta por cento) que precisavam de orientação para plantio em época correta, 10% (dez por cento) para aumentar a produção e 10% (dez por cento) porque precisavam de orientação sobre educação ambiental.

A média da renda auferida da comercialização dos produtos plantados na unidade de produção agrícola de cada família é de cerca de R\$ 100,00 (cem reais) nos três grupos, variando de R\$ 30,00 (trinta reais) a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) <sup>123</sup>. Das trinta pessoas entrevistadas, apenas seis (20% - vinte por cento), recebem mensalmente um salário mínimo, esse número é preocupante, quando é relacionado ao poder de aquisição de alimentos e garantia de segurança alimentar, podendo significar que muitas famílias dentro das 80% (oitenta por cento) restantes estão abaixo da linha de pobreza.

De forma geral, para 50% (cinquenta por cento) das mulheres, os programas em questão, serviram como complemento da renda, pois puderam poupar o dinheiro que seria utilizado com alimentação, para compra de outros bens considerados necessários, tais como: roupa, sapato, material escolar. Para 40% (quarenta por cento) das mulheres, os programas foram necessários, pois os indígenas não possuem condições financeiras para aquisição de insumos necessários para produção das lavouras e 10% (dez por cento) afirmou que os programas foram

---

<sup>123</sup> Baseado no salário mínimo de R\$ 350,00.

insuficientes, pois, faltaram itens e posteriormente os agentes retiraram alimentos do Programa de Segurança Alimentar, sem ter tido uma consulta prévia à comunidade.

Já com o grupo dos adultos (homens), as respostas variaram muito, 20% (vinte por cento) consideraram os benefícios dos programas importantes no complemento da renda, pois possibilitava a aquisição de outros bens. Outros 20% (vinte por cento) afirmaram que precisavam dos programas, pois, não possuíam condições de comprar insumos para produção. Cerca de 20% (vinte por cento) responderam que os programas eram insuficientes, preferiam programas voltados ao incentivo à produção. Já 10% (dez por cento) dos informantes preferiam empregos aos programas governamentais. E, finalmente, 10% (dez por cento) dos entrevistados alegaram que os programas eram insuficientes, pois, deveriam ter realizado uma consulta prévia antes da implantação, outros 10% (dez por cento) afirmaram que os programas são obrigação do Estado e os demais 10% (dez por cento) disseram que não eram os projetos que a comunidade necessitava, por isso consideraram desperdício ou “dinheiro jogado fora”.

Na opinião dos jovens, 40% (quarenta por cento) afirmaram que os programas foram importantes, pois, possibilitaram a complementação da renda, através da compra de outros bens. Cerca de 20% (vinte por cento) dos jovens ressaltaram que foram projetos importantes, pois, a comunidade não possui condições financeiras para compra de insumos para produção e 10% (dez por cento) dos informantes alegaram que os projetos foram importantes, pois, são “carentes” e não tinham condições financeiras para comprar alguns alimentos. Cerca de 10% (dez por cento) dos entrevistados preferiam emprego a programas governamentais, 10% (dez por cento) consideravam obrigação do Estado e os demais 10% (dez por cento) declararam que os programas de incentivo à produção são mais eficazes que o Programa de Segurança Alimentar.

Apesar das mulheres relatarem que em alguns casos auxiliam seus maridos no trabalho com a lavoura, 40% (quarenta por cento) das mulheres entrevistadas, demonstrou que a atividade é de domínio masculino, pois, grande parte não se achou apta para responder algumas questões. Na área de produção, a maior parte das mulheres e dos jovens não soube responder e/ou não quis opinar, produzindo informações insuficientes, portanto, apenas na visão dos homens, as principais produções para comercialização e subsistência foram: a mandioca em primeiro lugar, o feijão em segundo, o milho em terceiro, o feijão-miúdo em quarto, e a

abóbora em quinto, demais produções como maxixe, quiabo, entre outras, também foram citadas em menor número.

Em relação à comercialização, apenas duas jovens entrevistadas comercializavam seus produtos em Aquidauana (feira). Do grupo dos adultos, apenas um dos entrevistados levava os produtos para comercializar na cidade. Das mulheres, 70% (setenta por cento) levavam produtos para comercializar na cidade e 30% (trinta por cento) não, por problema de saúde, por ser servidora pública e/ou por não ter com quem deixar os filhos de menor idade na aldeia. Um exemplo foi o da entrevistada do grupo das mulheres que alegou não fazer a feira porque gosta, mais sim porque precisa ajudar à família financeiramente.

Muitos programas que visam o desenvolvimento de comunidades indígenas objetivam a reafirmação cultural das mesmas, trazendo de volta técnicas agrícolas utilizadas por seus antecessores, como alternativa de utilização dos recursos naturais de forma “sustentável”, sem agredir ou exercer demasiada pressão ao meio ambiente. Porém, não levam em consideração o aumento demográfico, o limite territorial e a inevitável pressão aos recursos ambientais para sobrevivência dos mesmos.

Destarte, é um tema muito complexo, quando se coloca na balança a utilização de técnicas que não permitem a produtividade e a produção necessárias para se entrar no mercado. É preciso ressaltar que não é imperativo a produção e conseqüentemente a conquista de um lugar competitivo no mercado, porém precisam realizar tal ação para sobreviver, e isso só é alcançado atualmente com um mínimo de tecnologia, visto que existe uma diferença, segundo técnicos da AGRAER, em relação à produção com técnicas atuais e passadas. De qualquer forma, não é necessária a indução ao abandono das técnicas indígenas ainda conservadas, porém, considera-se impossível, de acordo com o resultado da pesquisa, “abrir mão das conquistas tecnológicas, para trabalharem como seus antepassados”.

Alguns indígenas ainda plantam como aprenderam com seus pais e avós, como no caso do Sr. Amadeu Gabriel (2007), que realizava o plantio conforme as fases da lua:

Como não posso mais trabalhar, oriento meus filhos a plantarem sempre na cheia ou na nova porque o tempo é de chuarada, o milho se planta mais na crescente. Para plantar ensinei a usar o “Saracua”, que é um pedaço de pau com uma ponta afiada para fazer pequenos buracos e jogar a semente, depois enterra com o pé e como os buracos são pequenos, os bichinhos, as

galinhas, os pássaros não comem a semente, demora mais, mas fica bem feitiinho. No enxadão a semente fica para fora.

Mesmo não realizando mais as técnicas aprendidas por seus antecessores, muitos demonstraram o conhecimento pelas mesmas, como Sr. Agripino Caetano Tibério (2007), que hoje, não armazena mais suas sementes da forma antiga, apenas ensaca e armazena em sua casa, porém, relatou que:

Antigamente, guardava semente de outra forma, chamava “pie”, cortava a planta com pé e tudo, armazenava, fechava com palha, colonião, napier, ficava tipo uma casinha, duravam uns três anos, guardava para ir consumindo e plantar de novo.

Em relação ao manejo tradicional, questionado apenas para os homens, aproximadamente 30% (trinta por cento) responderam realizar algum tipo de manejo tradicional e os demais 70% (setenta por cento), não realizavam nenhuma técnica tradicional, ou melhor, técnicas passadas por seus antecessores, ou seja, sem a utilização de nenhuma tecnologia moderna.

A maioria dos indígenas afirmou que a semente recebida pelo governo era de boa qualidade, porém, alguns relataram que chegava fora da época hábil para o plantio. Muitos alegaram também, que a quantidade de combustível recebida pelos programas de incentivo a produção agrícola era insuficiente, portanto, possibilitando que o trator realizasse o preparo do solo de forma insuficiente, apenas uma “mão de grade”<sup>124</sup>, sendo necessárias, no mínimo, “duas mãos de grade”. Um outro fator levantado foi a necessidade de mais máquinas agrícolas, pois, o número de agricultores era alto e normalmente os últimos a serem atendidos, plantavam fora de época, correndo o risco de perderem a lavoura. Nesse contexto, os moradores da Vila Cruzeiro, declararam serem sempre os últimos atendidos e muitas vezes, perderem sua produção.

Os principais problemas na questão de produção e quanto a produtividade, na visão apenas dos homens, foram: a questão da quantidade de terra insuficiente, com aproximadamente 30% (trinta por cento) das respostas, os problemas encontrados no solo – como a baixa qualidade - com cerca de 40% (quarenta por cento), 10% (dez por cento) das respostas, relacionou ao plantio fora de época por

---

<sup>124</sup> Número de passadas de grade do trator no solo. Esse número, no preparo do solo varia de acordo com a finalidade da operação, com o tipo e cobertura do terreno (solo). Quanto maior o número de gradagens, maior a quantidade de combustível necessário para a operação, além do preparo excessivo, possibilitar a erosão do solo.

atraso de preparo de solo pelo trator, outros 10% (dez por cento) responderam que os problemas se devem a falta de mais tratores para atender a comunidade e finalmente, 10% (dez por cento) por falta de orientação técnica dos agentes governamentais.

A única resposta que obteve unanimidade, nos três grupos, foi a questão de se parar de plantar, devido ao recebimento do Programa de Segurança Alimentar, 100% (cem por cento) responderam que nunca pararam de cultivar suas roças. Segundo os entrevistados, os aposentados ainda possuem suas roças, mesmo não podendo mais plantar, suas roças são cultivadas por filhos, netos e genros. Os servidores públicos indígenas também possuem lavoura, tanto para subsistência, quanto para complementação de renda. Os jovens, tanto os que ajudam os pais quanto os que apenas estudam ou trabalham em outro local, responderam que os pais possuem lavoura.

Cabe ressaltar que dos entrevistados, dois são aposentados, quatro são funcionários públicos - dois do grupo dos adultos, um do grupo dos jovens e um do grupo das mulheres - um é artesão, porém, todos também são agricultores, ou pode-se dizer que todos possuem um pedaço de terra onde produzem para subsistência e/ou para obtenção de renda.

A principal dificuldade em assuntos gerais, de cunho social, enumerada foi, na área de saúde, principalmente, em relação ao atendimento odontológico, na opinião de 50% (cinquenta por cento) dos jovens, 60% (sessenta por cento) das mulheres e 40% (quarenta por cento) dos adultos. A questão do saneamento básico foi lembrada por 20% (vinte por cento) das mulheres e 10% (dez por cento) dos jovens. Cerca de 20% (vinte por cento) dos jovens levantaram o problema do transporte para a faculdade e as mulheres, nesse contexto, em relação aos seus filhos, opinaram em 10% (dez por cento). O grupo dos adultos levantou o problema da falta de emprego em 40% (quarenta por cento) das opiniões, os jovens com 20% (vinte por cento) e as mulheres em 10% (dez por cento). Os homens alegaram problema na estrada em 20% (vinte por cento) das opiniões dos adultos. Outros problemas foram abordados, em menores proporções, como: individualismo, influência de políticas partidárias na desunião da comunidade, problemas com comunicação que corresponderam as demais respostas.

Através das entrevistas, observou-se que, assim como os demais, os jovens indígenas também possuem a aspiração de concluir nível superior, buscando,

principalmente, um bom emprego para auxiliar a família, dentro ou fora da aldeia. Paralelamente a isso, se encontram pais que incentivam os filhos a estudarem para garantir um futuro melhor.

Em relação à questão da educação e do emprego fora da aldeia, 50% (cinquenta por cento) dos jovens pretendem sair para estudar e trabalhar fora da aldeia e 30% (trinta por cento) pretende sair para estudar e voltar para trabalhar na aldeia. Cerca de 10% (dez por cento) dos informantes alegaram que tanto faz estudar e/ou trabalhar fora ou dentro da aldeia e os outros 10% (dez por cento) disseram que não tem interesse em estudar e/ou trabalhar fora.

Em relação ao campo educacional dos jovens entrevistados, 20% (vinte por cento) são universitários, 20% (vinte por cento) participaram do processo de seleção no vestibular, mas, não foram selecionados, 20% (vinte por cento) pretendem realizar a seleção e 40% (quarenta por cento) ainda não o fizeram. Todos os jovens entrevistados concluíram ou estão em fase de conclusão do ensino médio.

Na aldeia Limão Verde, percebeu-se que o idioma Terena é pouco falado pelos indígenas jovens, alguns adultos ainda falam somente entre eles, mas falam mais o português, principalmente, na presença de não índios e a maioria dos idosos só falam no idioma e possuem dificuldade em se comunicar em português. Porém, todos os entrevistados - jovens, adultos e mulheres - concordaram que é importante manter o idioma na comunidade para conservação de sua cultura e história.

Nesse contexto, segundo o jovem Amildo Malheiros Vaz (2007), a maioria dos jovens não fala o idioma, só entende. E que o governo tem incentivado a educação bilíngüe dentro da aldeia, da alfabetização até o ensino fundamental. Entretanto, de acordo com o informante, os pais apesar de considerarem a importância da conservação do idioma, se preocupam mais em ensinar o português que o idioma, para uma melhor comunicação fora da aldeia, podendo significar maiores oportunidades e a garantia de um futuro melhor com educação e emprego.

Todos os adultos (homens) entrevistados falavam e entendiam o idioma Terena. Apenas 50% (cinquenta por cento) das mulheres falavam e entendiam, as demais apenas entendiam. Quanto aos jovens, 80% (oitenta por cento) apenas entendiam o idioma sendo que 20% (vinte por cento) não entendiam nem falavam. Desses, 80% (oitenta por cento) dos casos foi justificada a falta de aprendizado do idioma, por não terem sido ensinados pelos pais desde a infância, embora, grande parte dos pais não concorde com a afirmação, alegando que ensinaram, porém, não

souberam responder o motivo do não interesse dos filhos pela língua materna. Os outros 20% (vinte por cento) dos jovens alegaram ter vergonha de falar o idioma.

Em relação ao Programa Pantanal, sobre os resultados da entrega e incorporação do calcário na lavoura, as mulheres não opinaram. Cerca de 50% (cinquenta por cento) dos homens afirmaram que o calcário melhorou o solo, visualizando isso por meio do aumento do tamanho das plantas, isto é, do crescimento vegetativo e da produção, 20% (vinte por cento) acreditam que não teve qualquer diferença, 10% (dez por cento) não quiseram aplicar o calcário e 20% (vinte por cento) não receberam. Quanto ao grupo jovem, apenas três opinaram. Um alegando que seus pais consideraram que a utilização provocou melhora na produção da lavoura e os outros dois que seus pais não quiseram aplicar o calcário, por influência de outros indígenas que alegaram que a aplicação do calcário poderia prejudicar a produção.

Quanto à participação das mulheres, por unanimidade, todas responderam que possuem espaço dentro da comunidade, nas reuniões e outros eventos para opinar e que os homens nunca se opõem a essa participação. Contradizendo tal afirmativa se percebe que na opinião dos homens, 20% (vinte por cento) alegam que as mulheres não possuem espaço para opinar nas reuniões e eventos da aldeia. Todos os jovens, também, afirmaram que as mulheres possuem o mesmo direito que os homens de opinar, porém, poucas são as que fazem uso da palavra, opinam mais em casa junto à família.

De forma geral, os indígenas entrevistados, disseram que sabiam que com a mudança de Governo, correriam o risco de não receberem mais os benefícios, mas ainda tinham esperança da continuidade dos mesmos. De qualquer forma, alegaram que com a ausência dos programas, mesmo servindo como um importante complemento de renda, não foi observado casos de indígenas que passaram por problemas de falta de alimentação na comunidade.

Segundo a grande maioria dos entrevistados, os programas foram e são muito importantes, “irão fazer falta”, relatam, mas, não foram considerados essenciais, pois, segundo os mesmos, na pior das hipóteses o que poderá ocorrer, será o aumento do trabalho nas lavouras para compensar a ausência dos benefícios. Uma outra consequência será a falta de condições financeiras para a compra de outros bens e insumos para produção, que não sejam para finalidade de alimentação, podendo ocasionar a redução do plantio e produção das lavouras.

Dos questionários aplicados as cem famílias, 20% (vinte por cento) foram as esposas e 80% (oitenta por cento) os maridos que responderam. Vale ressaltar, que o questionário não foi aplicado às trinta pessoas entrevistadas.

O ano de nascimento dos colaboradores variou entre 1926 e 1988, prevalecendo às pessoas nascidas na década de 1970. Os questionários foram aplicados, por amostragem, em torno de 10% (dez por cento) em cada região dos diversos pontos da aldeia, mais especificamente nas vilas Baixadão, Cardoso, Pereira Dias, Cerradinho, Centro, Cruzeiro, Nascente, Catarina e Buriti. Dos colaboradores, 63% (sessenta e três por cento) se apresentaram como casados, cerca de 7% (sete por cento) solteiros, 7% (sete por cento) amasiados e 23% (vinte e três por cento) se enquadraram como outros (viúvos, por exemplo). Os casais possuem em média quatro filhos. E em uma casa normalmente residem seis pessoas.

Em relação à escolaridade, 14% (quatorze por cento) nunca estudaram; 12% (doze por cento) são alfabetizados, contudo, a grande maioria com 62% (sessenta e dois por cento), concluíram o nível fundamental. E, conforme se aumenta o nível de escolaridade menor foi o percentual entre os entrevistados, com 7% (sete por cento) o nível médio e 5% (cinco por cento) concluíram ou estão cursando o nível superior.

Ao observar a aldeia Limão Verde, evidencia-se uma arquitetura não indígena e/ou rural, pois, a maioria das residências possui a estrutura de alvenaria, eletrificação, a presença de antenas de TV, de telefonia e de eletrodomésticos, que, portanto, nesse contexto, de nada os diferencia do restante da sociedade brasileira.

Em relação à infra-estrutura, 68% (sessenta e oito por cento) possuem casa de alvenaria, 25% (vinte e cinco por cento) de adobe e 7% (sete por cento) de madeira. A água em 96% (noventa e seis por cento) das residências é proveniente do poço artesiano e 4% (quatro por cento) de poço comum. Quanto ao tratamento da água, em 2% (dois por cento) dos casos é filtrada, em 5% (cinco por cento) fervida, em 43% (quarenta e três por cento) das residências é aplicado cloro e em 50% (cinquenta por cento) não há qualquer tipo de tratamento. A energia elétrica está presente em 99% (noventa e nove por cento) das residências visitadas. Ao se abordar o tratamento de dejetos dos banheiros das residências, 48% (quarenta e oito por cento) possuem fossa séptica, em 28% (vinte e oito por cento) dos casos os

dejetos são depositados a céu aberto<sup>125</sup>, e nos 24% (vinte e quatro por cento) restantes dão outro tipo de tratamento<sup>126</sup>.

Infelizmente, a problemática do lixo ainda é muito presente dentro da aldeia, partindo do pressuposto de que não há serviço público de coleta de lixo e que os indígenas costumam armazenar seus resíduos a céu aberto ou queimá-los, prejudicando assim, a saúde humana, por promover um ambiente pouco higiênico e prejudicial, devido a microorganismos nocivos e fumaça. Apesar de não se ter realizado um trabalho de quantificação do lixo produzido na aldeia, foi visualmente perceptível, o acúmulo do lixo em algumas residências em um ano de pesquisa, principalmente, de embalagens descartáveis, recicláveis ou não, de produtos alimentícios provenientes tanto do Programa de Segurança Alimentar, quanto por aquisição na cidade.

Em relação à destinação do lixo (resíduos não orgânicos) das residências dos informantes, o gráfico 1 mostra que o mesmo pode ser jogado em covas feitas no solo, depositado no quintal, queimado ou ter outro destino.

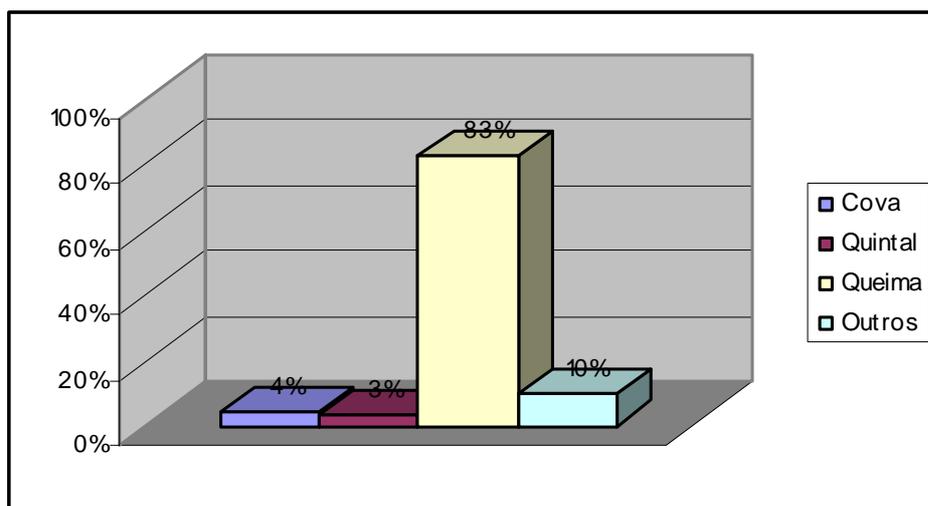


Gráfico 1 - Destinação do lixo

Quanto às principais dificuldades encontradas na área da saúde (FUNASA), de acordo com o gráfico 2, constataram-se o atendimento odontológico, os problemas com internação, as dificuldades relacionadas com a vacinação, com as

<sup>125</sup> Os dejetos são levados por encanamento para fora da residência até o local de depósito (fossa) a céu aberto.

<sup>126</sup> Locais cobertos ou não, fora da residência que ficam sobre um buraco onde são depositados os dejetos ou em outros locais onde não há banheiro e as necessidades são feitas a céu aberto.

consultas médicas e com a aquisição de medicamentos, além, de outra ou nenhuma dificuldade.

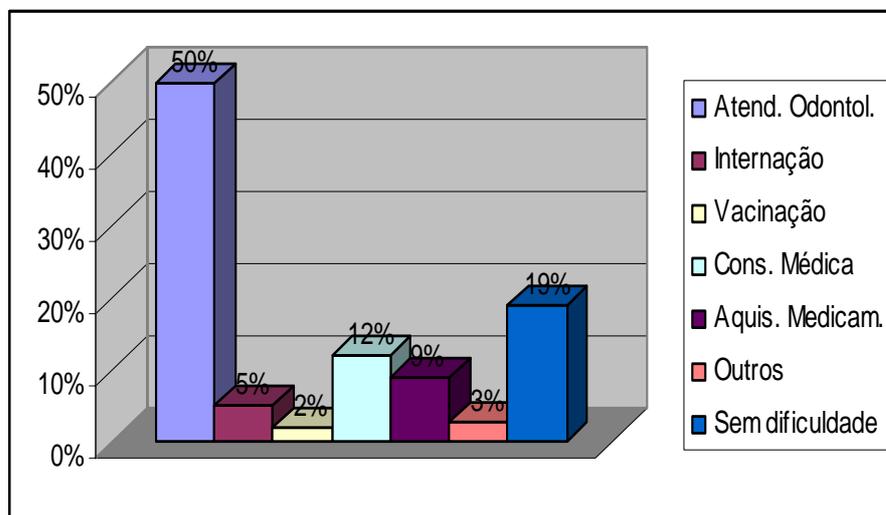


Gráfico 2 – Dificuldades na área da saúde

Foram questionados quanto às patologias existentes na família, cerca de 6% (seis por cento) possuem casos de diabetes, 10% (dez por cento) de hipertensão arterial, 1% (hum por cento) de colesterol e 11% (onze por cento) possuem casos de outras patologias.

Em relação aos aspectos produtivos, os informantes foram questionados quanto à utilização de tecnologias na produção agropecuária, em 3% (três por cento) das respostas utilizam ou já utilizaram adubo, 47% (quarenta e sete por cento) utilizam ou já utilizaram calcário, 6% (seis por cento) vacinam ou já vacinaram seus animais, em nenhum caso responderam que já fizeram ou fazem uso de agrotóxicos. Em apenas 5% (cinco por cento) dos casos, já realizaram análise de solo. Os demais responderam que não usam nenhuma tecnologia.

A prática da agricultura é realizada em 91% (noventa e um por cento) das famílias questionadas, que possuem entre meio e mais de três hectares, como mostra o gráfico 3. Essas áreas podem se encontrar em mais de um local, divididas em duas ou mais unidades de produção. Observando-se que nem todas as lavouras foram medidas, portanto, nem todas possuem as extensões citadas exatas, foram em muitos casos, baseadas em orientações de agentes governamentais ou dos próprios indígenas.

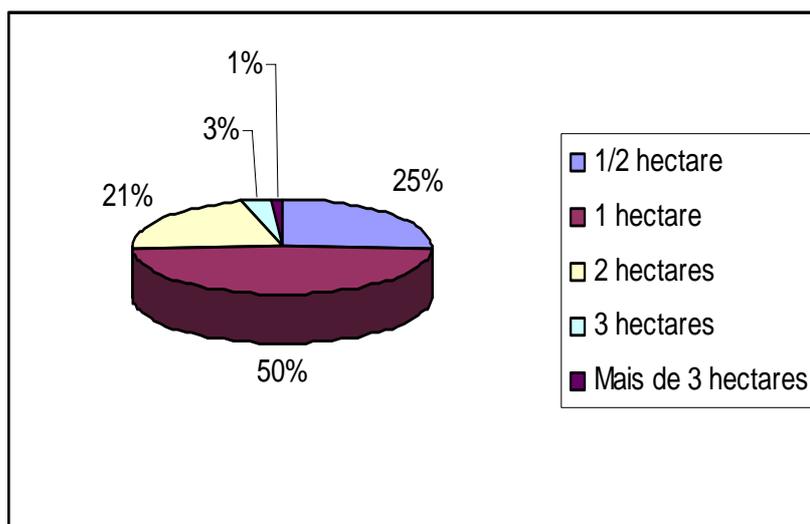


Gráfico 3 – Extensão das unidades de produção

De acordo com a pesquisa, constatou-se que grande parte dos indígenas considera que o solo se encontra com baixa fertilidade, como mostra o gráfico 4. Ainda nesse contexto, 46% (quarenta e seis por cento) alegaram que possuem problema com erosão, 32% (trinta e dois por cento) não possuem problemas e 22% (vinte e dois por cento) não opinaram.

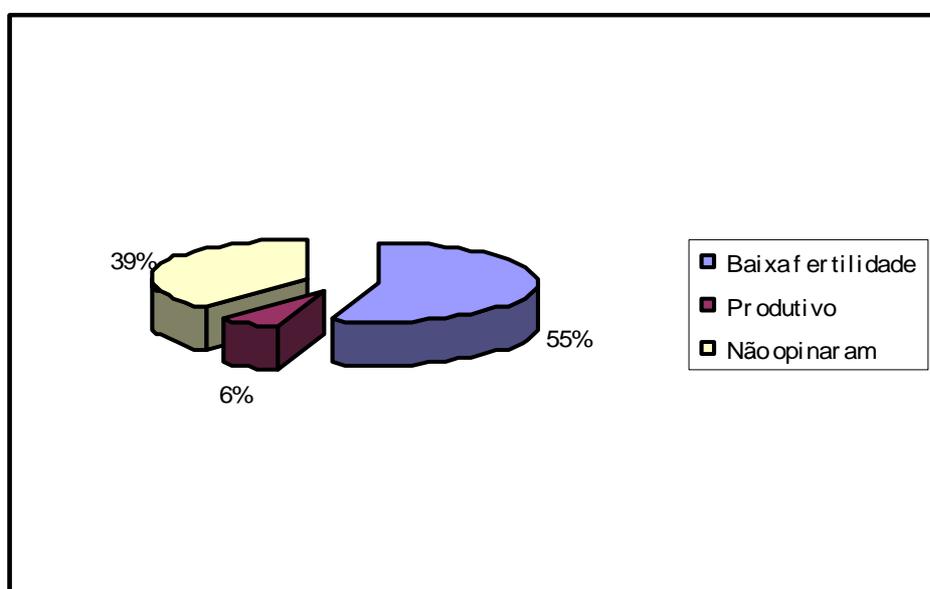


Gráfico 4 – Condição do solo para os indígenas

Os indígenas atribuem essa baixa fertilidade ao uso intensivo do solo, visto que com o aumento das famílias, a quantidade de terra a ser cultivada por cada família vem se limitando cada vez mais, e a delimitação da reserva impede a

abertura de novas áreas. Portanto, plantam o ano inteiro, uma cultura após a outra, sem descanso do solo e sem reposição de micro e macro-nutrientes (adubação) e/ou correção do pH<sup>127</sup> do solo (calagem).

Um outro aspecto interessante observado é a diversidade existente nas roças, mesmo que exista sempre um plantio principal que ocupe quase a totalidade da área, os indígenas não abandonam o hábito de plantar diversas culturas em um mesmo local, possibilitando a variedade de alimentos para subsistência e conseqüentemente melhor alimentação da família, proporcionando também, uma melhor comercialização, pois, segundo os próprios indígenas, os compradores sempre buscam por variedades. A presença de certas culturas ou não dentro da roça obedece, portanto, a preferência alimentar da família, a demanda comercial ou a produtividade do solo.

A mandioca atualmente tem sido a principal cultura na maioria das lavouras da aldeia. Os indígenas justificam essa preferência, principalmente, por ser uma cultura menos exigente em relação a solos férteis, que pode ser plantada o ano inteiro e não exige nenhum beneficiamento após a colheita, pois é vendido como raiz e os compradores vão buscar a produção na aldeia, o que segundo os indígenas, mesmo comercializada a um menor preço, significa garantia de comercialização. Porém, não vendem a qualquer preço, pois possuem a completa noção do mercado e do valor do trabalho dispensado na lavoura. Além disso, é um produto tradicional da culinária indígena e do Mato Grosso do Sul em geral.

Já a cultura do milho, mais exigente em nutrientes disponíveis no solo, em alguns locais não tem apresentado resultados satisfatórios na colheita, pela baixa produtividade e produção com queda na quantidade e tamanho das espigas. Além disso, os indígenas informaram que as lavouras estão sendo “atacadas por muitos pássaros”. O milho normalmente é comercializado em espigas pelos indígenas e é considerado um produto tradicional de muita procura na feira indígena. O milho além da comercialização é muito apreciado pelos indígenas, servindo também para alimentação dos animais domésticos, ou seja, de aves e suínos.

O feijão tem tido sua produção diminuída, principalmente, pelo beneficiamento que deve ser realizado após a colheita, e que segundo, os indígenas não são compensados pelo baixo preço de comercialização, devido à

---

<sup>127</sup> Indicador da concentração de íons de Hidrogênio (H<sup>+</sup>).

competitividade nos centros urbanos. Já o feijão miúdo, menos exigente em fertilidade de solo, tem uma boa comercialização e é armazenado de um ano para o outro. O arroz não apareceu nas pesquisas, pois, alegaram que além da exigência de solos férteis, não são produtos competitivos no mercado para “compensar o trabalho”. Alguns indígenas ainda plantam o arroz para subsistência, mas a maioria prefere comprá-lo.

Em relação à época de plantio, a maior parte dos informantes realiza o plantio de milho em outubro, colhe com aproximadamente quatro meses após o plantio e comercializa o milho a R\$ 2,00 (dois reais) a dúzia ou R\$ 16,00 (dezesseis reais) o saco de 60 kg. Em relação à mandioca, plantam o ano inteiro, sem época específica, esperam oito meses para colheita e comercializam, por caixa, a R\$ 6,00 (seis reais) ou R\$ 1,00 (hum real) o quilo. O feijão, conforme informação é plantado a partir de março, colhido após três meses e vendido de R\$ 1,00 (hum real) a R\$ 2,00 (dois reais) o quilo ou o litro<sup>128</sup>, ou por R\$ 40,00 (quarenta reais) o saco de 60 kg. Já o feijão miúdo é plantado o ano inteiro, colhido após três meses e comercializado, também, de R\$ 1,00 (hum real) a R\$ 2,00 (dois reais) o quilo ou o litro, ou ainda R\$ 20,00 (vinte reais) o saco de 60 kg. A abóbora é plantada em agosto, colhida após três meses e comercializada por unidade variando de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) a R\$ 2,00 (dois reais) conforme o tamanho. O maxixe e o quiabo, de acordo com os índios não são plantados, apenas nascem e são conservados pelos indígenas, são comercializados em média a R\$ 2,00 (dois reais) o litro.

Em relação à comercialização de frutas, 64% (sessenta e quatro por cento) dos informantes comercializam banana, 86% (oitenta e seis por cento) laranja, 85% (oitenta e cinco por cento) manga, 32% (trinta e dois por cento) guavira, 84% (oitenta e quatro por cento) caju, 35% (trinta e cinco por cento) pequi, 38% (trinta e oito por cento) coco, 67% (sessenta e sete por cento) pokan e 23% (vinte e três por cento) abacaxi. Nem todos os indígenas que plantam, necessariamente comercializam seus produtos na feira ou demais locais, assim como, nem todos os indígenas que comercializam esses produtos fora da aldeia, realizam plantio das roças.

Adverte-se que as respostas sobre a produção foram variadas, desde alimentos produzidos apenas para consumo da família até a destinação total à

---

<sup>128</sup> Medida utilizada pelos indígenas feirantes, por meio de uma garrafa plástica de um litro.

venda. Alguns dos problemas levantados foram os baixos preços oferecidos na cidade sede de Aquidauana e, principalmente, por compradores que buscam os produtos diretamente na aldeia.

Em relação ao consumo, 3% (três por cento) dos moradores consomem apenas o que produzem; 4% (quatro por cento) consomem apenas o que compram na cidade, 2% (dois por cento) consomem mais o que produzem do que compram na cidade, 2% (dois por cento) consomem mais o que compram na cidade do que produzem na lavoura e 89% (oitenta e nove por cento) consomem igualmente o que produzem e o que compram na cidade.

Dos que possuem lavoura, 22% (vinte e dois por cento) comercializam “tudo” o que plantam e 69% (sessenta e nove por cento) consomem e também comercializam. Acredita-se que “tudo”, não significa que não consumam nada do que plantaram, mas plantam com maior direcionamento para comercialização.

Em relação as principais dificuldades com a produção, conforme o gráfico 5, alguns indígenas consideraram o transporte da produção como principal problema, outros a distância para realização dessa comercialização o ponto de estrangulamento do processo. Outros pontos levantados foram: a ausência de pessoas na família para realizar a comercialização, a pouca produção, o baixo valor pago aos produtos da lavoura, a não aceitação de produtos indígenas, além de outros motivos, porém, muitos consideraram não haver dificuldades.

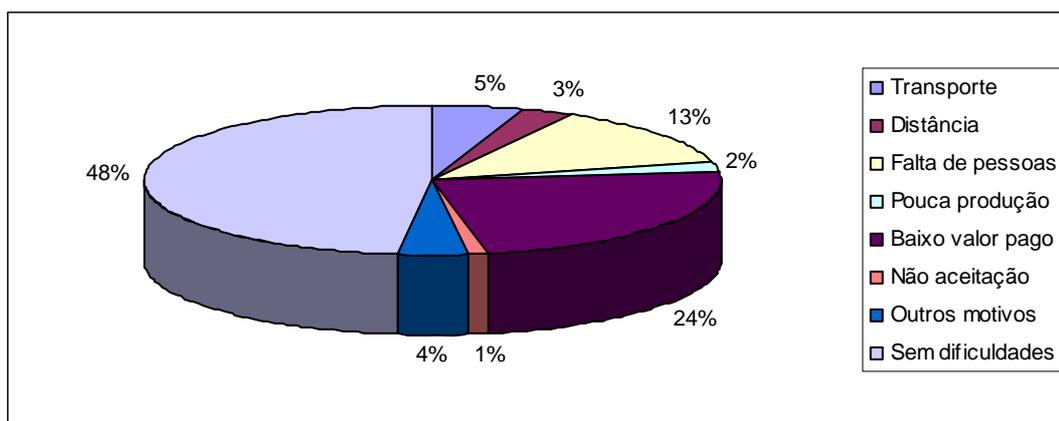


Gráfico 5 – Principais dificuldades com a produção indígena

De acordo com o gráfico 6, a aquisição de sementes para plantio das lavouras indígenas, era originada dos programas de Governo, do armazenamento de um ano para o outro e de outras origens, inclusive por compra, lembrando que 9% (nove por cento) dos informantes não possuem lavoura.

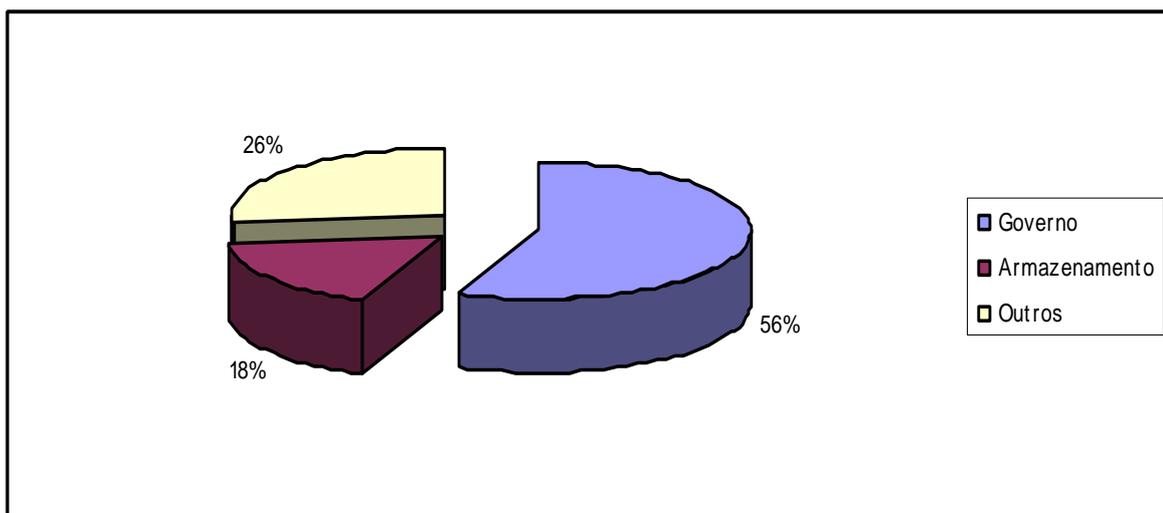


Gráfico 6 – Origem das sementes

Quanto à criação animal, 20% (vinte por cento) dos moradores informaram que criam gado de leite apenas para consumo do leite e apenas 1% (hum por cento) tem a criação como atividade remunerada de 1/2 salário mínimo mensal. Na criação de gado de corte, 6% (seis por cento) criam apenas para consumo, assim como os 10% (dez por cento) que criam suínos. A criação de aves é realizada por 76% (setenta e seis por cento) dos moradores para consumo e apenas 2% (dois por cento) comercializam os animais, tendo um retorno financeiro médio de R\$ 20,00 (vinte reais) por mês com a atividade.

Quanto aos programas de Governo, 92% (noventa e dois por cento) dos moradores já receberam ou recebem benefícios originados de projetos governamentais, dentre esses, conforme o gráfico 7 receberam o Programa de Segurança Alimentar, o Programa Pantanal, o Tupã I, o Bolsa Escola e outros programas.

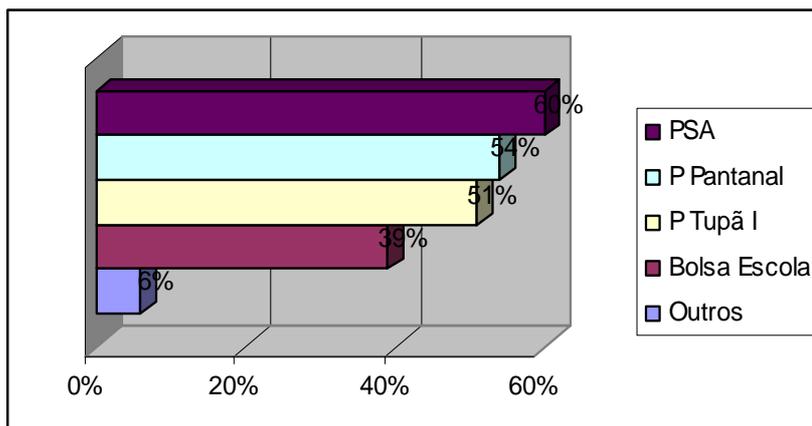


Gráfico 7 – Famílias beneficiadas por programas governamentais

Em relação à religião, 56% (cinquenta e seis por cento) dos informantes se apresentaram como evangélicos (protestantes), 38% (trinta e oito por cento) como católicos e 6% (seis por cento) possuem outras crenças.

De acordo com os resultados, o gráfico 8 demonstra a situação preocupante quanto à renda mensal das famílias da aldeia, com um número significativo de pessoas sem renda e vivendo com menos de um salário. Para complementar, foi constatado que nenhum dos entrevistados recebia mais de três salários mínimos (considerando R\$ 350,00 – trezentos e cinquenta reais).

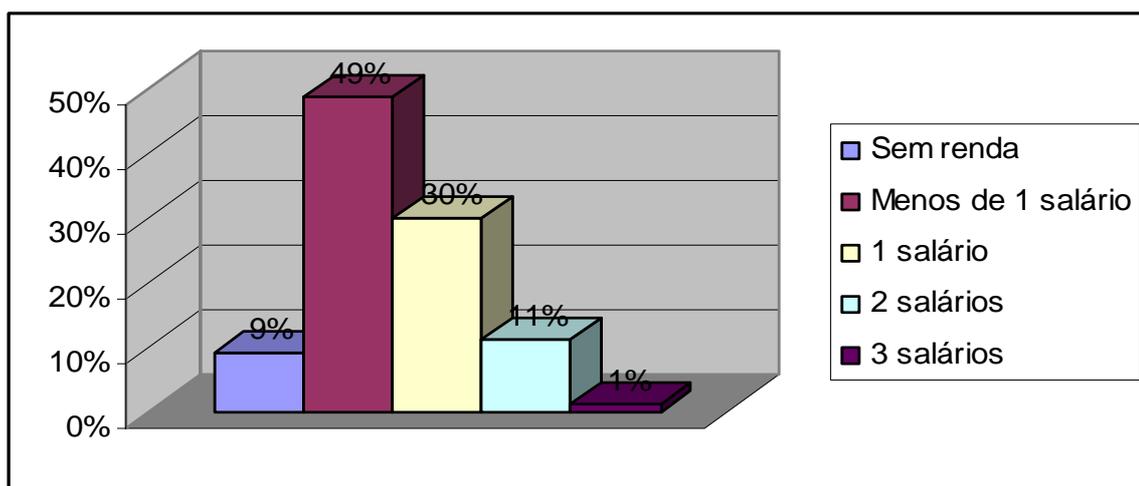


Gráfico 8 – Renda mensal das famílias indígenas

Ainda no contexto financeiro, 93% (noventa e três por cento) dos moradores não trabalhavam fora da aldeia e 7% (sete por cento) trabalhavam em usinas, fazendas, etc. Dos moradores que colaboraram com a pesquisa, 23% (vinte e três

por cento) recebiam aposentadoria, 12% (doze por cento) eram funcionários públicos ou possuíam alguém na família que fosse e apenas 3% (três por cento) trabalhavam com carteira assinada.

O associativismo tem grande representatividade na aldeia, pois 94% (noventa e quatro por cento) dos colaboradores pertencem a alguma associação. Apesar do significado de se fazer parte da liderança - 6% (seis por cento) membros da liderança responderam o questionário - dentro da aldeia ser sinônimo de poder, *status* e/ou possibilidade de realizar algo em prol da comunidade, apenas 22% (vinte e dois por cento) gostariam de fazer parte da mesma, 78% (setenta e oito por cento) dos indígenas não possuem essa aspiração. Dos que responderam que gostariam de fazer parte da liderança, 14% (quatorze por cento) alegaram que gostariam de trabalhar para auxiliar a comunidade. Dentre os que responderam que não tinham interesse em fazer parte da liderança, 24% (vinte e quatro por cento) alegaram não ter tempo, os demais alegaram não ter vocação, consideraram difícil o papel do líder entre outras respostas.

De qualquer maneira, os entrevistados se mostraram bastante participativos, pois 92% (noventa e dois por cento) declararam participar das reuniões da aldeia, sendo que destes, 60% (sessenta por cento), alegaram ter interesse em se manter informado em relação aos assuntos internos e sobre as propostas de projetos vindas de fora da aldeia. Dos 8% (oito por cento) que não participam de reuniões, 1% (hum por cento) alegou falta de interesse, 1% (hum por cento) falta de oportunidade, 1% (hum por cento) se justificou pela distância do local de realização das reuniões e 5% (cinco por cento) não opinaram.

Na opinião de 85% (oitenta e cinco por cento) dos indígenas, é necessário o auxílio do Governo para melhorar a qualidade de vida dos mesmos, dentre esses, 44% (quarenta e quatro por cento) alegaram depender dos projetos e recursos governamentais para esse fim, 13% (treze por cento) alegaram a necessidade pelo auxílio na complementação de renda, 24% (vinte e quatro por cento) dos indígenas não deram opinião e os demais se dividiram entre a necessidade no setor agrícola e na educação. Porém dos 15% (quinze por cento) que alegaram não precisar do Governo para melhorar a qualidade de vida, 3% (três por cento) consideraram ser independente e poder trabalhar para sobreviver, 2% (dois por cento) consideraram que o Governo não tem esse poder de alcance, visto que não consegue atender a

necessidade da comunidade, os demais tiveram outras opiniões e/ou não responderam.

O gráfico 9 mostra a opinião dos indígenas em relação a que setores o Governo deveria investir, de acordo com as aspirações dos mesmos, para melhoria das condições de vida dentro da aldeia.

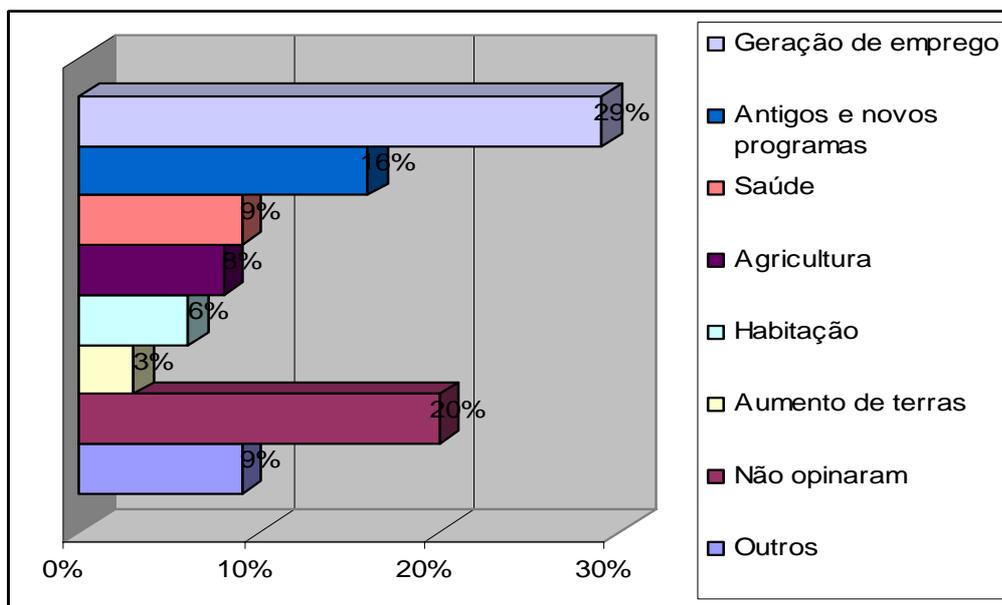


Gráfico 9 – Opinião indígena sobre investimentos governamentais

Apesar da primeira opção da maioria dos indígenas, ser a geração de empregos, durante as entrevistas e conversas informais, notou-se a atribuição à grande parte dos problemas financeiros, à limitação quantitativa de terras, especificamente, para plantio da lavoura. Essa questão (aumento de lavoura) estava ligada à demanda de uma maior produção para comercialização e geração de renda, de maior produtividade e plantio em novas áreas, devido à baixa fertilidade dos solos e ao aumento da família, que conseqüentemente exigia uma maior produção para o consumo, quando da não possibilidade de abertura de novas áreas.

O gráfico 10 mostra a opinião dos indígenas em relação aos agentes governamentais, quanto à atuação dos mesmos dentro da aldeia. Ainda nesse contexto, 87% (oitenta e sete por cento) declararam que para mudança desse quadro, precisaria ser realizado um número maior de atendimentos de assistência técnica e extensão rural, 6% (seis por cento) consideraram a necessidade de mais técnicos, 2% (dois por cento) consideraram a necessidade de técnicos melhores e 5% (cinco por cento) não responderam.

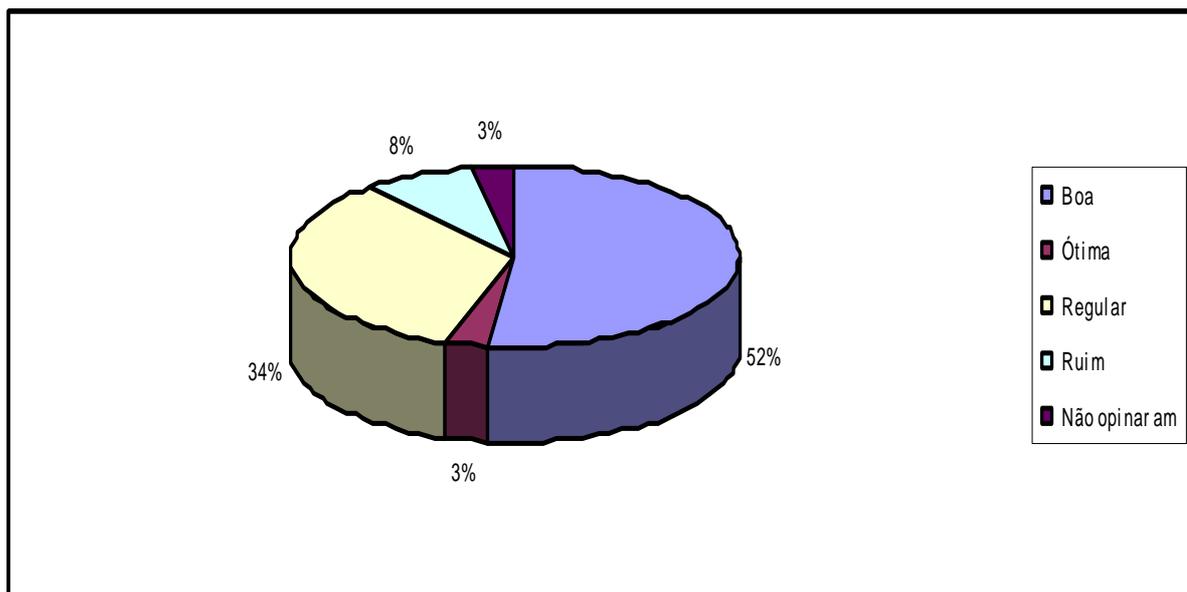


Gráfico 10 – Opinião indígena sobre os agentes governamentais

Considerando a aldeia como um lugar para se viver, 47% (quarenta e sete por cento) consideraram ótima, 47% (quarenta e sete por cento) consideraram a aldeia um bom lugar para se morar, 2% (dois por cento) regular e 4% (quatro por cento) não teve resposta. Ainda considerando a aldeia, questionou-se sobre as principais necessidades da mesma, 13% (treze por cento) declararam a necessidade de mais empregos, 24% (vinte e quatro por cento) de implementos agrícolas, 11% (onze por cento) de melhorias na área de educação como ampliação da escola, 9% (nove por cento) melhoria na área da saúde, 4% (quatro por cento) declararam a necessidade de mais postos de comunicação (telefonia), 4% (quatro por cento) melhoria nas estradas, 2% (dois por cento) na questão de habitação, 13% (treze por cento) declararam a necessidade de mais projetos governamentais, 4% (quatro por cento) a necessidade de mais união entre os indígenas, 1% (hum por cento) levantaram a necessidade de ações na questão da pecuária, 1% (hum por cento) na área social, 2% (dois por cento) levantaram a necessidade de ações em relação aos idosos, 2% (dois por cento) consideraram importante à questão de capacitação dos indígenas em diversas áreas, 1% (hum por cento) levantou a importância de melhoria do saneamento básico e 9% (nove por cento) não opinaram.

Em relação aos programas estudados que mais influenciaram na melhoria da qualidade de vida dos indígenas, não houve diferença significativa na opinião dos

mesmos, entretanto, considerou em muitos casos, a importância de mais de um programa, como mostra o gráfico 11.

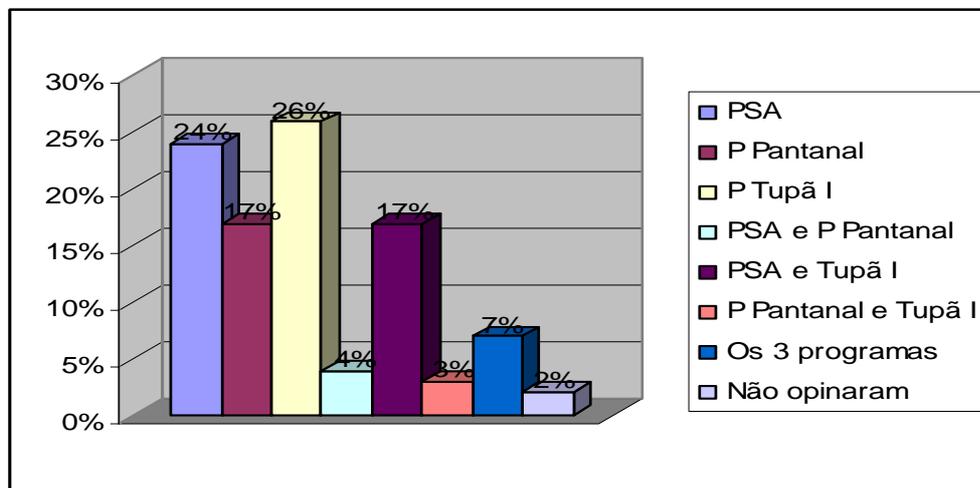


Gráfico 11 – Programas que beneficiaram a qualidade de vida indígena

Dentre as pessoas que consideraram o Programa de Segurança Alimentar como um programa que mais benefícios trouxeram a sua vida, 8% (oito por cento) alegaram que isso se deu, devido ao complemento da renda mensal e 2% (dois por cento) por proporcionar segurança alimentar. Em relação ao Tupã I, 6% (seis por cento) responderam que sua importância se deu porque ajudou a melhorar a produtividade da lavoura e 1% (hum por cento) porque existe assistência técnica até hoje. Nesse contexto, 78% (setenta e oito por cento) não opinaram.

Dos que consideraram mais importante o Programa Pantanal, 4% (quatro por cento) responderam que foi devido aos insumos que não teriam condições financeiras de compra dos mesmos e 1% (hum por cento) por ter melhorado a fertilidade da terra. Nesse contexto, segundo a maioria dos indígenas beneficiados, as sementes de feijão, milho e o combustível foram bem aproveitados, porém as demais sementes (adubo verde) não foram utilizadas em sua totalidade, ocasionando o desperdício e perda das mesmas por vencimento e problemas de armazenamento.

Como citado anteriormente (contrariando diversas opiniões), de acordo com as entrevistas, o recebimento de benefícios provenientes de programas sociais, não criou exatamente uma dependência dos indígenas pelos mesmos, pois, para a pesquisadora dependência caracteriza que não há condições de sobrevivência sem

o benefício, não sendo este observado. Porém, ficou evidente que apenas em alguns momentos, necessita-se de medidas emergenciais para suprir carências imediatas, mas que seria preciso ações mais eficazes, menos pontuais e de caráter permanente, para promover efetivamente o desenvolvimento da comunidade e impedir que famílias permaneçam abaixo da linha de pobreza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referente pesquisa foi uma tentativa de identificar impactos sócio-econômicos causados por políticas públicas, por meio de mensuração sob a ótica tanto indígena, os beneficiários, quanto governamental, da importância, contribuições e insucessos dos programas implantados.

É necessário um adendo, uma vez que, faz parte do senso comum acreditar na incapacidade das sociedades indígenas de gerir seus territórios. De se supor um quadro de desorganização das unidades de produção indígena, de queda de produção e dependência total por benefícios provenientes de programas governamentais devido à interferência externa.

No entanto, após constatação de falhas cometidas, antes e durante, a implantação de programas, os resultados foram surpreendentes, visto que os programas estudados foram “bem vindos”, assim como muitos outros, pois os beneficiários demonstraram que necessitam de programas sociais, mesmo que se comumente apresentem ineficientes. Afinal, os indígenas conseguem estrategicamente aproveitá-los para suprir suas necessidades básicas.

A pesquisa demonstrou o poder dos indígenas de gestão de seus recursos e dos benefícios recebidos, transformando-os em complemento da pequena renda auferida, proveniente da agricultura. Pôde-se concluir, também, que os índios não pararam de plantar, em 100% (cem por cento) das respostas dadas, após implementação dos programas e muito menos passaram por “insegurança alimentar” após o corte dos mesmos. E, demonstraram que, nos poucos casos, de recebimento de renda fixa, cerca de 20% (vinte por cento) dos entrevistados, especificamente, aposentados, servidores públicos ou autônomos, continuam cultivando suas roças, para complemento da renda e/ou por uma questão de tradição para alimentação familiar.

As respostas impressionaram quando se observou o entendimento indígena em relação à importância dos programas e à identificação de suas falhas, consideradas, principalmente, nas ações de retirada dos alimentos do Programa de Segurança Alimentar, na limitação em relação à assistência técnica e extensão rural nos Programas Pantanal e Tupã I, nos problemas burocráticos de realização de convênios e projetos, no atraso da chegada de insumos, nas dificuldades de captação de recursos entre outros problemas apresentados na pesquisa.

Falar em independência da sociedade indígena ou de qualquer outra, que vive diante da linha de pobreza, em relação ao Estado e seus programas sociais, tornam-se demasiadamente utópico. Porém, a total dependência tão comentada em vários estudos, não é verificada quando se trata dos Terena em relação ao município de Aquidauana, especialmente na aldeia Limão Verde. Pode se atribuir esse fato, à proximidade em relação ao centro urbano e conseqüente interação com a sociedade não indígena, mas, também, devido à etnohistória desse povo, de agricultores natos, com uma interessante capacidade de se adaptar a novas situações e adversidades a que foi e são continuamente submetidos.

A sociedade Terena da aldeia Limão Verde vive, portanto, um contínuo processo de transformação sócio-econômica, ao longo de sua história, considerando sua intensa participação na estrutura econômica (capitalista) da região, desenvolvendo novas e constantes relações sociais, políticas e econômicas com a sociedade nacional. Por isso, se caracterizam como uma etnia que vem construindo sua história, criando seu espaço próprio e alternativo junto à sociedade nacional, sem perderem sua identidade étnica. Nesse contexto, pôde-se observar e confirmar por meio das respostas das entrevistas e questionários, que buscam no Estado, políticas públicas que possibilitem sua auto-suficiência e não como se presumia uma dependência total de programas sociais.

A pesquisa demonstrou grande clareza nesse aspecto quando, de acordo com as respostas, solicitaram programas que possibilitassem a geração de renda por meio de empregos, com 29% (vinte e nove por cento), e fomento agropecuário, 8% (oito por cento), ao invés de somente doação de cestas básicas, sem obviamente, questionar o mérito do programa, muito aproveitado pelos mesmos. Todavia, relataram que significou um necessário, mas, insuficiente auxílio – Programa de Segurança Alimentar - diante de uma problemática grave que requer ações mais abrangentes.

De qualquer forma, serviu como garantia de segurança alimentar e complemento de renda, pois, economizavam na compra de alimentos para aquisição de outros bens. Nesse contexto ainda, a aspiração de maior amplitude nas entrevistas, era de se obter uma maior quantidade de terras que possibilitassem o desenvolvimento de atividades agropecuárias, de maior auxílio técnico para aumento da produção e produtividade e a recuperação de solos degradados.

Considerando os aspectos de fomento das atividades agropecuárias e de esgotamento dos nutrientes do solo, os Programas Tupã I e Pantanal, também, foram caracterizados como imprescindíveis, visto a importância dada ao desenvolvimento dessas atividades para geração de renda e segurança alimentar. De acordo com os indígenas, tais programas promoveram a aquisição de insumos e o trabalho dos maquinários agrícolas, indispensáveis à produção, e, também por que não disponibilizam de recursos financeiros para tais ações. De qualquer forma, os indígenas e os agentes apontaram sabiamente algumas lacunas que impediram que tais programas alcançassem total sucesso.

Partindo da ótica indígena, um dos entraves no desenrolar dos projetos, foi a ausência de um acompanhamento técnico contínuo para desenvolvimento das ações, mesmo considerando a opinião de 52% (cinquenta e dois por cento) dos indígenas, que alegaram que a atuação dos técnicos era boa. Esse aspecto é agravado diante da realidade apresentada pela pesquisa, na qual 45% (quarenta e cinco por cento) dos indígenas possuem apenas um hectare de lavoura para sobrevivência, e destas, nem sempre se pode considerar 100% (cem por cento) agricultável, baseando-se nas respostas de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos informantes, que consideraram suas terras de baixa fertilidade. Sem desconsiderar que paralelamente a esse painel, encontra-se a problemática da questão fundiária e de degradação dos recursos naturais.

De modo geral, somando-se aos problemas apontados - apesar de 40% (quarenta por cento) dos entrevistados alegarem que os programas foram importantes - os demais os consideraram insuficientes, optando por programas voltados à produção, relatando sobre a necessidade de consulta prévia para implantação, além de considerar em alguns casos que os recursos foram mal aplicados. Complementando o ponto de vista indígena, os agentes governamentais levantaram a questão da necessidade de uma ampliação do quadro técnico, melhorias na aparelhagem das equipes que possibilitem condições de trabalho, além da maior interação das secretarias e instituições, para evitar desperdício de dinheiro público, ocasionado pela sobreposição de ações.

É necessário, portanto, atendimentos técnicos contínuos e de qualidade, com projetos que incluam a transferência de técnicas de plantio e manejo do solo menos degradante. Porém, para que isso ocorra, o Estado deve se conscientizar da importância de tal ação, investindo em estrutura e em um número maior de técnicos,

para atendimento de comunidades indígenas com eficiência, o que como observado, não ocorreu efetivamente até os dias de hoje.

É visível que o Estado persiste em desconhecer que uma das peças principais neste processo é o agente de desenvolvimento, considerado o elo entre a política e as comunidades a serem atendidas pela mesma. A nova política de ATER, referida anteriormente parece ainda não ter saído do papel e dos discursos. Enquanto não houver ações - aumento de técnicos, estrutura necessária, etc - que possibilitem o reconhecimento efetivo da importância desses agentes de desenvolvimento, os projetos não conseguirão atingir totalmente o objetivo de melhorar a produção agropecuária para subsistência e geração de renda indígena.

Cabe ressaltar que as questões relacionadas à mudança de hábito alimentar e a questão do aumento do lixo na aldeia foram abordadas e que, no primeiro caso não se identificou o aumento de patologias, percebendo-se que ou os conteúdos da cesta básica oferecida pelo Programa de Segurança Alimentar já faziam anteriormente parte da dieta indígena ou a quantidade de dados disponíveis não conseguiu provar o contrário. A primeira suposição foi reforçada com a pesquisa, após levantamento de que 89% (oitenta e nove) das famílias consomem alimentos provenientes tanto da roça quanto da cidade.

Já a questão do aumento de lixo na aldeia foi visualizada, porém, não mensurado de forma efetiva. Tal fato foi percebido também por um pequeno número de indígenas, causando preocupação quanto a pouca sensibilização diante de tal questão, mas, quando comparado à décadas anteriores, identificou-se um baixo, todavia, importante crescimento dessa conscientização ambiental.

Um outro ponto levantado pela pesquisadora, através de relatos informais, de indígenas e de agentes, foi o de que alguns projetos poderiam ser transformados em “moeda” dentro da aldeia, através de trocas dos benefícios por outros bens com comerciantes locais ou com outros moradores da aldeia. Essa questão foi atribuída à ausência de acompanhamento e fiscalização dos programas, por falta de condições de trabalho dos agentes. Esse problema é grave, pois, caracteriza desvio da finalidade dos projetos. Porém, as denúncias, não puderam ser confirmadas.

Diante disso, observa-se a necessidade de se elaborar e implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico, de acordo com as tradições de cada etnia, evitando-se ações emergenciais – que em grande maioria acabam por se tornar permanente - e/ou medidas paliativas e assistencialistas. Sem

desmerecer a importância de um Estado Social que inove e garanta políticas que beneficiem indígenas e não indígenas, mas que não permaneça sob a égide de um assistencialismo que promova o paternalismo ou clientelismo.

De modo geral, por meio das respostas observou-se uma boa acolhida e avaliação tanto dos indígenas quanto dos agentes governamentais em relação aos programas, sinalizando que apesar das falhas cometidas, o Estado começa a trilhar novos caminhos, principalmente, por incluir mesmo que lentamente tais populações no planejamento governamental em todas suas esferas. Como no caso da criação, em 2003, da Proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável para os Povos Indígenas pelo Governo Federal. Esse aspecto foi observado na pesquisa, ao concluir que das cem famílias em que se aplicou o questionário, noventa e duas haviam sido beneficiadas por algum programa governamental. E em relação ao grau de importância dada aos três programas, a diferença não foi significativa, visto que 24% (vinte e quatro por cento) dos informantes elegeram o Programa de Segurança Alimentar, 17% (dezessete por cento) o Programa Pantanal e 26% (vinte e seis por cento) o Programa Tupã I.

Não obstante os indígenas se depararem com problemas de acesso as suas terras pelo processo engessado de regularização fundiária e de aumento da pressão ambiental, estes alcançaram avanços em relação a alguns serviços básicos. Porém, os problemas referidos somados ao aumento populacional, determinam uma crescente queda na qualidade de vida, que de acordo com as respostas dos três grupos é sinônimo de acesso e de manutenção da saúde. Partindo desse pressuposto, observou-se que com a crescente realidade do aumento populacional e extensão territorial limitada, essa situação de instabilidade poderá em poucos anos comprometer socialmente essas famílias, atingindo também a insegurança alimentar.

Constatou-se, através da pesquisa, que o etnodesenvolvimento depende muito de vontade política e diante do desafio de um “desenvolvimento sustentável”, o poder público terá que romper com o sistema assistencialista implantado até aqui, ou seja, sair do discurso e construir políticas públicas de acordo com as aspirações do público alvo. Além disso, o não acompanhamento pelos agentes dos programas implantados e a não continuidade dos mesmos com a troca de governo, agravam essa problemática.

É um desafio bastante complexo, visto que pressupõe o alcance de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento social nas áreas indígenas, por meio da utilização de um modelo agropecuário não convencional, preconizando a modernidade. Porém, que seja adequado a um cenário de pressão aos recursos naturais e ao crescimento demográfico contínuo. A busca pela implantação de sistemas agropecuários não convencionais, se deu após estudos demonstrarem que o modelo agropecuário convencional baseia-se no uso dos recursos naturais, através de agroquímicos e maquinários agrícolas, que permitem o aumento da produção e da produtividade, causando em quase todos os casos, a degradação do meio ambiente.

A questão do uso de tecnologias modernas e menos prejudiciais ao meio ambiente é polêmica e importante, pois é considerada em alguns casos, utópica e/ou contraditória, causando diversos questionamentos. Interroga-se, principalmente, como aumentar ou manter a produtividade atual, que garanta à subsistência e geração de renda necessária a sobrevivência da população indígena, através de técnicas que apesar de menos prejudiciais, requerem um espaço de tempo mais longo para recuperação do solo. Impossibilitando vários cultivos anuais em uma pequena parcela de terra, necessários a garantia de comercialização e sustento.

Outro questionamento refere-se a como suspender o uso de maquinários agrícolas e sementes de maior produtividade, que possibilitam o alcance da produção em solos degradados. São questões que devem ser analisadas previamente, para elaboração de futuros programas. Para tanto, é necessário, também, levar em conta particularidades ambientais e conhecimentos locais. Mas, o que causa maior estranheza em todo esse processo é o fato contraditório do Estado ter que tomar providências para evitar, hoje, que sociedades consideradas símbolo da harmonia com o meio ambiente, não venham a degradá-lo.

O que ocorre é que o Estado continua planejando o agora e nem sempre inclui ou prevê riscos futuros - mesmo pregando o conceito de desenvolvimento sustentável - como no caso de criação de reservas, em que o aumento demográfico e a limitação de recursos naturais, tornaram as aldeias insuficientes a reprodução social. E erra, novamente, em alguns casos, propositalmente ou não, na forma com que lida e busca soluções aos problemas que cria. Como nesse caso, no investimento somente em políticas assistencialistas e protecionistas ao invés de

fornecimento, também, de extensões de terras necessárias à auto-suficiência indígena.

Pode-se afirmar que a produção agrícola, além da importância econômica, fortalece e evidencia o estilo de vida Terena, não “resgatando”, mas sim sustentando práticas e técnicas adquiridas com seus antecessores juntamente com tecnologias modernas incorporadas com o processo de modernização agrícola, desencadeada a partir da década de 1950.

Além da visível necessidade de capacitar agentes promotores de políticas públicas que atuam na problemática/questão indígena, sejam da iniciativa privada ou de órgãos governamentais, em relação ao diálogo “interétnico” ou “intercultural”. É preciso também, que as lideranças indígenas passem a se impor diante das propostas de ações de intervenção externa e que possam de forma “participativa”, levantar efetivamente suas demandas e aspirações, junto a sua comunidade, promovendo de fato a gestão autônoma de seus projetos de desenvolvimento.

Apesar das críticas quanto à atuação governamental, 85% (oitenta e cinco por cento) dos indígenas admitiram a necessidade de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida. Paralelamente, observou-se que essa sociedade vem fazendo sua parte, ao mensurar o aumento das organizações indígenas e da participação feminina nas questões internas. Além do aumento do grau de escolaridade dos jovens em busca de melhores empregos. Esses pontos podem significar uma inquestionável melhoria nas suas condições de vida.

O poder público, portanto, deve garantir à sociedade de maneira geral - indígena e não indígena - o acesso aos seus direitos sociais, econômicos e políticos. Investindo em serviços básicos como: saúde, educação e lazer – muito embora este tema não tenha sido levantado significativamente nas pesquisas -. A sustentabilidade buscada vai além da gestão dos recursos ambientais e do acesso à educação ambiental. Engloba o acesso aos referidos serviços básicos. Afinal, como evitar que pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, explorem e degradem os recursos ambientais, através de desmatamento e esgotamento do solo, sem que lhes seja disponibilizado alternativas de fonte de alimentos e renda.

O desafio, deste modo, foi lançado, devendo se superar os impasses encontrados através de estratégias que vão além do discurso, sendo necessária a garantia de um verdadeiro diálogo, e que o mesmo seja democrático, perpassando as dificuldades das diversidades étnicas e de limitações ideológicas, pois, se o

desenvolvimento na sua dimensão clássica de atendimento ao não indígena, não tem atingido as expectativas, agrava-se ao tratar de sociedade indígenas. Nesse contexto, espera-se, portanto, que a pesquisa apresentada possa possibilitar essa reflexão e situar o Estado em relação à importância de seu papel para essas comunidades e, também, que os pontos de sucessos e insucessos apresentados sirvam como sugestão de como alcançar o verdadeiro “etnodesenvolvimento”.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, S. de. Ocupação, racionalização e consolidação do Centro-Oeste Brasileiro: o espaço mato-grossense e a integração nacional. *In: VASCONCELOS, C. A & MARIN, J. R. (orgs). História, Região e Identidade.* Campo Grande/MS: EDUFMS, 2003.

AFFONSO, R. de B. A & SILVA, P. L. B. **Federalismo no Brasil - Desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural. Agência Municipal de Aquidauana/MS.

ALTIVATER, E. **O preço da riqueza. Pilhagem ambiental e a nova des(ordem) mundial.** Tradução. L. M. Wolfgang. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ARAÚJO, M. R.; SOARES P. C. M. **Pênfigo Foliáceo Brasileiro: um enfoque à Etiologia e Tratamento.** 2003. Monografia (Graduação em Enfermagem) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

ASSIS, R. L. *et al.* A Conversão de Sistemas Convencionais para Sistemas Orgânicos de Produção no Brasil. *In: PADOVAN, M. P. et al. Agroecologia em Mato Grosso do Sul: princípios, fundamentos e experiências.* Dourados/MS: EMBRAPA Agropecuária Oeste, 2005.

ASSIS, R. L.; JESUS, E. L. Histórico, Conceitos e Princípios da Agroecologia. *In: PADOVAN, M. P. et al. Agroecologia em Mato Grosso do Sul: princípios, fundamentos e experiências.* Dourados/MS: EMBRAPA Agropecuária Oeste, 2005.

ATHIAS, R. Temas, problemas e perspectivas em etnodesenvolvimento: uma leitura a partir dos projetos apoiados pela OXFAM (1972-1992). *In: LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B (orgs.). Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indígenista.* Rio de Janeiro: LACED, 2002.

AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: as possibilidades de desenvolvimento sustentado para sociedades indígenas no Brasil. *In: LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. (orgs.). Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indígenista.* Rio de Janeiro: LACED, 2002.

AZANHA, G. & LADEIRA, M. E. **Enciclopédia. Povos Indígenas no Brasil:** TERENA. Instituto Sócio-ambiental. Disponível em: <[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)>. Acesso em: 08 maio 2006.

BANIWA, G. Um “olhar indígena” sobre assistência técnica e extensão rural. *In: VERDUM, R. (org). Assistência Técnica e Financeira para o Desenvolvimento Indígena: possibilidades e desafios para políticas públicas.* Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa Livraria/NEAD, 2005.

BATISTA, L. C. **Processo de Organização do Espaço Agrário do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: EDUFMS, 1995.

BECKER, B. K. **Modernidade e Gestão do Território no Brasil**: da integração nacional à integração competitiva. *In*: Espaço & Debate. n.º. 32. Revistas de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Ano XI, 1991.

BRAND, A. **Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul**: a construção de alternativas. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, [S.l.], vol. 01, n.º. 2, mar. 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

\_\_\_\_\_. Estatuto do Índio, **Lei nº 6.001 de 19 de Dezembro de 1973**. Brasília. Publicado no Diário Oficial de 21 de Dezembro de 1973.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950**. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Lei nº 7889, de 23 de novembro de 1989**. Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Lei nº 9712, de 20 de novembro de 1998**. Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 42, de 20 de dezembro de 1999**. Altera o Plano Nacional de Controle de Resíduos em Produtos de Origem Animal - PNCR e os Programas de Controle de Resíduos em Carne - PCRC, Mel – PCRM, Leite – PCRL e Pescado – PCRP.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Decreto nº. 30691, de 29 de março de 1952**. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº. 9.465, de 29 de abril de 1999**. Dispõe sobre a instituição do Programa Bolsa-Escola, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Decreto nº. 3.156, de 27 de Agosto de 1999**. Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nº. 564, de 08 de junho de 1992, e nº. 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento. **Decreto nº. 10.244, de 08 de fevereiro de 2001**. Dispõe sobre a instituição do Programa Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº. 10.263, de 20 de fevereiro de 2001.** Dispõe sobre a reorganização do Programa Bolsa-Escola, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Decreto nº. 3.991, de 30 de outubro de 2001.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Decreto nº. 11.492, de 03 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a instituição do Programa de Apoio à Produção Auto-Sustentável das Comunidades Rurais Indígenas e Negras de Mato Grosso do Sul – Tupã I.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento. **Decreto nº. 11.587, de 20 de abril de 2004.** Dispõe sobre a criação do Programa de Inclusão Social e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº. 11.856, de 12 de maio de 2005.** Dispõe sobre a instituição do Programa Bolsa Universitária para Alunos Indígenas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 368, de 04 de setembro de 1997.** Aprova o Regulamento Técnico sobre as condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/ Industrializadores de Alimentos.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 46, de 10 de fevereiro de 1998.** Institui o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC a ser implantado, gradativamente, nas indústrias de produtos de origem animal sob o regime do serviço de inspeção federal - SIF, de acordo com o manual genérico de procedimentos.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 304, de 22 de abril de 1996.** Estabelece que os estabelecimentos de abate de bovinos, bubalinos e suínos, somente poderão entregar carnes e miúdos, para comercialização, com temperatura de até 07 (sete) graus centígrados.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 210, de 10 de novembro de 1998.** Aprova o Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 711, de 01 de novembro de 1995.** Aprova as normas técnicas de instalações e equipamentos para abate e industrialização de suínos.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. **O que é Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/static/apresenta/seguranca.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2007.

BUARQUE, C. **A Desordem do Progresso. O fim da era dos economistas e a construção do futuro**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

BUTTO, A. Segurança Alimentar indígena em dados. *In*: VERDUM, R. (org). **Assistência Técnica e Financeira para o Desenvolvimento Indígena: possibilidades e desafios para políticas públicas**. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa Livraria/NEAD, 2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**. *In*: Revista Estudos Sociedade e Agricultura. nº. 8. Rio de Janeiro: UFRURAL RJ/CPD, abril 1997.

CARVALHO, E. de A. **As alternativas dos vencidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CASTORIADES, C. **As encruzilhadas do labirinto. Os Domínios do homem**. nº 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COIMBRA Jr., C. E. A.; SANTOS, R. V. **Perfil Epidemiológico da População Indígena no Brasil: Considerações Gerais: Documento de Trabalho nº. 03**. Porto Velho/RO: Universidade Federal de Rondônia, 2001.

CORREIO DO ESTADO. **Coordenador estuda cancelar contrato com BID**. Rios Vivos, [s.l.], 2005. Disponível em: <[www.riosvivos.org.br](http://www.riosvivos.org.br)> Acesso em: 15 abr. 2007.

CUNHA, M. C. **Populações tradicionais e conservação**. Programa Nacional da diversidade biológica. Macapá: [S.n.], 1999.

\_\_\_\_\_. **Saber Tradicional**. Folha de São Paulo, São Paulo: 19 de dez. de 2001.

DANTAS, O & SOUZA, A. O. **Planejamento Regional: a experiência do “Governo Popular” em Mato Grosso do Sul**. *In*: Anais: Encontro “Jornada de Geografia”. Jataí (GO): UFG, 2003.

DOURADOS NEWS. **Fábrica de Multimistura da Reserva está desativada**. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/print.php?ma.id=135628>>. Acesso em: 03 mar. 2005.

FEHLAUER, T. J. “**Conhecimento Indígena**” em perspectiva: performance, habilidades e capacidades agrícolas dos Terena da aldeia Limão Verde (Aquidauana/MS). 2004. 123f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FIALHO, V. Avanços e desafios dos mecanismos públicos para segurança alimentar e auto-sustentação indígena. *In*: VERDUM, R. (org). **Assistência Técnica e Financeira para o Desenvolvimento Indígena**: possibilidades e desafios para políticas públicas. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa Livraria/NEAD, 2005.

FILHO, T. T. F. APLAM/EMPAER. **Projeto de Unidades de Produção**. Mato Grosso do Sul, 1995.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Limão Verde, Aquidauana/MS**. GT. Port. Nº 1180/PRES de 13/12/96 e 018/PRES De 10/01/97

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. **Resumo geral, pólo base: Aquidauana-MS**, 2004.

\_\_\_\_\_. - \_\_\_\_\_. **Projeto Vigisus**. Disponível em: <[http://www.funasa.gov.br/Web%20Funasa/vigisus/PJ\\_vigisus00.htm](http://www.funasa.gov.br/Web%20Funasa/vigisus/PJ_vigisus00.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2007.

GALLOIS, D. T. **Sociedades indígenas em novo perfil. Alguns desafios**. Travessia, Revista do Migrante, [s.l.], n. 36, ano XIII, p. 5-10, jan - abr, 2000.

\_\_\_\_\_. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância *In*: GRUPIONI, L. D.; VIDAL, L. B.; FISCHMANN, R. (orgs.). **Povos Indígenas e Tolerância**. São Paulo: EDUSP & UNESCO, 2001.

GARCIA, G. J. **Sensoriamento remoto**: princípios e interpretações de imagens. São Paulo: Nobel, 1982.

GIANNINI, I. V. A construção do novo com os Índios Xikrin. *In*: LIMA, A. C. S. & HOFFMANN, M. B. (orgs.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

GRÜNEWALD, R. A. Turismo e o “Resgate” da Cultura Pataxó. *In*: BARRETO, M.; BANDUCCI, Jr. Á. **Turismo e Identidade Local**: uma visão antropológica. Campinas/SP: Papiurus, 2001.

IANNI, O. **Estado e Capitalismo**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Escritório de Aquidauana/MS, 2004.

IDATERRA, Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do sul. **Escritório Municipal de Aquidauana/MS**, 2004.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Clamorosa negligência**. In: GABEIRA.COM, 2005. Disponível em: <<http://gabeira.com.br/noticias/noticia.asp?id=1182>>. Acesso em: 12 abr. 2007.

LEITÃO, S. Superposição de leis e de vontades. Por que não se resolve o conflito entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação? In: RICARDO, F. (org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

LEME, H. J. C. **Centro-Oeste: dilemas do desenvolvimento**. Encontro de Pró-Reitores de Extensão do Centro-Oeste. Anápolis (GO): mar/1999, (mimeografado).

LIMA, A. C. S. & HOFFMANN, M. B. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

MALUF, R. S. Políticas Públicas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In Leite, S. (org). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre:UFRGS, 2001.

MATO GROSSO DO SUL (Estado) - Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul - EMPAER. **Desenvolvimento Sócio Econômico das Comunidades Indígenas de Taunay e Ipegue**. Campo Grande: [S.n.], 1997.

\_\_\_\_\_ - Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária - SETASS: **Programa de Inclusão Social**. Disponível em: <[www.setass.ms.gov.br](http://www.setass.ms.gov.br)> Acesso em: 04 abr. 2007.

\_\_\_\_\_ - Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SUPEMA/IMASUL: **Programa Pantanal**. Disponível em: <<http://www.supema.ms.gov.br/ppantanal>>. Acesso em: 06 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. **Decreto Estadual nº. 9.825**, de 25 de fevereiro de 2000. Dispõe sobre a criação do Conselho de Gestão Estadual das Políticas Sociais e dá outras providências.

MARTINS, G. R. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul**. 2. ed. Campo Grande/MS: EDUFMS, 2002.

MERCADANTE, A.; TAVARES, M. C. Eixos de um novo modelo. In: **Teoria e Debate**. nº 49. São Paulo: Perseu Abramo. out/nov/dez/2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – MA, Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR. **Programa de Apoio às Atividades Produtivas Agropecuárias em Terras Indígenas**: Oficina de Monitoria e Avaliação. Brasília/DF, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho ATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília/DF, 2004. Disponível em: [www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br). Acesso em: 21 de Abril de 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA: Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos: **Programa Pantanal**. Sumário Executivo. [S.l.]: 2001. Disponível em: <[www.rsmas.miami.edu](http://www.rsmas.miami.edu)> Acesso em: 10 de abril de 2007.

MOURA, N. S. P. **UNIEDAS**: o processo de apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Aquidauana/MS, 2001.

NETO, A D. **O desenvolvimento econômico**. São Paulo: Pioneira, 1966.

NOVO, E. M. L. **Sensoriamento remoto**: princípios e aplicações. São Paulo: Edgard Blucher, 1992.

OLIVEIRA, R. C. **Do índio ao bugre. O processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1976.

PERES, S. **Direitos Indígenas no Brasil**: A construção Social de uma cidadania etnicamente diferenciada. In: Souza S. R. (org). **QUE CIDADANIA QUEREMOS?** Estudos sobre cidadania e exclusão. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

POCHMANN, M.; BLANES, D.; AMORIM, R. (coords.) **Inclusão social**: uma utopia possível. Impacto das políticas públicas de Mato Grosso do Sul. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

POMAR, W. **Reflexões sobre o desenvolvimento**. In: Teoria e Debate n° 46. São Paulo: Perseu Abramo, nov/dez/2000 jan/2001.

PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS: Programa Pantanal. **Ambientebrasil**. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em: 06 abr. 2007.

PROGRAMA PANTANAL - **Componente Especial. Projeto de Atividades Sócio-Ambientais em Áreas Indígenas da Bacia do Alto Paraguai do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ministério do Meio Ambiente e Governo do Estado de MS. Campo Grande: [s.n.], 2002.

RATTNER, H. **Indicadores Sociais e Planificação do Desenvolvimento. Planejamento e Bem Estar Social**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

REBÊLO, J. M. **O desenvolvimento sustentável como política de recolonização para o capital**. Texto apresentado no IV Encontro da ANPEGE. São Paulo: [S.n.], 2002.

REDE PANTANAL DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Programa Pantanal apresenta novo projeto até fim do ano**. [s.l.], 2006. Disponível em: <<http://www.capitaldopantanal.com.br>>. Acesso em: 12 abr. 2007.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 1997: **Glossário da pobreza e desenvolvimento humano**. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <[www.pnud.org](http://www.pnud.org)> Acesso em: 18 abr. 2007.

RIBAS, D. L. B.; FÁVARO, T. **Percepção da (In) segurança alimentar por famílias indígenas Terena, Mato Grosso do Sul, Brasil**. Campo Grande/MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, [s.d.].

RICARDO, B. Povos indígenas e “desenvolvimento sustentável”. *In*: RICARDO, F. (org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

RIOS, A. V. V. Populações tradicionais em áreas protegidas. *In*: RICARDO, F. (org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

RUAS, E. D. *et al.* **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável** – MEXPAR. Belo Horizonte, março 2006.

SANTILLI, J. A lei de crimes ambientais se aplica aos índios? *In*: RICARDO, F. (org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

SANTOS, M. **Território e Dinheiro**. *In*: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói/RJ: PPGeo - UFF/ AGB, 2002.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL - SIGS: **Consulta Pública**. Disponível em: <[http://www.sigs.ms.gov.br/consulta\\_publica](http://www.sigs.ms.gov.br/consulta_publica)>. Acesso em: 14 abr. 2007.

SILVA, J. F. da. **Técnica de Mapeamento para a Elaboração de Zoneamento Ambiental: um estudo de caso da Bacia do Córrego João Dias**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados/MS, 2002.

TIMMERS, J. F. Respeitar a vida e o ser humano: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade. *In*: RICARDO, F. (org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). *In*: LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B (orgs.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa Livraria/ LACED, 2002.

\_\_\_\_\_. (org) **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento Indígena: possibilidades e desafios para políticas públicas**. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa Livraria/NEAD, 2005.

## ANEXOS

### **ANEXO A: QUESTÕES ORIENTADORAS**

Para Agentes

1. Nome do Agente
2. Papel no Programa
3. Início e Fim de Programa/ Motivo
4. Surgimento da Idéia: Contexto de Idealização
5. Objetivo do Programa/ Detalhes
6. Desdobramento do Programa/ Detalhes
7. N° de Pessoas Envolvidas/ Funções/ Cargos
8. Recursos: Valor/ Origem/ Negociações para Aquisição/Parcerias
9. Processo Burocrático: Passos/ Tempo Gasto
10. Idas à Campo: Custo/ Material/ Metodologia
11. Quanto tempo durou cada fase do projeto?
12. Planejamento/ Implantação/ Conclusão
13. Como os indígenas receberam o programa?
14. Qual a avaliação dos Agentes Promotores?

#### **Considerações Finais**

15. Houve retorno à Comunidade/Avaliação?
16. Houve acompanhamento continuado?
17. Qual foi a Metodologia de acompanhamento utilizada?
18. Qual foi a Metodologia de avaliação?
19. Houve fiscalização dos Resultados?
20. Houve registro das ações (Dados)?
21. Os resultados estão disponíveis para a sociedade? Onde?

Para indígenas:

1. Quais os programas que já receberam?
2. O que acham dos programas?
3. O que significa qualidade de vida para você?
4. Os programas melhoraram sua qualidade de vida?
5. Se sim, em que melhorou? Por que? Exemplos.
6. Fale sobre Programa Pantanal: época/ ações/ benefícios/ resultados.
7. Fale sobre Programa Segurança Alimentar: época/ ações/ benefícios/ resultados.
8. Fale sobre programa Tupã I: época/ ações/ benefícios/ resultados.
9. O que acham da assistência técnica dos programas? Importância e avaliação.
10. Qual a influência dos brancos na aldeia? Política partidária/ economia/ preconceito/ consumismo.
11. Qual o papel da liderança?
12. Qual a renda? Origem (roça, artesanato, agricultura, etc)? Comercialização? Quem realiza plantio e comercialização?
13. Qual a situação da terra? Quantidade (ha) e qualidade.
14. O que produzem? Época de plantio/ Colheita? Quantidade? Preço de produtos? Para quem comercializam?
15. Por que plantam diversidade?
16. Existe algum tipo de manejo tradicional?
17. Quais os principais problemas de produção?
18. Qual a qualidade das sementes recebidas? Outras sementes (variedades tradicionais). Como armazenam? Por que armazenam?
19. Já planejaram algum projeto junto com os agentes de desenvolvimento?
20. Já elaboraram algum projeto junto com os agentes de desenvolvimento?
21. Já solicitaram algum projeto para os agentes de desenvolvimento?
22. Já elaboraram projetos sozinhos?
23. Quais entidades consideradas parceiras?
24. Qual a participação das mulheres na aldeia (produção/ comercialização/ educação dos filhos/ etc)?
25. Quais principais anseios, expectativas, dificuldades, reclamações em relação ao governo?
26. Como estão após o corte dos programas?
27. Acreditam que virão outros programas?

**ANEXO B: QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO E DE PRODUÇÃO**

Nome: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Casado ( ) Solteiro ( ) Amasiado ( ) Outros ( )

Escolaridade: Nunca estudou ( ) Alfabetizado ( ) Nível Fundamental/ 1ª a 8ª série ( )  
Nível Médio/ 2º grau ( ) Universidade ( )

Quantos Filhos (as): \_\_\_\_\_ Quantas pessoas moram na casa? \_\_\_\_\_

**Área Social**

<b>Material Predominante na Construção da Residência</b>	Alvenaria	Adobe	
	Madeira	Outros	
<b>Origem da Água</b>	Poço Comum	Poço Artesiano	
	Mina	Outros	
<b>Tratamento da Água</b>	Filtro	Fervura	
	Cloro	Outro	
<b>Energia Elétrica</b>	Sim	Não	
<b>Existe banheiro</b>	Sim	Não	
<b>Destino dos dejetos do banheiro</b>	Fossa		
	Céu aberto	Outros	
<b>Destino do lixo</b>	Enterra	Queima	
	No quintal	Outros	
<b>Área da saúde com dificuldade no atendimento</b>			
	Dentista	Consultas	
	Internações	Medicamentos	
	Vacinas	Outros	
<b>Algum integrante da família tem problema de saúde</b>	<input type="checkbox"/> Diabetes <input type="checkbox"/> Hipertensão Arterial <input type="checkbox"/> Colesterol <input type="checkbox"/> Outros		

**Uso de Tecnologias**

<b>O que utiliza?</b>	<input type="checkbox"/> Adubo	<input type="checkbox"/> Calcário
	<input type="checkbox"/> Agrotóxico	<input type="checkbox"/> Vacina nos animais
<b>Faz análise de solo?</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<b>Destino das embalagens de agrotóxicos:</b>	<input type="checkbox"/> Queima	<input type="checkbox"/> Joga no lixo
	<input type="checkbox"/> Enterra	<input type="checkbox"/> Deixa na roça

**Agricultura**

Possui Roça? Sim ( ) Não ( )

Tamanho da roça? 1/2 hectare ( ) 1 hectare ( ) 2 hectares ( )  
3 hectares ( ) + de 3 hectares ( )

A terra está fraca na área de roça? Sim ( ) Não ( )

Tem erosão na área de roça? Sim ( ) Não ( )

O que planta?	Época plantio	de	Época colheita	de	Preço de venda
Milho					
Mandioca					
Feijão					
Feijão miúdo					
Abóbora					
Maxixe					
Arroz					
Cana					
Quiabo					

**Quais frutas comercializa?** Banana ( ) Laranja ( ) Manga ( ) Guavira ( )  
Caju ( ) Pequi ( ) Coco ( ) Pokan ( ) Abacaxi ( )

**Em relação ao consumo:** Consome apenas o que produz ( ) Consome apenas o que compra na cidade ( ) Consome mais o que produz que o que compra na cidade ( )  
Consome mais o que compra na cidade do que o que produz ( )  
Consome os dois igualmente ( )

**Vende tudo o que planta?** Sim ( ) Não ( )

**Local de venda da produção:** Para feirantes ( ) Na própria aldeia ( ) Na feira de Aquidauana ( )  
De casa em casa ( ) Em Campo Grande ( ) Em outro lugar ( )

**Quais principais dificuldades para comercialização?** Transporte ( ) Distância ( ) Falta de local para vender ( ) Falta de pessoa na família para vender ( ) Pouca Produção ( ) As pessoas pagam pouco pela produção ( ) Falta variedade de produtos ( ) As pessoas não aceitam o produto indígena ( ) Outros motivos ( )

**De onde vem as sementes?** Governo ( ) Armazena de um ano para o outro ( ) Outros ( )

#### Animais

**Possui vaca de leite** Sim ( ) Não ( ) Quantos? \_\_\_\_\_ Qual a renda/mês? \_\_\_\_\_

**Possui gado de corte** Sim ( ) Não ( ) Quantos? \_\_\_\_\_ Qual a renda/mês? \_\_\_\_\_

**Possui porcos** Sim ( ) Não ( ) Quantos? \_\_\_\_\_ Qual a renda/mês? \_\_\_\_\_

**Possui frangos/galinhas** Sim ( ) Não ( ) Quantos? \_\_\_\_\_ Qual a renda/mês? \_\_\_\_\_

#### Programas do Governo

**Já foi beneficiado com algum programa do Governo:** Sim ( ) Não ( )

**Qual (is)?** Bolsa Escola ( ) Programa Pantanal (Semente/ Calcário/ Ferramenta) ( ) IDATERRA (Semente/Combustível) ( ) Sacolão (Segurança Alimentar) ( ) Vale gás ( ) Recebe outro benefício do Governo ( )

**Quando começou a receber o Sacolão diminuiu o plantio na roça?** Sim ( ) Não ( )

**Religião:** Católico ( ) Protestante ( ) Outros ( )

#### Renda

**Qual a renda da família?** Não possui ( ) Menos de 1 salário ( ) 1 salário ( ) 2 salários ( )  
3 salários ( ) Mais de 3 salários ( )

**Trabalha fora da aldeia?** Sim ( ) Não ( )

**Recebe Aposentadoria?** Sim ( ) Não ( )

**Quem?** Marido ( ) Mulher ( ) Filho ( ) Filha ( ) Genro ( ) Nora ( )

**É Funcionário Público?** Sim ( ) Não ( )  
**Quem?** Marido ( ) Mulher ( ) Filho ( ) Filha ( ) Genro ( ) Nora ( )

**Carteira Assinada?** Sim ( ) Não ( )  
**Quem?** Marido ( ) Mulher ( ) Filho ( ) Filha ( ) Genro ( ) Nora ( )

**Renda vem da Roça** Sim ( ) Não ( ) Uma parte ( )

**Renda vem do Artesanato** Sim ( ) Não ( ) Uma parte ( )

**Renda vem de criação animal** Sim ( ) Não ( ) Uma parte ( )

**Possui algum comércio (Bolicho)** Sim ( ) Não ( ) Tem outra atividade ( )

**Pertence a alguma associação?** Sim ( ) Não ( )

**Faz parte da liderança?** Sim ( ) Não ( )

**Gostaria de fazer parte da liderança?** Sim ( ) Não ( ) Por que?

---

**Participa das reuniões da comunidade?** Sim ( ) Não ( ) Por que?

---

**O que significa uma vida boa para você?**

---



---

**Você depende do Governo para melhorar a vida?** Sim ( ) Não ( ) Por que?

---

**O que gostaria que o Governo fizesse para melhorar sua vida?**

---



---

**O que acha dos técnicos do Governo?** Ótimo ( ) Bom ( ) Médio ( ) Ruim ( )

**O que precisa melhorar nos técnicos do Governo?** Mais visitas ( ) Mais técnicos ( ) Veículo ( )  
 Técnicos melhores ( )

**O que acha da sua aldeia como lugar para viver?** Ótimo ( ) Bom ( ) Médio ( ) Ruim ( )

**O que falta em sua aldeia?**

---



---

**Qual Programa mais melhorou sua vida?** Sacolão ( ) Programa Pantanal ( ) Programa do IDATERRA ( ) Outros ( ) Por quê?

---

## **ANEXO C: AUTORIZAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, morador da Aldeia Limão Verde, Aquidauana (MS), autorizo Simone Rodrigues Pereira Corrêa, pesquisadora e mestranda do curso de Pós-graduação em Geografia, nível de Mestrado, da UFMS, Campus de Aquidauana, a publicar as informações concedidas acima, em sua dissertação de Mestrado.

**Local/Data**

---

**Assinatura**